



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

**Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS**  
**Mestrado em Museologia e Patrimônio**

# **MUSEU MUNICIPAL: MEMÓRIA, HISTÓRIA E IDENTIDADE**

## **O Museu Municipal de Carangola-MG**

Eduardo Francisco Pimentel

UNIRIO / MAST – RJ  
Rio de Janeiro, fevereiro de 2016

# **MUSEU MUNICIPAL: MEMÓRIA, HISTÓRIA E IDENTIDADE**

## **O Museu Municipal de Carangola-MG**

*por*

*Eduardo Francisco Pimentel,  
Aluno do Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio  
Linha 02 – Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento*

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Museologia  
e Patrimônio.  
Orientador: Professor Doutor Marcio Ferreira  
Rangel

UNIRIO / MAST – RJ  
Rio de Janeiro, fevereiro de 2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

# MUSEU MUNICIPAL: MEMÓRIA, HISTÓRIA E IDENTIDADE

## O Museu Municipal de Carangola-MG

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

**Aprovada por**

**Prof. Dr.** \_\_\_\_\_

*Marcio Ferreira Rangel*

*Orientador – (PPG-PMUS- MAST/UNIRIO)*

**Prof. Dr<sup>a</sup>.** \_\_\_\_\_

*Tereza Cristina Moletta Scheiner –*

*(PPG-PMUS- MAST/UNIRIO)*

**Prof. Dr.** \_\_\_\_\_

*Rafael Zamorano Bezerra*

*(Professor Externo Convidado – MHN)*

Rio de Janeiro, 2016

P 644 Pimentel, Eduardo Francisco

Museu municipal: memória, história e identidade – O Museu Municipal de Carangola - MG/ Eduardo Francisco Pimentel. -- Rio de Janeiro, 2016.

xviii, 257f. : il.

Orientador: Professor Doutor Marcio Ferreira Rangel

Referência: f. 210-223

Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2016.

1. Museologia. 2. Museu municipal. 3. Política pública. 4. Patrimônio 5. Museu Municipal de Carangola. I.Rangel, Marcio Ferreira. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. III. Museu de Astronomia e Ciências Afins. IV. Título.

CDU:069(1-21)

## **DEDICATÓRIA**

A meu PAI (in memoriam), a minha Mãe, a minha esposa Valesca e a meus filhos Jessica e Heitor, pelas angústias e preocupações que passaram por minha causa, pelo amor, pela dedicação, pelo carinho, pela paciência, pela compreensão e pelo estímulo que todos me ofereceram. A vocês, dedico esta conquista com gratidão.

## AGRADECIMENTOS

A experiência da pesquisa e da escrita da dissertação de mestrado é, na maior parte de seu curto e rápido tempo, bastante solitária. Mas, ainda assim, envolve a contribuição direta e indireta de várias pessoas que tornam a realização deste projeto possível.

A realização do presente trabalho seria impossível, caso eu não pudesse ter contado com a colaboração de algumas pessoas. Um(a)s deram-me a base, em vários sentidos, outras a compreensão, outras a dedicação de seu tempo, outras o apoio, a confiança e incentivo fundamentais para que eu persistisse, mesmo diante das dificuldades e dos contratemplos.

É com muita alegria e gratidão que escrevo estes agradecimentos, mas com o imenso receio de ser injusto e esquecer alguém que tenha sido importante na construção dessa realização. Logo, desde já, deixo também minhas desculpas caso isso aconteça.

Nesse sentido agradeço:

A DEUS, por estar acima de tudo o que realizo em minha vida;

A meus pais, Jedir e Antônio (in memoriam), pelo amor e por serem meus maiores exemplos de vida.

À Valesca, minha amada companheira e amiga de todos os momentos, por sua afeição, amor, carinho, compreensão, paciência e por compartilhar comigo todos os momentos;

A meu filho Heitor, por seu carinho, alegria, amor, companheirismo e admiração que foram alento durante a realização de todo o mestrado;

A minha filha Jéssica, pelo amor, paciência, ternura, ajuda e inspiração durante todo o processo do mestrado.

A meu orientador, professor Marcio Rangel, por seus preciosos ensinamentos, pela paciência, compreensão, companheirismo e disponibilidade em todo processo da dissertação;

Aos professores Dr<sup>a</sup> Tereza Scheiner e Dr. Rafael Zamorano que aceitaram o convite para participar da Banca Examinadora desta pesquisa e pelos incontáveis ensinamentos;

A meus "Tios Jan e Thina, cuja dedicação e carinho me proporcionaram o conforto da melhor família e da melhor casa que eu poderia ter durante minha estadia no Rio de Janeiro.

A minha irmã, ao Luciano e aos meus sobrinhos Thiago e Arthur pelo entendimento, força e compressão de minhas ausências.

Ao Adão, que acompanhou e torceu sempre;

A Meus sogros Zé Alberto e Delizete, por compreenderem sempre a situação, incentivar e estarem prontos e dispostos a me ajudar no que eu necessitava.

A meus grandes amigos Juliana, Alex, Elizete e Tarcísio que estiveram sempre me incentivando, apoiando e socorrendo nos momentos difíceis e do processo da dissertação.

A minha amiga Mariinha, pela disponibilidade, incentivo, força sempre.

A D. Amelinha pelo apoio, conselhos, ensinamentos e confiança incondicional no meu trabalho.

Ao professor Rogerio Carelli, pela amizade e incalculáveis ensinamentos, desde o período da graduação.

Aos seletos amigos da “A Diretoria” que compreenderam minha ausência nas diversas confraternizações e encontros.

A meus tios, primos, cunhadas, concunhados e sobrinhos pelo apoio sempre e compreensão pela falta em vários momentos.

Aos colegas do mestrado e doutorado, Vânia, Rosa, Teresa, Ranielle, Karina, Denise, Adelmo, Inês, Ana, Josiane, Raquel, Glória, Joana, Marcela, Mariana, Rita (...) pela amizade que ficou.

Aos professores do Programa de Pós Graduação do PPG-PMUS, pela aprendizagem e convivência enriquecedora.

Aos funcionários do Museu Municipal de Carangola, pela disponibilidade e presteza no atendimento da pesquisa.

A todos os entrevistados que aceitaram o convite e responderam o questionário da pesquisa.

A Tutty e Marcelo da Escola Oficina do Saber, pela confiança e apoio.

A todos os meus familiares e amigos pelo incentivo, apoio e compreensão de minha ausência e que de alguma forma me ajudaram.

MUITO OBRIGADO A TODOS!

*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,  
Muda-se o ser, muda-se a confiança.  
Todo o mundo é composto de mudança,  
Tomando sempre novas qualidades.*

Luis de Camões (2001, p.64).

## Resumo

PIMENTEL, Eduardo Francisco. **Museu Municipal: Memória, História e Identidade - O Museu municipal de Carangola-MG**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2016. Orientador: Prof. Dr. Marcio Ferreira Rangel.

A presente Dissertação tem como centro de discussão os museus públicos de natureza administrativa municipal, ou seja, os Museus Municipais brasileiros. Trata-se de um panorama geral dos aspectos e principais características destes museus – quantidade de museus no Brasil, tipologias de acervo, estrutura física, etc. Assim como, a designação e definição dos limites e as diferenças entre outros modelos de museus. Explicita-se ainda, as ações e políticas públicas de preservação do patrimônio e de políticas para museus, desde os anos 1930 até 2015, verificando como são contemplados os museus municipais brasileiros nas políticas e ações governamentais. A partir do estudo do Museu Municipal de Carangola, foi analisado, ainda, o papel dos Museus Municipais junto aos moradores da cidade de Carangola, no processo de fortalecimento de identidades e valorização da memória local. O objetivo principal da pesquisa foi identificar e analisar a relação da população carangolense com o museu, buscando entender como essa participa, valoriza e reconhece a instituição como um espaço seu, de memória e identidade. A metodologia utilizada para a realização do estudo, pautou-se em uma pesquisa bibliográfica, acrescida de pesquisa documental e da aplicação de questionário-Survey. Como resultados, é possível afirmar que as ações das políticas públicas propostas para o setor vêm sendo efetivadas nos últimos anos, contudo, de forma lenta e ainda distante da realidade em que se encontram os museus municipais brasileiros. E também, que a comunidade carangolense, apesar de reconhecer o Museu Municipal de Carangola como um espaço importante de preservação e memória local, não está integrada a ele e não o identifica como um espaço seu, de sua história e memória.

Palavras-chave: Museologia, Patrimônio, Política Pública, Museu Municipal, Comunidade

## Abstract

PIMENTEL, Eduardo Francisco. *Municipal Museum: Memory, History and Identity- The Municipal Museum of Carangola- MG*. Master Dissertation. Posgraduate Program in Museology and Heritage, UNIRIO/MAST. Advisor: Marcio Ferreira Rangel. 2016. 224 p.

In the present essay, we elected as the core of our discussion the public museums of municipal administrative character that is, Brazilian municipal museums. It is a general overview of the aspects, the main characteristics of these museums – their number in Brazil, typologies of collections, physical structures, etc. As well as the designation and the definition of the limits and differences between the other types of museums. We also tried to clarify the actions and the public policies of patrimony preservations and the strategies used by museums from 1930 to 2015, verifying how the municipal museums are benefited by the policies and governmental actions. By studying the Municipal Museum of Carangola, we also analyzed the role of municipal museums along with the local residents, in the process of the strengthening of identities and the valorization of the local memory. The main objective of this research was to identify and analyze the relationship between the population of Carangola with the museum, trying to understand how they participate, value and recognize the institution as their own space of memory and identity. The methodology used to conduct the studies was based on a bibliographic research together with documentary research and the application of surveys. As a result, we can claim that the actions of public policies offered to the sector have been taken effect in the last few years, however, in a slow pace and also distant from the reality of the Brazilian municipal museums. We can also affirm that, although the community of Carangola recognize the municipal museum as an important place of preservation and local memory, they are not integrated to it and do not identify the museum as their own space, of their history and memory.

Keywords: Museology, Patrimony, Public Policy, Municipal Museum, Community

## **SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS:**

**AAM** - Associação Americana de Museus

**ABM** – Associação Brasileira de Museologia

**CAMOC** - Comitê Internacional para coleções e as atividades dos Museus de Cidade

**CFC**- Conselho Federal de Cultura

**CNDA** - Conselho Nacional de Direito Autoral

**CNM** - Cadastro Nacional de Museus

**CNRC** - Centro Nacional de Referencia Cultural

**COFEM** - Conselho Federal de Museologia

**DEMU** - Departamento de Museus e Centros Culturais

**FNC**- Funda Nacional de Cultura

**FUNARTE** - Fundação Nacional de Arte

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IBPC** - Instituto Brasileiro de Políticas Culturais

**IBRAM** – Instituto Brasileiro de Museus

**ICMS** - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

**ICOFOM** - *International Committee for Museology, ICOM* (Comitê Internacional de Museologia do Conselho Internacional de Museus)

**ICOFOM LAM** - Organização Regional do Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM) para a América Latina e o Caribe

**ICOM** - *International Council of Museums* (Conselho Internacional de Museus) - órgão filiado à UNESCO

**IEPHA** - Instituto Estadual de Patrimônio Artístico e Histórico de Minas Gerais

**IHGB** - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

**IHGB** - Instituto Histórico, Geográfico Brasileiro

**IPHAN** – Instituto de Patrimônio Artístico e Histórico Nacional

**MAM** - Museu de Arte Moderna

**MASP**- Museu de Arte Assis Chateaubriand

**MEC** – Ministério da Educação e Cultura

**MHC**- Museu Histórico de Carangola

**MHN**- Museu Histórico Nacional

**MINC** – Ministério da Cultura

**MinC**- Ministério da Cultura

**MMC**- Museu Municipal de Carangola

**PAC**- Plano de Ação Cultural

**PNC**-Política Nacional de Cultura

**PNM** - Plano Nacional de Museus

**PNM** -Política Nacional de Museus

**PNSM** - Plano Nacional Setorial de Museus

**SBM** - Sistema Brasileiro de Museus

**SNM** - Sistema Nacional de Museus

**SPAN**- Serviço do Patrimônio Artístico Nacional

**SPHAN**- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Número de Museus por Unidade da Federação em 2010 e 2015.....	91
Tabela 2- Número de Municípios com Museu por Unidade da Federação em 2010 e 2015 ....	94
Tabela 3 -Total de Museus Brasileiros e Museus Municipais em Jun./2015 .....	96
Tabela 4- Número de Museus Municipais por ano de criação .....	99
Tabela 5- Composição do orçamento e valores das unidades museológicas 2010/2015.....	115
Tabela 6-Edital Modernização de Museus – Projetos aprovados 2004/2015 .....	117
Tabela7- Edital Mais Museus -2007/2010 .....	124

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1- Síntese das tabelas de Museu e visitantes (1947-1952) .....	45
Figura 2-Boletim -Programa nacional de Museus 1982 .....	51

Figura 3-Número de Museus Brasileiros e Museu Municipais por ano de fundação .....	52
Figura 4-Categoria de natureza administrativa de Museu Municipal.....	73
Figura 5-Mapa Quantidade de Museus por unidade de Federação 2015 .....	91
Figura 6- Gráfico do Número de Museus por Unidade de Federação em 2010 e 2015 .....	92
Figura 7 -Número de Municípios com Museus em 2010 e 2015 .....	94
Figura 8 -Número de Museu Municipais por Estado em 2015 .....	96
Figura 9- Grafico Porcentagem (%) de Museus segundo Natureza Administrativa, Brasil, 2010 .....	97
Figura 10-Gráfico Porcentagem (%) de Museus por Categoria de Natureza Administrativa, 2010 .....	98
Figura 11-Número de Municípios brasileiros, Municípios com Museus e MuseusMunicipais... ..	98
Figura 12-Gráfico Número de Museu Brasileiros e Museus Municipais por ano de fundação .	100
Figura 13- Gráfico Museus criados em 2010/2015 .....	101
Figura 14-Gráfico Porcentagem (%) de Museus por natureza administrativa segundo a existência de regimento interno, Brasil.....	103
Figura 15-Gráfico– Porcentagem (%) de Museus e Museus Municipais por Tipologia de Acervo, Brasil 2010 .....	105
Figura 16-Grafico -Porcentagem (%) por Tipologias de Acervo em Museus Municipais em 2015 .....	106
Figura 17- Gráfico- Porcentagem (%) de Museus Municipais por área edificada (m <sup>2</sup> ) .....	107
Figura 18- Gráfico do Número de instalações para portadores de necessidades especiais nos museus municipais.....	107
Figura 19-Gráfico da Porcentagem (%) de Museus por Natureza Administrativa segundo realização de exposições –Longa, Curta e Itinerante. ....	109
Figura 20-Gráfico-Porcentagem (%) de Atividades Culturais promovidas pelos Museus.....	110
Figura 21-Gráfico – Porcentagem (%) de Publicações Produzidas pelos Museus Brasileiros e os Museus Municipais.....	110
Figura 22-Número de Museus segundo número de funcionários, Brasil, 2010 .....	111
Figura 23-Gráfico- Porcentagem dos principais setores ocupados pelos profissionais nos museus Brasileiros e nos Museus Municipais -2010-2015 .....	111

Figura 24-Gráfico – Porcentagem (%) do número de funcionários segundo o setor e especialidade .....	112
Figura 25-Gráfico - Porcentagem de Museus segundo existência de orçamento próprio. 2010 .....	114
Figura 26-Gráfico - Porcentagem (%) de Museus com orçamento próprio segundo natureza administrativa. 2010 .....	114
Figura 27-Repasso de recursos publicos as instituições museais por fonte provedora .....	115
Figura 28-Gráfico Edital de Modernização de Museus 2004 a 2015.....	119
Figura 29-Gráfico - Prêmio Modernização de Museus- Microprojetos .....	121
Figura 30- Gráfico Edital de Premio de Modernização de Museus Microprojetos .....	122
Figura 31-Cartaz divulgação “Edital Mais Museus”2013.....	123
Figura 32-Figura - Grafico Porcentagem de Museu Municipais aprovados no Edital Mais Museus. ....	125
Figura 33-Gráfico – Projetos de natureza administrativa municipal aprovados pelo Edital “Mais Museus” 2007/2013.....	125
Figura 34-Mapa do Estado de Minas Gerais- Zona da Mata- Município Carangola .....	129
Figura 35-Mapa do Município de Carangola (1923).....	133
Figura 36-Carangola 1896 - vista panorâmica.....	134
Figura 37-Jayro Motta Hosken -1959 .....	138
Figura 38-Hino(a), Brasão(b) e Bandeira(c) Oficiais do Município de Carangola .....	142
Figura 39-Estádio Municipal “7 de janeiro” (atual Estádio Roseny Soares) década de 1960. .	144
Figura 40– Inauguração do Museu Histórico Municipal de Carangola em 1982 .....	152
Figura 41-Museu Histórico Municipal 1983.....	153
Figura 42-Brasão do Museu Histórico Municipal-1983.....	154
Figura 43-Regimento Interno do Museu Municipal de Carangola- 1983- p.5-7 .....	156
Figura 44-Reabertura do Museu Municipal de Carangola em 1993.....	158
Figura 45-Prédio do Museu Histórico Municipal-1992 .....	158
Figura 46-Sala Seção História Natural MHM-1992 .....	159
Figura 47-Salas do Museu Histórico Municipal 1992 .....	160

Figura 48-Visita de pesquisadores na “Toca dos Purís” 20/08/1993.....	161
Figura 49-Material coletado na visita aos sítios arqueológicos “Toca dos Purís” e “Córrego do Maranhão”.....	162
Figura 50-Reabertura do Museu Municipal de Carangola – 1994- Nas imagens Niza Drummond Delácio Albuquerque, seu esposo Winston Churchill de Albuquerque.....	164
Figura 51-Museu Histórico Municipal- 1996.....	165
Figura 52-Salas e Exposições do Museu 1997.....	166
Figura 53-Salas alagadas atingidas pela queda do barranco -2002.....	167
Figura 54-Salas atingidas pela queda do barranco -2002.....	168
Figura 55-Museu Histórico Municipal- Salas de exposição -2005.....	170
Figura 56-Desenho Projeto Corredor Cultural 2007.....	171
Figura 57-Prédios e galpões Rua Antônio Marques.....	171
Figura 58-Estação Ferroviária e Carangola – 1920 (ao fundo aparece o telhado da fábrica de macarrão da Empresa B&M, ao lado do escritório).....	172
Figura 59-Prédio do Escritório e Armazém da Empresa Barbosa & Marques em 1919.....	172
Figura 60-Prédio do Escritório da Empresa Barbosa & Marques em 1985.....	173
Figura 61-Museu Municipal de Carangola-2008.....	173
Figura 62-Planta baixa do Museu com espaços de exposições permanentes,2008.....	174
Figura 63-Sala exposição Memorial Barbosa e Marques 2008.....	174
Figura 64-Salas de Exposição Permanente –História Regional-2008.....	175
Figura 65-Salas de Exposição Permanentes -Arqueologia-2008.....	175
Figura 66-Salas de Exposição Permanentes – Biodiversidade do vale do Carangola- Fauna/Flora.....	176
Figura 67-Setor de Arquivo Histórico-2008.....	176
Figura 68- Brasão do Museu Municipal de Carangola-2008.....	179
Figura 69-Material de Divulgação Museu Municipal de Carangola-2008.....	179
Figura 70-Questões 1 e 2 do questionário.....	184
Figura 71-Questões 3 a 15 do questionário.....	185
Figura 72- Dados do entrevistado.....	185

Figura 73- Plano de Amostragem por Conglomerados.....	186
Figura 74- Mapa do Município com divisão dos setores no distrito sede. ....	187
Figura 75-Mapa do perímetro urbano da cidade de Carangola com os bairros sorteado para a aplicação dos questionários. ....	187
Figura 76-Gráficos- Nasceu em Carangola e a quanto tempo reside na cidade. ....	189
Figura 77-Gráfico "Para você Museu é:".....	190
Figura 78-Gráfico "Você sabe da existência do Museu em Carangola? Já visitou?".....	191
Figura 79-Gráfico "Quantas vezes já visitou o Museu?".....	191
Figura 80- Como soube da existência do Museu Municipal de Carangola.....	193
Figura 81-O que te levou a visitar o Museu?.....	192
Figura 82-Gráfico "Na visita ao Museu o que te chamou mais atenção no acervo e exposição? .....	193
Figura 83-Qual o motivo de ainda não ter visitado o Museu?.....	193
Figura 84-Gráfico Na sua opinião a população de Carangola reconhece e valoriza o Museu como um local importante de sua história e identidade?.....	194
Figura 85- Gráfico "E o poder público (representantes políticos) valorizam o Museu como local importante?.....	194
Figura 86-Gráfico "Você considera que sua história está representada no Museu Municipal de Carangola?".....	195
Figura 87-Gráfico - "Qual é o papel do Museu Municipal de Carangola de Carangola? .....	196
Figura 88-Gráfico Atualmente o Museu Municipal de Carangola exerce esses papéis ou funções?".....	197
Figura 89-Gráfico "Na sua opinião o que falta ou deveria mudar no Museu Municipal de Carangola?.....	197
<b>LISTA DE ANEXO</b>	
Anexo 1- Tabela – Projeto Museológico proposto por Mário de Andrade no Anteprojeto do SPAN-1936.....	227
Anexo 2- Lei Municipal nº 205 de 14 de maio 1959. Cria o Arquivo Histórico-Geográfico e Museu Histórico Geográfico Carangolense.....	229

Anexo3-Regimento Interno do Museu Histórico- Geográfico Carangolense 1983(p.1-9) .....	230
Anexo 4- Controle de Peças Expostas do Museu Histórico Municipal de Carangola 1982.(p.1-4) .....	234
Anexo 5- Classificação e do acervo do Museu e Arquivo -1983 (pp.1-11).....	236
Anexo 6- Ficha de Inventário do Museu Histórico Municipal.....	242
Anexo 7- Carta de Rogério Carelli diretor do Museu Histórico Municipal encaminhada ao prefeito Municipal de Carangola em 1983. (p.1-3) .....	243
Anexo 8- Projeto “Estruturação do Setor de Biologia do Museu Histórico Geográfico Carangolense ” de autoria de Braz Cosenza (1989)(pp.1-7).....	248
Anexo 9- Carta de Niza Albuquerque Drummond, encaminhada ao prefeito Municipal de Carangola (1994)(p.1-5).....	250
Anexo 10- Ata de reunião informal de membros dos Conselhos do Arquivo Histórico-Geográfico e Museu Municipal. (1994) (p.1-2).....	255
Anexo 11- Carta de Belarmino Aarão Crescencio, Diretor do Museu Histórico Geográfico Carangolense e Arquivo Histórico Geográfico de Carangola (1996) (p.1-3) .....	256
Anexo 12- Comodato Prefeitura e Empresa Babosa e Marques para instalação do Museu Municipal de Carangola (2007), (p.1-4).....	257
Anexo 13- Questionário aplicado à população de Carangola sobre o Museu Municipal de Carangola (p.1-2).....	259

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1. MUSEUS MUNICIPAIS: Panorama Geral.....	18
1.1 Aspectos históricos e evolução constitucional do Município Brasileiro.....	19
1.1.1.O Surgimento do município no Brasil.....	21
1.1.2 O Município brasileiro hoje.....	28
1.2 As iniciativas políticas e a Museologia e os museus no Brasil até a década de 1950....	29
1.3 A trajetória de uma política pública de museus no Brasil.....	44
2. MUSEUS MUNICIPAIS: conceitos e limites.....	59
2.1 Museu, memória e identidade.....	60
2.2 Museu Municipal: museu local, de cidade, de comunidade.....	72
2.3. Panorama dos Museus Municipais no Brasil.....	87
2.3.1- Editais: “Modernização de Museus”, Prêmio Modernização de Museu- Microprojetos’ e “Mais Museus”.....	118
3. MUSEU MUNICIPAL DE CARANGOLA: UM MUSEU DO INTERIOR MINEIRO.....	130
3.1 O Município de Carangola.....	130
3.1.1 A ocupação e fundação do Município.....	133
3.2 O Museu de Carangola.....	138
3.2.1 A década 1950: A criação do Museu Histórico- Geográfico-Científico Carangolense .....	138
3.2.2 Os anos 1970, 1980 e 1990- a instalação e organização do “Museu Histórico Municipal” .....	148
3.2.3 A primeira década do século XXI- O Museu Municipal de Carangola como espaço de reconhecimento e desenvolvimento social.....	170
3.3. A comunidade e o Museu Municipal de Carangola.....	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	201
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICA.....	210
ANEXOS.....	226

# INTRODUÇÃO

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa os museus municipais e como caso de estudo o Museu Municipal de Carangola (MG). O município de Carangola foi fundado em meados do século XIX e se destacou como um polo regional na indústria e um grande produtor de café no início do século XX, localizado Zona da Mata Mineira, região de elo entre os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. É um município de pequeno porte, com pouco mais de 35 mil habitantes. Nessa região, na qual se encontra localizado, há trilhas, cachoeiras, picos (o Pico da Bandeira e o do Cristal) parques estaduais, áreas de proteção ambiental e um “mar de morros”, o que caracteriza a diversidade do patrimônio natural. A cultura e a história regional são marcadas pelas “Fazendas de Café”, símbolos do poder e da economia do século XIX e XX e pelas festas profanas e sagradas. Essas marcas que identificam a diversidade e a identidade cultural da região têm como agentes da história os barões, os escravos, os comerciantes, os padres, os tropeiros, os viajantes, os advogados, os homens pobres e livres, entre outros.

O perímetro urbano do município é composto por um percurso de diálogos de tempos diferenciados, no itinerário podem-se vislumbrar transformações urbanísticas da cidade ao longo de sua história, características arquitetônicas peculiares, edifícios coloniais, ecléticos, modernistas. Uma visita ao museu revela, por exemplo, a passagem do trem pela via férrea que recortava a cidade, o apogeu da indústria e do comércio locais, os casebres, os galpões industriais (dentro de um desses se situa o museu), estações, jardins e praças em tempos diferenciados. A percepção das transformações revela a possibilidade da conjugação do passado com o presente.

O interesse pelos estudos relativos aos museus municipais iniciou-se em 1998 quando ingressei como funcionário no Museu Municipal de Carangola e mais efetivamente em 2005, ao assumir sua direção e me tornar membro do Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico e Cultural<sup>4</sup>. Período em que passei a visualizar a questão do Patrimônio e do museu por outro viés, a de gestor de cultura.

---

<sup>4</sup>O conselho criado pela lei municipal nº 2.228 de 18 de março de 1997 estabelece o “Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural” é o órgão responsável pela proteção do patrimônio cultural de Carangola. Este Conselho é constituído para atuar na identificação, documentação, proteção e promoção do patrimônio cultural de um município. É formado por representantes do Poder Público e da sociedade civil, orientados pela perspectiva de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Define as ações visando à proteção dos bens culturais. Tomba e registra bens culturais do município.

Na ocasião, deparei-me com uma série de questões. Dentre elas, inicialmente, a tentativa de recuperar e aumentar a arrecadação do ICMS Cultural no Município (em Minas Gerais a legislação incluiu, entre os critérios para distribuição do ICMS, os investimentos realizados na preservação do patrimônio cultural).<sup>5</sup> Posteriormente, uma intervenção na reforma, recuperação e implantação de um “Corredor Cultural” na cidade. A proposta era recuperar e revitalizar todo o conjunto de prédios e galpões da “Rua da Antiga Estação Ferroviária”, local até então abandonado, pois na visão de alguns moradores não passava de um espaço composto por um amontoado de prédios velhos e sem importância. Em contrapartida, para outros, o espaço era marcante, por estar associado ao apogeu do desenvolvimento econômico e social da história do município. Por isso, a importância da recuperação desse espaço, porque visava criar um centro catalizador de atividades relacionadas à memória, à cultura e ao turismo da região, com a reinstalação e a organização do Museu, da Biblioteca, da Casa de Cultura e do Centro de Artesanato. Esses espaços serviriam, efetivamente, como espaços de cultura, de história e de memória da comunidade, ao mesmo tempo, dotava-se ao local um “tom” de rememoração e representação de um passado marcante da cidade.

Outra questão a ser resolvida na ocasião e que coube especificamente a minha atuação como funcionário/Diretor foi a gestão e a organização do Museu Municipal, que naquele momento, encontrava-se com diversos problemas: em sua estrutura física (falta de espaço, salas inadequadas para exposição e guarda do acervo, ambientes insalubres, com infiltrações, umidade etc.); na estrutura orgânica, inexistência de funcionários e problemas nos procedimentos museológicos (documentação, pesquisa, conservação e comunicação). A resolução dessas questões era imprescindível, pois a meu ver, o Museu é um patrimônio cultural em potencial, uma instituição significativa na preservação e na promoção da valorização da cultura, da identidade, da história e da memória local. O Museu Municipal era um ícone.

Em relação a estes espaços, o Museu Municipal e a Rua da Estação, numa primeira interpretação, poderiam ser eleitos como “lugares de memória”. Segundo Nora (1993.p.23), nesses lugares ocorre uma tentativa de “parar o tempo” e bloquear a ação do esquecimento. Nesse caso, em especial, o objetivo era, através da preservação e da revitalização dos galpões do espaço da “Rua da Estação” e do Museu, promover um processo de lembrança e de recuperação de uma história de glória e de desenvolvimento econômico e social da cidade e município.

---

<sup>5</sup>Como forma de incentivo aos municípios e, mesmo, de viabilização de uma política de preservação do patrimônio, é feito pelo Estado o repasse de recursos advindos do recolhimento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços)- a chamada lei *Robin Hood* através do programa ICMS Cultural, coordenado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais- IEPHA. Ver sobre ICMS Cultural em Minas Gerais - <http://www.iepha.mg.gov.br/programas-e-acoas/municipalizacao-do-patrimonio-cultural>

É importante registrar que ao se elegerem alguns espaços e patrimônios como referenciais de memória, foram notabilizados indivíduos e grupos a eles pertencentes e ao mesmo tempo, apagam-se outros espaços e silenciam outros autores sociais. No caso especial desta pesquisa, elegemos como espaço o Museu Municipal e alguns indivíduos e grupos que participaram diretamente de sua constituição.

Considerando o valor que é atribuído a certos objetos, patrimônios como manifestações culturais e como símbolos de uma nação ou referências locais, as políticas de preservação do patrimônio terminam por criar, deliberadamente, “lugares de memória” a fim de reforçar, ou mesmo inventar, uma identidade coletiva e preservar sua memória. Somos levados a pensar que esses espaços, nos quais age a institucionalização da memória e da identidade, são espaços criados sem conflitos, sem pluralidade, com todos os elementos remetidos ao valor hierarquicamente superior que é a nação, seu passado e sua tradição. Porém, devemos atentar para o fato de que a apropriação do museu como espaço de memória se dá de maneira desigual por cada setor da sociedade.

Nesse sentido, destaca Burke (1989, p. 50): “[...] é proveitoso pensar em termos pluralistas sobre o uso das memórias por diferentes grupos sociais, que talvez também tenham diferentes visões do que é importante ou digno de memória”.

Ainda a respeito dos usos da memória, Burke (1989, p.84.) diz que devemos ficar atentos a quem quer que se lembre/ se esqueça, o quê e por quê? Por esse motivo, a memória está muito próxima das relações de poder e das representatividades políticas, permeadas pelo que “deixam” ou fazem lembrar. São “[...] os indivíduos que lembram dos fatos [...] mas são os grupos sociais que determinam o que é memorável e, também, como será lembrado”.

Ao elegermos o Museu Municipal como um “lugar de memória”, buscamos entender, inicialmente, as relações estabelecidas entre museu, memória, identidade e a institucionalização desses lugares ou espaços. Como são utilizados, por que são criados e com qual utilidade?

A valorização de referências locais é um fenômeno da contemporaneidade e podemos dizer que é uma estratégia de enfrentamento do processo de globalização, através da qual os vetores apontam para um futuro que torna mais complexo o sentido de pertencimento do homem a qualquer território, onde as identidades não territoriais ganham cada vez mais força; o patrimônio, os museus e esses lugares desempenham um papel cultural essencial para a manutenção de memórias e identidades.

Segundo Nora (1993), a criação dos lugares de memória surge no momento particular de nossa história, na ruptura entre a história-memória, no fim da sociedade-memória e com o aparecimento da “história da história”.

Momento de articulação onde a consciência da ruptura do passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento ainda desperta, memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória por que não há mais meios de memória” (NORA, 1993, p.07)

O interesse e a revalorização do passado relacionados à criação de “lugares de memória”, a locais de rememoração desse passado com monumentos, arquivos e especialmente museus, buscam evitar o esquecimento e impor a noção de um tempo estável à instantaneidade atual. Os “lugares de memória”, como representações de um passado, procuram enfatizar uma noção de continuidade pertença. Dessa forma, ocorre certa obsessão pela preservação, por constituir-se, diretamente, da criação, da manutenção e da utilização dos lugares como referenciais da memória local.

Esses lugares de memória constituem-se numa lembrança ou num recordar muito específico do que se quer preservar, geralmente, impulsionado por um grupo que faz lembrá-lo de forma estratégica.

Ainda de acordo com Nora (1993, p.13-15), entende-se por ‘lugares de memória’:

[...] museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações [...] os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque essas operações não são naturais

Contudo, em nosso entendimento, o Museu Municipal de Carangola, através de sua trajetória, se aproximaria dos “lugares de memória”, como conceituado por Nora, apenas em uma das fases de sua história. Mais precisamente no terceiro momento de sua reestruturação (início do século XX), ocasião em que muitos referenciais da história da cidade/ município, estavam se perdendo ou caindo no esquecimento. Talvez pela onda de modernidade, de “desenvolvimento urbano” ou por novas gerações da comunidade que não compreendiam o espaço, não se relacionavam com a história local e não carregavam na memória e em suas identidades uma afinidade com a cidade ou município.

A intenção de recuperar e criar um “lugar ou espaço de memória” na cidade, no início de século XX, através do Museu, associava-se, justamente, à intenção de preservar a história e fazer lembrar um momento, os quais para muitos não eram valorizados, pois não os reconheciam, logo não os pertenciam a suas memórias. Recorrendo a Halbwachs (1990)

podemos dizer que, como as lembranças não mais subsistem na mente das pessoas (na memória coletiva), é necessário fixá-las através da história ou dos “lugares de memória” de Nora.

Na presente pesquisa, elegemos, então, os Museus Municipais como nosso centro de discussão. O termo “Museu Municipal” foi aqui adotado para designar a instituição museológica pública de natureza administrativa municipal, delimitada pelo espaço imediato de seu entorno e que se situa em uma das extremidades das esferas administrativas de museus – Museu Nacional, Museu Estadual, Museu Regional, Museu Municipal, ou seja, um Museu local mantido e gerido pelo poder público municipal.

Consideramos esses museus (museus locais/municipais) como “espaços de memória e identidade” de um grupo e território. O Museu Municipal, especialmente de pequenas cidades, tem como especificidade ou se faz crer existente, a proximidade com o público visitante e a comunidade. Um museu local de um território que abriga um número menor de segmentações sociais (ZANOTTI, 2009), um museu onde a primeira visita não é completamente isenta de referências prévias em face de o prédio já ser conhecido ou o entorno ser familiarizado, os funcionários serem vizinhos ou por já ter ouvido falar do museu em algum lugar da cidade, por isso são mais cotidianos, palpáveis e com forte sentimento de identidade local.

Os museus criados por órgãos governamentais, em sua grande maioria, se apresentam como um modelo conceitual de museu “Tradicional ortodoxo” (SCHEINER, 2008, p. 92), focados especialmente nas coleções e na valorização do objeto. Neles, o estético do ambiente é fundamental, existe, ainda, um roteiro previamente definido e um público determinado. Esses museus que surgiram no Brasil foram criados sob a égide do modelo europeu na reunião de artefatos, muito mais por sua curiosidade e preciosidade, mas também pelo culto ao herói, pela história oficial representada por meio de coleções e objetos coletados de famílias da elite ou valorizadas por ela. Esses museus ligados a órgãos governamentais, também trazem em si uma carga que os liga à gente da terra, a um espaço social, físico, dos afetos, das memórias, das tradições, do seu modo de ser, ou seja, visa salvaguardar a cultura brasileira e a identidade nacional.

Este trabalho justifica-se pela crescente necessidade de fortalecimento das identidades culturais no mundo contemporâneo, pela apropriação desses bens culturais como estratégia de valorização do local. O Museu Municipal/local pode representar um campo fecundo para a prática de uma cidadania mais plena e participativa, pois nesses espaços, os sentimentos, crenças, valores e comportamentos de uma coletividade e vizinhança estão mais incutidos; os valores de pertencimento ainda encontram-se na dinâmica social.

A preocupação e a valorização de referências culturais e identitárias locais, são representadas e interpretadas de diversas formas ao longo da história. Entretanto, foi durante

os séculos XIX, XX e na transição para XXI, período de modernização e de globalização, que tais reflexões ganharam maior força e foram amplamente discutidas, inclusive dentro do campo museológico.

No Brasil, essa iniciativa de valorização da memória e da identidade nacional ganha força e defensores, inicialmente nos anos 1920 e 1930, momento de grandes mudanças no panorama político, social e cultural brasileiro como o movimento Modernista, os ideais nacionalistas, a Era Vargas e as políticas de preservação do patrimônio cultural e, claro, a valorização da cultura nacional.

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela maturidade das políticas culturais e de preservação, pela criação de novas instituições dedicadas aos museus e pelas influências teóricas sobre o campo museológico. Entre os eventos que antecedem Santiago destacamos: Seminários Regionais organizados pelo ICOM, como o do Rio de Janeiro em 1958, o de Jos na Nigéria em 1964 e o de Nova Déli em 1966.

Já nas décadas de 1970 e 1980, com a Mesa Redonda de Santiago do Chile e o advento da chamada Nova Museologia, os estudos voltados para a memória local e o museu como espaço ideal para a construção da ideia de pertencimento e de cidadania ganharam fundamental importância. A Nova Museologia, a partir de 1983, se opunha ao que seria um museu tradicional, afirmando que este é elitista e voltado para si mesmo, distanciado dos indivíduos e dos grupos. Segundo os preceitos da Nova Museologia, os museus devem assumir sua função social e superar os limites de uma cultura voltada à produção e à circulação de bens culturais da elite. Varine (1985), um dos criadores do conceito de ecomuseus, nos mostra alguns princípios norteadores dessas transformações como: o objeto está a serviço do homem e não o inverso; a arte não é a única expressão cultural do homem; o profissional do museu é um servidor da comunidade, e por fim, o visitante não é um consumidor dócil, mas um criador que pode e deve participar da construção do futuro.

As novas práticas desenvolvidas priorizaram o respeito à diversidade, integrando os museus às diversas realidades locais. Estas transformações estão inseridas em um cenário abrangente em que a educação, a história e as ciências sociais se transformam e impactam no universo dos museus e da museologia. Com o tempo, os museus brasileiros modificaram e diversificaram suas narrativas, abandonando, em parte, antigos heróis nacionais, trazendo representantes mais populares da nação. Os objetos que antes ocupavam uma posição central, deram espaço ao papel social da instituição.

No Brasil, as décadas de 1980, 1990 e 2000, de fato foram períodos expressivos e significativos na criação de museus, especialmente de museu municipais, sendo 193 criados na

década 1980, 278 em 1990, 273 em 2000, 320 até 2010 e nos últimos 5 anos 61 museus de natureza municipal (IBRAM,2011/ 2015).

A partir do exposto, elegemos como nosso recorte empírico o Museu Histórico Geográfico, Científico Carangolense ou Museu Municipal de Carangola (MMC), o primeiro instituído na região do Vale do Carangola, da Zona da Mata Mineira. Criado em 14 de maio de 1959.

Adotamos como recorte temporal de análise as décadas de 1950 e 1960, período de criação do Museu Municipal de Carangola; as décadas de 1970 e 1990 marcadas pela reinauguração e instalação do Museu e as décadas de 2000, até a presente data, fase de reestruturação, reorganização e introdução de novas práticas museológicas na instituição.

Após a lei de criação do Museu Municipal de Carangola, em 1959, e as diversas iniciativas nas décadas seguintes para consolidar a instituição, o acervo foi ampliado, após sucessivas campanhas e doações, constituindo-se de peças e coleções doadas pela comunidade local, regional e coletadas de instituições públicas e particulares.

Seu acervo foi formado por objetos diversos: fotografias, documentos, utensílios, peças de arte sacra, mobiliário, armas, pinturas e obras de artistas locais, espécimes de zoologia e de história natural, coleções arqueológicas do Vale do Carangola etc. Deve-se destacar que esta diversidade de objetos/coleções é uma característica marcante dos museus municipais.

Entretanto, com as mudanças nas administrações municipais e na direção do museu, a organização, os critérios de seleção, de conservação e de tratamento do acervo, praticamente paralizaram, provocando uma grande desorganização do acervo e do Museu. Essas discontinuidades das instituições públicas por causa da mudança na administração municipal, conforme mencionado, alteram as políticas públicas, mudam os profissionais, conseqüentemente, mudam, também, a forma de trabalho. Tanto é verdade que, embora o Museu tenha passado por várias reformulações, tornando-se uma referência na região, tanto que é reconhecido como uma instituição “importante” para a cidade, ainda assim, devido às configurações políticas municipais citadas, novamente encontra-se em condições precárias, haja vista sua infraestrutura deficitária, consequência dos descasos do poder público

Apesar de todas as turbulências citadas, consideramos que o Museu Municipal de Carangola é um modelo de Museu Municipal, cujo acervo, qualitativamente e quantitativamente é riquíssimo e diverso, sendo composto de objetos de diferentes categorias: História, Arte, Arte Popular e Artesanato, Arqueologia, Etnologia, Ciências Naturais, Mineralogia, Arquivístico,

Documental, Imagem e Som. Esse acervo é proveniente do município e da região vizinha que no passado pertencia ao território do município de Carangola.

O Museu Municipal de Carangola é um exemplar dos chamados “Lugares de Memória”. A área onde foi reinstalado o museu, “Rua da Estação”, era um local considerado por alguns como um “lugar morto” com construções velhas, casarões abandonados, sem muita importância para outros como um espaço de lembranças e histórias de um passado mítico e nostálgico, de uma época áurea de prosperidade e de desenvolvimento regional do município. Nos últimos anos, esse espaço tornou-se centro de interesse imobiliário, comercial e área de preservação histórica.

Como morador do Município de Carangola e membro atuante do campo cultural da cidade e profissional vinculado, em alguns momentos, com a trajetória do Museu, levantei um conjunto expressivo de informações que viabilizaram o desenvolvimento da presente pesquisa de dissertação. O acesso aos documentos do Museu, a afinidade e o conhecimento que tenho da estrutura da instituição, juntamente com minha disponibilidade funcional para o mestrado, facilitaram a pesquisa. Considero relevante ressaltar que as disciplinas que cursei no programa e a bibliografia que tive acesso foram bases fundamentais para a estruturação deste trabalho.

Em nossa observação, pudemos identificar que o Museu Municipal de Carangola apresentava semelhanças ao “museu-memória” proposto por Santos (2006, p.21) quando afirma que:

[...] a história é tratada de forma muito próxima àquela dos antigos antiquários ou mesmo da história romântica, que demonstravam o desejo de resguardar do tempo o que fosse comemorativo e autêntico, bem como um forte sentimento comemorativo do passado.

Sobre a composição e a organização do acervo, destacamos a afinidade nos princípios e nas características propostos por Mário de Andrade (Cf. CHAGAS, 2009, p.9) para a constituição de Museus Municipais. De acordo com Chagas (id.), o poeta modernista Mario de Andrade definia os Museus Municipais como imprescindíveis na valorização do existente: do mais singelo ao mais sofisticado, do popular ao erudito, da cópia ao original, do testemunho natural ao cultural, sem a preocupação de coleções fechadas. A narrativa museológica, nesse caso, surge do diálogo com a população interessada na constituição do museu. Para operacionalizar esses museus municipais, Mário de Andrade (DUARTE 1938, v.19) aponta alguns caminhos:

É mesmo espantoso como estas coisas ficam relativamente barato, desde que as municipalidades façam a força financeira inicial de fornecer um bom edifício e jardim. Um caipira mesmo virá construir sua “taipa”. A indústria? As próprias fábricas forneceriam os gráficos, os produtos, os desenhos e explicações de seu

funcionamento, em grandes quadros de adorno das paredes. Sei disso, por experiência própria, pois quando se tratou, no Departamento de Cultura, de organizar um mostruário da fabricação de discos, tudo, desde a bonita e cara vitrina, foi oferecido grátis por uns das fábricas daqui. Quanto aos objetos do museu, não haverá munícipe que não ofereça o que possui de arqueológico, de folclórico e mesmo de histórico ou de artístico, em benefício e glória de seu município. Talvez seja necessário mudar de vez em quando de partido na prefeitura, pois desconfio que muitos prefeitos só receberão ofertas de seus correligionários, Ah, política!

Ao analisar a estrutura conceitual e administrativa do MMC, podemos identificar algumas semelhanças com as práticas museológicas de Barroso (1954), principalmente no que se referem aos denominados museus históricos. A partir do trabalho no MHN e do Curso de Museus, foi estabelecido um padrão de museu e criou uma "escola" que se disseminou por todo o território nacional.

É justamente essa composição de "museu-memória" proposta por Santos (2004) e a estrutura museológica para os museus municipais, citada por Mário de Andrade (id) e as práticas de Barroso, que nos provocaram as primeiras questões e indagações sobre a criação, formação, funcionamento e a trajetória desses museus municipais. As legislações, os relatórios, os documentos referentes à política para área cultural, formulada desde o período do Estado-Novo, perpassando pelos governos militares, até os dias de hoje, têm atendido de maneira eficiente à realidade dos museus locais/municipais brasileiros? Como as políticas públicas de cultura contribuíram, interferiram e influenciaram na apropriação de linguagens e práticas museológicas nos pequenos municípios? Qual modelo de museu e de prática museológica influenciou na criação, na organização e na estruturação do Museu Municipal de Carangola? O Museu Municipal de Carangola foi feito pela comunidade ou para a comunidade? Qual a participação da comunidade e do poder público municipal no museu? Qual é a principal função desempenhada pelo Museu Municipal de Carangola? O Museu Municipal é reconhecido pela comunidade como um espaço, de memória, de história e de identidade local?

Diante desses questionamentos, definimos como objetivo geral da pesquisa a "Identificação e a análise da relação da comunidade com o Museu Municipal de Carangola", e como objetivos específicos: Caracterizar o conceito de Museu Municipal, sua atuação, função, diferenças e semelhanças de outras categorias administrativas de Museus; Analisar a ação das políticas públicas nacionais em relação aos museus municipais; Observar, no contexto atual, quais são as teorias e práticas museológicas, presentes e viabilizadas no museu municipal de Carangola; Verificar a adequação do Museu Municipal de Carangola ao Decreto nº 8.124 de 17/10/2013; identificar as diferentes apropriações do museu por diferentes atores da comunidade.

No primeiro momento, traçamos como hipótese, a possibilidade de a Comunidade de Carangola não valorizar e não reconhecer o Museu Municipal como um local importante. Seu papel encontra-se pouco integrado e ativo ao museu.

Outra questão relevante abordada no presente trabalho, diz respeito ao panorama nacional dos Museus Municipais. Atualmente os Museus Municipais representam a categoria de natureza administrativa que possui o maior número de museus em quase todo território brasileiro. Segundo dados do IBRAM (2011 p.63), a categoria dos museus municipais apresenta um percentual bem superior às demais categorias administrativas. Em 2010, perfaziam o total 41,1% das instituições museológicas do país, além de constituir a maioria de museus em todos os Estados e regiões. No Sul e no Sudeste, chegam a ser mais numerosos do que os estaduais e federais somados. No caso do Estado de Minas Gerais, os museus municipais chegam ao percentual de 47,2% do total.

Apesar da expressiva presença dos museus municipais nas estatísticas, sabemos muito pouco sobre essas instituições e os aspectos relativos ao acervo, a qualificação profissional, a gestão do poder municipal, as ações e atividades de exposição, a comunicação, a educação e a informação. Muitas instituições se encontram em condições críticas, excluídas praticamente de todos os aspectos e funções que um museu deveria possuir: não conservam, não investigam, não educam, não expõem, não integram.

Na maioria dos pequenos municípios, as políticas públicas nacionais e estaduais não chegam e as municipais inexistem. No caso específico das políticas públicas para museus, desde as primeiras décadas do século XX, têm sido desvinculadas da realidade dos museus locais, devido, em grande parte, ao desconhecimento da complexidade dessas realidades. Os museus municipais, em muitos casos, são esquecidos como importantes espaços sociais, culturais de identidades e excluídos das ações governamentais. Nesses aspectos, buscamos no presente trabalho traçar um panorama geral sobre as diversas características dos museus municipais brasileiros.

Destacamos, ainda, que mesmo com o surgimento e a propagação de novas concepções e práticas museológicas desenvolvidas nas últimas décadas, com valorização dos referenciais locais, o fortalecimento das identidades, o desenvolvimento local e a participação da comunidade; que os museus devem ser feitos com a comunidade e não para a comunidade etc., a maioria dos museus municipais ainda adota e reproduzem o modelo clássico de museu, bem diferente das tendências mais contemporâneas.

A relevância desse tema representou uma motivação e um desafio para a pesquisa que realizamos. A sua validade e a sua importância se fizeram notórias, uma vez que possibilitou analisar a sociedade em que estou inserido e as relações que existem entre os grupos

pertencentes a ela. Acreditamos que haja uma similiaridade no processo de formação dos elementos e das práticas museológicas em outros museus municipais e de outras regiões do país, o que valida ainda mais a realização desta pesquisa.

Além do acima exposto, as indagações e os questionamentos realizados ao longo deste trabalho podem motivar outras reflexões e questionamentos que poderão contribuir para a consolidação da teoria e da prática museológicas.

Destacamos que o presente estudo se insere na Linha 2 de Pesquisa: Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento, do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Os Museus Municipais são incorporados ao contexto de estudo do patrimônio, da museologia, da memória e identidade. O Museu Municipal apresenta-se como uma instituição que coleciona, documenta, pesquisa, comunica, conserva e preserva os vestígios, objetos (materiais e imateriais) de uma história, memória e identidade vinculadas a um espaço e um grupo específico. A pesquisa incorpora-se ao mesmo tempo ao projeto “Construção e a Formação de Coleções Museológicas”, coordenado pelo professor Dr. Marcio Ferreira Rangel.

Na presente dissertação, adotamos como fundamento de reflexão o estudo das relações e dos conceitos de Patrimônio, Museu, Museologia, Memória e Identidade. A preservação do bem cultural, nesse caso, através do Museu Municipal, proporciona a construção de uma “memória” que permite o reconhecimento de características próprias, ou seja, reafirma a identidade. A memória não está separada da identidade e nem do museu, já que sua conexão é o que promove o diálogo, a construção de conhecimento e o fortalecimento de uma consciência histórica;

O suporte teórico para a discussão desses temas é proveniente da área de conhecimento das Ciências Sociais, advindo de autores dos campos da História, Memória e Identidade, como NORA, LE GOFF, HALBWACHS, POLLAK, e da Museologia, SCHEINER, RANGEL, VARINE-BOHAN, entre outros.

Para atingir os objetivos propostos, adotamos a metodologia de análise de conteúdo e de análise comparativa, a partir da coleta de dados documentais, bibliográficos e de questionários aplicados aos moradores da cidade. Como sugere Le Goff:

[...] a história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos quando não existem. (...) Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença e a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (FEBVRE apud LE GOFF 1990, p. 540)

A partir dessa afirmação, também reconhecemos na museologia o trabalho com a noção de documento em seu sentido *lato*. Para produzir o conhecimento, a museologia utiliza tudo o que pertence materialmente e imaterialmente ao homem.

Segundo Pereira (1998, p. 94), a análise de conteúdo permite a descrição sistemática, objetiva, quantitativa e qualitativa do conteúdo da comunicação. A autora assegura que os documentos que servem a uma análise de conteúdo podem ser naturais (já existentes na realidade social) e elaborados, para atender às necessidades de levantamento de dados das pesquisas.

Já na análise comparativa, Schneider e Schmitt (apud BERTOTTO 2007, p77) afirmam que se centram nas relações existentes entre fenômenos análogos, apontando diferenças e semelhanças. Segundo os autores:

É lançando mão de um tipo de raciocínio comparativo que podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e discontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais. (BERTOTTO 2007, p.77)

Na primeira coleta de dados utilizamos a pesquisa bibliográfica, buscando conhecer e conceituar as principais características temáticas: museu, museologia, município, memória, identidade a fim de chegarmos à análise dos dados.

No levantamento dos dados documentais, reunimos os documentos, legislações federais, estaduais e municipais, resoluções, notícias de jornais e os questionários advindos das entrevistas. A análise documental constituiu uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

Em nossa análise de conteúdo, tomamos a coleta e levantamento de documentos que consideramos fundamentais para compreendermos nosso objeto. Dentre os documentos destacamos: Lei Municipal de criação do Museu de Carangola Nº 205 de 14 de maio de 1959; Lei Municipal nº 198 de art.10 de maio de 1959 que dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura de Carangola; Resolução Nº 02/83 que aprova o Regimento Interno do Museu; Regimento Interno - regulamenta o funcionamento do Museu Municipal de Carangola; Lei Municipal Nº2003 – Considera Utilidade Pública o Museu Municipal de 11 de Abril de 1983; Lei Nº2.545- de 02 de Julho de 1991 - Da nova Redação aos artigos 1º, 5º, e 7º da Lei Municipal nº 211 de 14 de maio de 1959; Termo de Comodato – Entre a Prefeitura de Carangola e a Empresa Barbosa e Marques S.A, na cessão de prédio para abrigar o Museu Municipal de Carangola de

26 de janeiro de 2007 ;Projeto de reinstalação e revitalização do Museu Municipal de Carangola - 2007; Livro de Registro e catalogação do Museu Municipal de Carangola (1983); Documento de Organização do Acervo do Museu Histórico Municipal- (1989); Jornal Folha da Mata - Data: 20-2-1959;21-5-1959; 28-5-1959; 11-6-1959; 17-6-1959; 23-7-1959; 5-9-1959; 5-9-1959; 5-9-1959); Jornal Gazeta de Carangola - Data 30-05-1959; 27-07-1959; 27-02-1976; 27-06-1976; 16-08-1978; 25-08-1978; 13-12-1980; 17-01-81; 31-01-1981; 07-02-1981; 14-02-1981); Jornal da CIDADE – Data (1991 a 1994); Livro de Atas do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Carangola – 1998-2014; Coleções de Fotografias do Acervo do Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola (AHG/MMC) Carta de Mario de Andrade a Paulo Duarte em apoio à Campanha Contra o Vandalismo e o Extermínio do Patrimônio, publicada no jornal Estado de São Paulo de 10 de agosto de 1937 e outros.

Esse acervo, encontra-se no Arquivo Histórico e Geográfico do Museu Municipal de Carangola (AHG/MMC) e na Secretaria Municipal de Cultura Turismo, Esporte e Patrimônio Cultural de Carangola.

Utilizamos ainda alguns documentos que norteiam as políticas museológicas da atualidade: Museus em Números, Vol. 1 e 2 (IBRAM 2010), Guia de Museus Brasileiros- IBRAM, 2010, Dados do Cadastro Nacional de Museus (Junho/2015) disponibilizados pela Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal – CGSIM do IBRAM; os Editais de Modernização de Museus (2004 a 2015), Editais “Mais Museus” (2007 a 2013) e os Editais Prêmio de Modernização de Museus- microprojetos (2011 a 2014).

Pesquisamos, também, nas legislações ligadas às políticas públicas museológicas implementadas nos âmbitos federal que de alguma maneira influenciam os museus municipais: a Política Nacional de Museus, o Decreto de criação do Sistema Brasileiro de Museus (Decreto nº 5.264/2004), a Lei de criação do Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM (Lei nº 11.906, de 2009), Estatuto de Museus (Lei nº 11.904/2009), o Decreto que regulamenta o Estatuto e o IBRAM (Decreto nº 8.124/2013).

Dentre os documentos de abrangência internacional que delinearam práticas e teorias sobre as políticas museológicas, elegemos: o relatório do Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus (1958), a Declaração de Santiago do Chile(1972), a Declaração de Quebec (1984) e a Declaração de Caracas (1992).

A outra investigação utilizada na pesquisa foi a aplicação de questionários com adoção da metodologia de pesquisa de *Survey* exploratória. A partir da categoria de Amostragem Probabilística Por Conglomerados (MARCONI e LAKATOS, 2002, p.282),

sorteamos dentre os 16 bairros do Município de Carangola, três bairros, três setores, as respectivas residências e os moradores para a aplicação dos questionários.

A aplicação do questionário teve como principais variáveis conclusivas as questões e objetivos: a) Avaliar a opinião da população de Carangola quanto a sua concepção de museu; b) Se a população sabe da existência e se já visitou o museu; c) Se o museu é importante para a memória e a identidade local e se é valorizado pela comunidade e pelo poder público e d) O que a população entende por função do museu.

Da análise do conteúdo documental, bibliográfico e dos questionários (resultado do Survey) extraímos as informações que serviram de parâmetros comparativos e conclusivos para nossas hipóteses e questionamentos.

Definimos como recorte metodológico temporal da pesquisa, a análise de três momentos: o primeiro as décadas de 1950 a 1960, período de criação do Museu Municipal de Carangola. Momento em que os Museus e a Museologia conquistam um espaço privilegiado nas pautas e debates em diversos países, inclusive no Brasil. No período do Pós-guerra, ocorre uma proliferação de museus em todo mundo, acontece um esforço para a profissionalização do campo, uma nova forma de compreensão dos museus surge, diversas instituições e iniciativas de caráter preservacionista são criadas: UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e a Cultura- 1945)<sup>6</sup>; ICOM (Conselho Internacional de Museus- 1946); no Brasil, destaca-se nesse período a criação de importantes Museus: Arte Moderna do Rio de Janeiro em 1948, Imagens do Consciente em 1952, Museu do Índio em 1953 entre outros. Neste cenário, destacamos, ainda, a realização do 1º Congresso Nacional de Museus em Ouro Preto no ano de 1956 e o primeiro Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus, ocorrido em 1958, no Museu de Artes Moderna do Rio de Janeiro.

No segundo momento, elegemos as décadas de 1970 a 2000, período marcado pela segunda mobilização, para organização e(re)implantação do Museu Municipal de Carangola. Nesse momento, destacamos no panorama museológico a Mesa Redonda de Santiago do Chile de 1972, o surgimento da Nova Museologia, a Declaração de Quebec de 1984 e a Declaração de Caracas de 1992, o advento de uma museologia mais ativa,

---

<sup>6</sup>A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, na sigla em inglês) ao final de uma Conferência, que se reunira, entre 1º e 16 de novembro de 1945, em Londres, para criar uma organização educacional e cultural. A ideia surgira em 1942, em meio à Conferência de Ministros da Educação (CAME, na sigla em inglês) de governos aliados, que já debatiam formas de reconstruir seus sistemas de educação quando a paz fosse restaurada. Três anos depois, a proposta se materializou na UNESCO, criada como uma organização que deveria encarnar uma genuína cultura de paz. Na visão dos representantes dos 37 países presentes à Conferência, a nova entidade deveria estabelecer a solidariedade moral e intelectual na humanidade, prevenindo, assim, um novo conflito mundial. Disponível em :VALDERRAMA, Fernando. A History of UN ESCO. Paris: UNESCO, 1995. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001017/101722E.pdf>>. Acesso em: 7/3/2015.

participativa e democrática. No Brasil, ressaltamos a implementação do Programa Nacional de Museus, ligado à Fundação Pró-memória para revitalização dos museus brasileiros e a criação do Sistema Nacional de Museu, em 1986, que tinha o objetivo de articular e apoiar financeiramente projetos museológicos.

E no terceiro momento, destacamos as décadas de 2000 até atualidade, fase de reestruturação, reorganização e introdução de novas práticas museológicas na instituição e ação de novos atores na gestão do Museu Municipal de Carangola. No panorama nacional, destaca-se nesse momento o significativo crescimento e a implantação de diversas ações, programas e políticas culturais para museus: Política Nacional de Museu (2003), implantação do Sistema Brasileiro de Museus (2004), da primeira pós-graduação em museologia do Brasil (2006), do Sistema Estadual de Museus de MG (2009), criação IBRAM(2009), Estatuto dos Museus(2009) e outros.

A presente dissertação é dívida em três partes com o Capítulo 1- Museus Municipais no Brasil: Panorama Geral; Capítulo 2 – Museus Municipais: Conceitos e Limites; Capítulo 3- Museu Municipal de Carangola: um museu do Interior.

No Capítulo um, buscamos inicialmente dissertar sobre alguns aspectos históricos da evolução constitucional dos municípios no Brasil. Optamos por destacar algumas características, mudanças e permanências de como os municípios foram sendo apresentados nas Constituições que vigoraram ao longo da história do país. Abordamos, ainda, sobre as principais características, iniciativas, ações e políticas públicas de cultura, que influenciaram a Museologia e os Museus brasileiros ao longo do século XX e que contribuíram para a formação de uma política pública de museus na atualidade.

No capítulo dois, refletimos sobre as relações do Museu com a Memória e a Identidade na valorização da cultura local e o reconhecimento desse espaço na comunidade. Buscamos, ainda, caracterizar e identificar a categoria de Museu Municipal, as diferenças e limites de outras tipologias de museus e modelos conceituais. Dedicamo-nos, também, à elaboração de um panorama geral dos museus municipais na atualidade. Buscamos pontuar e comparar as principais características, dados institucionais e estruturas desses museus brasileiros. Analisamos, ainda, alguns programas e ações do Plano Nacional de Museus como os Editais “Mais Museus, o “Prêmio Modernização de Museus-Microprojetos” e Edital “Modernização de Museus”. Buscamos nessa análise identificar como essas ações influenciaram e interferiram nos museus municipais brasileiros.

No capítulo três e último, nos dedicamos ao estudo de caso do Museu Municipal de Carangola. Para iniciar a análise, dividimos a trajetória histórica do museu em três fases, pois, em nosso entender, a instituição foi concebida e percebida de forma diferente ao longo

de sua história. O tempo, os grupos sociais e atores envolvidos, as diferentes concepções teóricas influenciaram em sua evolução. A primeira fase de estudo, “A década de 1950: A criação do Museu Histórico- Geográfico-Científico Carangolense”, tem como recorte temporal os anos 1950 e início dos anos 1960, período no qual acontecem as primeiras iniciativas de criação e instalação de um Museu no Município de Carangola. Na segunda fase, tratamos do Museu Municipal de Carangola em fins dos anos 1970 e as décadas de 1980 e 1990, momento no qual ocorre uma segunda mobilização para (re) implantação do museu local, dentro das comemorações do centenário do município. O terceiro momento de análise do Museu Municipal de Carangola tem como recorte os anos 2000 até a presente data. Nessa fase, o Museu passa por outra reestruturação: espaço físico, profissionais envolvidos, concepções expositivas, participação da comunidade e do poder público. Buscamos identificar nesses três momentos quais foram as diretrizes, as práticas e as concepções museológicas, as influências teóricas, a qualificação dos profissionais envolvidos e, também, como ocorreu e ocorre a participação da comunidade no Museu. Detalhamos, ainda, todos os passos utilizados na pesquisa, desde a organização do instrumento de coleta - os questionários, a metodologia aplicada e os resultados da pesquisa de opinião.

## **CAPITULO 1**

# **MUSEUS MUNICIPAIS NO BRASIL: PANORAMA GERAL**

# 1. MUSEUS MUNICIPAIS NO BRASIL: PANORAMA GERAL

[...] o município é o *locus* privilegiado do fazer e da fruição cultural, na medida em que é a instância mais próxima dos 'modos de vida' da população", ou seja, é a ponta, é o local onde os direitos são efetivados, onde a cultura e as trocas culturais acontecem. (IBGE,2007)

## 1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E EVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO BRASILEIRO

Numa definição usual, um Município é geralmente uma divisão administrativa autônoma do território do estado governada por uma prefeitura, que é o órgão executivo das leis e uma câmara municipal que é o órgão legislativo. O termo também se refere ao grupo de pessoas que habitam um mesmo território ou pode referir-se, algumas vezes, a uma cidade ou povoado.

Para efeito de nosso estudo, adotamos a definição de Município, entendida como sinônimo de governo local, cuja característica instrumental é a descentralização governamental e a presença de poder público dentro do território de um país.

Segundo Jacques (Apud 1970, p.147, MARCO 2005. p.2).

O Município, antes de ser uma instituição político-jurídica, o é social, e, mesmo, natural, porque resulta do agrupamento de várias famílias num mesmo local, unidas por interesses comuns. Como a família e a propriedade, é um fenômeno social, que precedeu, no ponto de vista sociológico, o advento do Estado.

Para alguns autores como Blasi (1983 p.14 apud MARCO 2005 p. 3) a ideia de município remete ao período da antiguidade, cuja importância da organização local (religiosa e social) vinculava-se a características comunitárias:

O município é a associação dos vizinhos, em território determinado. Origina-se do instituto e da necessidade do homem que procura associar-se para conseguir o desempenho de vários serviços, alguns em todo indispensáveis, outros embora não obrigatórios, todavia possibilitadores de melhores condições para a vida individual e coletiva.

Esse caráter associativo, em que as pessoas buscavam a ajuda recíproca, marcou a evolução das cidades e municípios. Hoje, devido ao grande crescimento das metrópoles, esse panorama se transformou consideravelmente. Assegura Meirelles (1996, p.33) que "[...] o

gigantismo das cidades modernas e os problemas do campo destruíram as relações de vizinhança e o espírito comunitário que caracterizavam os Municípios da antiguidade."

Já Bastos (1988; 1993, p. 217), afirma que os traços fundamentais do município são mantidos desde seu aparecimento, apesar de ter assumido feições variadas, no decorrer da história.

Podemos considerar que esses traços fundamentais do município primitivo, até hoje, são mantidos, resistindo em muitas localidades, especialmente nas pequenas cidades e comunidades do interior do Brasil, onde o caráter de coletividade e pertença local ainda é presente.

Segundo Zenha (1948 apud FABRIS 2008, p.71), o Municipalismo foi conhecido a partir de Roma. Com a República Romana, pode-se afirmar que o Município surgiu como unidade político-administrativa. Segundo ele, os municípios romanos apresentariam grande vigor até o século I do Império quando atingiram seu ponto mais alto de consolidação institucional. Ao conceder vantagens municipais às cidades conquistadas, Roma permitia a prática de velhos usos e costumes desde que não contrariassem a política geral do Estado<sup>7</sup>. O verdadeiro interesse dos romanos era a manutenção pacífica das cidades que os seus exércitos estavam conquistando. Bastos (1988, p.33) destaca que:

Os vencidos ficaram sujeitos, desde a derrota, às imposições do Senado, mas, em troca de sua sujeição e fiel obediência às leis romanas, a República lhes concedia certas prerrogativas que variavam de simples direitos privados (*jus connubi, jus commercii*, etc.) até o privilégio político de eleger os seus governantes e dirigir a própria cidade (*jus suffragii*). As comunidades que auferiam essas vantagens eram consideradas Municípios

Jacques informa (1970 apud, MARCO, ibidem p.2) que Roma, depois de passados duzentos anos de Monarquia e quinhentos anos de República, passou a imprimir o regime municipal. Para este autor, Sila (80 a.C) foi "o verdadeiro instituidor do regime municipal romano", e que tinha como estrutura a seguinte composição:

a assembleia dos cidadãos, que votava os estatutos (regulamentos e posturas) e nomeava (elegia) os magistrados; b) um conselho de 100 membros, que exercia as funções do Senado romano (controlava a ação da assembleia); c) quatro magistrados, que ministravam a justiça; d) os duumviri (equivalente a dois cônsules), os supremos magistrados da comunidade, os quais exerciam a censura; e) dois questores, que administravam os fundos; f) dois colégios de adivinhos pontífices e algures, que exerciam as funções religiosas. (JACQUES

---

<sup>7</sup> O verbete aparece, no dicionário latino com a seguinte conotação: *municipium-ii* – município cidade livre que se governa por suas próprias leis e tinha foros e privilégios de Roma. A palavra é formada de *múnus* ou *munia*, que significa muro, jurisdição cercada, ou ainda presente, encargo. Município é a jurisdição sobre a qual Roma tomou o encargo. (TAVARES, 1997p. 169 apud CRETELLA JUNIOR 1950)

Essas comunidades que recebiam vantagens ou que recebiam algum poder ou reconhecimento eram consideradas Municípios (*municipium*) e dividiam-se, ainda, em duas categorias: *municipia caeritis* e *municipia foederata*, conforme a maior ou menor autonomia dentro do direito romano. No ano 40 antes de Cristo, a *Lex Julia Municipalis*, editada por Júlio César, estendeu o regime municipal a todas as colônias da Itália. É a partir do século I que o Império passa a imprimir grande uniformidade ao funcionamento do município, impondo uma padronização administrativa em todo o mundo romano, inclusive à Península Ibérica. Essa soberania política dos municípios resiste até meados do século IV quando ocorrem as invasões bárbaras (MARCO, 2005p.4).

Segundo Zenha (1948 apud FABRIS 2008p. 75-76), “Após as devastações promovidas pelas primeiras hordas de bárbaros, os godos se instalaram no território lusitano sem, contudo, promoverem mudanças significativas no que restou das instituições romanas em Portugal”. O autor comenta que, após as invasões, e, posteriormente, às guerras de reconquista, a prática de autogoverno ficou enraizada no espírito da população do território lusitano, e o município passa a se constituir uma peça de grande importância, tanto no estabelecimento da sua soberania sobre o território português quanto na disputa travada com a nobreza do reino.

Com o desenvolvimento da burguesia, surgem novas cidades livres na Europa. De acordo com Tavares (1997, p.170), na Inglaterra, o municipalismo desenvolveu-se desde 1450, na Espanha surgiram os *ayuntamientos* e, em Portugal, os Concelhos de Homens Bons, assembleias eletivas que governavam as cidades. As instituições das municipalidades portuguesas aparecem já nas Ordenações Afonsinas (anteriores a 1512) e nas Manuelinas (de 1512), que serão transplantadas para o Brasil.

### **1.1.1 O surgimento do município no Brasil**

O modelo municipal observado no território brasileiro tem origem no ordenamento jurídico português, estabelecido logo após a chegada dos europeus nas terras brasileiras e com a criação das Capitânicas Hereditárias.

Como ocorreu na Península Ibérica, o município no Brasil exerceu um papel de grande importância na política colonial. A orientação ideológica e as bases jurídicas das instituições foram dadas pelos arranjos contidos nas Ordenações Filipinas, porém adaptadas através dos Conselhos ao novo meio social. Como destaca Oliveira Vianna

[...] oriunda da desmedida amplitude da base física de cada capitania, não se reduz à formação de governículos locais, representados pela autoridade todopoderosa dos capitães-mor das aldeias. Os próprios caudilhos locais, insulados nos seus latifúndios, na solidão dos altos sertões, eximem-se, pela sua mesma inacessibilidade, à pressão disciplinar da autoridade pública; e se fazem centros de autonomia efetiva, monopolizando a autoridade política, a autoridade judiciária e a autoridade militar dos poderes constituídos. São eles que governam, são eles que legislam, são eles que guerreiam contra as tribos bárbaras do interior, em defesa das populações que habitam as circunvizinhanças das suas casas fazendeiras, que são como seus castelos feudais e as cortes de seus senhorios. (VIANNA 1993, p.17)

O município começou a funcionar no Brasil em 1532, sob a vigência das Ordenações Manuelinas (1521) e mais tarde sob o ordenamento jurídico contido nas Ordenações Filipinas (1603). O *Concelho*, denominação dada à assembleia de vizinhos detentores de concessões de forais, era autorizado a ser instalado nas localidades em que tivessem pelo menos a categoria de vila concedida por ato régio, sendo ele formado por um corpo político administrativo que implicava um núcleo de casa, uma população e um território denominado "Termo", sobre o qual exercia a jurisdição municipal. Os membros do *Concelho* elegiam os representantes das Câmaras coloniais, escolhidos entre os chamados homens-bons, moradores que se destacavam pelas suas qualidades pessoais como riqueza, origem nobre, entre outras distinções, embora no Brasil Colônia essa regra geral de distinção pessoal nem sempre foi observada devido à crônica escassez de população. (BICALHO 1998; CAMARGO, 2013)

Os *Concelhos* e Câmaras tiveram importante participação na vida político e social do Brasil em todo o período colonial. Leal (1997, p. 42) afirma que, não obstante às imprecisões relativas ao papel dos membros dos Concelhos, as câmaras coloniais tinham funções muito mais importantes e abrangentes do que as modernas municipalidades, pois exerciam também as atribuições policiais e judiciárias, não havendo ainda nessa época a distinção moderna da divisão dos poderes. Ele destaca, ainda, que elas tinham atribuições que hoje são do Ministério Público e que também desempenhavam as funções de polícia rural e de inspeção de higiene pública, além de elegerem um grande número de funcionários na administração geral e deterem o direito de nomear procuradores às Cortes.

Segundo Prado Júnior (1979), foi a partir do final do século XVII e início do século XVIII, que a autonomia municipal entra em um processo de declínio. Com a descoberta e exploração das minas e o desenvolvimento econômico da colônia, os municípios perdem o prestígio municipal diante da maior fiscalização e centralização da metrópole na vida colonial:

[...] esta transformação, que se define pela maior penetração econômica da metrópole, repercute no terreno político pelo desaparecimento gradual da nossa autonomia local do primeiro século e meio de colonização. Desloca-se a autoridade das mãos dos proprietários territoriais, a antiga classe dominante, para as da Coroa portuguesa (JUNIOR, 1979, p.41).

Entretanto, afirmam Montouro (1975, p.27 apud MARCO 2005) e Leal (1997, p.32), “[...] foi com a Independência do Brasil que se iniciou a fase verdadeiramente brasileira de nossa história municipal”, ou seja, mais próxima da ideia de município hoje. Assegura-se que a origem constitucional do Município brasileiro está no artigo 167 da Carta Magna de 1824:

Art.167. Em todas as Cidades e Villas ora existentes, e, nas mais, que para o futuro se criarem haverá Câmaras, às quais compete o Governo econômico e Municipal das mesmas Cidades e Villas (BRASIL, Constituição 1824).

O que podemos concluir é que, apesar de a legislação imperial (Constituição de 1824) ser o embrião da concepção municipalista no Brasil, a autonomia dos Municípios era muito limitada, devido ao centralismo provincial. E mesmo com a mudança de regime (Império para República), com a Constituição Republicana de 1891, que reservou um Artigo exclusivamente ao Município- "Art. 68. Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios, em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse." (BRASIL, Constituição 1891) a autonomia municipal foi na verdade, apenas simbólica.

No início do regime republicano, as primeiras medidas descentralizadoras davam maior autonomia ao município, porém essa autonomia inicial seria logo suprimida pelas reformas nas constituições estaduais. A consequência natural foi a concentração de poder na órbita estadual, que foi ampliada pela concentração de poder provincial, legitimada pela “Política dos Governadores”. Para Leal (1997, p.32-33):

Durante os 40 anos em que vigorou a Constituição de 1891 não houve autonomia municipal no Brasil. O hábito do centralismo, a opressão do coronelismo e a incultura do povo transformaram os Municípios em feudos de políticos truculentos, que mandavam e desmandavam nos “seus” distritos de influência, como se o Município fosse propriedade particular e o eleitorado um rebanho dócil ao seu poder.

Já com a Revolução de 1930 e, conseqüentemente, com a elaboração da Constituição de 1934, tem-se uma modificação estrutural na organização política, visando aumentar significativamente a autoridade do poder central. Durante essa fase, foram criados os Conselhos Municipais que eram responsáveis pela administração e contas da administração local, foi regulamentada a eletividade de prefeitos e vereadores. Ao Município, foi atribuída renda própria, podendo decretar os seus impostos e taxas e a arrecadação e aplicação de suas rendas, bem como a organização de sua competência.

Para alguns autores como Leal e Montouro, a Constituição de 1934 foi inovadora na organização municipal, pois propiciou o afastamento do mandonismo político dos Estados que, no regime anterior, pelas Constituições e por suas Leis de Organização Municipal, oprimiam os Municípios.

É importante destacar para nosso estudo, que foi com a Carta de 1934 que aparece pela primeira vez referência constitucional à proteção do patrimônio histórico ou artístico, como competência concorrente dos Estados e Municípios:

“Art. 10 - III - proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte;(...)

Art. 148: "Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual."(BRASIL, Constituição.1934. Grifo nosso)

Contudo, as ações práticas da Carta de 1934 não foram amplamente desenvolvidas devido ao golpe de 1937. Com o Estado Novo de 1937, a autonomia dos municípios foi amplamente afetada. Os Prefeitos passaram a ser nomeados pelos Governadores dos Estados (Interventores Federais) e a previsão de eleição para Vereador apenas ilustrou o texto constitucional que nunca foi obedecido. Acima do Prefeito, estava ainda o Conselho Administrativo Estadual, órgão controlador das atividades municipais. As Câmaras Municipais perderam completamente sua função democrática, visto que todo o poder decisório estava atrelado unicamente ao Prefeito. Cabe ressaltar que o município nessa Carta, ainda não figurava como ente integrante da federação.

No que se refere à proteção do patrimônio pelo município, o Artigo 134 da CF/1937 e o Decreto 25/1937 (BRASIL, Constituição 1937), reforçou e regulamentou a competência do Poder Público (União, Estados e Municípios-) na proteção dos monumentos históricos, artísticos e naturais:

Art. 134 - Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional. (Brasil, Constituição de 1937).

Merece destaque nesse decreto, a criação de uma instituição ícone para a preservação do patrimônio nacional, que foi o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- SPHAN, resultado de um anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, a pedido do então Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema<sup>8</sup>.

A criação do Sphan em 1937 representa um marco nas políticas de preservação do patrimônio cultural no país, influenciando a descentralização de políticas na área para os estados e municípios, bem como nas ações da sociedade civil. Regina Abreu aponta que:

---

<sup>8</sup>Sobre a criação do Sphan e seus desdobramentos na polícia de preservação brasileira, dissertaremos mais detalhadamente ao longo da dissertação.

O trabalho iniciado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937 foi importante não apenas para implementação e para a consolidação de uma política pública, de âmbito federal, de construção de referências materiais para a memória nacional. Mais significativa ainda foi a disseminação do conceito de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não apenas para outras esferas do poder público com também para outros domínios da sociedade civil. (...) Ao longo de todos estes anos, os governos estaduais e municipais formularam políticas próprias de patrimônio, segmentos da sociedade civil encontraram respaldo para lutas específicas contra a especulação imobiliária e descentralização de cidades, vilas e povoados (ABREU, 2007, p.271. Grifo nosso)

Com a Constituição de 1946, o Município ganha maior autonomia em relação à Constituição anterior. Durante essa fase, além do critério de distribuição da renda pública, também houve a repartição de competências entre a União, os Estados e os Municípios. Essa Constituição estabeleceu simetria entre o governo municipal e as demais esferas, dispondo de um novo sistema político municipal, integrado agora por Poderes Executivo e Legislativo. Outra grande conquista do Município, na Constituição de 1946, foi a possibilidade de se invocar o Supremo Tribunal Federal, caso as Leis Estaduais ferissem a autonomia municipal.

Na questão da proteção patrimonial, a Constituição de 1946 inaugurou a preocupação em relação à proteção de documentos históricos e reafirmou o que havia sido prescrito na Constituição de 1937, ou seja, a responsabilidade e dever do Estado na preservação do patrimônio e os bens culturais, (Art. 175 - As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público). Nos anos 50, durante o período JK, uma das principais iniciativas foi a organização de campanhas patrimoniais em defesa do folclore brasileiro. O Sphan prosseguiu como a principal instituição reguladora das políticas culturais.

Com o Golpe Militar de 1964, as conquistas municipais retrocederam, enfraquecendo os poderes locais, os Municípios passaram a ser meras entidades administrativas dos Estados. Merece destaque nesse contexto, a criação de um capítulo (capítulo III) na Constituição de 1967, destinado às competências dos Estados e Municípios e a criação de novos municípios, alguns tidos por relevantes para a segurança nacional e algumas consideradas estâncias hidrominerais.

O Governo militar criou uma série de manobras e possibilidades de intervenção da União nos Estados-membros e Municípios como: a obrigatoriedade da nomeação dos prefeitos das capitais e das estâncias hidrominerais pelo Governador do Estado; a intervenção da União nos Estados para garantir que as cotas tributárias fossem realmente entregues aos municípios; a nomeação dos Prefeitos dos Municípios, cuja aprovação caberia ao Presidente da República; a determinação do número de vereadores aos municípios; além disso, previu, ainda, a hipótese de intervenção dos Estados-membros nos Municípios: "quando a administração municipal não prestar contas à que esteja obrigada na forma da lei estadual", o que foi uma evolução à

moralidade; os Municípios perderam sua autonomia em tríplice aspecto: político, financeiro e administrativo.

No campo da preservação do patrimônio, a Constituição de 1967 adiciona novas categorias de bens a serem preservados, como jazidas e sítios arqueológicos anteriormente classificados como locais de valor histórico, sendo incluída uma ementa que afiançava o direito à proposição de ação popular com vistas a anular os atos lesivos ao patrimônio público. O IPHAN voltou-se para a inventariação da arquitetura e das obras de arte brasileiras destacadas pelo seu valor estético, pela restauração do patrimônio degradado no intuito de devolver o estado de “pureza original” dos bens. Entretanto, com a instauração do Ato Institucional nº5 (AI-5) de 1968 e os subsequentes Atos (mais 12 A-I) alteraram-se profundamente as relações entre o Estado e os municípios nas diversas áreas, inclusive em relação às políticas de preservação.

Já a última Constituição Federal, promulgada em 1988, ampliou consideravelmente a autonomia dos municípios brasileiros, inserindo-os na organização política-administrativa da Federação Brasileira, dotando-os de governo próprio e determinando competências legislativas e administrativas em relação às do Estado e da União, caracterizando a descentralização política e o equilíbrio entre os entes federativos. Aos municípios, foi concedido o poder de elaborar sua própria Lei Orgânica (BRASIL, Constituição 1988), os prefeitos passaram a ser eleitos pelo voto direto e simultâneo, realizado em todo o país, a exemplo do que já ocorria com os vereadores. A receita municipal foi ampliada, o Município passou a ter participação maior nos impostos federais e estaduais. O Município recebeu algumas competências comuns (Art. 23)<sup>9</sup> com a União, os Estados e o Distrito Federal como, por exemplo: zelar pela guarda da Constituição e das instituições democráticas; cuidar da saúde e assistência públicas, proporcionar meios de

---

<sup>9</sup>CF, Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Parágrafo único. Lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

acesso à cultura, à educação e à ciência; proteger o meio ambiente; proteção do patrimônio cultural, etc.; mas também, conquistou competências privativas (art.30.)<sup>10</sup>, dentre elas de legislar em assuntos de interesse local. (Grifo nosso)

Cabe destacar que, em relação à proteção do patrimônio, a Constituição de 1988 (Art. 216), evoluiu em comparação com as anteriores, sendo uma Carta marcante no que se refere à preservação do patrimônio cultural nacional. A nova Constituição definiu o que se constitui o patrimônio cultural nacional, ressaltou a importância da proteção, indicando a obrigação do Estado em garantir o pleno exercício dos direitos culturais, bem como a participação da comunidade juntamente com o poder público no desempenho das formas legais de proteção, definindo, inclusive, responsabilidades, punição aos danos e ameaças ao patrimônio.

A Constituição Federal de 1988 impôs ao patrimônio cultural o tratamento que lhe era devido:

**Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

**§ 1º** O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. [...]

Outro aspecto significativo da Constituição de 1988 na questão dos municípios e que consideramos importante para a compreensão de nosso objeto de pesquisa, (os museus de

---

10.CF.1988 .Art. 30. Compete aos Municípios- legislar sobre assuntos de interesse local; [...] IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10637721/artigo-30-da-constituicao-federal-de-1988> Acessado em; 03/04/2015

natureza administrativa municipal), refere-se à ampliação das políticas de descentralização<sup>11</sup>, estimulando o fortalecimento das instâncias subnacionais e a democratização no plano local.

### **1.1.2 O município brasileiro hoje**

Atualmente, no Brasil, definimos a entidade administrativa urbana local – ou Município – como um ente federativo, constituindo a esfera mais local de poder, ao lado dos Estados e da União. Os municípios podem ser considerados os equivalentes legais de “cidade”, mas esta concepção proporciona divergências nas estatísticas de urbanização, pois muitos municípios abrangem extensões rurais, os arredores dos subúrbios ou até mesmo de floresta. Por outro lado, os municípios podem se subdividir em distritos, subprefeituras ou regiões administrativas. Do ponto de vista demográfico, adota-se no país a definição dada pelo IBGE, segundo qualquer comunidade urbana caracterizada como sede de município é considerada uma cidade, independentemente do seu número de habitantes.

Cada município tem seu autogoverno, autoadministração, auto-organização e sua própria Lei Orgânica, possuindo natureza de pessoa jurídica de direito público com autonomia política, dentro de limites estabelecidos pela Constituição Brasileira de 1988. A mesma Constituição define que os municípios dispõem apenas dos poderes Executivo, exercido pelo prefeito, e Legislativo, sediado na câmara municipal (também chamada de câmara de vereadores). O Poder Judiciário organiza-se em forma de comarcas, as quais abrangem vários municípios ou parte de um município muito populoso.

Atualmente existem 5.570 municípios em todo o território nacional, alguns com população maior que a de vários países do mundo (municípios com milhões de habitantes), outros com menos de mil habitantes; alguns com área maior do que vários países no mundo, outros com menos de 4 km<sup>2</sup>. O estado-membro com o maior número de municípios é Minas Gerais, com um total de 853 e o estado com menos municípios é Roraima, com apenas 15.

---

<sup>11</sup> Adotamos como conceito de descentralização de políticas públicas o processo de: a) repartição das responsabilidades em torno da formulação, implementação e controle de políticas entre as esferas nacional, estadual e municipal; b) a existência de mecanismos de coordenação intergovernamental e c) a estruturação de um sistema de gestão que envolva o diálogo com a sociedade, ou seja, a ampliação da participação da sociedade organizada na gestão das políticas públicas. STARLING, Monica. Estado e Políticas de Cultura: os desafios da descentralização. Disponível em <<http://partnersnet.com.br/index.php/noticias/exibir/282>> Acesso em 29/06/2015

## 1.2 As iniciativas políticas e a museologia e os museus no Brasil até a década de 1950.

O conceito de políticas públicas é amplo e podemos afirmar que elas são as bases, e as diretrizes norteadoras de ações do poder público com a sociedade, mediando os atores sociais e o Estado na contribuição de estratégias para solução de problemas. De acordo com O'Donnell (1976 apud RANGEL 2010, p.128) Política pública pode ser definida como:

Um conjunto de ações e omissões que manifestam uma modalidade de intervenção do Estado em relação a uma questão que chama a atenção, o interesse e a mobilização de outros atores da sociedade civil. Desta intervenção, pode-se inferir uma determinada direção, uma determinada orientação normativa, que, presumivelmente, afetará o futuro curso do processo social desenvolvido, até então, em torno do tema.

Nesse caso, as políticas são ações explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (FREY, 2000, p.213). Em nossa investigação, serve de embasamento para a área político cultural e mais especificamente, a museológica.

Para Moraes (2009), na bibliografia utilizada usualmente por profissionais das Ciências Sociais “as políticas públicas são marcadas pela lógica e condições que regem as sociedades locais: concentração, centralização, ausência de equidade e exclusão como permanências”. E essas políticas não reconhecem a urgência de novos enfoques: “a descentralização dos bens e produção cultural, a universalização do acesso à cultura e à gestão participativa das instituições, temas e problemas que apontam a urgência do setor.” O autor lembra ainda que as políticas públicas são:

[...] regidas pela lógica das urgências e imediatismos dos efeitos e visibilidade, apresenta marcas do modelo social de dominação e controle social. As ideias e estratégias em contrário são consideradas ameaças à ordem social, aos próprios demandantes e empecilhos à modernização da sociedade. A política das carências e ausências se impõe e resiste às ações de grupos, projetos e instituições sociais (MORAES, 2009, p.55)

Entretanto, Moraes ressalta que ao longo do século XX, as políticas públicas impuseram novos temas, relações e formas de organização e gerenciamento entre o Estado, as instituições e a sociedade, passando a permitir expectativas de ganhos sociais e maior equidade, diminuindo as tensões e promovendo a mobilização de grupos e interesses. Porém, o autor adverte que as políticas em geral não são universalizantes e apresentam diferentes naturezas e impactos, necessitando de agências governamentais para reverter tendências, resolver situações concretas, traçar hierarquias de prioridades e cronogramas de ação. Sendo assim:

[...] as políticas públicas, foram moldadas e definidas por condições locais e internacionais. São influenciadas por crenças e percepções socioeconômicas e gerenciais, através de alianças conjunturais e focais. Também foram sujeitas às condições das instituições, regras e relações de poderes políticos dominantes, dos modelos técnicos e disputas ideológicas que influenciavam a seleção e a hierarquização de decisões, elaboração, implementação e avaliação de grupos da sociedade civil por suas prioridades. (MORAES, 2009, p.55)

A partir da segunda metade do século XX, as políticas públicas ganharam mais importância nas estratégias dos Estados, sociedades e instituições empenhadas em reduzir os efeitos e desigualdades do modelo social. “Elas deixam de ser instrumento de poder do Estado para se constituir em eixo de lutas.” (MORAES, 2009, p.56)

Como qualquer política pública, a política cultural é o conjunto articulado e fundamentado de decisões, projetos, programas, recursos e instituições, a partir da iniciativa do Estado. Para Calabre (2005, p.2), política cultural pode ser definida da seguinte maneira:

[...] um conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura. A recuperação da política cultural levada a cabo por um determinado governo ou em um período da história de um país pode ser realizada através do mapeamento das ações do Estado no campo da cultura, ainda que este não as tenha elaborado ou reunido como um todo coerente, como uma política determinada. O mapeamento de tais ações deve ter como foco os âmbitos da produção, da circulação e do consumo culturais.

Segundo Nascimento (2006), a história da política cultural brasileira pode ser dividida em quatro ciclos bem definidos: chegada da família real em 1808; no Reinado de Pedro II; no período getulista e na ditadura militar. Esses ciclos são marcados por iniciativas diversas de criação de uma imagem de Nação, tendo o governo como indutor de ações culturais. Segundo o autor, estamos passando atualmente pelo quinto ciclo, que tem a “democracia como sua gênese”, o que pode ser percebido na elaboração do Plano Nacional de Cultura e na implantação do Sistema de Cultura, articulados com setores do governo e a sociedade civil. O autor adverte ainda que “O conjunto das políticas públicas de cultura tem sido percebido como fator de desenvolvimento econômico e de inclusão social, o que implica o reconhecimento da cultura como área estratégica para o desenvolvimento do país” (NASCIMENTO, 2006, p 2).

Para compreendermos como as políticas públicas para museus, em especial nos museus municipais, estão estruturadas na atualidade, cabe a *priori*, analisar como essas políticas constituíram-se ao longo da história brasileira.

As primeiras ações de colecionismo e de cunho museológico no Brasil datam do século XVII, no período colonial, durante a dominação holandesa em Pernambuco. Para Chagas (2009, p.64) esta ação pode ser entendida como “[...] parte de um projeto civilizador de modernidade” do governo de Mauricio de Nassau. Após a vitória dos holandeses contra os portugueses, Nassau, viu a necessidade de criar um centro administrativo para gerir o comando

das novas terras holandesas. Dentro de uma ilha despovoada (Ilha de Antônio Vaz), Nassau estabeleceu seu quartel-general e construiu dois palácios para sua residência, o palácio de Boa Vista e o Palácio de Friburgo ou Vrijburg. Nassau, um admirador da fauna e da flora brasileira mandou construir um museu no parque do Palácio de Vrijburg, que incluía jardim botânico, jardim zoológico e observatório astronômico.

Em meados do século XVIII, com a valorização das Ciências Naturais, influenciadas pelo pensamento europeu, surgiu no Rio de Janeiro em 1785, a Casa de Xavier dos Pássaros, conhecida popularmente como “Casa dos Pássaros”, que “[...] por mais de vinte anos, colecionou, armazenou e preparou produtos naturais e adornos indígenas para enviar a Lisboa” (LOPES, 1997, p. 26). É nesse momento, que o Brasil passa a dispor de um espaço responsável por executar as atividades de coleta, pesquisa e exposição da fauna e da flora brasileira, dando, assim, início aos que poderíamos chamar de primeiros fazeres museológicos. Porém, foi só no início do século XIX, com a chegada da corte portuguesa no território brasileiro, em 1808, que são instituídos os primeiros museus.

É no contexto da chegada da família real, no início do século XIX, com a necessidade de fortalecimento do reino português em terras brasileiras que foi criado um museu que teria como objetivo “civilizar o Brasil” (SANTOS, 2004, p. 54), através do seu desenvolvimento científico. Em 6 de junho de 1818, foi criado o Museu Real, que ao longo do século XIX recebeu status de Museu Imperial e, posteriormente, de Museu Nacional, hoje Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. O Museu Real formou-se a partir do núcleo original de acervos trazidos pela Coroa e, também pelo acervo formado pelas coleções da antiga “Casa dos Pássaros”<sup>12</sup>.

Para Lopes (1997, p. 38-45) o decreto de criação do Museu Real definiu como finalidade propagar os conhecimentos e os estudos das ciências naturais no Reino do Brasil, sendo sua função “[...] identificar os produtos naturais únicos dessa parte do mundo, para proveito das Ciências e das Artes e deles prover os museus do mundo”. Ao Museu, assim cabia organizar e catalogar as coleções de produtos regionais enviadas pelos governadores de cada província. Aberto ao público em 24 de outubro de 1821, contava com quatro salas de exposição com acervo composto por objetos de caráter histórico, doados pela coroa portuguesa e com coleções de zoologia, de mineralogia e de botânica, além de vestes, ornatos, armas e outros objetos indígenas brasileiros.

---

<sup>12</sup> Ver – “Casa dos Pássaros” Em 1784, o Vice-Rei D. Liz de Vasconcelos criou, no Rio de Janeiro, a “Casa de História Natural”, que logo ficou conhecida pela população como a “Casa dos Pássaros”. Era um pequeno museu de história natural que possuía em seu acervo aves empalhadas, diamantes de Minas, múmias de índios, coleções de etnografia brasileira, entre outras peças. A casa abrigava também seres vivos, como jacarés, capivaras e urubus. A instituição localizava-se no antigo Campo de Lampadosa, atual Av. Passos, RJ e em 1813, foi oficialmente extinta. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/musnac.htm>; Acesso em 26/03/2015.

Seguindo a matriz europeia, especialmente francesa, vários outros museus são criados no Brasil ao longo do século XIX, fomentando o desenvolvimento da museologia brasileira, entre eles, o Museu do Instituto Histórico Brasileiro, em 1838; o Museu do Exército, em 1864; o da Marinha em 1868, e nos mesmos moldes do Museu Nacional foram criados em 1866 o Museu Paraense de História Natural e Etnografia o (atual Museu Paraense Emilio Goeldi) e o Museu Paulista, em 1894. Sobre esses museus, Marcio Rangel destaca que:

[...] o Museu Nacional, o Museu Goeldi e o Museu Paulista que além de contribuírem para a institucionalização das ciências naturais no Brasil, se inscreveram no panorama internacional, mediante intercâmbios científicos, não só com os museus europeus e norte-americanos, mas também com os latino-americanos. (RANGEL,2010, p.119).

Para Lopes (1997), esses três museus são representativos do pensamento de uma época, com características enciclopedistas e dedicados à pesquisa em ciências naturais de etnografia, paleontologia e arqueologia. Esses museus representaram a produção no país do conhecimento científico das chamadas ciências naturais, durante o final do século XIX e início do século XX.

No Brasil, a predominância dos museus enciclopédicos estendeu-se até as décadas de vinte e trinta do século XX, quando entraram em declínio, sobressaindo-se, então, os museus de caráter nacionalista, que tinham em vista celebrar e fundamentar a identidade nacional. Abordagem essa, ainda presente em muitos museus na atualidade.

Essa tendência pode ser percebida, logo após a emancipação política do país, com a criação de instituições educacionais e científicas, que tinham como objetivo a tarefa de construir a história da nação e a construção de uma memória nacional, como forma de garantir a unidade territorial e forjar uma identidade para o recém-formado estado brasileiro.

Podemos considerar que a historiografia produzida na Monarquia e logo após, na chamada Primeira República brasileira, teve como proposta a construção da nacionalidade brasileira, o amor à pátria e à nação. O pensamento predominante na época, por parte da classe dominante, não demonstrava interesse em mostrar o lugar de sujeição da Colônia com relação à Metrópole, nem tampouco a dominação social sofrida pelos povos africanos e nativos. Pautava-se, unicamente, em criar a identidade da nação resultante da colaboração do branco colonizador, do negro e do índio. Em uma das vertentes da história desse período era visivelmente pautada na supremacia europeia e na perspectiva elitista. Todos vivendo harmoniosamente, sem conflitos, em prol da construção da nação brasileira. Sendo assim, ficava evidenciado o que deveria ser ensinado e o que seria excluído ou silenciado (FREYRE, 1970, p.310).

No Brasil, a gênese dessa construção foi difundida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 21 de outubro de 1838, no qual entre suas funções que tinha objetivo escrever a História Oficial do Império Brasileiro, independente de Portugal e a preservação da história nacional, que tinha por base a criação de um corpo de representações simbólicas que estabelecesse o perfil da Nação brasileira, ao solidificar os mitos de criação, construir uma história da nação, recriar um passado, ordenar os fatos da história brasileira e, acima de tudo, “coligir”, metodizar e guardar documentos, fatos e nomes para finalmente compor a história nacional para este vasto País, carente de delimitações não só territoriais”( MACHADO 2005, p.140 apud SCHWARCZ 1993, p.99).

Para Iglesias (2000), a história produzida pelo instituto demonstrava claramente uma história tradicional-liberal — com forte caráter ‘formal’, política e, praticamente avessa às questões sociais ou populares visíveis na historiografia alemã do século XIX<sup>13</sup>.

Segundo Fernandes (2010, p.4), em seu artigo “Muito antes do SPHAN; a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937)”, ressalta que:

[...] a criação do IHGB se dá num momento particular da História do País. Logo após a independência do Brasil (1822) e ao Reinado de D. Pedro I (1822-1831), o País viu sua unidade territorial ser ameaçada em meio à eclosão de uma série de movimentos e rebeliões, alguns de cunho separatista, que colocavam em cheque a própria integridade física da nação. Havia, pois, a necessidade premente de se formular uma explicação do País que mantivesse sua extensa unidade territorial e que, ao mesmo tempo, fortalecesse o processo de centralização político-administrativa do Estado monárquico.

A história produzida nos museus, com base no IHGB, visava, então, garantir um referencial comum no interior da nação, ou seja, a visão de que o passado, o presente e o futuro estavam interligados, uma história sem rupturas e sim um conjunto de acontecimentos conciliatórios em direção ao progresso. Em outras palavras, o IHGB tinha o objetivo de estruturar e criar a história da nação, a História Oficial do Império, independente de Portugal. Segundo Machado (2005, p. 139), os Museus passaram a ser vistos como verdadeiros meios de ensino da história que se desejava divulgar: de visão iluminista, articulando passado, presente e futuro de forma linear em seus discursos expositivos. Eram instituições que tinham como princípio a valorização dos grandes heróis e de seus importantes feitos como objetivos dignos de culto e veneração.

---

<sup>13</sup> Cabe destacar que nesse período apesar da maior influência da historiografia tradicional-liberal, uma tendência historiográfica avessa, também conquistou espaço. A Escola Histórica Alemã, tem como um de seus principais defensores Capistrano de Abreu. Talvez tenha sido o primeiro historiador a ter preocupação com as classes populares dentro de uma visão histórica menos elitista e menos ligada ao IHGB. Sobre Capistrano de Abreu ver IGLESIAS, Francisco. Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro. Nova Fronteira; Belo Horizonte; UFMG, 2000 e COSTA, João Cruz. O pensamento brasileiro sob o Império. In: Holanda, Sergio Buarque de História Geral da Civilização Brasileira. T.II, vol.3 6ed. Rio de Janeiro: Bertrand-DIFEL, 1987

Essa tendência de museus históricos de caráter nacionalista, com vistas a celebrar e fundamentar a identidade nacional, ganhou ainda mais força no início do século XX (SANTOS 2002, p.126-127; 2006, p. 27-28). Com o advento da República, buscou-se a prática do civismo voltado para a constituição de um Estado patriótico. A História Nacional identificou-se com a História da Pátria, cuja missão, juntamente com a História da Civilização, era de integrar o povo brasileiro à moderna civilização ocidental. A História da Pátria deveria enfatizar as tradições de um passado homogêneo, com feitos gloriosos de célebres personagens históricos nas lutas pela defesa do território e pela unidade nacional.

Dentre os intelectuais seguidores dessa tendência no Brasil merece destaque Gustavo Dodt Barroso, advogado, professor, político, escritor, folclorista, personagem ícone da museologia brasileira. As intenções administrativas e culturais de Barroso apontam para o objetivo de uma integração entre o passado e o presente a fim de que as rupturas fossem evitadas e a história se caracterizasse como um conjunto de acontecimentos que, afinados entre si, indicassem perspectiva de progresso. É nesse contexto que nasce o Museu Histórico Nacional (MHN) como lugar de memória, "de culto da saudade", no momento de comemoração dos 100 anos da Independência do Brasil. O MHN é criado em 02 de agosto de 1922, no Governo de Epitácio Pessoa, na cidade do Rio de Janeiro, como uma instituição moderna voltada para o culto das tradições.

Dirigido por Gustavo Barroso, de 1922 a 1959, o museu passa a ser um dos principais responsáveis por uma alteração significativa na composição do "pensamento museológico" brasileiro, inaugurando o rompimento dos museus brasileiros com a visão enciclopédica. De acordo com Abreu (1996, p.55):

Com o Museu Histórico Nacional, passou a existir no país uma instituição de cultura material consagrada à brasilidade de um ponto de vista histórico. Distanciava-se portanto, dos museus enciclopédicos dedicados à temática da evolução dos seres vivos, em especial da espécie humana. Além disso, transformou-se num modelo bastante difundido na museologia brasileira.

Em linhas gerais, o MHN se organizou tomando por base uma construção de História do Brasil defendida por alguns intelectuais do IHGB, focalizando a Independência brasileira e a formação do Império, procurando ressaltar a ação das elites e do Estado na construção da Nação brasileira. Seguindo assim, uma historiografia tradicional e mais conservadora proposta pela produção de Varnhagen<sup>14</sup>, como destaca Magalhães (2010, p. 2):

---

<sup>14</sup> Varnhagen faz uma história eminentemente política, valorizando sempre o sentido de ordem e uma visão da autoridade do Estado como sendo o fundante da sociedade brasileira (IGLESIAS, 2000, p.72). Esta historiografia da qual Varnhagen aparece como grande modelo é normalmente chamada de tradicional por ter sido, entre outros pontos a primeira "escola" histórica do país.

É muito provável que Barroso tenha se baseado na produção historiográfica de Francisco Adolfo de Varnhagen para a organização do Museu Histórico Nacional, por ele chamado *Casa do Brasil*. Apesar de não haver citações ou maiores referências a ele, a concepção histórica que era exposta sobre o Brasil no MHN em muito se assemelhava à do historiado de século XIX.

Abreu (1996, p. 54-56) lembra que durante a primeira metade do século XX, a História foi hegemônica nas correntes de pensamento que influenciaram a criação de museus brasileiros. A visão iluminista predominante prezava que as instituições museológicas eram destinadas a educar o povo na direção do progresso. Ensinar a população a conhecer fatos, suas grandes datas históricas, seus vultos notáveis do passado, incentivando o culto à tradição, a formação cívica e a valorização da pátria como caminho ao desenvolvimento e progresso da Nação.

Para Chagas (2007, p.87), esse gesto emblemático de criação de um museu de história na então capital do país, vinha atender a uma nova conjuntura política e social, conforme é destacado:

[...] a demanda por museus históricos de caráter nacional partia de vários setores da intelectualidade e tanto mais se aproximava o esperado Centenário da Independência mais, ela se fortalecia com a retórica da urgência de se constituir um local que celebrasse a memória da nação

Inaugurando uma fase dos museus históricos brasileiros, o MHN é descrito, para Chagas (2009), como uma ponte “[...] entre o século XIX e o século XX, entre a República e o Império, entre os gestos heroicos do presente e do passado. O que estava em causa não era ruptura, era continuidade e tradição”. Tal análise fundamenta-se nas intenções da instituição buscar no passado os elementos responsáveis para se construir a imagem da nação.

Abreu (2001, p. 253) também adverte sobre a criação do MHN e a ligação entre tradição e modernidade, Império e República:

A criação do Museu Histórico Nacional está ligada desde o seu início a um projeto de revisão dos atos dos primeiros republicanos, quando passado o perigo de um movimento de retorno à monarquia, os governantes republicanos começam a incorporar o passado monárquico à própria História do Brasil. A relação do fim do banimento da família imperial com a criação do Museu Histórico Nacional não era portanto fortuita, fazia parte de um mesmo projeto, onde o Império era revalorizado, não mais como alternativa política, mas como passado, matéria para a História.

É importante destacar que a constituição de museus históricos no Brasil está diretamente ligada à temática do patrimônio. É nesse mesmo contexto do início do século XX que ocorrem as primeiras iniciativas e tomadas de consciência por parte de alguns grupos de intelectuais brasileiros na preservação do patrimônio cultural. A temática do patrimônio começa a ser considerada politicamente relevante, implicando inclusive, no envolvimento do Estado.

Scheiner (1994, p.15) lembra que os anos 20 se caracterizam por uma série de mudanças significativas na estrutura social do País, incluindo o surgimento de movimentos intelectuais de várias tendências, inclusive, “[...] movimentos que tentam conceituar a cultura nacional, visando à formulação de políticas que garantiriam o desenvolvimento econômico do Brasil e sua inserção entre o grupo de nações mais poderosas”. Para a autora, no panorama cultural havia predominantemente, uma valorização do ‘moderno’ — entendido, por nossas elites culturais, como sinônimo de “economicamente desenvolvido”:

Os intelectuais brasileiros voltam os olhos para fora do País, em busca de um parâmetro externos aos quais comparar nossa realidade. Mas ao mesmo tempo em que se valoriza o “moderno”, busca-se, conhecer melhor as realidades nacionais e o “modo de ser “do homem brasileiro. Tenta-se, com a conjugação dessas influências, conceituar a cultura nacional.

Na década de 1930, com o fortalecimento do poder central do Estado, ocorrem significativas mudanças na política brasileira. Após a Revolução 30, o Estado passou a interferir nas relações de trabalho, nos sistemas educacional e de saúde, no movimento estudantil e na organização da cultura. Esse período é marcado por importantes avanços no panorama cultural brasileiro, com o amadurecimento e discussões entre grupos de intelectuais sobre a importância da preservação do patrimônio e a criação e inserção de projetos, políticas e instituições no campo da cultura, como exemplo: a criação do Curso de Museus (1932); o Decreto nº 22.928 de 12 de julho, que eleva Ouro Preto à categoria de Monumento Nacional (1933); a criação da Inspeção dos Monumentos Nacionais (1934); o Anteprojeto do SPAN (1937), a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- SPHAN (1937); e Decreto-lei nº 25, que organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937) <sup>15</sup>.

Dentre essas ações de preservação do patrimônio e de políticas para os museus, destacamos a criação de duas importantes iniciativas para o campo: o Curso de Museus, em 1932 e a Inspeção de Monumentos Nacionais, em 1934. Idealizados por Gustavo Barroso e entendidos como parte de seu projeto intelectual para a construção de uma memória nacional. Como lembra Magalhães (2010, p.3), Gustavo Barroso em sua concepção de história orientava que “[...] Do MHN, o *culto da saudade* deveria se espalhar pelo Brasil em ações de conservação e restauração de monumentos vistos como testemunhos da ação do Estado e da Igreja ao longo do tempo”

Segundo Magalhães (2004), desde 1933, Gustavo Barroso vinha solicitando junto

---

<sup>15</sup> O SPHAN transformou-se em Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1946 (DPHAN), e tornou-se Instituto (IPHAN) no ano de 1970. Em 1979 foi designado como Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), e somente em 1994 transformou-se em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

ao Ministério de Educação e Saúde a criação de uma repartição responsável pela preservação dos monumentos nacionais:

Devo insistir na necessidade que reconheço presente, de regular o Governo a defesa do Patrimônio Histórico e artístico do País. Enquanto não tivermos uma organização administrativa acauteladora daquele patrimônio, e em harmonia com uma legislação adequada, meios de prevenção contra os assaltos que constantemente sofrem os monumentos históricos do Brasil, mal protegidos pelos poderes locais dos Estados e municípios, continuaremos assistir a devastação da nossa riqueza tradicional... No Brasil, não me parece aconselhável a criação de um organismo especial para tal função: o Museu Histórico Nacional, sem ônus para os cofres federais poderia realizar aquela tarefa com a atribuição que por decreto se lhe conferisse de Inspetoria de Monumentos Nacionais. (BARROSO, G., 1933, p.2 apud MAGALHAES, 2004, p.74)

Magalhães (2004) lembra ainda que, a solicitação de Barroso pode ser relacionada a um movimento internacional de proteção aos monumentos nacionais e instituições de educação, ciência e cultura, que teve como principal marco a Conferência de Atenas de 1931, cujo objetivo era expor os princípios gerais e as doutrinas, visando a um consenso mundial nas formas de proteção e de preservação do patrimônio. Preocupação especialmente pela desastrosa experiência da Primeira Guerra Mundial e pela eminência de outros conflitos no futuro.

Após algumas insistências de Barroso, junto ao Ministro de Educação e Saúde, em 1934, foi criada a Inspetoria de Monumentos Nacionais junto ao Museu Histórico Nacional. À frente da Inspetoria e do MHN, Gustavo Barroso pôde dar prosseguimento e pôr em prática muito de sua concepção de história e “preservação das coisas do passado”. Dentre as atribuições e ações, a Inspetoria possuía a função de inspeção dos monumentos nacionais, detinha, ainda, a autoridade de autenticar os objetos artísticos históricos que lhe fossem apresentados; elaborar catálogos dos objetos histórico-artísticos de notável valor de existência no país (art.73)<sup>16</sup>; fiscalizar e controlar o Comércio de antiguidades no país (art.74 e 76)<sup>17</sup>; além de prestar consultoria a trabalhos de restauração de monumentos.

Entretanto, como observa Magalhães (2004), a Inspetoria apesar de carregar o título de atuação em âmbito nacional, sua prática preservacionista foi bastante restrita, atuando somente na cidade de Ouro Preto em Minas Gerais. Durante os 4 anos de existência (1934 -

---

<sup>16</sup> Art. 73 O Museu Histórico Nacional organizará também um catálogo, tanto quanto possível completo, dos objetos histórico-artísticos de notável valor existentes no país, no qual os particulares poderão requerer a inclusão dos de sua propriedade, o que será deferido após exame, identificação e notificação. Decreto nº 24.735, apud. Anais do Museu Histórico Nacional, 1944.

<sup>17</sup> Art. 74 – A exportação de objetos dessa natureza só será permitida mediante autorização do diretor geral do Museu Histórico Nacional, ou de seus representantes, depois de paga, na repartição, a taxa especial de 300\$000 sobre o valor dado pela avaliação feita no Museu.

Art. 76 – Os objetos apreendidos por infração destes dispositivos passarão a fazer parte do patrimônio nacional, no Museu Histórico Nacional.

1937), a Inspetoria realizou um trabalho pioneiro de inventário, identificação, reforma, conservação e restauração de diversos bens tangíveis (igrejas, chafarizes, pontes e obras de arte) na cidade de Ouro Preto.

No entanto, as disputas que se tratavam no campo do patrimônio para construção de uma memória nacional tendiam a valorizar outra perspectiva. O ideário de Barroso sobre patrimônio do “culto da saudade”, de uma sensibilidade antiquária e a defesa da tradição foi substituído pela concepção de Mário de Andrade, através do anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN) e pela criação do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, que sob a presidência de Rodrigo Melo Franco de Andrade, passou a direcionar e organizar a política de preservação do patrimônio cultural em todo o país.

Com o fim da Inspetoria de Monumentos Nacionais, Barroso é retirado da liderança dos trabalhos de proteção do patrimônio nacional, entretanto, se manteve à frente do MHN e do Curso de Museus como diretor até a data de sua morte.

Para Scheiner (1994, p.17), o Curso de Museus criado nas dependências do MHN, em 1932, marcou o “Início do ensino e do estudo sistemático da museologia no Brasil.” E que segundo seu fundador, Gustavo Barroso “[...] destinado a ser fonte de ensinamento e cultura, de devoção à história da Pátria e seminário de formação e aperfeiçoamento de funcionários técnico”.

Segundo Oliveira (2003, p.74-75), o Curso de Museus é talvez a mais complexa iniciativa de Barroso relacionada à Museologia: representa a institucionalização e a continuidade de uma agência de construção e de transmissão do conhecimento na área de museus a partir da prática do MHN. Segundo a autora, o Curso de Museus assegurou a manutenção das ideias de Barroso no que diz respeito às atividades museológicas até 1973, quando o curso foi transferido para a Federação das Faculdades Federais do Rio de Janeiro- FEFIERJ, hoje UNIRIO<sup>18</sup>.

Scheiner (1994) explica que o curso foi concebido e desenvolvido como um curso de elite, para formação de funcionários públicos destinados a ocupar cargos nos museus nacionais. A autora comenta que a ideia de Museu e de profissional veiculada pelo curso era de “[...] estabelecimento criado pelo poder público e do profissional de museus como um conservador de objetos e de ideias, “O conservador deve ser, antes de tudo, um evocador” [...] (BARROSO

---

<sup>18</sup> O Curso foi instituído oficialmente pelo Decreto-Lei nº 21.129, de 07 de março de 1932, durante a curta gestão de Rodolfo Garcia, entre os anos de 1930-1932. Entretanto, a ideia do funcionamento de um curso de museu já era cogitada desde 1922, ocasião da criação do MHN. O Decreto-Lei nº 15.596, que instituiu MHN, previa nos itens VI e VII a criação de um Curso Técnico que seria comum ao Museu, à Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional. Ver mais :Oliveira, 2003)

1936 apud Scheiner 1994, p.18). Destaca-se, ainda, que desde o início, o curso teve um caráter elitista e com característica de formação técnica, já que os alunos aprendiam técnicas de identificação, classificação e conservação dos mais diversos objetos que compunham o acervo do MHN. As disciplinas ministradas no curso mostram claramente as concepções de museu e o saber museológico que vigoravam na época: arte naval, armaria, sigilografia, numismática, heráldica, indumentária, mobiliário, cerâmica, cristais, prataria, pintura, escultura, arte religiosa, arqueologia, arquitetura, história da arte e história do Brasil.

Magalhães (2006, p.43) lembra que Gustavo Barroso, dentro do curso, criou e lecionou a cadeira “Técnica de Museus” e que a partir de suas aulas e visitas a museus do exterior, elaborou o livro *Introdução à Técnica de Museus*. Essa obra tornou-se referência sobre o tema dos museus e museologia, era “considerado uma espécie de Bíblia da museologia no Brasil” (CHAGAS, 2009, p.105).

Para Chagas (2009, p. 98-99), a sistematização das disciplinas no curso e nos instrumentos didáticos permitiu que Barroso dominasse nacionalmente a formação de profissionais especializados para museus:

O “Curso Técnico de Museus do ponto de vista museológico, foi de extrema importância, uma vez que a formação de profissionais na área museológica, tornou-se um dos elementos responsáveis por se pensar a museologia enquanto área de conhecimento” e, posteriormente como disciplina científica em estado embrionário .

O Curso Técnico de Museus e o Museu Histórico Nacional, sob o comando de Gustavo Barroso e dos profissionais especializados formados pela escola barrosiana, passam a disseminar as ideias de uma museologia comprometida com uma memória nacional como fator de integração e coesão social, do “culto da saudade”, de valorização de acervos de segmentos da elite, de culto à personalidade e da história mais conservadora e factual. Ao mesmo tempo, traçando as diretrizes e técnicas museológicas (atividades científicas de catalogação, conservação e restauração) para o campo.

A perspectiva barrosiana torna-se o modelo institucional e oficial de museu, influenciando e norteando as diretrizes e práticas museológicas em várias partes do país ao longo dos anos 1930, 1940 e 1950.

Sobre esse aspecto Scheiner (1994, p.18) destaca:

Cria-se assim, toda uma malha de museus desenvolvida e/ou mantida sob a responsabilidade de profissionais dedicados a coleções e a interpretação daqueles bens simbólicos reconhecidos, pelas agências oficiais, como “representativos” de nosso patrimônio[...]

[...] a Museologia sedimenta-se no País como disciplina prática, e não como disciplina teórica, permitindo que várias políticas culturais se sucedam sem que se apresente, para os museus, uma verdadeira política museológica.

Em nosso entendimento, o Curso e o MHN, ao estarem vinculados ao aparato estatal e atendendo à demanda de outras instituições museológicas públicas e particulares, inclusive como a principal referência para os museus municipais mais distantes da capital, não se enquadram como uma política pública de museus; entretanto, podemos considerar que atuaram como uma importante ação museológica.

A outra fundamental instituição, que representa um marco nas políticas públicas de preservação do patrimônio e museus no país, trata-se do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- SPHAN, criado em 1937, durante o governo Vargas.

Como foi dito, anteriormente, desde os anos 20 (algumas iniciativas já vinham sendo delineadas para a aplicação de uma política pública de preservação no país: alguns projetos de lei, Institutos Históricos e Geográficos, criação de Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais da Bahia, de Pernambuco e de Minas Gerais, (FERNANDES, 2010) e a Inspetoria de Monumentos Nacionais, chefiada por Gustavo Barroso.

Entretanto, foi a partir dos anos 30, com o processo de centralização política do Governo Vargas, que essas iniciativas começaram a ganhar destaques oficiais. A construção da nacionalidade ganhava novos contornos, a identidade e o ideário de cultura nacional muito influenciados pela geração de intelectuais dos anos 20 e entre os quais se situam os modernistas.

Através de convite do, então, Ministro da Educação, Gustavo Capanema, Mário de Andrade ficou responsável por elaborar o Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN). Neste anteprojeto, Mário de Andrade propunha a criação de quatro livros de tombo: Arqueológico e Etnográfico; Histórico; Belas Artes; Artes Aplicadas e Tecnologia Industrial. Cada um destes livros estaria relacionado a um grande museu. Os livros deveriam ser divididos em oito categorias: 1. Arte Arqueológica; 2. Arte Ameríndia; 3. Arte Popular; 4. Arte Histórica; 5. Arte Erudita; 6. Arte Erudita Estrangeira; 7. Artes Aplicadas Nacionais; 8. Artes Aplicadas Estrangeiras. E essas categorias classificadas em manifestações (Ver Anexo 1).

Chagas lembra que, dos quatro museus propostos na estrutura do SPAN, dois já estavam funcionando: O Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, como Museu Arqueológico e Etnográfico e o Museu Histórico Nacional, como Museu Histórico, apesar de necessitarem de algumas modificações. Os outros dois seriam criados, um, a partir da Escola Nacional de Belas Artes e o outro, o Museu de Artes Aplicadas, um museu inteiramente novo (CHAGAS, 2006, p. 82-85).

Como salienta Chagas (2006, p. 85), o anteprojeto do SPAN e a visão museológica de Mário de Andrade apresentavam vários aspectos inovadores, como exemplo: a tentativa de

juntar o popular ao erudito, valorizando os aspectos da cultura considerada até então menos nobre, a maior valorização do critério histórico, do que artísticos nas definições de tombamento, a introdução da ideia de preservação de bens “imateriais” nos museus, a importância e reconhecimento do papel educativo dos museus, que o museu é um *locos* de ação e não apenas um espaço de exposições, além da valorização do nacional como forma de inserção do Brasil no contexto internacional. Aspecto estes bem diferentes da proposta e concepção de Gustavo Barroso.

Chagas comenta que para Mário de Andrade, os museus eram definidos como agências educativas. Os quatro museus nacionais, correspondentes aos Livros do Tombo, seriam museus eminentemente pedagógicos, pois a técnica é apresentada a serviço do conhecimento dos ciclos econômicos do Brasil, portanto com base em uma visão histórica. E propunha, ainda, que, além dos quatro grandes museus nacionais, deveriam ser criados diversos e variados museus: municipais, estaduais, populares, especializados e de reproduções.

A respeito da criação de novos museus e suas funções, Fonseca (1997, p.101) também comenta:

Enquanto os museus nacionais e os das grandes cidades tenderiam à especialização, os museus municipais seriam ecléticos, seus acervos heterogêneos, e os critérios de seleção de peças ditados pelo valor que apresentam para a comunidade local, que participava ativamente da coleta de bens. O referente seria a identidade local tal como os habitantes a concebem

No caso dos museus municipais, quem definiria sua constituição seria a própria comunidade, de acordo com seus interesses e com o que valorizavam como referências de suas identidades. Sobre as características, atribuições e propostas de Mário de Andrade para os museus municipais (nosso objeto de estudo), nos dedicaremos em outra parte do texto.

Apesar de toda a inovação museológica proposta por Mário de Andrade com o Anteprojeto do SPAN, e por outro lado, a efetiva participação de Barroso nas ações museológicas à frente do MHN e do Curso de Museologia, a conjuntura política autoritária e nacionalista do Estado Novo apresenta uma terceira concepção em relação à preservação do patrimônio e dos museus, uma vertente mais adequada às circunstâncias do momento.

O Anteprojeto de Mário de Andrade, o SPAN, foi em grande parte absorvido e substituído pelo projeto do Serviço de Patrimônio Histórico Artístico Nacional- SPHAN, de autoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, sendo criado pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. O Projeto do SPHAN buscou conferir ao país uma instância de valorização do passado (século XVII), pela cultura barroca e religiosa e pelo ciclo minerador, valorizando os bens históricos a serem tombados e preservados, preferencialmente os bens imóveis dos séculos XVI, XVII, XVIII, prioritariamente de origem religiosa - e também com relação aos museus.

Segundo Machado (2005, p.143), Rodrigo Melo Franco de Andrade advertia “[...] que o valor dos bens culturais brasileiros a serem expostos em museus deveriam, sobretudo, obedecer aos critérios de seleção, à autenticação e à restauração propostas no âmbito do SPHAN”.

Segundo Santos (1996, p.26-28), o projeto do SPHAN de Rodrigo Melo Franco de Andrade defendia o conceito de “[...] patrimônio restritivo, associado ao universo das elites, à ideia hierárquica da cultura e ao critério exclusivamente estético dos bens culturais”.

O projeto de criação do SPHAN tinha como base o anteprojeto de Mário de Andrade, porém apresentava questões ideológicas e concepções bem diferentes de Mário de Andrade e também de Gustavo Barroso.

Para Barroso, a ideia de preservação e de patrimônio sempre esteve relacionada à visão tradicionalista e patriótica, com a “função prática de amar a pátria”. Como comenta Santos (1996, p.26):

A ideia de preservação sempre esteve relacionada com a função pratica de amar a pátria. Assim o museu era fazer brotar nos indivíduos um sentimento nacional. “Através dos ensinamentos dessas instituições, o brasileiro deveria aprender a amar e respeitar a pátria (SANTOS, 1996, p.26)”

Os museus deveriam ensinar a população a conhecer fatos, personagens do passado, numa perspectiva de monumentalidade e de modo a incentivar o culto à tradição e à formação cívica, vistos como fatores de coesão e de progresso da nação. Para Barroso, os museus eram instituições de elite, pois a elas cabia o papel de fundadores da nação. A concepção de coleções sustentava-se nas chamadas ciências auxiliares, a história – a heráldica, a numismática, a arqueologia ou genealogia - privilegiando objetos-reíquias associados a fatos e a personagens notáveis do passado, especialmente da nobreza, do exército e Igreja.

Já na ótica do SPHAN, a visão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, como descreve Santos (1996, p.80),: “[...] buscava não apenas restaurar os testemunhos do passado, mas fazer sua leitura, associando a preservação do patrimônio à construção de uma nacionalidade”. Na sua concepção, o processo de construção nacional não fora ainda concluído. A nação constituía um projeto emergente, no qual o patrimônio participava como promessa de acesso ao passado e ao futuro. Divergência clara à ideia de Barroso, que compreendia o patrimônio como tradição a ser venerada e copiada pelo presente.

Sendo assim, a prática do SPHAN para as políticas museológicas seguiram a proposta e a tendência de Rodrigo Melo Franco de Andrade. É importante destacar que as realizações do SPHAN no campo museológico, de modo geral, foram pequenas se comparadas

às ações de preservação do patrimônio edificado. Mas, mesmo assim, suas ações foram fundamentais para a organização e implantação de uma política museológica no país.

Entre 1936 a 1967, quando Rodrigo esteve à frente da SPHAN, implementou e participou da criação e organização de diversos museus brasileiros, como: Museu Nacional de Belas Artes (Rio de Janeiro, 1937), Museu das Missões (Santo Ângelo, RS), Museu da Inconfidência (Ouro Preto, MG), Museu do Ouro (Sabará, MG), Museu Regional de São João del Rei (MG), Museu do Diamante (Diamantina, MG), Museu de Arqueologia e Artes Populares (Paranaguá PR), Museu da Imigração e Colonização (Joinville, SC), Museu das Casas de Vitor Meireles (em Florianópolis), Museu Histórico Abílio Barreto (BH), Museu Imperial (Petrópolis, RJ), Museu da República (Rio de Janeiro, RJ). Todos influenciados pelas concepções de Rodrigo e em conformidade com as políticas do Estado.

Abreu (1996, p. 56-57) destaca que mesmo com as diretrizes do SPHAN sobre os museus do período, os princípios propostos por Barroso permaneceram:

A abordagem de fatos e personagens excepcionais, a preponderância dos critérios estéticos e de raridade na formação das coleções, a história tratada sob a ótica das elites e do Estado e a ideia de que os museus deveriam educar o povo, preparando-o para o progresso e civilização, eram os vetores conceituais presentes na maioria dos museus organizados pelo SPHAN[...]

Essas concepções de preservação do passado e de mentalidade de organização dos museus, tanto de Barroso como do SPHAN, tornaram as principais diretrizes e modelos para a formatação dos museus de diversas cidades e regiões brasileiras nos anos 40, 50, 60 e, em muitos casos, até em museus atuais. Portanto, podemos inferir que os museus municipais criados nesse momento e, posteriormente, foram amplamente influenciados por essas concepções.

### **1.3 A trajetória de uma política pública de museus no Brasil**

Podemos considerar que, no Brasil, a construção de uma política pública para área de museus, iniciou-se nas décadas de 1920 a 1940, primeiramente, com Gustavo Barroso e, logo em seguida, com alguns intelectuais modernistas, como Mário de Andrade e Rodrigo M.F. de Andrade. Dentro do ideário do Estado Novo, o Decreto Lei nº25 de 1937, foi o primeiro documento a trazer no seu cerne uma política pública para área da cultura, em que transpareceu um interesse governamental favorável à criação de museus no país.

A União manterá, para conservação e exposição de obras históricas e artísticas

de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido a favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares. (CAPÍTULO V. DISPOSIÇÕES GERAIS ARTIGO 24º, BRASIL, 1937).

As principais iniciativas museológicas do SPHAN, entre as décadas de 1930 e 1950, se localizaram, em geral, fora do eixo Rio - São Paulo, em Estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Pernambuco e, em especial, Minas Gerais.

A partir do SPHAN, foram tombados inúmeros prédios e sítios históricos e criado um grande número de museus. Cabe lembrar que as realizações museológicas do SPHAN foram de modo geral bem menores se comparadas aos tombamentos edificados. Apesar disso, a proliferação de museus iniciada nas primeiras décadas do século XX prolongou-se e ampliou-se nos anos 40,50 e 60. Museus privados, públicos e mistos foram fundados, na esteira da modernização e do fortalecimento do Estado, que passou, então, a interferir diretamente na vida social, nas relações de trabalho e nos campos da educação, da saúde e da cultura.

Para Santos (2004, p. 57):

Os museus criados após 1945 não eram tão nacionalistas como os do período Vargas, embora não mantivessem à margem os setores menos privilegiados da nação, eles ofereciam novas oportunidades de visitação, patronato cultural e formação de classe.

No campo dos museus de arte, o Brasil foi o primeiro país da América Latina a ter um conjunto de importantes instituições:

Museu de Belas Artes - 1937, Museu de Arte de São Paulo (MASP) -1947, Museu de Arte Moderna de São Paulo-1948, Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro-1948, e uma Bienal com expressivo acervo nacional e estrangeiro, com obras clássicas e contemporâneas. Santos (2004, p.57) comenta que uma parte desses museus de arte foi fundada no contexto do pós-guerra, com forte investimento de empresas estrangeiras e dos poderosos grupos da imprensa.

Outro aspecto de fundamental importância para organização dos museus brasileiros no período do pós-guerra foi a criação, em 1946, do Conselho Internacional de Museus (ICOM)<sup>19</sup>, organização não governamental que mantém relações formais com a UNESCO. O ICOM, desde

---

<sup>19</sup> O Conselho Internacional de Museus é uma organização internacional de museus e profissionais de museus, a quem está confiada a conservação, a preservação e a difusão do patrimônio mundial-cultural e natural, presente e futuro, material e imaterial para a sociedade. Disponível em: <http://www.icom.org.br/>. Acesso em 24 de abril de 2015

sua criação, tem definido linhas mestras para as práticas desenvolvidas pelos profissionais de museus de quase todas as partes do mundo.

No caso do Brasil, o país faz parte do Conselho desde sua criação, quando, na ocasião, contou com a representação do museólogo brasileiro Mario Antônio Barata no Conselho. Para Scheiner(1993), as correntes de pensamento e as práticas museológicas desenvolvidas no país, a construção de definições e metas a serem alcançadas no campo museal sempre estiveram combinadas com o ICOM.

Um exemplo foi a participação brasileira no primeiro questionário transnacional para coleta de dados de museus, organizado pela UNESCO e ICOM em 1950. Na primeira publicação *Basic Facts and Figures: illiteracy, educacion, Libraries, museums, books, newspapers, newprint, film and radio*, o Brasil apresentava os seguintes dados em relação a números de museus e visitantes.

SÍNTESE DAS TABELAS DE NÚMERO DE MUSEUS E VISITANTES (1947 – 1952)					
ANO	1947	1948	1950	1951	1952
<b>Nº DE MUSEUS</b>	83	90	102	115	131
<b>VISITANTES</b>					
Nº de museus	71	85	91	99	104
Visitantes	1 013 000	1 203 000	1 576 000	1 624 000	1 226 000

FONTE: UNESCO, 1958

Figura 1- Síntese das tabelas de Museu e visitantes (1947-1952)  
Fonte: Cadastro Nacional de

Museus – Museus em Número V.1, p. 20 - IBRAM/MINC. 2010

No Brasil, em 1953, foi lançado o primeiro Guia de Museus Brasileiros, o *Museums of Brazil*, produzido por Heloisa Alberto Torres<sup>20</sup>. É importante destacar que na década de 1950, muitas ações executadas no campo museológico tinham como premissa a relação entre museu e educação. Tanto por parte da Unesco, quanto por museus brasileiros. Os debates sobre suas relações já vinham ocorrendo, desde o início do século XX, por parte alguns autores como Gustavo Barroso, Mario de Andrade e com a publicação de obras que discutiam e apresentavam

---

20 Heloisa Alberto Torres, nasceu no Rio de Janeiro em 1895, Desde muito jovem conviveu com alguns com principais intelectuais brasileiros como Alberto Torres, como Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, Alberto de Oliveira e Nilo Peçanha. Foi fortemente influenciada por Roquete Pinto e pelo desbravador Marechal Rondon. Ingressou no Museu Nacional em 1918 e de 1938 a 1955 exerceu o cargo de Diretora Do Museu. Em sua carreira, foi professora da Divisão de Antropologia, Etnografia e Arqueologia, membro do Conselho das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, professora de Antropologia na Universidade do Distrito Federal e na Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette (atual UERJ), foi uma das pioneiras da luta pelos direitos das mulheres no Brasil e representante do país em diversas Conferências e Entidades Culturais no exterior, foi conselheira do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, colaborou com o Conselho Nacional de Proteção aos Índios e participou da criação da Fundação Nacional do Índio (Funai). Alcançou reconhecimento internacional por seus estudos e trabalhos nas áreas de antropologia, arqueologia e etnografia do Brasil. Heloisa faleceu em 1977 com 81 anos.

especificamente o tema: Leontina Silva Busch, “*Organização de Museus Escolares*”; Francisco Venâncio Filho, “*A educação e seu aparelhamento moderno*”; Nair de Moraes de Carvalho e Sigrid Porto de Barros, com diversos artigos nos Anais do MHN; Guy de Hollanda, “*Recursos educativos dos museus brasileiros*”; Francisco dos Santos Trigueiros, “*Museu e Educação*”, dentre outros. Além das obras e publicações, dois eventos ocorridos no Brasil nesse momento tiveram um papel marcante e norteador nas ações e diretrizes para o campo: em 1956, foi realizado em Ouro Preto, o 1º Congresso Nacional de Museus e em 1958, aconteceu o Seminário Regional da Unesco, sobre a Função Educativa dos Museus.

Na década seguinte, 1960, devido à descontinuidade dos governos presidenciais, percebe-se um esquecimento em relação aos museus públicos. Sobre a precariedade dos museus nesse período, Scheiner (1993, p.19) comenta:

Colocados em plano secundário pelas agências governamentais, os museus sob responsabilidade do Poder Público entram em situação precária: os acervos e as técnicas de apresentação pouco se atualizam; os quadros profissionais não se renovam; a qualidade da manutenção decai, bem como o interesse pela pesquisa dos acervos.

Fato que mereceu destaque nessa década foi a criação da Associação Brasileira de Museologia (ABM), no ano de 1963, segundo a autora, a criação da ABM foi uma reação às precárias condições do campo museológico brasileiro. Contudo, as condições se mantiveram nos primeiros anos do regime militar, sendo amenizadas lentamente com a reestruturação e a organização de políticas do Estado.

Entretanto, novos debates surgem no campo de preocupação dos profissionais de museus na década de 1970. A realização da Mesa-Redonda, organizada pela Unesco, em cooperação com o ICOM, em Santiago do Chile, em 1972, pode ser considerada um marco na museologia:

A transferência de foco das coleções para a comunicação e para a necessidade do visitante, neste período, tem sido ressaltada por diversos autores (Lumley, 1988; Hooper-Greenhill, 1996). Conceitos como os de museu integral, patrimônio global e ecomuseus entraram para o campo de preocupações dos profissionais de museu. Em países europeus e norte-americanos, os debates dos anos de 1970 parecem ter influenciado uma nova diretriz teórica, mais tarde consolidada e conhecida como nova museologia, que apresenta aspectos associados às democracias liberais consolidadas nesses países (SANTOS, 2004, p.58).

Com a Mesa-Redonda de Santiago, uma nova diretriz teórica, surge no campo museológico, produzindo impactos teóricos e práticos em vários países, inclusive no Brasil. No encontro, Varine afirmava que as pessoas (em geral) sequer conheciam as próprias cidades em que habitavam. Isto é, antes de qualquer estudo nacionalista, era preciso desenvolver atividades voltadas à memória local e o museu seria o espaço ideal para a construção dessa ideia de

pertencimento e cidadania. Esse momento é expressivo, pois daí, que são ampliadas a concepção de museu e seu papel social.

No Cenário Mundial, as décadas de 70 e 80 foram de grande turbulência e efervescência em todo o mundo, pois foram períodos de governos militares e da abertura política no Brasil e exterior. Já o advento de novos conceitos culturais, no campo do patrimônio e da museologia, Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972 e Declaração de Quebec de 1984, trazem novamente a preocupação da salvaguarda patrimonial e a importância da museologia nesse processo, demonstrando, ainda, que não existia claramente uma política governamental brasileira sobre o assunto.

Na década de 1970, várias iniciativas acontecem para efetivar uma política para o campo: o “Compromisso de Brasília<sup>21</sup>” de 1970, o “Compromisso de Salvador<sup>22</sup>”, de 1971, o “II Encontro de Governadores de 1973<sup>23</sup>”, e o “1º Encontro Nacional de Dirigentes de Museus em Recife, em 1976”. Como resultado desse último encontro, foi elaborado um documento denominado “Subsídios para Implantação de uma Política Museológica Brasileira<sup>24</sup>”, publicado na ocasião pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais<sup>25</sup>.

No Brasil, essas iniciativas surgiram dentro do contexto de tentativa do governo militar de organizar e controlar o setor da cultura no país. Logo após o golpe, mais precisamente, em 1966, durante o governo de Castelo Branco, quando foi criada uma comissão destinada a apresentar sugestões para a reformulação cultural do país. Essa comissão recomendou a criação do Conselho Federal de Cultura (CFC). E o órgão foi criado pelo Decreto-Lei nº 74, de 21 de novembro de 1966 e instalado a partir do Decreto nº 60.237 de fevereiro de 1967. O CFC era ligado ao Ministério de Educação e Cultura (MEC) e deveria ser estruturado no modelo do Conselho Federal de Educação. O Conselho Federal de Cultura deveria ser o responsável pelas formulações de políticas culturais para o país, cooperar na defesa do patrimônio histórico e artístico nacional e futuramente, constituir as bases para a formulação do Plano Nacional de

---

<sup>21</sup>COMPROMISSO DE BRASÍLIA. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>><<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=240>>. Acesso em 15jun2014

<sup>22</sup>COMPROMISSO DE SALVADOR. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf> <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=241>> Acesso em 15jun2014

<sup>23</sup> II ENCONTRO DE GOVERNADORES Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1654>> Acesso em 15jun2014

<sup>24</sup> Segundo IBRAM – “o documento em questão foi construído com base nas orientações e nos debates dos dirigentes de museus, sobretudo dos grandes museus públicos, presentes ao Encontro e, por isso mesmo, não reflete o estado de ebulição da museologia da época”. IBRAM. Política Nacional de Museus.2007

Cultura. Também deveria ser o órgão responsável a dar suporte na organização e criação de conselhos de cultura estaduais e municipais. Entretanto, segundo Calabre (2007, p. 4), o Conselho chegou a apresentar alguns planos de cultura nos anos de 1968, 1969 e 1973, mas nenhum deles foi posto em prática. Sobre os planos a autora comenta:

A questão central dos planos era a da recuperação das instituições nacionais – tais como a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, o Instituto Nacional do Livro, etc. – de maneira que pudessem passar a exercer o papel de construtores de políticas nacionais para suas respectivas áreas (CALABRE, 2007, p.4)

Com o governo Médici, uma iniciativa merece atenção. Durante a gestão do Ministro Jarbas Passarinho (1969-1974) foi criado o Plano de Ação Cultural-PAC. Como comenta Calabre (2005, p.4-5), o PAC marcou o início de uma série de ações do Estado no campo da cultura que abrangia o setor de patrimônio, as atividades artísticas e culturais, capacitação pessoal, elaboração e implementação de um ativo calendário de eventos culturais com espetáculos nas áreas de música, teatro, circo, folclore e cinema, em várias partes do país.

Em 1975, durante o Governo Geisel, é criada a Política Nacional de Cultura (PNC), concretizando, portanto, o reconhecimento oficial da cultura no país, conforme os interesses e concepções do regime. Como desdobramentos da política, foram criados vários órgãos estatais que passaram a atuar em novas áreas tais como: a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e o Conselho Nacional de Direito Autoral(CNDA).

Para Calabre (2007, p.5) a criação dos novos órgãos cumpria parte das metas previstas na Política Nacional de Cultura, que tinha como objetivos principais:

“[...] a reflexão sobre qual o teor da vida do homem brasileiro, passando à preservação do patrimônio, ao incentivo à criatividade, à difusão da criação artística e à integração, está para permitir a fixação da personalidade cultural do Brasil, em harmonia com seus elementos formadores e regionais.”

Em paralelo às ações do MEC, uma outra iniciativa relevante ocorreu no campo da cultura, a criação do Centro Nacional de Referência Cultural(CNRC) em 1975. Com a coordenação de Aloísio Magalhães, o CNRC tinha como seus principais objetivos o desenvolvimento econômico, a preservação cultural e a criação de uma identidade para os produtos brasileiros.

O CNRC foi responsável pela renovação conceitual do que deveria ser preservado no país, ampliou a noção de patrimônio, adotando o conceito de bem cultural e de que estes eram elementos capazes de contribuir para o desenvolvimento nacional. Uma reação, visando a atender uma tendência internacional e fazer frente à atuação do SPHAN nos debates e inovações das políticas culturais, já que, desde a saída de Rodrigo Melo Franco de Andrade, e

entrada de Renato Soreiro em 1967, o órgão pouco inovara. (CALABRE, 2007; GONÇALVES, 1996).

A partir de 1979, Aloisio Magalhães assume a direção do SPHAN e este passa ser denominado Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN). No mesmo ano, é criada a Fundação Pró-Memória (Lei Nº 6.757, de 17 de Dezembro de 1979), incorporando o CNRC ao órgão.

Com Aluizio Magalhães, ocorre uma nova fase na política para o patrimônio cultural brasileiro e tem como instituições chaves o SPHAN e a Fundação Pró-Memória. Segundo Gonçalves (1996, p.51-52):

As duas estruturas institucionais, por determinado período, coexistiram na área de patrimônio cultural no Brasil.: o SPHAN, substituído, desde 1990, pelo IBPC, cuja sigla voltou a ser novamente, desde 1994, SPHAN; e a Fundação Pró-Memória, extinta no ano de 1990 (MEC-SPHAN/Pró-Memória 1980:11-57). Em termos burocráticos, elas operavam conjuntamente, sendo conhecidas pela sigla "SPHAN/Pró-Memória"

Em relação às políticas para o campo museológico, as iniciativas dos anos 1970 foram sendo consolidadas. Um número considerável de museus foi criado naquele período em diferentes instâncias-municipais, estaduais e federais, de 100 museus na década 1960, 49 eram de natureza municipal. Para a década de 1970 foram criados mais 187 museus, sendo 121 de natureza administrativa municipal (ver Figura 3- Numero de Museus Brasileiros e Museus Municipais por ano de fundação).

Além dos museus, foram implantados novos cursos de graduação em Museologia: Curso de Arqueologia e Museologia nas Faculdades Integradas Estácio de Sá (UNESA) em 1970; Museologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1970; e a Pós-Graduação lato-sensu no Instituto de Museologia na Universidade de São Paulo -USP (SCHEINER, 1993). E o Curso de Museus que funcionava desde 1932 no MHN, reestruturado e incorporado à Federação das Escolas Federais do Rio de Janeiro (FEFIERJ) em 1977 e transferido em 1979 para a UNIRIO-antiga FEFIERJ. (SIQUEIRA; GRANATO; SÁ, 2008, p.153).

Em 1982, no âmbito da Secretaria de Cultura do MEC (Ministério da Educação e Cultura), através de uma coordenadoria nacional, junto à Fundação Pró-Memória, foi criado o Programa Nacional de Museus (PNM), que tinha como objetivo abranger temas ligados à museologia, à museografia, à pesquisa, à documentação, além de atividades educacionais, comunicação e finanças. Esse programa lançou os fundamentos de uma nova proposta museológica para o país, priorizando os aspectos relativos à segurança, modo de exposição e preservação dos acervos.

Segundo seu presidente, Rui Mourão, em Boletim do IPHAN e Fundação Nacional Pró-Memória de set/outubro de 1982, o Programa serviria para dar suporte às instituições museológicas, como se fosse uma coordenadoria nacional responsável por implementar as novas diretrizes seguidas pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Para o autor o Programa serviria para:

Prestar assistência à totalidade do universo museológico brasileiro. Esta é, em síntese, a finalidade do Programa Nacional de Museus, um serviço criado, em setembro último, no âmbito da Secretaria da Cultura do MEC, e que está sendo operacionalizado pela Fundação Nacional pró-memória, por intermédio de uma Coordenadoria Nacional, com sede no Museu da República, no Rio de Janeiro, cidade que concentra as maiores unidades museológicas do país. (MOURÃO, 1982. p.1)

De acordo com Mourão (1996, p.51-52), o primeiro passo do PNM foi dar atenção e suporte aos museus integrados à Fundação Pró-memória e os ligados ao MEC e numa segunda etapa outras instituições.

Numa etapa inicial [...], vamos cuidar principalmente do estabelecimento de uma administração integrada para os museus que atuam na órbita da Secretaria de Cultura do MEC. Assim que esse primeiro compromisso da Coordenadoria for cumprido, os seus serviços poderão ser ampliados para dar assistência a outras instituições, públicas ou privadas, que optam pela adesão ao nosso sistema.

Para Souza e Moraes (2013), o Programa Nacional de Museus tinha como palavra de ordem “a revitalização dos museus, ou seja, dar uma nova vida aos museus repletos de objetos velhos e com público escasso” (PRET, 2008 apud SOUZA E MORAES 2013). Segundo os autores, o PNM, buscou articular o maior número possível de museus ao projeto, numa tentativa simbólica de superar as gestões anteriores.

Para o presidente do Programa, o professor Rui Mourão, a organização e a situação dos museus brasileiros eram bem diversas: enquanto alguns tinham o básico, outros “sequer tinham direção”, encontravam-se em completo estado de abandono, defasados e sem equipamentos. Não se tratava apenas de recuperar aquilo que tinha sido deteriorado e manter sua estrutura tal como havia ocorrido em reformas anteriores. Era necessário dar vida nova aos museus, mudando sua forma de colecionar e exibir suas coleções, assim como mudar suas identidades – de templos, para fóruns.

Ponderava-se, também, sobre o número de profissionais nas instituições e sobre a necessidade de aperfeiçoamento destes. Segundo ele, os grandes museus do Rio de Janeiro estavam bem providos de profissionais, porém em outras regiões, os museus apresentavam grande necessidade de profissionais especializados. Para tentar suprir essa carência, sugeria a implantação de laboratórios regionais voltados para a restauração; e a organização de um curso de pós-graduação em museologia, para qualificar e especializar os profissionais brasileiros. (1982, p.2)

## Programa Nacional de Museus

Prestar assistência à totalidade do universo museológico brasileiro. Esta é, em síntese, a finalidade do Programa Nacional de Museus, um serviço criado, em setembro último, no âmbito da Secretaria da Cultura do MEC, e que está sendo operacionalizado pela Fundação Nacional próMemória, por intermédio de uma Coordenadoria Nacional, com sede no Museu da República, no Rio de Janeiro, cidade que concentra as maiores unidades museológicas do país (ver matérias neste número).



A Coordenadoria Nacional tem à frente: o Professor Rui Mourão, empossado no dia 6 de outubro passado, no Rio de Janeiro. Rui Mourão é o Coordenador de Museus e Casas Históricas da SPHAN/PróMemória, em Minas Gerais, e atual Diretor do Museu da Infância, em Chazé Preto. A Coordenadoria constitui-se de um Conselho de quatro pessoas, sendo uma delas o Coordenador, que o preside. Os outros três membros do Conselho já estão designados e são eles: o Professor Gerardo Britto Raposo da Câmara, Diretor do



Museu Histórico Nacional e Museu da República, a museóloga Regina Timbó, Diretora do Museu da Fundação Casa de Rui Barbosa, e o Professor Aécio de Oliveira, chefe do Setor de Museologia da Fundação Joaquim Nabuco, que coordena o sistema de museus do Nordeste.

A Coordenadoria contará com uma assessoria especializada, instrumento necessário para a operacionalização do sistema. Ela deverá abranger os seguintes campos: Museologia, Museografia, Pesquisa e Documentação,

Atividades Educacionais, Comunicação Social e Finanças. Essa assessoria, segundo Rui Mourão, funcionará estreitamente vinculada aos setores correspondentes dos diversos museus.

Inicialmente, o Programa Nacional de Museus está integrado pelos seguintes órgãos: Museu Histórico Nacional e Museu da República, Museu Imperial, Casa de Rui Barbosa e Arquivo-Museu de Literatura da Fundação, Museu Nacional de Belas Artes, Museu do Folclore Edison Carneiro, Museu Villa-Lobos, Museu da Estrada do Açú-

Figura 2-Boletim -Programa nacional de Museus 1982  
Fonte: IPHAN – Boletim SPHAN/Pró-Memória. 1982 nº 20. P.1

Com a criação do Ministério da Cultura, em 1986, (Portaria/MinC nº313 de agosto de 1986), a reformulação das políticas públicas pela Lei Sarney (que tratava da participação privada na execução das políticas culturais) e a tentativa de formular uma política para os museus, foi criado no mesmo período o Sistema Nacional de Museu (SNM) - subordinado ao SPHAN, cujo objetivo, era estabelecer uma política nacional para o setor articulando e apoiando financeiramente projetos museológicos, tais como: programas de cursos, oficinas, publicações, orientação na formulação de projetos e revitalização dos museus. (SCHEINER, 1993)

Segundo Souza e Moraes (2013, p.16) o SNM, no mesmo ano tornou-se Coordenadoria de Acervos e passou a assessorar trabalhos técnicos e a coordenar os recursos destinados às instituições museológicas.

Segundo Tolentino, as discussões das ações do SNM se davam no âmbito do Comitê Nacional, formado por membros representativos da museológica dos estados e de membros de instituições e fundações ligadas ao governo. Para o autor, “O Programa Nacional de Museus, tornou-se o braço executor e de apoio logístico dos projetos aprovados pelo SNM, no âmbito de seu Comitê” (TOLENTINO, 2008.p.106-107)

Para Scheiner (1993), esse quadro pode ser interpretado como uma oportunidade para os museólogos atuarem nas instâncias do poder público, participando ativamente das políticas nacionais formuladas pelo setor.

É importante pontuar que, na década 1980, ocorre o “boom dos museus” (SANTOS, 2004, p.59), foram abertos inúmeros museus no Brasil, período em que aflorava uma renovação no conceito do que é ser brasileiro: os anos de abertura política, o retorno de parte da intelectualidade e a valorização do Brasil. Segundo dados do Cadastro Nacional de Museus, na década de 1980, foram criados 272 museus no território brasileiro, um crescimento de 32% em relação à década anterior.

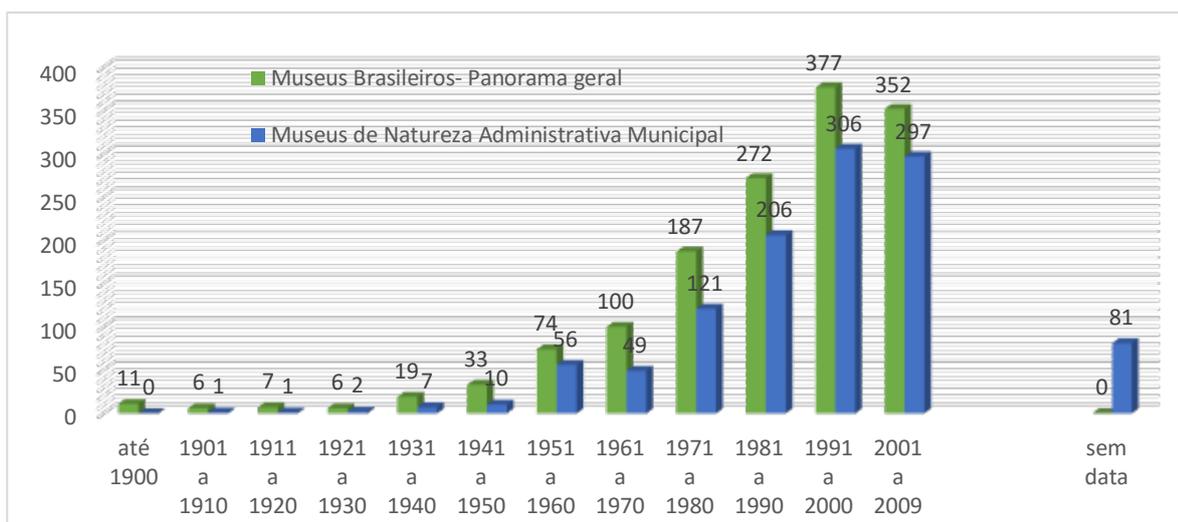


Figura 3-Número de Museus Brasileiros e Museu Municipais por ano de fundação  
81 museus municipais não informaram a data de criação/fundação  
Fonte: BRASIL, IBRAM- Cadastro Nacional de Museu, 2015.

É preciso destacar que, desses museus criados nos anos 1980 no Brasil, 193 deles, ou seja, 71% foram museus municipais. Museus geralmente pequenos, criados por autoridades locais de várias regiões brasileiras. O que demonstra certa descentralização, talvez impulsionada pela maior autonomia dos governos municipais, proporcionada pela Constituição de 1988.

Museus municipais, geralmente formados por concepções enraizadas em objetos que, de alguma forma davam destaque ao local, a personagens, ao município no contexto

nacional, e em alguns raros casos, museus locais com maior diversificação e pluralidade da apropriação dos bens simbólicos e culturais.

Santos (2004, p.59) adverte que:

[...] o número cada vez maior de museus a partir dos anos de 1980 não foi uma peculiaridade brasileira. Esse fenômeno foi analisado em diversas regiões do mundo como sendo uma resposta a demandas mais localizadas e como parte de um movimento que tornou mais diversificado o processo de preservação do passado. ,

A autora exemplifica, para sua afirmativa, o caso dos museus na França, que segundo Geman Vittae, responsável pelos museus locais do país, diagnosticou um grande crescimento do número de museus em pequenas cidades francesas:

[...] os franceses passaram a procurar as fontes patrimoniais que permitissem a afirmação de seu passado. O aumento dos museus locais representaria a abertura de lugares de convívio, dando espaço tanto para o fortalecimento de autoestima e criatividade, como para manifestações solidárias. (Ministere de la Culture et de la Communication, 1991, p.71) (SANTOS, 2004, p.59)

Para Santos (2004, p.8), “o *boom* dos museus” na década de 1980 pode ser compreendido tanto pelo “[...] processo de comercialização das narrativas e dos elementos simbólicos preservados pelos museus, que passaram a captar grandes investimentos e atrair um número considerável de visitantes”, quanto pelo “fortalecimento de demandas específicas e locais, que diversificaram uma memória anteriormente calcada em narrativas nacionalistas autoritárias”.

Nos anos 1990, com a falta de uma política consistente voltada ao setor museológico, coma escassez de recursos e com o assolamento do setor cultural provocado pelo Governo Collor (extinção do Ministério da Cultura e agências culturais, suspensão de programas culturais, revogação da Lei Sarney, etc.) e com a descentralização prevista pela Constituição Federal de 1988, a Coordenadoria de Acervos/SNM não obteve força suficiente para implantar uma política nacional para os museus e dar continuidade as suas ações.

Com o governo do Presidente Itamar Franco e, posteriormente, com o de Fernando Henrique Cardoso, as políticas museológicas no âmbito nacional praticamente não evoluíram. A principal iniciativa para o campo museológico nesse período que pode ser destaca, foi a criação do “Programa Museu, Memória e Cidadania”, também chamado na ocasião de “Museu, Memória e Futuro”. Este programa tinha o objetivo de revitalizar os museus e criar condições para sua autossustentabilidade. Para Tolentino (2008), o programa foi uma tentativa do Governo Federal, responder às demandas do setor museológico. Entretanto, esse programa pouco alterou as condições dos museus. Como descreve, Tolentino (2088, p.19):

[...] o programa Museu, Memória e Cidadania, em sua versão inicial, estava longe de um ideal para responder adequadamente a uma demanda da

sociedade em termos de políticas públicas voltadas para o setor museológico. Primeiramente, o programa foi concebido para atender especificamente aos museus da União, quando cabe ao Governo Federal a implementação de políticas públicas direcionadas ao setor museológico como um todo. Tal fato também prejudica o caráter de integração entre os entes da federação. [...] Ao restringir aos museus federais, o Programa inibia a construção de uma rede de parcerias entre os entes da federação, necessários para a promoção e valorização do patrimônio cultural musealizado. (TOLENTINO, 2088, p.19)

Moraes (2009, p.57-59) lembra que nesse período foi adotado um modelo de gestão de política cultural que primava pela lógica do mercado - “CULTURA é um bom negócio”, a cultura recebeu um tratamento mercadológico e passou ser entendida como parte da indústria de entretenimento, sendo seus principais recursos alocados em atividades e iniciativas que proporcionassem rentabilidade ou *marketing*, ou seja, praticamente os museus ficaram de fora.

De acordo com Scheiner (1993, p.11):

A consequência lógica desse processo é que os museus brasileiros, em sua maioria, têm muito pouco público, o que os torna cada vez mais caros e potencialmente inviáveis, do ponto de vista econômico/financeiro. Se não apresentam atividades geradoras de grande público, fogem ao interesse da livre iniciativa, não são patrocináveis pelas empresas privadas. Assim, padecendo de uma carência crônica de recursos humanos e materiais, mal têm podido acompanhar o desenvolvimento técnico de instituições similares na área da Cultura [...],

Contudo, mesmo com as carências no setor, abandono dos museus pelo poder público e a inexistência de uma política ativa e continuada nesse período, os museus continuaram surgindo e ampliando seus números na década de 1990 e 2000 (de 272 museus em 1980 para 377 em 1990). A mobilização dos profissionais da museologia brasileira foi ampliada, os constantes debates no campo museológico nacional articulados com discursos internacionais ganharam força. Junto a isso, soma-se uma nova conjuntura política no país no início do século XXI.

Em maio de 2003, na gestão do Presidente Lula, em meio às comemorações do Dia Internacional de Museus, o Ministério da Cultura (MinC), após amplo debate com a comunidade museológica, lançou as bases da política do Governo Federal para o setor, com a apresentação do caderno “Bases para a Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania”, que tinha como objetivos:

Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade sócio, étnico e cultural do país (BRASIL, 2003, p. 8).

A implementação da Política Nacional de Museus (PNM) foi uma ação inovadora na área museológica brasileira e representou uma mudança de postura do Ministério da Cultura em

relação ao setor. Segundo Moraes (2009, p.60), os museus ocuparam um lugar central e foi transformado em prioridade nas ações do MinC:

Mudar a museologia, ou os museus, significava modificar simultaneamente relações estruturantes, relações gerenciais, políticas, econômicas, sociais, relacionais e simbólicas. Significava repactuar, enfatizar, suavizar e aprofundar situações e interesses que não pretendem ser contrariados, abandonados ou modificados. Era mover-se com consciência social e objetividade, era saber que conflitos e tensões cotidianos ganharão e promoverão outras feições e possibilidades.

Para efetivar a implementação da PNM, foram organizados debates e discussões com a participação de diretores de museus, representantes das secretarias estaduais e municipais, professores de universidades e representantes de entidades e organizações museológicas de âmbito nacional e internacional. A partir dos debates, foram traçadas metas, princípios norteadores e eixos programáticos que fossem capazes de orientar e estimular a realização dos projetos e as ações museológicas.

O PNM definiu para nortear suas ações sete princípios e sete eixos programáticos<sup>26</sup> tais como:

Princípios norteadores:

- 1) estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural e dos museus;
- 2) valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus;
- 3) desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas pela diversidade cultural do povo brasileiro;
- 4) reconhecimento e garantia dos direitos de participação das comunidades, nos processos de registro e de definição do patrimônio a ser musealizado;
- 5) estímulo e apoio à participação de museus de várias tipologias,
- 6) incentivo a programas e ações que dê em sustentabilidade à preservação do patrimônio cultural submetido a processo de musealização; e
- 7) respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afros descendentes, de acordo com as suas especificidades

Eixos programáticos

1. Gestão e Configuração do Campo Museológico;
2. Democratização e Acesso aos Bens Culturais;
3. Formação e Capacitação de Recursos Humanos;

---

<sup>26</sup>Política Nacional de Museus Relatório de Gestão. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=679>> Acessado em 15 de julho de 2014.

4. Informatização de Museus;
5. Modernização de Infraestruturas Museológicas;
6. Financiamento para Museus, e
7. Aquisição e Gerenciamento de Acervos Culturais.

Segundo Rangel (2010, p.132), os princípios e eixos programáticos mencionados acima foram colocados em prática em todo o território nacional e todas as ações propostas tiveram grande adesão do campo museológico brasileiro. Dentre as metas realizadas destacam-se a realização de concursos públicos para diversos cargos na área cultural, a publicação de editais de modernização, financiamento dos museus, aplicação do cadastro nacional de museus e a criação de graduações de museologia em várias regiões do Brasil. Com a implementação da PNM, o panorama museológico brasileiro transforma-se de fato. Para o autor “[...] os museus foram inseridos na agenda política do governo e foram definitivamente compreendidos como instrumentos sociais, como espaços de crítica e reflexão de nossa realidade.

A área de ação da PNM passa a abranger todos os museus brasileiros, independentemente de serem públicos ou privados, buscando articular as ações e as políticas com todos os entes federados e a sociedade civil, valorizando não só os bens culturais nacionais, mas também aos estados e municípios.

Destaca-se como uma das maiores conquistas da PNM a promulgação da Lei que Instituiu o Estatuto de Museus (Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009). A implementação do PNM proporcionou, ainda, a criação de uma instituição específica através da criação do IBRAM (Lei nº 1106, de 2009). O país ganhou um organismo próprio para os assuntos museológicos e, uma regulamentação legal abrangente.

Lembramos ainda que a criação Sistema Brasileiro de Museus (SBM), que, segundo Tolentino (2008) veio atender a uma antiga demanda do setor museológico no fortalecimento do setor e na consolidação do campo. A tentativa foi

[...] de constituir uma ampla e diversificada rede de parceiros que, somando esforços, contribuíssem para a valorização, a preservação e o gerenciamento do patrimônio cultural brasileiro, de modo a torná-lo cada vez mais representativo da diversidade étnica e cultural do país.” (TOLENTINO, 2008, p.20)

Finalizando, é importante considerar as ações e os desdobramentos dos eixos programáticos, propostos pela PNM tais como: o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), o Cadastro Nacional de Museus (CNM), o Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados, o Inventário Nacional de Bens Culturais Desaparecidos, os Editais “Mais Museus” e

"Modernização de Museus" etc. Sobre a Política Nacional de Museus e seus desdobramentos, nos dedicaremos, em outra parte dessa dissertação.

## **CAPÍTULO 2**

### **MUSEUS MUNICIPAIS: conceitos e limite**

## 2. MUSEUS MUNICIPAIS: conceitos e limite

A memória é um motor fundamental da criatividade: esta afirmação se aplica tanto aos indivíduos quanto aos povos que encontram em seu patrimônio natural e cultural, material e imaterial - os pontos de referência de sua identidade a fontes de sua inspiração.

UNESCO, 1996

### 2.1 MUSEU, MEMÓRIA E IDENTIDADE.

Em uma sociedade globalizada, de avanços tecnológicos, de facilidade de comunicação, de computadores e das comunidades de redes virtuais, das mudanças na unidade familiar, do deslocamento intenso e acelerado de pessoas por qualquer lugar do planeta, de fragmentação de mercados e produção especializadas, de integração econômica, política e cultural, onde as identidades não territoriais ganham cada vez mais força e separam a referência identitárias das localidades e dos quadros tradicionais de nação e grupos, há uma ameaça real aos conceitos nacionais e locais de identidade.

As sociedades são agora reconhecidas não como totalidades, mas cada vez mais como conjuntos de comunidades ou segmentos específicos, com características definidas muito além dos tradicionais aspectos éticos, econômicos e de desenvolvimento cultural. A expansão da diversidade cultural culminou na geração de uma enorme e complexa rede e comunidades, identificadas por traços comuns tais como gosto cultural, formas de lazer, tendências musicais e até características morfológicas [...]. (Scheiner 1999, p.88)

Ao mesmo tempo em que o espaço global incentiva os processos de homogeneização cultural, um “surto de Individualismo” (SCHEINER, 1999), de contato globalizado entre as culturas e economias diversificadas, também contribui para o surgimento de diversas formas de localismos, ou “glocalismo” ou “glocalização”<sup>27</sup>, os quais muitas vezes resultam na construção de novas referências simbólicas ou mesmo da reelaboração de antigas e, conseqüentemente, provocando uma aproximação dos indivíduos com o seu passado, com suas origens, com a valorização e elaboração de um sentimento de nostalgia em relação a sua história e memórias. Ao mesmo tempo, como comenta Scheiner (1999), também provoca novos

---

<sup>27</sup> “Essa palavra descende, em linhas diretas, das teorias japonesas de administração pós-fordista. Inicialmente ela foi utilizada pelos especialistas em marketing para designar a “segmentação dos alvos ou decupagem dos grandes segmentos trasfronteiras de ‘comunidades de consumidores’ que reúnem os mesmos sócios estilos, os mesmos modelos de consumo” (MATTELART;NEVEU, 2004, p.180 Apud BALLER, 2008, p.20)

tipos de relação entre o homem e o espaço: “historicamente vinculado ao território – espaço de construção do local, do nacional, da identidade, referência tradicional da cultura - o homem se desterritorializa, torna-se nômade.” (1999, p. 89).

Sobre esse aspecto Agier (2001, p.7) destaca:

A circulação rápida das informações, das ideologias e das imagens acarreta dissociações entre lugares e culturas. Nesse quadro, os sentimentos de perda de identidade são compensados pela procura ou criação de novos contextos e retóricas identitárias. Híbrida ou mestiça, como se diz agora, a cultura encontra-se assim mais dominada do que nunca pela problemática da identidade, que se anuncia cada vez mais como uma ‘identidade cultural’

Segundo o autor, um dos motivos de refúgio do indivíduo contemporâneo nos fatos do passado e a busca de referenciais identitários poderia denunciar uma decorrência de nossa falta de confiança no futuro global por diversos motivos que vão desde os problemas ambientais e escassez de recursos naturais até o medo de catástrofes de ordem política.

Sobre essa valorização do passado e o temor em relação ao futuro da sociedade contemporânea, Le Goff (2003, p. 215) afirma que cada idade histórica busca valorizar uma determinada temporalidade e quanto mais seguro um indivíduo estiver de suas possibilidades, menor o seu receio pelo futuro, mas quanto mais inseguro for, maior será a valorização do presente e maior o refúgio no passado.

Entretanto, Huyssen (2000) adverte que a busca do conhecimento do passado, não pode ser simplesmente creditada ao medo do futuro. O autor adverte que existe uma avalanche de abordagens do passado tão frequentes nos nossos dias, que se poderia falar de uma musealização do cotidiano e da mercadorização da memória. A memória transformou-se num dos objetos da sociedade de consumo mais vendável e potenciada pela amnésia coletiva. A criação cada vez maior de museus nas cidades contemporâneas, valorização e recuperação de centros históricos e institucionalização dos patrimônios tornam-se os principais mecanismos na tentativa de assegurar o monopólio da memória.

Segundo Huyssen (1997 apud Rangel 2011, p. 305-306) os museus no mundo moderno:

[...] são instituições pragmáticas que colecionam, salvam e preservam aquilo que foi lançado aos “estragos” da modernização. E o passado seria construído à luz do discurso do presente e a partir dos interesses presente. O museu serve tanto para um lugar do passado como para possíveis “ressureições” porém com olhos do espectador.

Sobre esse aspecto, Scheiner (1999, p. 89) também lembra o papel da indústria cultural<sup>28</sup>, que nos últimos tempos, se organiza como setor produtivo, no qual as diferentes expressões da cultura são tomadas como mercadorias. Segundo a autora, a “[...] construção das identidades se faz pelas relações com o consumo, pela capacidade de criar e manter articulações e pela aceitação das diferenças”

Stuart Hall (2005), ressalta sobre a chamada “crise de pós modernidade”, quando as mudanças estruturais da contemporaneidade fragmentam e desconstroem as identidades culturais de classe, etnia, raça, nacionalidade e gênero, geram a perda de um “sentido de si mesmo” do indivíduo. Nesse sentido, cada vez mais “[...] as identidades nacionais e outras identidades locais ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização” (p.73). A valorização das coisas locais, em oposição à globalização, cobre de importância a manutenção de identidades que possibilitam às pessoas referenciar o seu lugar.

O homem redescobre o local em contraposição ao global, às manifestações culturais, às tradições e às peculiaridades. Está (re) apreendendo o olhar para o patrimônio como um bem que representa identidade e que exterioriza o valor de uma cultura, essa que pode ser a expressão de uma conjuntura histórica, a leitura de uma concepção social ou a manifestação de uma tradição. O interesse pela identidade, e ressignificação de suas referências mais imediatas e, conseqüentemente, pelo passado, reflete-se na criação de símbolos comuns, de lugares de memória, locais de rememoração, como monumentos, museus, arquivos, que buscam evitar o esquecimento e impor a noção de um tempo estável ao mundo atual.

Nora (1993, p.23), reflete que esse movimento da sociedade surge no momento particular de nossa história de ruptura entre a história-memória, do fim da ‘sociedade-memória’, da “aceleração da história” e do aparecimento da “história da história”. Para o autor, a sociedade em busca de evitar o esquecimento, já que para ele “não há mais meios de memória” e a possível ruptura com o passado em função da mundialização, é necessário criar “lugares de memória”.

Segundo Ricoeur, “Pierre Nora é inventor dos lugares de memória” (2007 p. 412), que segundo o autor a noção é a pedra angular da imensa coleção de artigos reunidos por Nora a partir de 1984. E que tem como conceito:

Os lugares de memória são o que resta e que se perpetua de um outro tempo, e que transmitem ritos para uma sociedade desritualizada, sociedade que necessita desses lugares de memória por não mais terem meios de memória, seja pela evolução industrial e urbana que descaracterizam comunidades tradicionais [...] são lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra: lugares materiais onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos

---

<sup>28</sup> “A indústria cultural pode ser assim entendida como um intelectual orgânico desterritorializado, identificado como os grupos de poder dominantes na sociedade global” [...] Ver (SCHEINER 1999, p. 89).

sentidos; são lugares funcionais porque tem ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e são lugares simbólicos onde essa memória coletiva se expressa e se revela (NORA,1993, p. 21-22. Grifo nosso).

É importante considerar que esse processo de valorização das referências locais e a criação e valorização de espaços que remetem a uma história, um passado e memórias, também estão presentes na chamada “Nova História”<sup>29</sup>. A corrente historiográfica que surgiu em oposição à história positivista do século XIX e ganhou destaque com a Escola de *Annales* francesa desde os anos 1920, influenciou autores e pensadores e forçou uma renovação no pensamento histórico e social da realidade.

Sobre essa nova forma de entender a História, Le Goff fala:

A história dita “nova”, que se esforça por criar uma história científica a partir da memória coletiva, pode ser interpretada como “uma revolução da memória” fazendo-a cumprir uma “rotação” em torno de alguns eixos fundamentais: “Uma problemática abertamente contemporânea... e uma iniciativa decididamente retrospectiva”, “a renúncia a uma temporalidade linear” em proveito dos tempos vividos múltiplos “nos níveis em que o individual se enraíza no social e no coletivo” [...]. História que fermenta a partir dos estudos dos “lugares” da memória coletiva. “Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou arquiteturas; lugares simbólicos como comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais tem a sua história”. Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: “Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória”. (LE GOFF, 1996, p. 473. Grifo nosso).

Para Pollak (1999, p.89):

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa de um grupo em sua reconstrução de si .

Ou seja, a memória é um elemento formador da identidade, ela acaba por ser o resultado de um trabalho de organização e de seleção daquilo que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência, ou seja, de identidade.

Destacamos então que os estudos sobre memória e identidade e os denominados “lugares de memória” emergem em meio ao contexto de rupturas valorativas e de descoberta de dimensões deixadas à margem, em que a concepção de tempo, do funcional, do convívio social se altera, e nela se insere a retomada da questão da memória, numa inserção mais ampla.

---

<sup>29</sup>Para um panorama da “nova História” ver Burke, 1991 e Le Goff, 1996.

Avaliamos, ainda, que a reflexão sobre Identidade, Memória e História são temáticas, frequentemente associadas ao Museu. Esses conceitos apresentam-se como sistemas de representação e significação coletivamente construídos, partilhados e reproduzidos por uma comunidade.

Cabe, aqui, ressaltar que a discussão sobre memória, identidade, história, museu e lugares são assuntos complexos, extensos, com diversas noções, conceitos e interpretações de acordo com os ramos de conhecimento existentes (Sociologia, Antropologia, Medicina, Filosofia, Geografia, etc.). Observamos a devida dimensão desses temas e o contexto desse estudo, logo optamos por apenas sinalizar algumas características.

De acordo com Le Goff (1996), a memória, por conservar certas informações, contribui para que o passado não seja totalmente esquecido, pois ela acaba por capacitar o indivíduo a atualizar impressões ou informações passadas, fazendo com que a história se eternize na consciência humana. Entendemos que Le Goff pensa a memória enquanto um fenômeno social que pode ser vista como uma seletiva reconstrução de um passado, baseada em ações imediatas, percepções e novos códigos, por meio dos quais descreve, simboliza e classifica o mundo a nossa volta, ou seja, a memória tem a capacidade de reter ideias, conhecimentos e experiências adquiridas num dado momento do passado e acessá-las no presente.

Essa retenção da memória pode ser perceptível quando nos deparamos, na fase adulta, com a lembrança de um sabor, de um cheiro, de uma imagem, de uma experiência vivida em nossa infância e que nos remete imediatamente ao passado, invocando a lembrança daquele episódio. Sobre essa percepção de “convocar o passado” através de reminiscências e sensações o escritor francês Marcel Proust, eternizou em sua obra “Em busca do tempo perdido, Vol I – No caminho de Swann” publicada entre 1913 e 1927, o episódio das *Madeleine*, em que a pequena “conchinha” de confeitaria, trouxe à tona um conjunto de memórias congeladas. Os doces umedecidos evocaram a infância, os dias passados na casa dos avós em Combray, as noites de verão, as visitas de um vizinho à noite – as quais impediam sua mãe de ficar ao seu lado e lhe desejar boa noite, causando-lhe desespero. (PROUST, 2003)

A memória é sempre atual, é sempre vivida no eterno presente, pois a qualquer momento podemos evocá-la e está constantemente aberta à discussão do lembrar e do esquecer. Sobre esse aspecto do lembrar/esquecer, é preciso pontuar que, ao mesmo tempo, que grupos buscam marcar, registrar os testemunhos e acontecimentos para que a memória continue sempre “viva”, outros grupos buscam esquecer certos episódios e experiências; é o que Pollak (1989, p. 6) chama de “zona de sombra, silêncios e não-dito”. E ainda, nesse processo de lembrar/esquecer é preciso observar que mesmo na ação natural do lembrar, do

buscar na memória, muitos aspectos são esquecidos inconscientemente. Sendo assim, a memória que é evocada e chega no presente, são apenas fragmentos.

Em relação à memória, é preciso lembrar que “memória não é história”. Os dois assuntos estão longe de serem sinônimas, contudo, estão sempre imbricadas, ora dialogam e se completam e ora se contrapõem e se opõem. A História se opõe à Memória porque enquanto a primeira envolve métodos analíticos, reconstrói o objeto no plano impessoal, universalista e disciplinar, a segunda se reconstrói no plano pessoal, afetivo, a partir da emoção diversificada de imagens do passado e do presente, da realidade e da fantasia.

Halbwachs (2004) também diz que a memória coletiva não se confunde com a história: a história é a compilação dos fatos ocorridos no passado que ocuparam o maior espaço na memória dos homens; começa a partir do momento que acaba a tradição, o momento em que a memória social se apaga e se decompõe. Para o autor, enquanto uma lembrança subsiste na mente de uma pessoa é inútil fixá-la por escrito, exceto quando essa memória não tem mais suporte num grupo social, assim o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las através da história por escrito.

Halbwachs defende que a memória coletiva se distingue claramente pelo menos sobre dois aspectos da história. O primeiro, que a memória consiste numa corrente de pensamento contínuo que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência de um grupo social. Enquanto que a história se coloca fora dos grupos e introduz, determinadas divisões, convenções e esquematizações didáticas. Para o autor, na memória o presente não se opõe ao passado, enquanto que na história, esses dois momentos são bem definidos. O segundo aspecto de distinção entre memória e história, pontuado por Halbwachs é que há muitas memórias coletivas “[...] há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva e plural e individualizada” (NORA, 1993, p.9). Já a história pode se apresentar como a memória universal do gênero humano, que concentra todos os fatos importantes e marcos do passado da humanidade.

Ainda sobre essa relação entre a memória e a história, Nora (1993, p.9), também pontua sobre suas diferenças. Segundo o autor, “[...] a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, sendo ela um fenômeno atual, um elo vivido no eterno presente”. Enquanto a “[...] história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, é a representação do passado.

Para Nora (1993.p 9) a memória: por ser afetiva é mágica;

[...] não se acomoda a detalhes que confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível

a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica [...] A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga as continuidades temporais, as evoluções e as relações das coisas. A memória é uma absoluto e a história só conhece o relativo.

Nora (1993, p.15) distingue dois tipos de memória: uma memória tradicional (imediate) e uma memória transformada por sua passagem em história. " [...] À medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi".

Algumas vezes, entendemos o conceito de memória como algo pessoal, individual e de fenômeno particular, contudo, Halbwachs e Pollak alertam que a memória deve ser compreendida, também, como fenômeno coletivo e social. Halbwachs argumenta que toda lembrança significativa é um processo socialmente condicionado de reconstruções que se baseiam na estrutura social de dado grupo. Tudo que é gravado, excluído, lembrado, nada mais é que o resultado de uma construção.

Para Pollak (1992, p. 2) a memória, individual ou coletiva, é constituída de três critérios: acontecimentos, personagens e lugares. O primeiro critério são "os acontecimentos vividos pessoalmente"; e de "acontecimentos que chamaria de 'vividos por tabela'", ou seja, acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas no imaginário ganha tão grande destaque que no fim das contas é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Para o autor, essa Memória "por tabela" seria todos os eventos que não situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou grupo, ou seja, por meio da socialização política ou história, ocorre uma incorporação, projeção e identificação com um determinado passado que pode ser definida como "memória herdada".

Essas memórias também são constituídas de pessoas e personagens, que também se inserem no esquema mencionado, realmente personagens encontrados, como por "tabela" que diante dos processos nos tornam de certa maneira íntimos. E também, essa constituição da memória se faz representar nos lugares:

Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, ou pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. (POLLAK, 1992, p.2-3)

Conforme afirma o autor, essa memória dos lugares pode-se atribuir a um lugar que permaneceu muito forte na lembrança da pessoa ou um lugar de férias na infância, que permaneceu muito marcante independente da data real em que a vivência se deu. Já na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da

memória, que são lugares de comemoração, como exemplo os monumentos (POLLAK, 1992, p.3) ou em nossa análise, os museus.

Esses três aspectos da memória: acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos diretamente ou indiretamente (“por tabela”) podem ser reais, empiricamente, como podem ser projeções de outros eventos ou até mesmo aspectos inventados.

Dentro do exposto, Pollak (1992) ressalva sobre seu caráter seletivo, pois nem tudo de fato fica registrado. A memória é sempre uma construção consciente ou não, “é um fenômeno construído”. No entanto, podemos entender que a memória, não se mantém única, igual e imutável. (1992, p.3-4, grifo nosso).

Nesse sentido, também, destaca Burke (1989, p. 50): que “[...] é proveitoso pensar em termos pluralistas sobre o uso das memórias por diferentes grupos sociais, que talvez também tenham diferentes visões do que é importante ou digno de memória”. Burke comenta que devemos ficar sempre atentos a quem quer que se lembre/ se esqueça, o quê e por quê? Por esse motivo, a memória está muito próxima das relações de poder e das representatividades políticas, permeadas pelo que “deixam” ou fazem lembrar. São “os indivíduos que lembram os fatos [...] mas são os grupos sociais que determinam o que é memorável e também, como será lembrado (BURKE, 1989, p.84)”.

Podemos afirmar que a memória é um elemento essencial da identidade e vice-versa, ambas se reforçam mutuamente. Conhecemos nossas raízes, distinguimos o que nos une e o que nos separa. Para POLLAK (1992, p. 5), a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua construção de si.

Numa definição mais usual de identidade, podemos considerar que é um conjunto de características pessoais ou de determinados grupos que nos distinguem dos outros. A identidade diz respeito às singularidades e às peculiaridades que diferenciam e ao mesmo tempo identificam um povo, suas crenças, ritos, experiências etc. Ela não é algo estático, é um processo dinâmico que renova e modifica ou não, quando entra em contato com outras culturas.

Stuart Hall (2000. 106) comenta que:

Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são compartilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal.

O conceito de identidade, portanto, remete a um sentimento de pertença, por exemplo, uma comunidade, apesar de os membros não se conhecerem, compartilham importantes referenciais comuns: uma mesma história, uma mesma tradição etc. Esses referenciais criam laços com os antepassados, com um local, com um território, com os costumes e hábitos. Para os indivíduos são informações de onde vem e quem são, para o grupo social, são algum tipo de identidade, seja étnica, local ou regional.

Para Stuart Hall (2000, p.109):

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos.

Para Pollak (1992), na construção de Identidade, existem três elementos essenciais: "Unidade física", sentimento de ter fronteiras físicas, como o próprio corpo ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso do coletivo; "Continuidade dentro do tempo", no sentido físico da palavra e no sentido psicológico; e "Sentido de coerência", que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados.

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos critérios da aceitabilidade, da admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros.

Smith (1991) defende que na constituição da identidade individual existem quatro categorias: o gênero sexual, a categoria de espaço e território, a categoria socioeconômica, ou seja, classe social e a categoria étnica ou religiosa. Essas categorias (se considerarmos que os indivíduos já nascem com a identidade de gênero definida (Masculino e Feminino), as outras são completamente flexíveis e serão determinadas pelo conjunto dos contextos que influenciarão o indivíduo.

Nesse mesmo sentido de pensamento, podemos considerar que se existe uma constituição da identidade individual, também existirá uma identidade coletiva - o compartilhar de ideias de um determinado grupo que também serão formadas pelas demais categorias.

Para Pollak (1992, p. 7) as Identidades Coletivas são " [...] todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo - quer se trate de família ou de nação - o sentimento de unidade, continuidade de coerência". Processo este, que em nosso entendimento faz parte da constituição da identidade cultural que se relaciona com o sentimento de pertença de um grupo social ou cultural (identidade local), ou de um sujeito/indivíduo, influencia por sua vez ela própria o indivíduo no seu grupo ou cultura.

A identidade cultural adquirida pela vivência alia-se à identidade pessoal (individual). Assim, podemos considerar que o indivíduo possui uma identidade pessoal e uma identidade coletiva ou cultural. Ou seja, a identidade remete para um processo interno do indivíduo: a necessidade de pertencer a um grupo referencial que permita participar, integrar e construir traços comuns, estabelecendo um estilo de vida em consonância com o ambiente de origem.

Ao estar em contato com as referências do local onde vive e com o seu patrimônio, o indivíduo constitui uma ligação com sua própria história, a sua memória, preservando a memória do seu grupo social (memória coletiva) e desenvolvendo um processo de identidade social e cultural. Diante do exposto, podemos dizer que a identidade é relacional, pois determina a ligação entre um indivíduo e o seu meio através da socialização com outros indivíduos e grupos referenciais - a família, a região, a religião e a vizinhança, permitindo uma permanente reconstrução da sua identidade.

Contudo, Meneses (1992, p. 209) ressalta que: “[...] se a identidade tem como foco a semelhança, ela produz, em contrapartida, a diferença: a afirmação de semelhança necessita da oposição do que não é semelhante”. A identidade forçosamente não apenas deriva das diferenças, mas precisa explicitá-las e exacerbá-las. Para o autor, o semelhante é inofensivo, inócuo, já o diferente que provoca risco, perturba. Sendo assim, “[...] a diferença está na base de todas as classificações, discriminações, hierarquizações sociais”.

Para Meneses (1993, p. 210) “[...] a identidade é um processo incessante de construção/reconstrução”, e ganha sentido e expressão nos momentos de tensão e ruptura - precisamente quando se aguça a percepção da diferença e sua presença se faz mais necessária, “a identidade não é, pois, fruto do isolamento de sociedades ou grupos, mas, pelo contrário, de sua interação quando existem segmentos sociais que não se pensam como totalidades únicas” .

No contexto museológico, a reflexão e as relações sobre identidade e memória são um problema crucial e complexo. Segundo uma das versões da mitologia grega, a “memória” é personificada como a deusa Mnemósine, protetora das artes e da história. e filha de Urano (o Céu) e de Gaia (a Terra), .que após se unir a Zeus, gerou as nove Musas (Caliope, Clio, Euterpe, Erato, Terpsicore, Melpomene, Talia, Polimnia e Urania) que eram responsáveis por inspirar poetas, músicos, dançarinos, astrônomos, filósofos etc., e cantar o presente, o passado e o futuro, acompanhados pela lira de Apolo. para deleite das divindades do panteão grego. (Rangel, 2011).

Entre alguns autores, o termo “museu”, é de origem grega (*mouseion*), significa o “templo das musas”, local de oferendas às filhas de Zeus com Mnemósine. Misto de templo ao saber filosófico, abrigava obras de arte e objetos preciosos oferecidos às divindades, em sinal

de agradecimento. Para Scheiner (2008, p. 92) o termo mais adequado seria Mousàon, espaço de expressão das Musas, de (re)criação da natureza e do mundo das ideias. A partir dessa origem lírica, talvez se possa afirmar que o museu nasceu mesmo da ideia de memória dos territórios, da necessidade de exaltar o que se acumula de experiências e de produções humanas nas mais diversas possibilidades do saber.

A instituição Museu em sua evolução no tempo - passou por diversas concepções quanto a sua função e ao espaço de atuação. Já se apresentou como casa das musas, gabinete de curiosidade, espaços de deleite de uma elite, local de coisas velhas, lugar de memória, patrimônio, alterou-se de prédio para território, de objetos para integral, de templo para fórum, de um local onde estão preservadas algumas coleções para tornar-se uma atitude, de lugar de contemplação para espaços de transformações sociais, relacionais ou entendidos como fenômeno.

Como já foi abordada em outra parte desse trabalho, reforçamos a ideia de que os museus passaram a atuar de forma contundente na construção das identidades nacionais dos Estados Modernos desde os séculos XVIII, XIX e XX. É óbvio, que bem diferente das propostas contemporâneas. Contudo, a relação entre identidade e museu é importante pontuar que não é um simples processo da contemporaneidade e sim da própria natureza da instituição.

A comunidade, como grupo, constrói e reproduz a sua identificação através da relação que estabelece com o seu passado (história, cultura, religião) e pelos objetos que o representam. O objeto (material e imaterial) é a exteriorização e concretização dos desejos humanos, são extensões do corpo humano, produzidas para atender necessidades projetadas e concebidas a partir do universo imaterial da cultura. (ZANOTTI, 2009, p.13-14)

Através dos Museus estes objetos são simbolicamente apropriados pela sua capacidade de rememorar acontecimentos e convocar o passado, através do discurso e interesses do presente são colecionados, conservados e protegidos de forma a perpetuar a sua existência no tempo. Como lembra Rangel (2011, p. 305-306) “[...] o museu serve tanto como um lugar do passado, quanto um lugar de “ressurreições”, contudo, adverte que contaminadas e mediadas pelos olhares do espectador”. Entretanto, mais que preservar memórias, construir identidades, os museus são centros de informação e reflexão, sendo uma instância de mediação entre objetos e pessoas.

Nas últimas décadas, mais precisamente após os anos 1970, essa questão da identidade e do museu ganha ainda mais força. As novas perspectivas, propagadas com a Carta de Santiago e posteriormente com a “Nova Museologia” e com o maior debate e aprofundamento no campo museológico desse período, proporciona um entendimento de museu como um local fundamental na valorização das identidades. O museu integral (Declaração de Santiago de

1972) vinculando a uma visão de conjunto do meio natural e cultural, com a função de além de recolher e conservar objetos, passa a ser visto como agente de desenvolvimento comunitário, exercendo um papel fundamental na educação da comunidade e fortalecimento dos laços identitários. A nova perspectiva leva o homem a confrontar-se com a realidade por meio de elementos tridimensionais, representativos e simbólicos (Declaração de Oaxtepec de 1984), e propõe que o museu assuma a sua responsabilidade como gestor social, através de propostas museológicas de acordo com a comunidade.

É importante advertir, que segundo Scheiner (2012) esse processo teve início entre os anos 1940 a 1960, com discussão de autores como: *Rivière, Kinard, Jahn, Gluzinski, Nestupny, Vásquez e Stránsky*, que dentre suas propostas destaca-se a definições de Museu do ICOM e também a influência dos documentos de Santiago, Quebec, Oaxtepec e Caracas:

#### Artigo II - Definição

A palavra museu aqui denota qualquer estabelecimento permanente, administrado no interesse geral, com a finalidade de preservar, estudar, aumentando por vários meios e, em particular, de expor ao público o seu deleite e para grupos de objetos e espécimes de valor cultural de instrução: artísticos, jardins e aquários histórico, científico e tecnológico coleções, botânica e zoológica. As bibliotecas públicas e instituições arquivísticas públicas mantendo salas de exposições permanentes serão considerados museus. (ICOM Estatutos, julho de 1951)

Ainda segundo o ICOM, em um dos documentos produzidos durante a 15ª Assembleia Geral do ICOM em Buenos Aires, Argentina no ano 1986<sup>30</sup>, sinalizava a centralidade da identidade cultural, para preencher as responsabilidades que o museu assume, como fator de transformação social:

“Su función no si limita ya en transmitir un mensaje universal para una audiencia omorfa, sino que debe centrarse en poner la población local en contacto con su propia historia, sus tradiciones y valores. Por medio de estas actividades el museo contribuye a que la comunidad tome consciencia de su propia identidad que geralmente le ha sido escamoteada por razones de orden histórico, social o racial, o que se há idodesdibujando bajo la presión de la centralización o la urbanización” (Laumonier 1993 apud Meneses 1993, p. 208)

No atual contexto museológico, as reflexões defendem que os museus não devem existir em função dos objetos que contém, e, sim, em virtude dos conceitos ou de ideias que esses objetos ajudam a transmitir. Não podemos negar o papel que o museu ocupa hoje, tanto como espaço de legitimação ou tentativa de legitimação de identidades, mas principalmente como lugar de análises dessas relações e que são imprescindíveis para o estudo e para a compreensão de questões identitárias, assim como revelam-se instituições que criam e

---

<sup>30</sup><http://icom.museum/la-gobernanza/asamblea-general/resoluciones/buenos-aires-1986/L/1/>

(re)definem as representações e significações, apresentando-se como espaços essenciais na conservação e produção de identidades e memórias coletivas.

## 2.2 Museu Municipal: museu local, de cidade, de comunidade

Este museu de tudo é museu,  
Como qualquer outro reunido;  
Como museu, tanto pode ser  
Caixão de lixo ou arquivo.  
Assim, não chega ao vertebrado  
Que deve entranhar qualquer livro:  
É depósito do que aí está,  
Se fez sem risca ou risco.

MELO NETO, João Cabral. **Museu de tudo.**  
Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975

O que é um Museu Municipal? É um museu de cidade? É um museu local? Qual a tipologia de seus acervos? Qual sua função? Qual sua responsabilidade?

Os museus municipais geralmente são comparados aos museus de cidade, um museu local e que de certa forma também pode ser classificado como museu de comunidade, se considerarmos que foi desenvolvido e representa um determinado grupo ou sociedade. Mas o que define o museu municipal? Qual é o seu limite entre as categorias?

Para o IBRAM (2011, p. 62), atualmente no Brasil, as instituições museológicas quanto a sua natureza administrativa, podem ser divididas em oito categorias principais e excludentes entre si: federal, estadual, municipal, associação, empresa, fundação, sociedade e natureza administrativa mista.

Segundo o Estatuto de Museus - Lei N 11.904 de 14 de janeiro de 2009- o CAP. II Do Regime Aplicável aos Museus, em seu artigo Art.12 determina: "Art. 12. A denominação de museu municipal só pode ser utilizada por museu vinculado a Município ou por museus a quem o Município autorize a utilização desta denominação"<sup>31</sup>. Entretanto, o conceito e os limites de Museu Municipal, em muitos casos, se confundiu com outras categorias e modelos conceituais de museus (museus de cidade, museus históricos...). Em alguns casos, representa um determinado território, espaço geográfico ou localidade, pode ainda ser considerada como uma

---

<sup>31</sup> Ver :BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. . *Institui o Estatuto de Museus*. Brasília, 2009.

categoria de natureza pública mantida, geralmente, pelo Estado ou uma categoria administrativa representada pelos níveis da federação: museu nacional, museu estadual e museu municipal.

É importante destacar que os conceitos e definições utilizados aqui, embora merecessem, por si só, uma discussão bem mais aprofundada, foram adotados como uma reflexão de modo mais geral, visando identificar nosso objeto – o Museu Municipal<sup>32</sup>.

Na presente pesquisa, elegemos o termo Museu Municipal para designar a instituição de constituição pública de caráter administrativo municipal, delimitada pelo espaço imediato de seu entorno e que se situa em uma das extremidades do conjunto das categorias administrativas da federação – Museu Nacional, Museu Estadual e Museu Municipal, ou seja, elegemos como o Museu Municipal, o museu mantido e administrado pelo poder público municipal (prefeitura), constituindo a esfera mais local de poder e que estaria a serviço e ao desenvolvimento da sociedade de um específico território.

---

<sup>32</sup> Destacamos que de acordo com as definições de Museu do **ICOM**: Um museu é uma instituição sem fins lucrativos, permanente a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exhibe o patrimônio tangível e intangível da humanidade e seu ambiente para fins de educação, estudo e diversão[...] b. Para além das instituições designadas como "museus" o seguinte qualifica como museus para os efeitos da presente definição:

I. monumentos e sítios naturais, arqueológicos e etnográficos e monumentos históricos e locais de natureza museu que adquirir, conservar e comunicar testemunhos materiais do homem e seu meio ambiente;

II. instituições que detêm coleções e expõem espécimes vivos de plantas e animais, tais como jardins botânicos e zoológicos, aquários e viveiros;

III. centros de ciência e planetários;

IV. sem fins lucrativos, galerias de exposições de arte;

V. reservas naturais; institutos de conservação e galerias de exposição permanente Mantida pelo libraiies e arquivos centros, parques naturais;

VI. organizações nacionais ou regionais ou locais museus internacionais ou, ministérios ou departamentos ou órgãos públicos responsáveis por museus conforme a definição dada nos termos deste artigo;

VII. Instituições sem fins lucrativos ou organizações que realizam pesquisa de conservação, educação, formação, documentação e outras atividades relacionadas com museus e museologia;

VIII. centros culturais e outras entidades que facilitam a preservação, continuidade e gestão dos recursos patrimoniais tangíveis ou intangíveis (patrimônio vivo e atividade criadora digital); (ICOM, 2001) (Estatutos do ICOM, aprovada pela 22a Assembleia Geral (Viena, Áustria, 24 de agosto 2007)

E de acordo com a **Lei nº 11.904**, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus, Disponível em: <https://www.museus.gov.br/os-museus/o-que-e-museu/> Acesso em 11/09/2015

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento." (Estatuto de Museus/IBRAM)



Figura 4-Categoria de natureza administrativa de Museu Municipal  
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2015

Para Geoffrey Lewis (2004) os primeiros museus públicos surgiram na Europa, a partir do ideal enciclopédico iluminista do século XVII -- “o Museu *Ashmolean*, criado pela Universidade de Oxford em 1683, é geralmente considerado o primeiro museu estabelecido por um órgão público para o benefício público” (2004, p.11). Foi baseado em grande parte, nas coleções ecléticas de várias partes do mundo. Essa característica enciclopédica influenciou, também, outros grandes museus, como exemplo, o Museu Britânico, de Londres criado em 1759 e o Museu de História Natural de Paris em 1793.

Pomian (1991, apud, MENESES, 2005) acentua que o primeiro “museu nacional” no nome foi o Museu Britânico, que tinha por objetivo celebrar a contribuição britânica à “civilização” ocidental, mas não era nacional no conteúdo.

Com a Revolução Francesa e as demais revoluções burguesas na Europa e, ainda, com o crescimento do ideal nacionalista, operou-se profundas mudanças em todas as dimensões da organização social (na política, na economia, no direito) e, dessa forma também os museus. Foi nesse contexto que o conceito moderno de “Museu Nacional” ganhou caráter público na Europa. Como destaca Poulot (2005, p.39), foi com a Revolução Francesa que ocorre a abertura de coleções da aristocracia e o nascimento da ideia de que o Estado deve ser conservador dos bens culturais.

Sobre esse momento Meneses (2005, p.56) relata:

Associação de uma identidade a um substrato nacional começará só mais tarde, atingindo o apogeu do século XIX, não por coincidência o século da formação das nacionalidades europeias.” É nesse espírito que se criam os museus do Exército, da Revolução, do Risorgimento, das artes e tradições populares, os *musei civici* e os *di storia* pátria, aqueles de denominações nacionais (nórdico, austríaco, alemão, etc.), ou então, tomando o local e o regional como trampolins,

os *musées municipaux* e os *Heimatmuseen* e assim por diante. É também nesse espírito, e associando a tradição e modernidade, que, entre nós se cria o Museu Histórico Nacional na década de 20 do século XX.

O papel desses museus públicos nacionais contribuiu para a criação, conscientização e construção de uma identidade nacional e de preservação do patrimônio histórico de suas respectivas nações. São formadas as grandes coleções e operam-se amplos processos de aquisição de acervos. Desenvolvidos, inicialmente, na Europa, este modelo se espalhou para outros Continentes. Especialmente onde havia ainda colônias europeias, mas também países emergentes, como o Brasil, interessados em construir novas referências de nação.

Nesse momento, os museus se inserem num quadro do “surto de nacionalismo” com as nascentes de Estados Nacionais e, na esfera, das ideias de progresso e de civilização, alinha-se com os conceitos de cultura que nessa ocasião, expressa o desejo de promover o “indivíduo nobilitado não pelo sangue ou herança, mas pelo espírito cultivado, erudito, superior, livre face aos costumes, às tradições, à irracionalidade e à religião” (MENDES, 2009).

Para Varine (2013, p.176), esses museus eram instituições aristocráticas, herdeira dos gabinetes de curiosidade dos príncipes e dos tesouros das catedrais e dos mosteiros e sua abertura para o mundo corresponderia a uma ideologia de democratização cultural, segundo a qual os bens e valores pertencentes à cultura de elite ou reconhecidos por esta devem ser impostos a todos a fim de fornecer ao povo modelos e normas. (VARINE, 2013, p.176)

Segundo Lewis (2004, p.14), o conceito de museu enciclopédico da cultura nacional ou mundial diminuiu durante o século XIX e início do XX, a favor de museus nacionais mais especializados, museus gerais, regionais e locais, porém com as características e ideia enciclopédica ainda impressa.

O fim do século XIX e início do XX é marcado, enfim, pelo ‘surto do nacionalismo’, pela preocupação e a valorização de referências culturais e identitárias locais, em razão do processo de modernização e de industrialização e pelo período marcado por diversas mudanças no campo museológico, criação de novas instituições museológicas e por novas maneiras de compreender os museus. Dentre essas mudanças, destacamos o advento de museus locais, de cidade, municipais e outros.

Sobre os museus locais e municipais criados nesse momento, Lewis (2004,14) comenta:

Estes desenvolveram-se a partir de *colecções* de benfeitores e sociedades privadas, em particular em meados do século XIX. Na Inglaterra, os museus municipais eram vistos como meios de providenciar instrução e entretenimento para a população urbanizada crescente e desenvolveu-se no contexto de reformas para superar problemas sociais, resultado da industrialização. Onde

estes eram estabelecidos, num porto ou noutra centro de comércio internacional, o acervo muitas vezes, *reflectia* a natureza geral do local. Estes museus locais e regionais também tiveram um papel importante na promoção do orgulho cívico.

Flower (apud ARAUJO, 2012) também descreve sobre o surgimento dessas instituições locais nos EUA, em 1891. Para o autor, a ideia de “museu local” deveria ser profundamente relacionada com a comunidade local à qual serve, tanto em termos da sua gestão, quanto em relação aos itens da sua coleção. Segundo Flower, esses museus locais deveriam assumir a dupla função de permitir a pesquisa dos estudiosos e o conhecimento geral do cidadão comum.

Queiroz (2013, p.53-54) destaca que desde o século XIX já era possível encontrar museus locais com a autodenominação de “Museu de Cidade X”, sendo ampliados os seus números nas primeiras décadas do século XX.

Para Queiroz (2013, p.54) o motivo do aumento desses museus seria:

“[...] o desenvolvimento das indústrias seguindo de um consequente crescimento da urbanização, levando à perda das evidências do passado e fazendo com que os cidadãos se preocupassem em preservar seus fragmentos. Assim, os museus eram estabelecidos e recebiam coleções de indivíduos de certa proeminência na cena local, que viam no museu uma forma de perpetuar a ordem vigente e seu status. Doavam não só seus pertences como quantias em dinheiro para auxiliar nas atividades da instituição. A cidade portanto era interpretada de acordo com a coleção, a visão e os valores de tais beneméritos, bem como as inclinações de aspectos políticos que regiam as medidas tomadas.

Os museus de cidade ou locais possuem um diferencial que se reflete na proximidade com o público visitante e com a comunidade. É um museu de caráter local, de um território que abriga um número menor de segmentações sociais, um museu onde a primeira vista não é completamente isenta de referências prévias, porque o prédio já pode já ser conhecido porque o entorno pode ser familiar porque os funcionários podem ser vizinhos ou porque já se tinha ouvido falar do museu em algum lugar da cidade. O acervo, quase sempre, tem alguma relação íntima, geralmente foi doado por um parente, por um amigo ou por pertencer a um local conhecido ou por fazer menção à história da comunidade e por isso são mais cotidianos, palpáveis com forte sentimento de identidade local. Diferenciam-se, ainda, em relação aos outros grandes museus dos centros urbanos que, embora sofram toda influência externa da mídia impressa, televisiva e digital, com certeza, ainda preservam suas tradições locais.

Sobre esse tipo ou modelo de museu, Santos (2006, p.21) destaca que se caracterizam como “Museu-memória”: “A história é apresentada por uma sequência de objetos e palavras do passado que reflete uma temporalidade descontínua e pontual. O forte simbolismo ou carisma atado as peças remetem não a elas próprias, mas a realidade maior, da qual os objetos são apenas fragmentos”.

No nosso entendimento, esses museus são mesmo “Museu memória”, como define por Santos (2006), por se enquadrarem no modelo conceitual de museu tradicional ortodoxo: museus localizados em um edifício com espaços bem delimitados para cada núcleo expositivo, com horário de visitação pública pré-determinado, a exposição segue um roteiro definido (circuito), há uma valorização no objeto dando ênfase no acervo com foco especialmente nas coleções, onde é feita a reunião de artefatos por curiosidade e preciosidade, pelo culto ao herói e pela valorização dos objetos e coleções adquiridos de famílias da elite. (SCHEINER, 1998, 2004; RANGEL, 2011).

É importante destacar que os primeiros museus locais ou de cidades não tinham como objetivo primordial “interpretar e explicar” a cidade, premissa base dos atuais museus de cidade (CAMOC)<sup>33</sup>. Os museus de cidade eram os guardiões dos ‘tesouros’ da cidade, museus ecléticos da história e do colecionismo de indivíduos, local de promoção de entretenimento, de instrução, de civismo, de controle de trabalhadores e de adequação ao processo de modernização urbano.

Rangel (2011), em seu trabalho sobre o Museu da Cidade do Rio de Janeiro, afirma que já havia em fins do século XIX e início do século XX, algumas tentativas de representar e preservar a história da cidade (Rio de Janeiro) através de um museu. Segundo Rangel, nesse período, vários requerimentos e decretos foram solicitados para esse fim:

“Em 22 de abril de 1891, o Intendente Municipal Alfredo Piragibe apresentou requerimento ao Presidente do Conselho Municipal, pedindo que se remetesse as peças do Senado da Câmara Municipal para a constituição de um museu.” [...]

[...] Que todos os objetos considerados de valor histórico para o Distrito Federal fossem guardados em seus respectivos departamentos para, no futuro, serem enviados para um museu.

Decreto nº1641 de 13 de Outubro de 1914, Art. 1º -- Conservar em boa guarda, devidamente catalogadas, todos os documentos históricos, administrativos, fotografias e plantas que interessem ao estudo do território, e ainda ter devidamente resguardadas todas as peças de numismática, livros raros e objetos de grande valia para o estudo da História da Cidade[...] (RANGEL, 2011, p.304).

A organização deste museu seguiu os princípios estabelecidos por Gustavo Barroso no Museu Histórico Nacional. Barroso foi um dos elaboradores da estruturação desta instituição. Cabe lembrar, ainda, que o complexo relacionamento entre museus e cidades vem sendo discutido há algumas décadas por vários autores internacionais, brasileiros, inclusive, pelo ICOM

---

<sup>33</sup>Ver: Museus sobre as cidades precisam de interpretar e explicar a sociedade urbana e os processos de mudança no trabalho dentro dela. Max Hebditch, Museu Internacional, a UNESCO julho-setembro 1995 Museu de Cidade Disponível em: <http://network.icom.museum/camoc/about/about-camoc/>

(Conselho Internacional de Museus) que desde 2005 mantém um comitê dedicado exclusivamente aos Museus de Cidade – CAMOC (Comitê Internacional para Coleções e Atividades dos Museus de Cidade). De acordo com Queiroz (2013, p.5)

[...] hoje mais da metade da população mundial vive em cidades. A globalização e o avanço das tecnologias especialmente de transporte e comunicação, contribuíram para tornar o espaço urbano ainda mais sedutor – e complexo- do ponto de vista de sua análise e estudo.

[...] Os museus começam a perceber a necessidade de falarem sobre a cidade em si, e não mais serem apenas repositórios de coleções doadas por beneméritos e patronos locais, o que fazia com que muitas vezes as pessoas não compreendessem seu propósito. [...]

Os museus, especialmente de pequenas cidades, se inserem na paisagem da cidade como uma instituição relevante para representar a história, a cultura, o patrimônio, a memória e a identidade da região ou do lugar. A ideia é que este museu seja dedicado à temática da cidade, ou seja, que busque compreender através dos vestígios de sua trajetória e dos seus significados simbólicos a cidade do passado, do presente e a cidade que poderá ser.

Menezes defende que o “[...] Museu de cidade deve ser uma referência inestimável para conhecer a cidade, entendê-la (no seu passado e no presente), fruí-la, discuti-la, prever seu futuro, enfim, amá-la, preocupar-se com ela e agir em consequência.” (2004, p. 257)

Para Queiroz (2013, p.70):

Um museu de cidade é uma instituição que tem como objeto museológico a cidade. É, portanto, um museu sobre a cidade. Este objeto pode ser abordado de inúmeras maneiras, mas vem se defendendo que não seja apenas trabalhada a história da cidade, o seu passado, mas que seja abrangido também o seu presente e possíveis futuros. Através da utilização do espaço do museu como fórum de debates, aberto, neutro e democrático, busca-se discutir questões atuais concernentes à vida na cidade, aos seus problemas, visando contribuir para o entendimento da urbe e, conseqüentemente, para a construção de um melhor futuro, agindo direta ou indiretamente no planejamento e desenvolvimento urbano e na construção da paz a partir da compreensão e defesa do multiculturalismo presente nas cidades.

Sobre a questão das coleções e do acervo dos museus de cidade, Rangel (2011) destaca alguns pontos importantes: argumenta que através da análise da formação do acervo, podemos identificar os projetos civilizatórios e de modernização, a construção de memórias pelos mais diversos agentes políticos e grupos sociais envolvidos na cidade e as diversas transformações urbanas. Segundo o autor, “[...] quanto mais a cidade se transforma mais o museu tem o que preservar”. Nesse processo de mudanças, de constante reconstrução de seu território, a cidade se devora para se regenerar, o que gera a produção de artefatos, resíduos, de um local, de um tempo, de um momento [...]. Esses “resíduos” materiais (telhas, pedras de encanamentos, bicas de fontes, placas de rua, letreiros, esculturas de praças, chafarizes, etc.) da cidade e os imateriais (costumes, hábitos, praticas, memórias, etc.) vão compor o que Nora (2011, p. 304-306) denomina de “lugares de memória”<sup>34</sup>.

Sobre a composição do acervo dos museus de cidade, Santos (2004, p. 16) comenta:

O museu de cidade não deve ser pensado isoladamente, pois a sua criação está necessariamente articulada a outras instituições e acervos documentais, dependendo de um incontável número de fontes arquivísticas, bibliográficas e hemerográficas; licenças e regulamentos referentes ao funcionamento da cidade aos editais, registros, licenças e regulamentos referentes ao funcionamento da cidade aos mapas, plantas, projetos de defesa, arruamentos, definições de obras públicas, bem como os registros iconográficos de todo tipo. Lembremos ainda que nesta cidade de papel a imprensa periódica tem lugar de destaque, assim como na literatura que representou a cidade como cenário ou personagem

Os Museus Municipais poderiam ser identificados ao mesmo tempo como um museu de cidade, pois teriam as mesmas responsabilidades, objetivos e formas de atuação dos museus de cidade, ou seja, os museus municipais deveriam ter como o objeto o município/cidade e sobre o município/cidade. Porém, com a peculiaridade de sua administração e gestão pública municipal.

Já a relação do Museu Municipal com a categoria de Museu Comunitário é bem diferente. Segundo Varine (2013):

[...] o Museu Comunitário é a expressão de uma comunidade humana, a qual se caracteriza pelo compartilhamento de um território, de uma cultura viva, de modos de vida e de atividade comuns. Essa comunidade pode ser composta de várias comunidades [...]

[...] O museu é a propriedade da comunidade que lhe deu nascimento e que o

---

<sup>34</sup> Para Nora “os lugares de memória são o que resta e o que se perpetua de um outro tempo, e que transmitem ritos para uma sociedade desritualizada sociedade que necessita desses lugares de memória por não mais terem meios de memória, seja pela evolução industrial e urbana que descaracterizam comunidades tradicionais[...] são lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra: lugares materiais; lugares funcionais e lugares simbólicos (NORA, 1993, p.21-22

faz viver. Ele é, enfim, um instrumento dinâmico do desenvolvimento dessa comunidade, cujo material principal é o patrimônio no sentido mais amplo, mas ele não é o único: as ideias, os projetos, as produções ainda não incorporadas ao patrimônio fazem parte dos meios de expressão do museu. (2013, p 189)

O Museu Comunitário não pode depender de um poder administrativo, uma autoridade, por mais democrática que seja, inversamente, um Museu Municipal não pode ser plenamente comunitário, salvo como transformação profunda de seus objetivos e de suas estruturas, inclusive da noção de propriedade do patrimônio. (VARINE, 2013, p.192).

Sobre a relação e dependência de poder administrativo ou autoridade, Varine (2013, p.192) afirma que não depender de uma autoridade é “[...] um ato de independência da parte da comunidade, que pretende se olhar, avaliar seus trunfos e suas oportunidades, mas também suas lacunas, fazer suas próprias escolhas.” Ela pode até mesmo chegar a se opor à administração local ao se legitimar como uma instituição democrática. Parafraseando a expressão dos teólogos latinos americanos, Varine (2013.p.192-193) defende a ideia de uma “Museologia da libertação”, que na verdade é a liberação da confiança em si, da criatividade, da capacidade de iniciativa, mas também de uma liberação das dependências culturais: consumo, promoção de valores consagrados, poder dos sábios, etc.

No que se refere à questão do patrimônio e sua propriedade, o autor destaca que o Museu Comunitário “[...] não contém patrimônio, ele é o patrimônio. É o lugar caloroso, um fórum de debates e de contestação” (Varine, 2013, p.192). E a propriedade do patrimônio, se o tal museu é criado na própria comunidade, não tem verdadeiramente coleções das quais se pudesse dizer que pertençam coletivamente e legalmente ao conjunto dos cidadãos:

As coleções, quando existem são marginais, em relação à ação do museu. Cada elemento do patrimônio reivindicado como comunitário tem seu proprietário legítimo, que não necessariamente estará de acordo com o uso ocasional ou permanente de seu bem pela comunidade, com o sentido que lhe é dado ou com o risco de alteração que ele ocorre. (Varine, 2013, p.193)

No Museu Comunitário não é a coleção, mas a memória coletiva e a história social de uma comunidade e o patrimônio cultural que devem ser preservados e usados em benefício da formação e do desenvolvimento individual e coletivo. Esse aspecto é bem marcante na diferenciação entre os museus municipais e os comunitários, pois geralmente os museus municipais têm como base de suas ações e objetivos as coleções.

Ainda sobre a questão da propriedade, no Museu Comunitário, quem decide “apresentar seu bem “não é o proprietário sozinho e sim, a comunidade que solicita o bem de um de seus membros, para participar de um processo comum de valorização do patrimônio com fins de identidade, de educação, de desenvolvimento, etc. (Varine, 2013, p.194).

As ações museológicas comunitárias trabalham com temáticas coerentes e escolhidas pela comunidade e correspondem aos seus interesses e necessidades da realidade local. Geralmente, baseadas em conceitos teóricos e metodológicos de educação popular, cultura popular, investigação participativa, museografia comunitária e formação regional.

De acordo com o Cadastro Nacional de Museus (CNM) 2015, os Museus Municipais espalhados pelo Brasil apresentam tipologias de acervos amplamente diversificados e ecléticos, são de História, de Arte, de Arqueologia, de Ciências etc. E em muitos casos, não seguem um tema, uma coleção, uma organização lógica. Para Rangel (2014) os acervos dos museus municipais são tão variados que a expressão "do bule ao fóssil"<sup>35</sup> caracterizaria seus acervos, ou seja, alguns museus municipais acumulam, colecionam e expõem de tudo um pouco.

Seguindo o mesmo pensamento, o poema "museu de tudo" de João Cabral de Melo Neto, citado na epígrafe desse subcapítulo, ilustra bem esse panorama museológico nos municípios "[...] museu como qualquer outro reunido;/ como museu pode ser caixão de lixo ou arquivo, é depósito do que ai está/se fez sem risca ou risco", se coleciona de tudo, não segue uma estrutura rigorosa, "[...] não chega ao vertebrado/ que deve entranhar qualquer livro", isso não o torna um museu menos complexo ou menos rigoroso que outros.

Alguns museus municipais, principalmente os de pequenas cidades, possuem ainda outra característica marcante: o processo de musealização, de escolha do acervo, de aquisição, de conservação e sua exposição ao público são estabelecidas geralmente por uma determinada pessoa ou por um pequeno grupo, que em muitos casos, são profissionais e funcionários envolvidos no processo de organização e gestão do museu, não possuem a qualificação básica para a aplicação das ações museológicas. Além disso, muitos profissionais atuam neste espaço por possuírem apenas uma vinculação funcional temporária (contratos políticos durante a gestão municipal) ou por serem antigos funcionários públicos defasados e desmotivados. Nos museus municipais, geralmente, é o diretor ou funcionário responsável pelo espaço que determina a temática, o que será exposto, valorado, as práticas e os procedimentos adotados na instituição. O museu municipal torna-se uma extensão de suas ideias, concepções e interesses.

A inexistência de políticas públicas para o setor, o desinteresse e a negligência de gestores municipais, a desmobilização social e outros aspectos agravam a situação dessas instituições. Esses museus não vingam sem a persistência de quem antevê seus préstimos à cultural, à educação, à memória, à história e à identidade local, ou seja, muitos museus

---

<sup>35</sup>RANGEL, Marcio. *Museu: teoria e prática*. 10 mar. 2014, 05 jul. 2014. Notas de Aula.

municipais só existem graças ao esforço, perseverança e determinação de indivíduos ou grupos pontuais.

Podemos considerar que no Brasil, uma das primeiras referências ao termo e à categoria de Museus Municipais foi tecida por Mário de Andrade nos anos de 1930, período que estava à frente do Departamento de Cultura do Estado de São Paulo e momento de idealização e elaboração de um amplo projeto de cultura para o País (Anteprojeto SPAN), um pensamento de vanguarda para época, uma vez que contemplava uma visão inovadora em relação ao conceito de bem cultural, preservação do patrimônio, valorização da memória, do popular, da identidade nacional, além de propor um projeto museológico dinâmico.

Essa concepção museológica de Mário de Andrade será detalhada em carta endereçada a Paulo Duarte em apoio à Campanha Contra o Vandalismo e o Extermínio do patrimônio histórico e artístico regional paulista, iniciada através do Jornal *O Estado de São Paulo* (10 de agosto de 1937)<sup>36</sup>. Nesse documento, Mário de Andrade define sua concepção de museus, com ênfase nos museus municipais, exemplificando como poderiam ser organizados, regulamentados e estruturados, sugerindo a composição de acervo, apresentando sua importância e sua função junto à sociedade etc.

Em seu texto, Mário de Andrade defende a importância dos museus municipais e a necessidade do comprometimento e de responsabilidade das esferas públicas (estaduais, federais e municipais) na manutenção e regulamentação desses. Investimento e valorização não somente nos museus de grandes cidades e sim, numa maior atenção aos museus de pequenas cidades.

“[...] os museus municipais – me parecem imprescindíveis. Não museus especializados que só competem às grandes cidades e são, devem ser protegidos por grandes verbas dos governos estaduais. [...]”

[...] os museus municipais – devem ainda ter outra constituição, que será regulamentada pelos governos centrais[...]” (DUARTE, 1938. P. 217-222)

Sobre a composição e a tipologia de acervo dos museus municipais, esses deveriam “conter de tudo” e estar de acordo com a identidade local. O acervo deveria expressar o valor identitário que representasse a comunidade local e a valorização que a mesma atribuísse a eles.

---

36 Ver: Com seu artigo publicado no *O Estado de São Paulo* em 1937 Paulo Duarte pretendia mobilizar a sociedade paulista no sentido de proteger o ameaçado patrimônio histórico e artístico regional. Tinha a intenção de elaborar uma minuta de uma lei que, submetida à Assembleia Legislativa, criasse no Estado de São Paulo uma instituição de proteção dos bens culturais nos moldes do recente SPHAN. Disponível em: <http://www.arquiamigos.org.br/info/info08/#estudos>.

Segundo Chagas (2006. p.88):

[...] o projeto dos museus municipais passa pela valorização do existente: do mais singelo ao mais sofisticado, do popular ao erudito, da cópia ao original, do testemunho natural ao cultural, sem a preocupação de coleções fechadas. A narrativa museológica, nesse caso, deveria surgir do diálogo com a população interessada na constituição do museu.

Na formação e na constituição dos museus municipais, Mário de Andrade orientava e exemplificava como poderia ser essa formação dos seus acervos, indicando ainda alternativas para a estruturação da instituição e os possíveis agentes responsáveis - comunidade, poder público e representações privadas.

Sobre essas orientações, Duarte descreve sobre as observações de Mario de Andrade (Duarte, 1938 apud Chagas 2006, 96-97):

“Devem conter de tudo. Devem ser museus arqueológicos, folclóricos, artísticos e também de ar livre e indústria.” Se num edifício central do município se guardam um tronco de escravos, umas cestas trançadas, uns desenhos-cópias de petroglifos existentes na região, uma cadeira de jacarandá entalhada, uma bandeira da Guerra do Paraguai, um quadro de boa pintura e uma cópia de Fídias, haverá também um jardim com papiris ameríndios, taipas caipiras, pinguelas, porteiras, seriação progressiva de cultivo dos vegetais da região etc. E também não esquecer as indústrias do município. [...]

“É mesmo espantoso como estas coisas ficam relativamente barato, desde que as municípios façam a força financeira inicial de fornecer um bom edifício e jardim. Um caipira<sup>37</sup> mesmo virá construir sua “taipa”.

A indústria? As próprias fábricas forneceriam os gráficos, os produtos, os desenhos e explicações de seu funcionamento, em grandes quadros de adorno das paredes. Sei disso, por experiência própria, pois quando se tratou, no Departamento de Cultura, de organizar um mostruário da fabricação de discos, tudo, desde a bonita e cara vitrina, foi oferecido grátis por uma das fábricas daqui. Quanto aos objetos do museu, não haverá município que não ofereça o que possui de arqueológico, de folclórico e mesmo de histórico ou de artístico, em benefício e glória de seu município. Talvez seja necessário mudar de vez em quando de partido na prefeitura, pois desconfio que muitos prefeitos só receberão ofertas de seus correligionários, Ah, política. [...] (grifo nosso)

Mas não se esqueça Paulo Duarte, de legislar que nestes museus municipais, como em quaisquer outros, haverá visitas obrigatórias, em dia de trabalho, de operários, estudantes, crianças etc. Visitas viva sem conferência de hora, mas acompanhadas de explicador inteligente. Sem isso não haverá museus, mas

---

<sup>37</sup> CHAGAS (2006) Sobre a proposta de M. A. na composição do museu, no “fazer museológico por um caipira, por um popular”, Chagas chama atenção para o pioneirismo dessas ideias e destaca quatro observações: 1ª os museus até então existentes, orientavam-se para o culto do passado glorioso, para a valorização dos objetos consagrados e relacionados com as elites aristocráticas; 2ª a tendência museológica era trabalhar com “objetos herdados” e não com a possibilidade de trabalho com objetos construídos; 3ª o saber popular é capaz de contribuir para melhor compreensão do nacional; 4ª a participação popular nos museus até hoje permanecem como um desafio e encontra resistências nas instituições.

cemitério. Sem isso, sem o auxílio do povo, esclarecido, jamais conseguiremos nada de permanente eficaz contra vandalismo e extermínio. (Duarte, 1938, p.217-222 apud Chagas, 2006, 96-97)

O outro fator e talvez ainda mais importante no “fazer museológico” de Mário de Andrade, diz respeito ao caráter pedagógico dos museus municipais. Totalmente na contramão do pensamento funcionalista de alguns museus de sua época, Mário de Andrade dava mais importância à função educativa e à disseminadora do conhecimento do que ao acervo, orientava que os museus deviam servir às classes trabalhadoras, às populações não assistidas e que suas atividades deveriam ser realizadas, de forma que atraíssem crianças, estudantes, operários no dia a dia e sempre acompanhadas de “explicador inteligente”. (ANDRADE, 1938 apud LOURENÇO 2002, p. 188)

É importante pontuar que essa concepção funcionalista, já era debatida entre alguns autores norte-americanos, mas apresentava características diferentes das que foram propostas por Mário. Segundo Zeller .(1989, apud ARAUJO 2011, p.8)

[..] os museus dos EUA eram instituições que abominavam o isolamento social, em oposição aos europeus, para os quais o termo “coleção” seria o descritor mais apropriado. Em vez de se voltarem para o valor das coleções, em sua visão, os museus norte-americanos priorizavam o cumprimento de certos objetivos, fazendo das coleções um meio para os atingir – ou seja, estímulos para se obter determinados comportamentos e valores.

Zeller (1989 apud 2011) comenta que nos EUA, os museus sempre foram entendidos como instituições educacionais, porque a ideia era tornar as coleções acessíveis ao público visando fomentar as vendas e incrementar a produção industrial interna. E em outros casos, os museus americanos assumiam o compromisso de formar o “bom gosto” da população, promover certos valores como a “responsabilidade civil”, integrar a comunidade de imigrantes e até mesmo acalmar trabalhadores revoltosos, fazendo-os retomar a vida produtiva. Segundo o autor, para atingir tal objetivo foram criadas uma série de inovações práticas nos museus como: novos horários de funcionamento, linguagens mais simples, priorizando elementos mais visuais, guias mais didáticos, exposições itinerantes, maior acessibilidade, etc. (ZELLER,1989 apud 2011)

Sobre o aspecto da função pedagógica e social dos museus, Fonseca (2002, p.205-206) comenta:

Museu nas formulações andradinas passa a ser pensado em sua função de disseminar conhecimento para as populações carentes, tarefa urgente e prioritária, irradiando-se pelo mapa do país [...]

Mário entendeu museu aprimorando a escola, promovendo reparação ante dificuldades familiares e étnicas, como também rompendo o círculo vicioso da exclusão social e exílio, simplesmente por afastar parte significativa do privilégio do saber, num redemoinho interminável.

O museu, para ele, contém coisas e o ato de nomeá-las por palavras constitui-se em poder transformador do cotidiano, se trabalhados por agentes

conscientes. Assim, o museu parece-lhes uma saída da discriminação contra os sem recursos, sem escolas, sem direito, sem bibliotecas, sem histórias, sem memórias e sem informação, a léguas de alguns dos museus de hoje, só para poucos [...] (FONSECA, 2002. p. 204-205)

Essas orientações talvez sejam alguns indicativos para compreendermos um pouco mais as características dos museus municipais brasileiros atuais. Primeiro, pelas sugestões de composição e tipologia do acervo, os “museus de tudo”, que remetem aos antigos “gabinetes de curiosidade” do século XVI, de caráter enciclopedista que reuniam no mesmo ambiente, objetos das mais variadas espécies e origens e que corroboram com a ideia de Rangel (2014) de um museu municipal formado “do bule ao fóssil”, museus onde encontramos coleções e objetos dos mais curiosos, autênticos, preciosos e diversamente possíveis.

O segundo, pela função que esses museus exercem em muitos municípios, como legítimas “agências educativas” e agências sociais (algumas raras) ou o contrário, como verdadeiros “museus cemitérios de objetos”. Em um terceiro aspecto, podemos identificar as características de sua formação e constituição, museus formados a partir da ação de uma comunidade, instituição governamental ou iniciativa privada na tentativa de valorização de uma determinada memória social local ou legitimação de outros interesses – como exemplo, ação da “politicagem” presente nos pequenos municípios-“Ah política” (Duarte 1938, v.19).

Entretanto, apesar do pioneirismo do “fazer museológico” de Mário de Andrade é consenso entre alguns autores (Chagas; Lourenço; Machado) que o projeto não se materializou, pelo menos até as décadas de 1970/1980. Como aconteceu com o Anteprojeto do SPAN, cuja proposta foi absorvida em parte pelo SPHAN, podemos considerar que ocorreu o mesmo no que se refere aos museus. Mas é importante destacar que as iniciativas do SPHAN para o campo museológico, grosso modo, não se deram de forma tão abrangente se comparada à proteção do patrimônio edificado.

Como comenta Fonseca (1997, p.103 -109), o projeto de criação do SPHAN, com base no anteprojeto de Mário de Andrade, foi elaborado em quase totalidade por Rodrigo Melo Franco de Andrade, porém com algumas transformações substanciais: inclusão do valor “histórico” nos objetivos do Órgão– SPAN para SPHAN e a retirada dos bens de tecnologia industrial do 4º Livro de Tombo. O texto de seu projeto propunha alterações relacionadas aos bens históricos a serem tombados e preservado - que diziam respeito, preferencialmente, aos bens imóveis dos séculos XVI, XVII e XVIII, prioritariamente de arquitetura religiosa – e também, com relação aos museus, Rodrigo Melo Franco de Andrade continuou com o apoio aos museus nacionais e incentivando a criação de novos museus, porém bem diferentes da concepção de Mário de Andrade, conforme determinava o artigo 24:

Art. 24. “A união manterá para conservação e exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional, e do Museu

Nacional de Belas Artes, tantos outros museus Nacionais quanto se tornarem necessários, devendo, outrossim, providenciar no sentido de favorecer a instituição de museus nacionais e municipais com finalidades similares<sup>38</sup>

A função do SPHAN era reforçar a memória nacional num sistema conceitual que refletiria a ideologia do Estado Novo, sendo responsabilidade dos museus nacionais, tecer um sentimento de amor à pátria. Nesse período, os museus concebidos e materializados pelo IPHAN passam adotar em suas narrativas o factual e o culto a personagens importantes do passado.

Além dos museus nacionais, entre as décadas de 1930 e 1950, foram criados diversos outros museus fora do âmbito do Rio e São Paulo, museus regionais em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás e Pernambuco<sup>39</sup>. Sobre a criação e o significado desses museus regionais no período, Costa (2002, p.29), comenta que:

Preservando e explorando culturalmente o acervo que constituiu, e que reflete diferentes realidades locais, [o museu] traz em si uma carga que o liga à gente da terra, a suas tradições, seu modo de ser. E as comunidades, ao verem reunidas e articuladas esses remanescentes familiares, passam a compreender o processo de sua própria civilização, com tópicos que desde o berço ouviam contar. E, assim, cada indivíduo descobre a sensação gostosa de integração total com seu meio.

Na concepção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, os bens culturais brasileiros a serem expostos nos museus deveriam, principalmente, obedecer a critérios de seleção, de autenticação e de restauração propostas no âmbito do SPHAN. Segundo Fonseca (1997, p.106), Rodrigo M.F. de Andrade defendia o caráter nacional das instituições, os valores culturais da nação, “[...] uma vez que a sociedade ainda não tinha alcançado a consciência desses valores, ou seja, os museus deveriam ser destinados a uma classe social informada, uma elite cultural. Não ao povo”. (Fonseca, 1997, 106 122)<sup>40</sup>.

Como o SPHAN funcionou como principal órgão organizador da cultura e elo entre a sociedade e o Estado nas décadas de 1930, 1940 e 1950, as instituições museológicas desse período, seguiram em conformidade com a política do Estado de construção da Nação e consequentemente adotando o ideário e a organização museológica barrosiana (influência do Curso de Museus), conforme descrito em outra parte desse texto. A mentalidade específica de

---

<sup>38</sup> Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, art.24

<sup>39</sup> Durante a gestão de Rodrigo M.F. Andrade foram organizadas as seguintes instituições: Museu das Missões, no Rio Grande do Sul(1940); Museu Victor Meirelles, em Santa Catarina(1954); Museu da Bandeira, em Goiás(1949); Museu da Abolição, em Pernambuco (1957); Museus da Inconfidência (1944), Museu do Ouro, em Sabará (1946), Museu do Diamante, em Diamantina (1954), Regional de São João Del Rei (1958), Regional de Caeté, além das Casa dos Inficionados e Casa dos Otoni (Minas Gerais).

<sup>40</sup>FONSECA, Mari Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal no Brasil. Rio de Janeiro;UFRJ:IPHAN:1997

organização e de preservação da história pátria será a mesma que prevalecerá como tônica determinante do modelo de formatação da história de diversas localidades, através dos museus municipais. Podemos considerar que grande parte dos museus criados e instituídos nessas décadas, serão influenciados de alguma maneira pelos preceitos do SPHAN e modelados nos princípios do MHN e Curso de Museus de Barroso.

### **2.3. Panorama dos Museus Municipais no Brasil**

No Brasil, a partir das últimas duas décadas do século passado, grandes mudanças ocorreram em relação aos museus. Foi criado um grande número de novas instituições; variados estudos sobre os museus e a museologia foram desenvolvidos; diversas ações de políticas públicas voltadas para o setor foram implantadas: como a Política Nacional de Museus, a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU-IPHAN) em 2003, a Implantação do Sistema Brasileiro de Museus (Decreto nº 5.264) em 2004, criação do Estatuto dos Museus (Lei nº 11.904) em 2009, a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM - Lei nº 11.906), a criação de novos cursos de museologia em nível superior e de pós-graduação, a Implantação do Plano Nacional de Cultura (Lei nº 12. 343/2010) e a elaboração do Plano Setorial de Museus em 2010 corroboraram para construir um novo panorama museológico brasileiro.

A implementação de uma Política Nacional de Museu (PNM) no país foi uma ação inovadora na área museológica, inserindo o Brasil dentre os poucos países que formularam e mantêm uma política pública específica para museus.

A PNM foi lançada em 16 de maio de 2003, em meio às comemorações do Dia Internacional de Museus visando articular mudanças e implementar políticas públicas democráticas de modernização, ampliação, fomento e incremento aos museus. Segundo o “Relatório de gestão 2003-2006” essa política tinha como objetivo:

Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade sócio, étnico e cultural do país (BRASIL, 2003, p. 8).

Para atingir esse objetivo e implementar a PNM, foi definido uma série de etapas<sup>41</sup>, princípios e eixos programáticos:

Princípios orientadores<sup>42</sup>:

- 1) Estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural;
- 2) valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus;
- 3) desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas pela diversidade cultural do povo brasileiro;
- 4) reconhecimento e garantia dos direitos de participação das comunidades, nos processos de registro e de definição do patrimônio a ser musealizado;
- 5) estímulo e apoio à participação de museus de várias tipologias;
- 6) incentivo a programas e ações que deem sustentabilidade à preservação do patrimônio cultural submetido a processo de musealização; e
- 7) respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes, de acordo com suas especificidades.

---

<sup>41</sup>**Etapas:** 1.Elaboração de um documento básico para discussão geral com a participação de representantes de entidades e organizações museológicas e universidades, além de profissionais de destacada atuação na área; 2.Apresentação e debate público do documento básico, em reuniões ampliadas, no Rio de Janeiro e em Brasília, entre 23 e 27 de março de 2003, com a participação de diretores de museus, representantes das secretarias estaduais e municipais de cultura, professores de universidades, representantes de entidades e organizações museológicas de âmbito nacional e internacional; 3.Ampla disseminação e discussão do documento básico por meio eletrônico e reuniões presenciais. Profissionais de museus de diferentes áreas do conhecimento, professores, estudantes, aposentados, pesquisadores, técnicos, gestores culturais, líderes comunitários, políticos, educadores, jornalistas e artistas – enfim, todos os interessados em participar do debate – puderam contribuir livre e democraticamente para o aprimoramento da proposta inicial. Além das múltiplas e expressivas contribuições nacionais, o documento contou também com a leitura crítica, atenta e sugestiva de profissionais que atuam na França, na Holanda e em Portugal. 4.Finalmente, uma equipe mista, formada por representantes do poder público e da sociedade civil, consolidou as diferentes sugestões e apresentou uma nova versão para o documento inicial. Essa versão foi mais uma vez submetida ao debate por meio eletrônico, corrigida, ajustada, aprovada, publicada e lançada no outono de 2003. (POLÍTICA NACIONAL DE MUSEU, 2006, p. 22-23)

<sup>42</sup>**Princípios** 1) Estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições e do acesso aos bens culturais; 2. Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégico nos diferentes processos indenitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local; 3. Desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro; 4. Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, com técnicos e gestores culturais, dos processos de registro e proteção legal e dos procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser musealizado; 5. Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural; 6. Incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, a preservação e a sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização; 7. Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes, de acordo com as suas especificidades e diversidades;

Eixos Programáticos:

- 1) a gestão e configuração do campo museológico, com destaque para a implementação do Sistema Brasileiro de Museus e incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais de museus e outras instituições de memória, e a criação do Cadastro Nacional de Museus;
- 2) a democratização e acesso aos bens culturais;
- 3) a formação e capacitação de recursos humanos com a criação de um programa de formação e capacitação em museu e museologia;
- 4) informatização de museus;
- 5) a modernização de infraestrutura museológica com a realização de obras de manutenção e adaptação de imóveis que guardam acervos museológicos, bem como a execução de projetos de modernização das reservas técnicas e de laboratórios de restauração e conservação;
- 6) o financiamento e fomento para museus e;
- 7) a aquisição e gerenciamento de acervos culturais.

As etapas, os princípios e programas da PNM são complexos e ousados, pois abarcam um extenso leque de questões, traçando as diretrizes e ações na busca de atender as necessidades e carências do setor, há muito tempo reivindicadas. Para Rangel (2011), Moraes (2009) e Nascimento Junior (2006), as ações propostas pela PNM tiveram grande adesão do campo museológico, atendendo e atingindo um grande número de instituições e de profissionais em todo o país. Alguns eixos avançaram mais que os outros, mas pode-se inferir que todos os programas foram iniciados.

Diante da amplitude dos princípios e eixos programáticos da PNM e do nosso interesse em compreender o objeto de pesquisa – Museu Municipal, elegemos duas ações da PNM para análise. A primeira ação, enquadra-se no eixo programático 1- Gestão e Configuração do Campo Museológico: Criação do Cadastro Nacional de Museus (CNM):

O CNM constitui-se na principal ferramenta para o conhecimento do universo museológico brasileiro, sendo também o centro de informações para os sistemas informatizados desenvolvidos ou incorporados ao Instituto Brasileiro de Museus. O CNM é responsável pela coleta e disseminação de dados sobre as características, atividades e serviços, dos museus brasileiros, contribuindo de forma efetiva para o diagnóstico do setor museológico e para o planejamento de ações de políticas públicas de cultura. (IBRAM, 2015)

E a segunda ação, enquadra-se nos eixos programáticos: 5- Modernização de Infraestruturas Museológicas e eixo 6- Financiamento para Museus: Financiamento e Fomento que se trata do fomento aos museus, que garante a democratização do acesso aos meios de financiamento público, visando à preservação, difusão e valorização do patrimônio museológico brasileiro. Além de uma das diretrizes do Plano Nacional Setorial de Museus - (PNSM): Proteção e valorização da diversidade artística e cultural brasileira:

Fomentar, nos municípios, a criação de museus e centros culturais que trabalhem no campo da memória, com a finalidade de promover ações de preservação e dinamização dos bens patrimoniais locais. (BRASIL, Plano Nacional Setorial de Museu, 2010, p.10)

Para essas ações e diretrizes de Modernização, Financiamento e Fomento dos museus, analisamos os editais: “Modernização de Museus”, Prêmio de Modernização de Museus - Microprojetos” e “Edital Mais Museus”. Em ambos editais, pretendemos identificar como está representado e contemplado o “museu de natureza administrativa municipal” na PNM.

Segundo dados do IBRAM, até o ano de 2010 existia no país 3025 instituições museológicas, com um acervo de mais de 70 milhões de itens e geraram mais de 22 mil empregos diretos (IBRAM, 2010, p. 36). Já em 2015, de acordo com o Cadastro Nacional de Museus (CNM), esse número subiu para total de 3586 museus.

No entanto, apesar do expressivo crescimento dos museus e das ações políticas para o setor, os dados apontam para a seguinte realidade: dos mais de 5000 municípios brasileiros, apenas 36,27(%) possuem museu, o que corresponde a um baixo índice dessas instituições culturais no país. Contudo é importante observar, que mesmo apresentando uma porcentagem baixa em relação ao número de municípios, nos últimos 5 anos o número de municípios brasileiros com museus dobrou. Acrescenta-se a isso, a uma maior concentração dos museus nos grandes centros e regiões mais desenvolvidas do Brasil, acrescenta-se, ainda, a baixa relação museu-habitante, a pequena frequência de visitas e os baixos índices de orçamento e investimentos nessas instituições.

Para traçar um panorama geral dos museus municipais brasileiros e compreender como estão estruturados, adotamos como principais fontes as publicações e relatórios da Política Nacional de Museus, iniciada em 2003, publicações do Departamento de Museus e Centros Culturais (antigo DEMU) e do atual Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), dentre eles: o Cadastro Nacional de Museus (2006/ 2010/ 2015), o Museu em Números (vol. 1 e 2) de 2011, o Guia dos Museus Brasileiros de 2011 e a publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Perfil dos Municípios: Cultura (2012)<sup>43</sup>. As informações e dados dos museus correspondem a dois momentos de coleta: 2010 e 2015.

Elaboramos um recorte e elegemos para nosso estudo a categoria de Museus públicos de natureza administrativa municipal. Para o estudo, adotamos a princípio a observação das mesmas informações temáticas utilizadas pelo Cadastro Nacional de Museus na verificação dos museus brasileiros como um todo. Essas informações foram divididas em oito blocos

---

<sup>43</sup>Perfil dos Municípios: Cultura (2012) Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2012/defaulttab\\_pdf.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2012/defaulttab_pdf.shtm)> Acesso em 18/04/2015.

temáticos: 1) Dados Institucionais; 2) Acervo; 3) Acesso ao Público; 4) Caracterização Física dos Museus; 5) Segurança e Controle Patrimonial; 6) Atividades; 7) Recursos Humanos e 8) Orçamento. Contudo, devido à viabilidade, de tempo e informações sobre as instituições municipais, elegemos para nossa análise alguns itens dos blocos temáticos como: 1) Dados institucionais 1. 1. Características Gerais do Museu; 2. Acervo (tipologias de acervo); 3. Acesso ao público; 4. Atividades Educativas e Culturais e 7. Recursos humanos e outros.

Ressalvamos que na elaboração dos gráficos e tabelas para este trabalho, foram utilizados dados e informações de dois períodos de coleta – até 2009 e junho de 2015. A adoção desses dois momentos de análise está relacionada às informações disponibilizadas pelo CNM/IBRAM. É importante destacar que na organização do CNM, que culminou nas publicações do “Guia de Museus” e “Museus em Números” em 2010, foram coletadas e utilizadas 337 variáveis para traçar o panorama dos museus brasileiros, ou seja, no cadastramento dos museus, foi levantado um grande número de informações. Contudo, a partir de setembro de 2012, o CNM, reformulou as perguntas e variáveis, passando a mapear as instituições com informações e perguntas mais básicas. Nesse contexto, alguns dados sobre o panorama atual dos museus não foram possíveis pontuar, comparar e analisar.

Conforme descrito acima, nos dados do Cadastro Nacional de Museus (CNM/IBRAM), no ano de 2010, existia um total de 3.025 unidades museológicas em todo o território brasileiro (IBRAM, 2011: 27). Recentemente, maio de 2015, o IBRAM divulgou através de seu site que esse número foi ampliado para 3.586 instituições (Figura 5). Dessas instituições, 39,68% encontram-se na região Sudeste; 27,46% no Sul; 20,74% na região Nordeste, 4,68% nas regiões Norte e 7,41% no Centro-Oeste.



Figura 5-Mapa Quantidade de Museus por unidade de Federação 2015  
 Fonte: BRASIL, IBRAM- Cadastro Nacional de Museu, 2015, - Elaborado pelo autor (Levantamento online-  
<http://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/>)

	Nº total de museus no Estado 2010	Nº total de museus no Estado 2015
<b>NORTE</b>	146 (4,82%)	168(4,68%)
Rondônia	15	20
Acre	23	24
Amazonas	41	48
Roraima	6	5
Pará	42	47
Amapá	9	9
Tocantins	10	15
<b>NORDESTE</b>	632 (20,89%)	744 (20,74%)
Maranhão	23	35
Piauí	32	26
Ceará	113	144
Rio Grande do Norte	65	68
Paraíba	63	89
Pernambuco	98	113
Alagoas	61	65
Sergipe	25	36
Bahia	152	168
<b>SUDESTE</b>	1151 (38,04%)	1423 (39,68%)

Minas Gerais	319	410
Espírito Santo	61	72
Rio de Janeiro	254	312
São Paulo	517	629
SUL	878 (28,82%)	985 (27,46%)
Paraná	282	295
Santa Catarina	199	241
Rio Grande do Sul	397	449
CENTRO-OESTE	218 (7,20%)	266 (7,41%)
Mato Grosso do Sul	54	62
Mato Grosso	43	52
Goiás	61	73
Distrito Federal	60	79
<b>TOTAL</b>	<b>3025</b>	<b>3586</b>

Tabela 1- Número Total de Museus por Unidade da Federação em 2010 e 2015

Fonte: BRASIL, IBRAM- Cadastro Nacional de Museus, 2015. (Levantamento online)

Pelos dados apresentados pelo CNM de 2015, nos últimos 4 anos foram cadastrados/criados 561 novos museus, apresentando um crescimento de 18,7 % no número de museus em relação ao ano de 2010, passando de 3.025 museus para 3.586 instituições.

Quase todas as unidades da Federação apresentaram crescimento no número de museus, com exceção dos Estados de Roraima que apresentou a diminuição de 6 museus para 1, Piauí de 32 para 26 e Amapá que manteve o mesmo número de 9 instituições museológicas. Contudo, os percentuais apontam uma distribuição de museus ainda muito desigual.

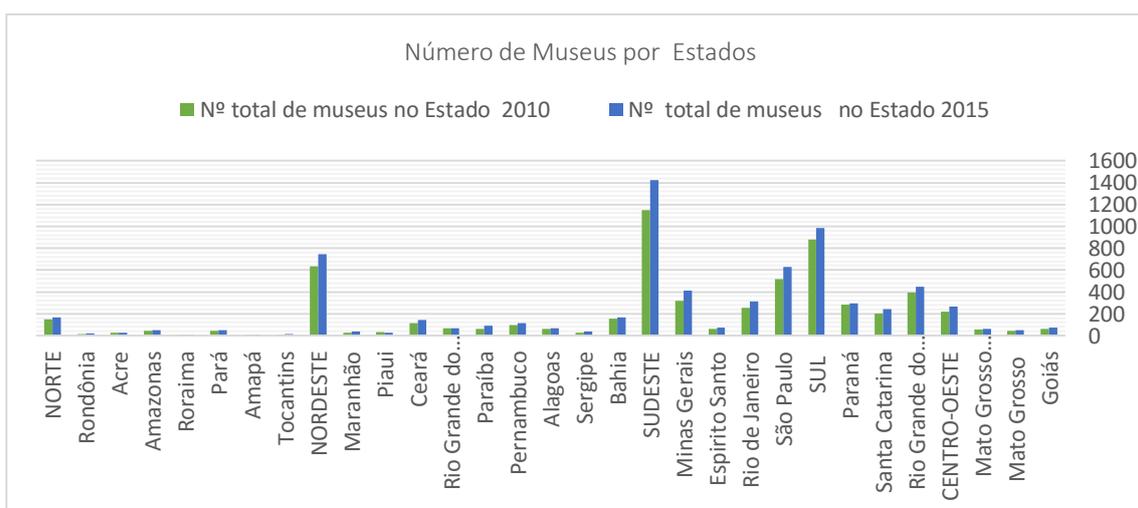


Figura 6- Gráfico do Número de Museus por Unidade de Federação em 2010 e 2015  
Fonte: BRASIL, IBRAM- Cadastro Nacional de Museus, 2015. (Levantamento online)

Essas instituições apresentam maior concentração na faixa litorânea, em regiões com uma maior concentração de renda, com melhores estruturas administrativas e maiores investimentos em políticas públicas. Tais características, podem ser associadas a fatores econômicos, históricos e sociais de ocupação do território nacional, que levou a uma maior concentração populacional em determinadas regiões<sup>44</sup>. Mesmo com a implantação da PNM, essa diferença ainda continua se destacando.

Segundo IBRAM:

"Há também fatores mais abrangentes: a economia regional, a renda per capita, a relação com o turismo (...). Atribuimos especialmente à economia, tendo como parâmetro comparativo o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios, a forte influência sobre fatores que podem promover ou prejudicar a distribuição de museus no território nacional, da perspectiva municipal",

Os novos dados do CNM apresentam ainda um crescimento em relação ao número de municípios com museus. De 5.564 municípios brasileiros existentes, no ano de 2010, existiam 1174 municípios que possuíam museus, e até junho de 2015, esse número subiu para 1301 municípios, que corresponde ao percentual de 36,27% de municípios que possuem instituições museológicas. Como representados nos quadros abaixo:

Regiões e Unidades da Federação	Nº de Municípios com Museu em 2010	Nº de Municípios com Museus em 2015
NORTE	49	55
Rondônia	9	9
Acre	6	6
Amazonas	11	11
Roraima	2	2
Pará	11	14
Amapá	3	3
Tocantins	7	10
NORDESTE	246	285
Maranhão	7	10
Piauí	16	15
Ceará	55	66
Rio Grande do Norte	32	35
Paraíba	22	31
Pernambuco	31	37
Alagoas	19	22
Sergipe	7	11

<sup>44</sup> INSTITUTO BRASILEIROS DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Brasil em Números. Rio de Janeiro, 2008. V.1

Bahia	55	58
SUDESTE	432	482
Minas Gerais	149	175
Espirito Santo	23	31
Rio de Janeiro	50	61
São Paulo	205	215
SUL	377	398
Paraná	111	116
Santa Catarina	97	105
Rio Grande do Sul	168	177
CENTRO-OESTE	70	81
Mato Grosso do Sul	24	25
Mato Grosso	17	24
Goiás	28	31
Distrito Federal	1	1
TOTAL	1174	1301

Tabela 2 Número de Municípios com Museu por Unidade da Federação em 2010 e 2015  
 Fonte: BRASIL, IBRAM- Cadastro Nacional de Museu, 2015. (Pesquisa online)  
 Fonte: BRASIL, IBRAM- Cadastro Nacional de Museu, 2015. (Pesquisa online)

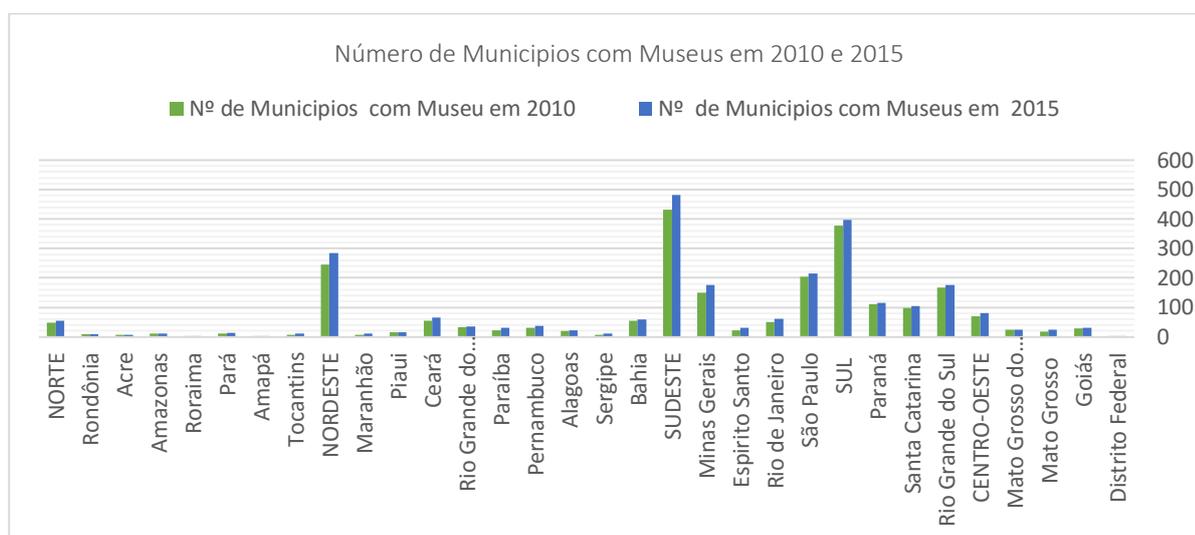


Figura 7 -Número de Municípios com Museus em 2010 e 2015  
 Fonte: Brasil, IBRAM-Cadastro Nacional de Museus, 2015 (Pesquisa online)

Em todas as regiões brasileiras ocorreu o crescimento do número de museus nos municípios. Contudo, a grande maioria dos municípios 4.263(76%) ainda não possui museus. E dos 1301 municípios com museus, a maior parte apresenta apenas uma instituição museológica por município, apenas 68 deles apresentam 6 ou mais museus no seu território. A região com maior número de museus públicos de natureza administrativa municipal é a região Sudeste com

535 museus municipais, seguida pela região Sul com 278 museus. O Estado de São Paulo é que possui o maior número de instituições museológicas municipais do Brasil, com 278 museus, seguido por Rio grande do Sul com 209 e Minas Gerais com 160 museus municipais. (Tab. 3; Fig. 8)

Total de Museus Brasileiros e Museus Municipais em Jun./2015			
Regiões e Estados da Federação	Nº total de museus no Estado 2015	Nº de Museus Municipais	Nº de Municípios com Museus em 2015
<b>NORTE</b>			
Rondônia	20	8	9
Acre	24	3	6
Amazonas	48	1	11
Roraima	5	0	2
Pará	47	10	14
Amapá	9	0	3
Tocantins	15	7	10
<b>Total da região</b>	<b>168</b>	<b>29</b>	<b>55</b>
<b>NORDESTE</b>			
Maranhão	35	6	10
Piauí	26	5	15
Ceará	144	30	66
Rio Grande do Norte	68	14	35
Paraíba	89	22	31
Pernambuco	113	34	37
Alagoas	65	20	22
Sergipe	36	7	11
Bahia	168	26	58
<b>Total da região</b>	<b>744</b>	<b>164</b>	<b>285</b>
<b>SUDESTE</b>			
Minas Gerais	410	160	175
Espírito Santo	72	26	31
Rio de Janeiro	312	71	61

<b>São Paulo</b>	629	278	215
Fonte: BRASIL, IBRAM- Cadastro Nacional de Museu, 2015. (Pesquisa online)			
<b>Total da região</b>	<b>1423</b>	<b>535</b>	<b>482</b>
<b>SUL</b>			
<b>Paraná</b>	295	113	116
<b>Santa Catarina</b>	241	116	105
<b>Rio Grande do Sul</b>	449	209	177
<b>Total da região</b>	<b>985</b>	<b>278</b>	<b>398</b>
<b>CENTRO-OESTE</b>			
<b>Mato Grosso do Sul</b>	62	20	25
<b>Mato Grosso</b>	52	20	24
<b>Goiás</b>	73	26	31
<b>Distrito Federal</b>	79	00	1
<b>Total da região</b>	<b>266</b>	<b>66</b>	<b>81</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3586</b>	<b>1232</b>	<b>1301</b>



Figura 8 -Número de Museu Municipais por Estado em 2015  
 Fonte: BRASIL, IBRAM- Cadastro Nacional de Museu, 2015. (Pesquisa online- elaborado pelo autor)

O IBRAM divide as instituições museológicas em três grupos, segundo a natureza administrativa: Pública, Privada e Outros. Esses grupos são classificados em oito categorias: federal, estadual, municipal, associações, empresas, fundação, sociedade e outra (subdividida em organizações religiosas, partidos políticos, entidades sem fins lucrativos e museus particulares)<sup>45</sup>.

Segundo dados de 2010, o grupo de natureza administrativa pública representa o maior número de instituições com 67,2%, 22,0% privadas e 10,8 de Outra.

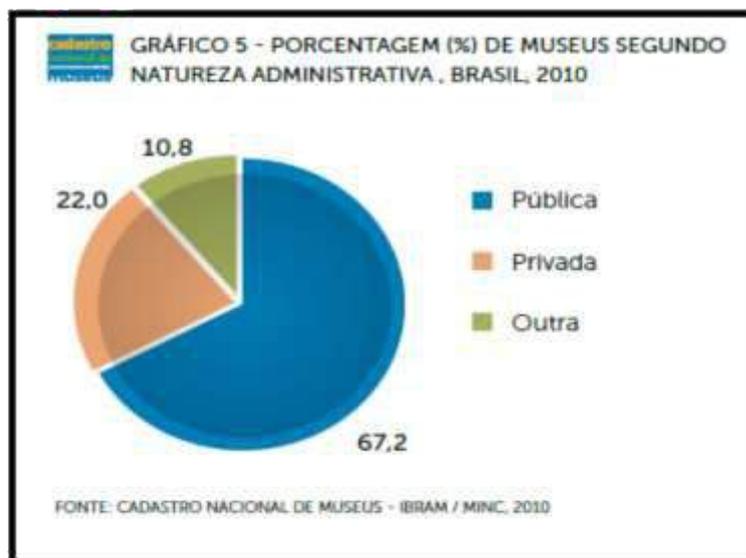


Figura 9-Gráfico Porcentagem (%) de Museus segundo Natureza Administrativa, Brasil, 2010  
Fonte: Museus em Números, v.1. IBRAM / MINC, 2010, p.63

Para nosso estudo, optamos pelo recorte de análise comparativa das instituições de natureza administrativa pública municipal, ou seja, os Museus Municipais, que representam a maior categoria de museus por natureza administrativa (Figura 9), além de possuir o maior número em quase todo território brasileiro (Figura 10). Dos 5.564 municípios brasileiros, apenas 1.301 (36,27%) dos municípios possuem museus. E do total de 3.586 museus existentes no país, 1.232 (34,36%) são de natureza administrativa municipal (Figura 11). O que representa um significativo número se compararmos as oito categorias divididas pelo IBRAM, chegando a ser mais numerosos que os estaduais e federais juntos nas regiões Sul e Sudeste.

<sup>45</sup> Para o ano de 2006, segundo o Cadastro Nacional de Museus, havia 2968 instituições. Disponível em: <[http://www.museus.gov.br/SBM/cnm\\_estatistica.htm](http://www.museus.gov.br/SBM/cnm_estatistica.htm)>. Acesso em: 18 jun. 2014.

Em 2010 o Instituto Brasileiro de Museus divulgou 3.025 Instituições. Disponível em <<http://www.museus.gov.br/noticias/estudo-do-ibram-revela-que-brasil-ja-tem-mais-de-3-mil-museus/>> Acesso em: 18 jun. 2014.

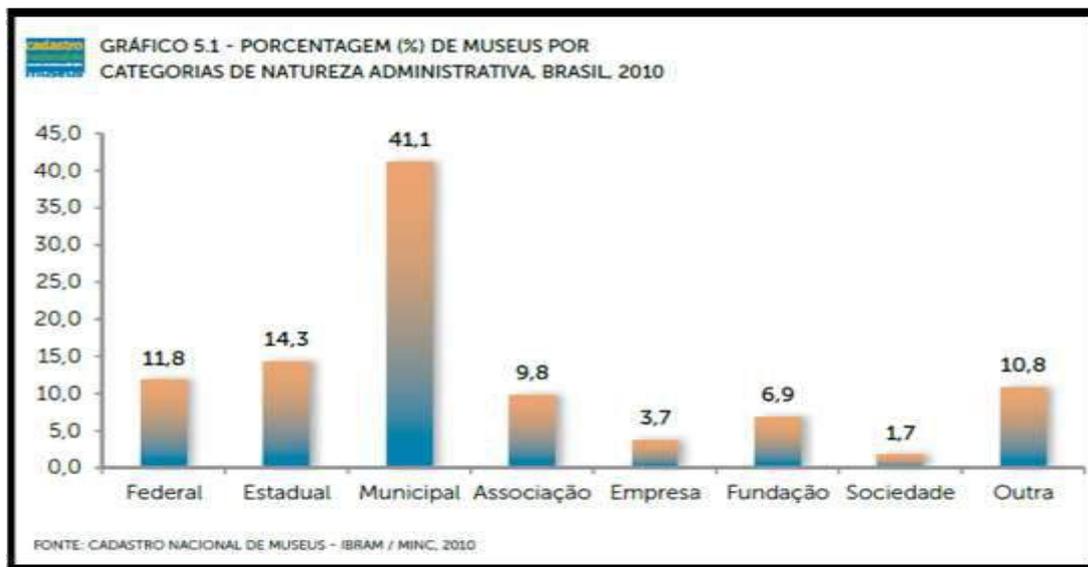


Figura 10-Gráfico Porcentagem (%) de Museus por Categoria de Natureza Administrativa, 2010  
 Fonte: Museus em Números, v.1. IBRAM / MINC, 2010, p.63

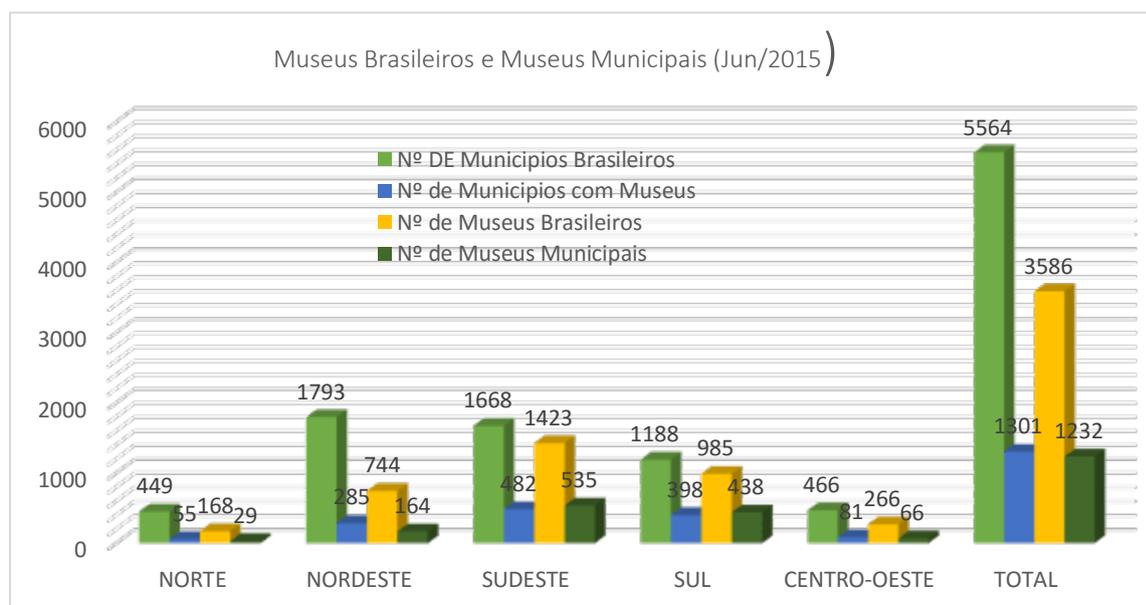


Figura 11-Número de Municípios brasileiros, Municípios com Museus e Museus Municipais  
 Fonte: BRASIL, IBRAM- Cadastro Nacional de Museu, 2015. (Pesquisa online)

Podemos verificar, através do quadro abaixo, que da mesma forma que ampliaram o número de municípios com museus, aumentaram, também, o número de museus de natureza administrativa municipal. A maior parte desses museus municipais, segundo dados do CNM, foram criados ao longo do século XX, principalmente a partir da década de 1950 com a criação de 56 museus municipais e nas décadas posteriores, com a criação de 121 museus municipais entre 1971 a

1980, passando para 206 entre 1981 a 1990, 306 entre 1991 a 2000, 320 entre 2001 a 2010 e 61 museus municipais até junho de 2015, como apresentado na Tabela 4:

Criação e abertura de Museu Municipais por ano											
1900-1910	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910	TOTAL
	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
1911-1920	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	
	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
1921-1930	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	
	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	2
1931-1940	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	
	1	0	0	1	0	2	1	1	0	1	7
1941-1950	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	
	1	0	2	1	1	1	1	1	1	1	10
1951-1960	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	
	5	4	4	4	2	6	9	9	6	7	56
1961-1970	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	
	1	5	1	5	7	3	2	8	10	7	49
1971-1980	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	
	7	12	12	9	8	23	9	12	12	17	121
1981-1990	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	
	15	28	23	15	21	37	15	24	13	15	206
1991-2000	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	
	40	41	31	22	17	33	26	33	27	34	306
2001-2010	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
	36	34	35	40	29	24	32	41	26	23	320
2011-2015	2011	2012	2013	2014	2015	XXX	XXX XX	XXX XX	XX XX X	XXXX	
	17	21	14	6	3						61
Museus municipais que não informaram a data de criação											81
TOTAL											1.232

Tabela 4- Número de Museus Municipais por ano de criação

Fonte: BRASIL, IBRAM- Cadastro Nacional de Museu, 2015. Elaborado pelo autor.

Praticamente os museus municipais lideraram o ritmo de crescimento dos museus em nível geral, se compararmos, por exemplo, o crescimento dos museus na década de 2001 a 2009, quando foram criados 352 museus no Brasil, 297 destes museus eram de natureza administrativa municipal, o que corresponde a um percentual de 84,37% do total de museus criados nesse período. Podemos inferir que essa significativa quantidade de museus de natureza administrativa municipal foram impulsionadas pelas tendências de valorização das culturas locais, pela autonomia dos governos municipais e principalmente pelos resultados e efetivação das políticas públicas para museus implantadas no Brasil no início XXI.

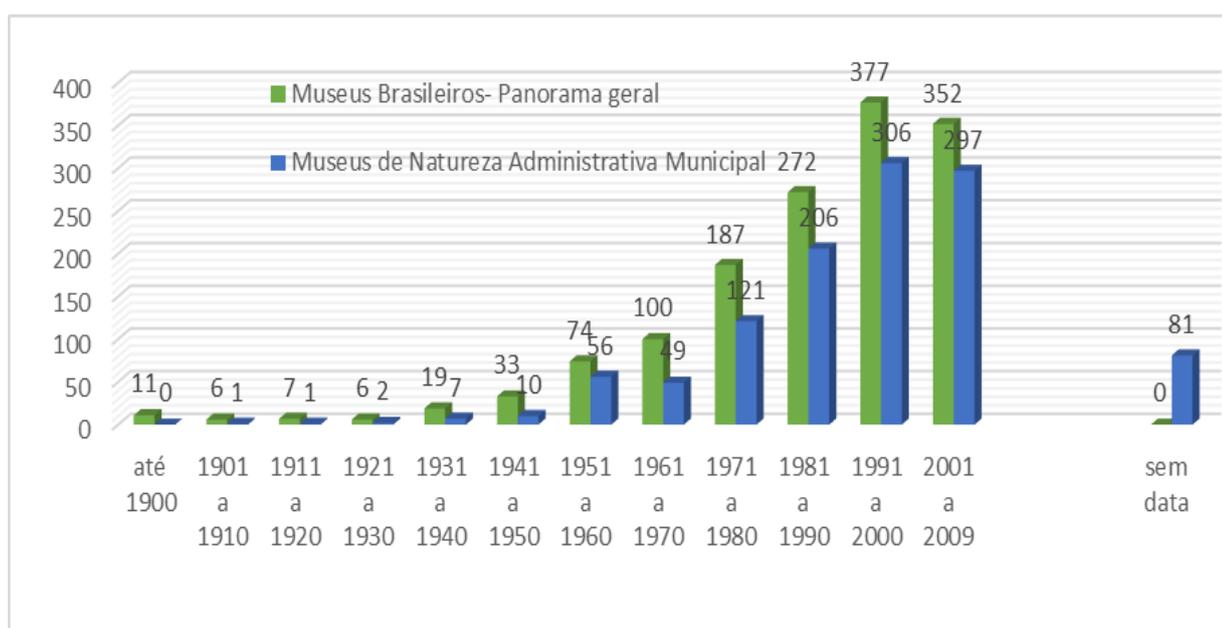


Figura 12 Gráfico Número de Museu Brasileiros e Museus Municipais por ano de fundação

\* 81 museus municipais não informaram a data de criação/fundação e abertura ao público.

Fonte: BRASIL, IBRAM- Museus em Números, 2011, p. 59 - Cadastro Nacional de Museu, 2015. (Levantamento online)

Ressaltamos que os dados apresentados no gráfico 13, referentes aos Museus Brasileiros-panorama geral, até o ano de 2009, se referem às 1.500 instituições que responderam ao questionário do CNM até a data de corte da pesquisa (2009). Já os dados para o número de museus de natureza administrativa municipal, a partir de 2010, foram considerados num universo de 1.232 museus. Desse universo, 1.151 museus municipais responderam ao CNM sobre o ano de criação/abertura, com data de corte em junho de 2015.

Em relação aos Museus Brasileiros-panorama geral, no período de 2010 a 2015, segundo o CNM, foram criados 179 museus. Dentre esses, 84 de natureza administrativa municipal, conforme o gráfico da figura 14. Dos dados desse período foram consideradas as respostas de 2.926 museus, que informaram o ano de sua criação. É importante ressaltar que o número de museus criados nesses 5 anos é diferente do número de museus abertos, que foi de

253 museus. Pois, não necessariamente, um museu criado é aberto ao público no mesmo ano. Às vezes ele fica apenas no documento de criação.

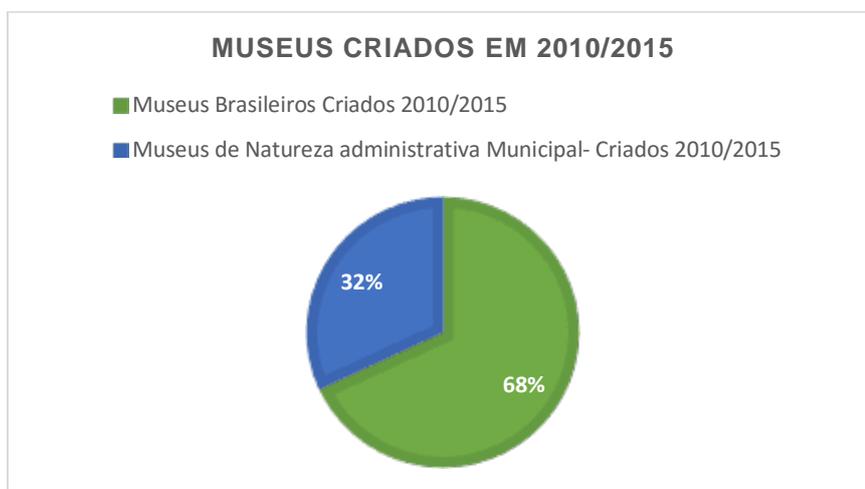


Figura 15- Gráfico Museus criados em 2010/2015  
Fonte: BRASIL, IBRAM- Cadastro Nacional de Museu, 2015. Elaborado pelo autor.

É importante destacar que dos 56 museus municipais criados na década de 1950 a 1960, 25 eram em municípios do interior paulista. Entretanto, cabe lembrar que essas instituições foram criadas e regulamentadas pela iniciativa de uma política do Estado de São Paulo. No período, os museus eram mantidos pelo Estado paulista e somente na década de 1990, a tutela desses museus foi transferida às cidades por meio do processo de municipalização desses museus.

Segundo Oliveira (2012), o grande número de “museus municipais” no Estado de São Paulo pode ser relacionado à influência de uma política estadual de incentivo à educação e cultura iniciada desde a década de 1930, mais precisamente no período pós Revolução Constitucionalista de 1932 e, posteriormente, para fazer frente ao fortalecimento do governo federal durante o Estado Novo. Nessa ocasião, como observa Lourenço (2002, p.191):

São Paulo envolve-se numa corrida para projetar-se e o acesso ao ensino e a cultura era prerrogativa para atingir tal desejo. Esse desejo é percebido em iniciativa do próprio Estado, com a Constituição de 1935, assegurando 10% da arrecadação de determinados impostos a favor da manutenção e desenvolvimento dos sistemas educativos. E no Artigo 1º do Ato 861, que organiza o Departamento de Cultura e de Recreação, deixa bem clara a intenção de estimular e implementa educação, arte e cultura e promover uma serie de atividade capazes de contribuir para o para o aprimoramento e extensão da cultura[...]

Para Misan (2008), nas décadas de 1950 a 1970, o Estado de São Paulo promove através da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e sob a direção do Serviço de

Museus Históricos, a instalação de diversos “museus históricos e pedagógicos”<sup>128</sup> em diversas cidades do interior paulista, cujo ponto de partida tinha como lema “preservar a história da cidade e do patrono” (MISAN, 2008, p.175). Segundo a autora:

[...] tal estratégia denominada “Implantação dos museus históricos e pedagógicos do estado de São Paulo”, permitiu ao poder estadual afirmar-se no campo da cultura e da educação de modo hegemônico, relegando ao município a cessão do imóvel, o deslocamento de professores da rede pública para a direção dos museus, e o auxílio na coleta e no armazenamento do acervo. Ao impor-se na criação, direção e organização da rede de museus, o governo estadual pôde priorizar e preservar um determinado ponto de vista sobre a uma história do estado de São Paulo, relegando outros focos, como por exemplo, a própria história das cidades. Com base nisso, pode-se dizer que esta foi uma das estratégias – aplicada ao longo de cerca de cinquenta anos – usada pelo poder público estadual para subsidiar e garantir sua supremacia em campos como o da Cultura e da Educação

É importante observar que o crescimento do número de museus municipais, apresenta destaque a partir da década de 1980, como defendem alguns autores, pois é nesse período ocorre o “boom dos museus,” visto que naquele momento afluía uma renovação no conceito do que é ser brasileiro: os anos de abertura política, o retorno de parte da intelectualidade e da valorização do Brasil; em meio a esse cenário é implantado o Programa Nacional de Museus, cuja determinação era “a revitalização dos museus, ou seja, dar uma nova vida aos museus repletos de objetos ‘velhos’ e com público escasso”(SOUZA E MORAES 2013); Nesse período, ocorre a criação do Ministério da Cultura, 1985, pelo Decreto 91.144 de 15 de março e a reformulação das políticas públicas pela Lei Sarney (que tratava da participação privada na execução das políticas culturais). Na tentativa de formular uma política para os museus, foi criado no mesmo período o Sistema Nacional de Museus (SNM)- subordinado ao SPHAN -- com o objetivo de estabelecer uma política nacional para o setor, articulando e apoiando financeiramente projetos museológicos, tais como: programas de cursos, oficinas, publicações, orientação na formulação de projetos e revitalização dos museus. (SCHEINER, 1993).

Embora a crise política do Governo Collor, nos anos 90, tenha afetado profundamente o setor cultural e suas respectivas políticas no país, ainda assim o número de museus e museus municipais continuou ampliando. É importante lembrar que durante o governo de Itamar Franco e FHC, a iniciativa para o campo museológico ficou a cargo do Programa

---

<sup>128</sup> Ver: Museus Históricos Pedagógicos- CAMPOS, Vinícios Stein. Museus e Monumentos Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo. SP: Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, 1960.  
MISAN, Simona. Os Museus Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo. In: Anais do Museu Paulista. S.P. N. Ser.v.16.n.2.Jul-Dez de 2008. P.p.176

Museu, Memória e Cidadania, que segundo Moraes (2009) e Tolentino (2008), desenvolveu uma ação muito distante das necessidades do campo museológico.

O outro momento expressivo no crescimento dos museus municipais, que merece uma observação, são os últimos 15 anos. Na última década (2001 a 2010), dos 352 museus cadastrados, 297 eram de natureza administrativa municipal, o que corresponde ao percentual de 84% da natureza de museus desse período. No nosso entendimento, é um reflexo e consequência da implantação e ação da Política Nacional de Museus. Já para os últimos 5 anos (2010-2015), ocorreu um crescimento (cadastrados CNM, 2015) do número de museus no panorama geral (594 museus). Entretanto, o crescimento foi de museus de outras naturezas administrativas. No caso dos municipais, foram criados/cadastrados apenas 95 museus, percentual de 15,99% em relação aos 594 do panorama geral.

Outro eixo do CNM, que adotamos para nossa comparação, diz respeito à Gestão dos museus municipais. No que se refere ao planejamento estratégico, como a existência de Regimento Interno, de Plano Museológico e Associações de Amigos nas instituições<sup>129</sup>. Os museus municipais apresentam taxas menores em relação aos museus federais, estaduais e particulares. Segundo dados do CNM (2010), a maioria dos museus municipais não apresenta tais ferramentas de planejamento, como é visível no gráfico da figura 14.

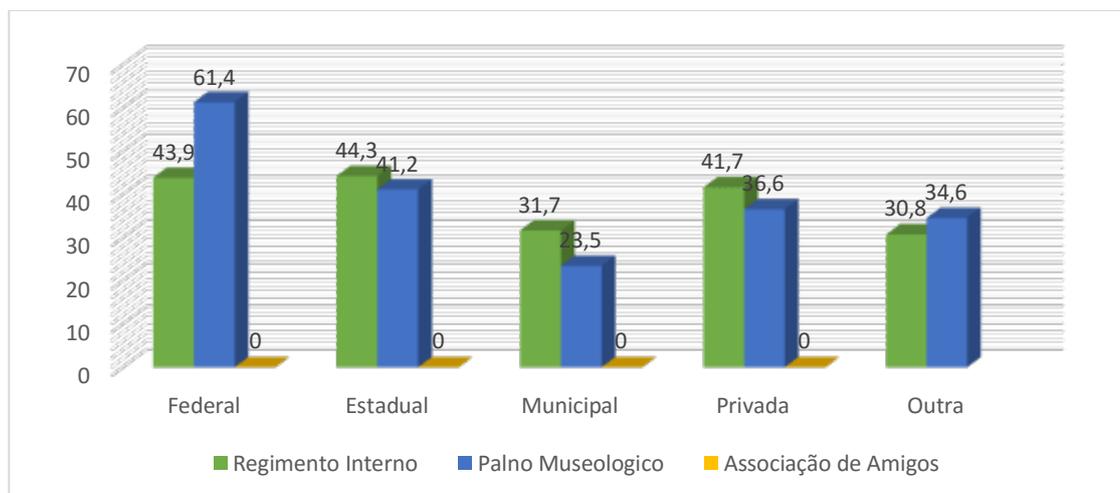


Figura 14-Gráfico Porcentagem (%) de Museus por natureza administrativa segundo a existência de regimento interno, Brasil

Fonte: BRASIL, IBRAM- Cadastro Nacional de Museu, 2015. (Levantamento online)

<sup>129</sup> VER: Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus. -Art. 18º As entidades públicas e privadas de que dependam os museus deverão definir claramente seu enquadramento orgânico e aprovar o respectivo regimento” e o Art. 44º e 45º Plano Museológico.

O pequeno número de instituições municipais que possuem Regimentos Internos e Plano Museológico reflete um quadro de ausência de planejamento e de desorganização. Se os museus municipais não possuem essas ferramentas, fica ainda mais complexo gerir a instituição. Principalmente nas prefeituras, onde de uma gestão para outra, toda a administração modifica: as políticas, os projetos, os funcionários, a diretoria, as ações, as atividades e as regras. Se não existe um regimento e um planejamento a seguir, o museu fica fragilizado.

Em relação à tipologia de acervo, o IBRAM, adotou a seguinte classificação: Antropologia e Etnografia; Arqueologia; Artes Visuais; Ciências Naturais e História Natural; Ciência e Tecnologia; História; Imagem e Som; Virtual; Biblioteconômico; Documental e Arquivístico. Para o CNM essas tipologias são compostas pelos seguintes acervos:

Antropologia e Etnografia: coleções relacionadas às diversas etnias, voltadas para o estudo antropológico e social das diferentes culturas. Ex.: acervos folclóricos, artes e tradições populares, indígenas, afro-brasileiras, do homem americano, do homem do sertão etc.

Arqueologia: coleções de bens culturais portadores de valor histórico e artístico, procedentes de escavações, prospecções e achados arqueológicos. Ex: artefatos, monumentos, sambaquis etc.

Artes Visuais: coleções de pinturas, esculturas, gravuras, desenhos, incluindo a produção relacionada à Arte Sacra. Nesta categoria também se incluem as chamadas Artes Aplicadas, ou seja, as artes que são voltadas para a produção de objetos, tais como porcelana, cristais, prataria, mobiliário, tapeçaria etc.

Ciências Naturais e História Natural: bens culturais relacionados às Ciências Biológicas (Biologia, Botânica, Genética, Zoologia, Ecologia etc.), às Geociências (Geologia, Mineralogia etc.) e à Oceanografia.

Ciência e Tecnologia: bens culturais representativos da evolução da História da Ciência e da Técnica.

História: bens culturais que ilustram acontecimentos ou períodos da História.

Imagem e Som: documentos sonoros, videográficos, filmográficos e fotográficos.

Virtual: bens culturais que se apresentam mediados pela tecnologia de interação cibernética (internet).

Biblioteconômico: publicações impressas, tais como livros, periódicos, monografias, teses, etc.

Documental: pequeno número de documentos manuscritos, impressos ou eletrônicos reunidos intencionalmente a partir de uma temática.

Arquivístico: conjunto de documentos acumulados por pessoas ou instituições, públicas ou privadas, durante o exercício de suas atividades, independentemente do suporte.

(Museus em Números, v.1. IBRAM / MINC, 2010.p. 70)

Ressaltamos que essas diversas tipologias se diversificam entre as instituições museológicas, podendo os museus em suas escolhas interpretativas, enquadrar-se em mais de uma temática, como é o caso da grande maioria das instituições museológicas de natureza municipal.

Segundo os dados do CNM de 2010, no panorama geral dos museus brasileiros, a tipologia de acervo de História é o que apresenta a maior porcentagem nos museus, seguidos por Artes Visuais, Imagens e Som e Antropologia. Os museus municipais seguem os mesmos índices das tipologias apresentadas no panorama nacional.

A maior categoria presente nos museus municipais, segundo os dados do CNM de 2010, são os de História com 75,6 (%), seguidos pela categoria de Artes Visuais 55,4(%), Imagem e Som 54,80(%), Antropologia e Etnologia e Etnografia 34,8(%), Arqueologia 32,5(%), Ciência e Tecnologia 24,3(%), Ciências Naturais e História Natural 21,6(%), Biblioteconômico 13,4(%), Outros 6,6(%), Documental com 3,4(%), Virtual 2,3(%) e Arquivístico com 1,0(%):

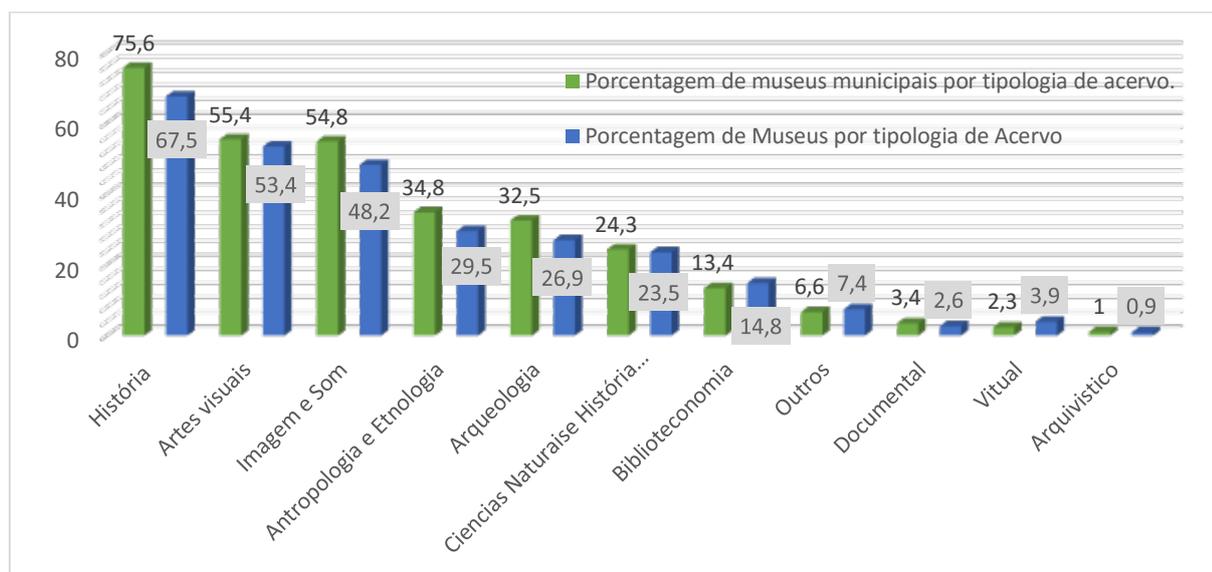


Figura 16-Gráfico- Porcentagem (%) de Museus e Museus Municipais por Tipologia de Acervo, Brasil 2010  
 Fonte: Museus em Números, v.1. IBRAM / MINC, 2010. P. 76

Contudo, segundo os dados de 2015, as categorias e tipologias de acervo nos museus municipais apresentaram uma pequena mudança em sua distribuição: a categoria de acervo de História que era de 75,6% reduziu para 50,32%, em compensação as categorias de acervos documentais e arquivísticas ampliaram. Conforme gráfico da figura 18.

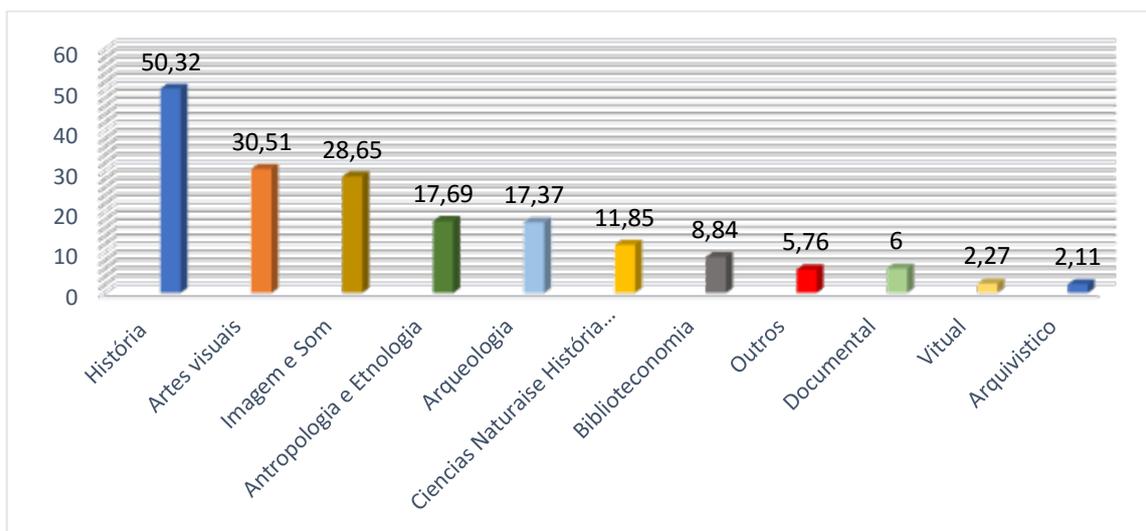


Figura 17-Gráfico -Porcentagem (%) por Tipologias de Acervo em Museus Municipais em 2015

Fonte: BRASIL, IBRAM- Cadastro Nacional de Museu, 2015. (Pesquisa online)

Conforme já mencionamos, anteriormente, os museus municipais apresentam todas as tipologias de acervo, contando com grande concentração na tipologia de História. Essas características podem ser interpretadas como uma consequência do contexto histórico, social, político e econômico, influenciado por concepções teóricas e práticas do período que foram criados. Em nosso entendimento, essa tendência de maior representatividade tipológica dos museus de “história”, podem indicar uma possível interpretação e analogia dos museus, em alguns casos de forma pejorativa, como lugares de “coisas antigas”, “coisas do passado”, “coisas da história”. É bem comum entre as pequenas cidades e comunidades do interior a interpretação do Museu como um lugar de preservação da memória, história e de objetos antigos.

Na análise comparativa entre o quantitativo de acervo e as diversas naturezas administrativas, os museus municipais possuem em suas instituições de 1 a 500 bens - 35,2% do total em relação as outras naturezas administrativas de museus e de 35,7% entre as instituições de 501 a 3000 bens. Podemos estimar a partir desses dados que os museus municipais, apesar de comporem o maior percentual de museus no território brasileiro, não possuem um número expressivo de bens em seus acervos. A maior parte desses museus possui então de 1 a 3000 bens.

Os dados do CNM apresentam, ainda, que dentre os acervos dos museus municipais, apenas 25,0(%) possuem bens tombados; o restante conta com outros instrumentos de proteção, como livro de registro e inventários.

Quanto ao aspecto físico das instituições, os museus de natureza municipal concentram um maior número de edificações com áreas de até 500m<sup>2</sup>, como pode ser observado na figura 19.

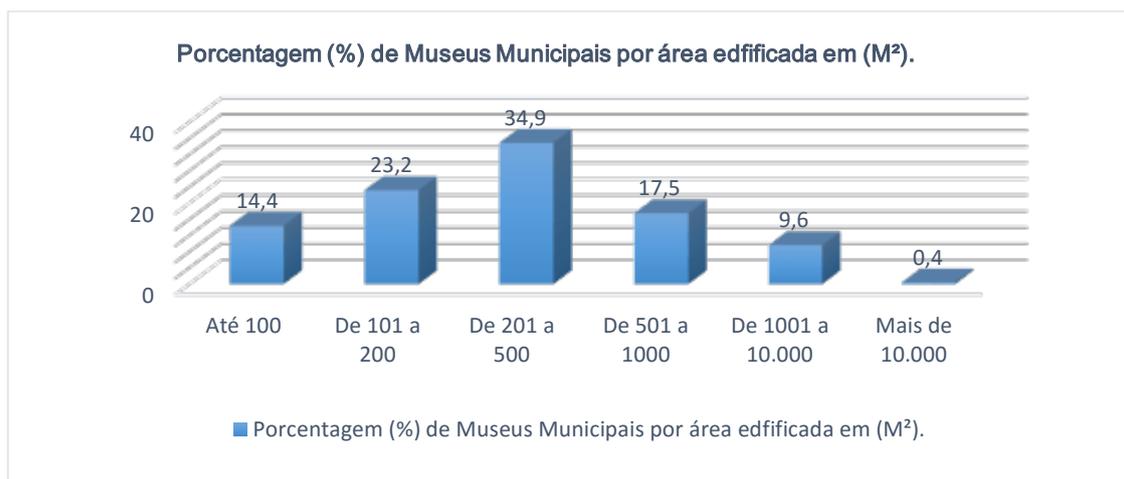


Figura 17- Gráfico- Porcentagem (%) de Museus Municipais por área edificada (m²)

Fonte: Cadastro Nacional de Museus – IBRAM/MINC, 2010 p.99-100

Quanto ao acesso público, dos 1.232 museus municipais cadastrados no país, apenas 52 museus (4,2%) cobram ingresso na entrada e 832 museus funcionam de segunda a sexta e apenas 29,95% abrem aos fins de semana. Em relação ao atendimento e infraestrutura para recebimento de turistas estrangeiros, apenas 152 museus responderam que possuem esse serviço. Considerando acessibilidade e tipo de instalações para portadores de necessidades especiais, os museus municipais apresentam as seguintes infraestruturas: 28,73% possuem rampa de acesso; 11,20% vagas exclusivas em estacionamento; 6% elevadores com cabine e portas acessíveis para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; 16,23% sanitários adaptados; 1,7% sinalização em braile e 1,2% possuem textos/etiquetas com informações sobre os objetos em exposição.

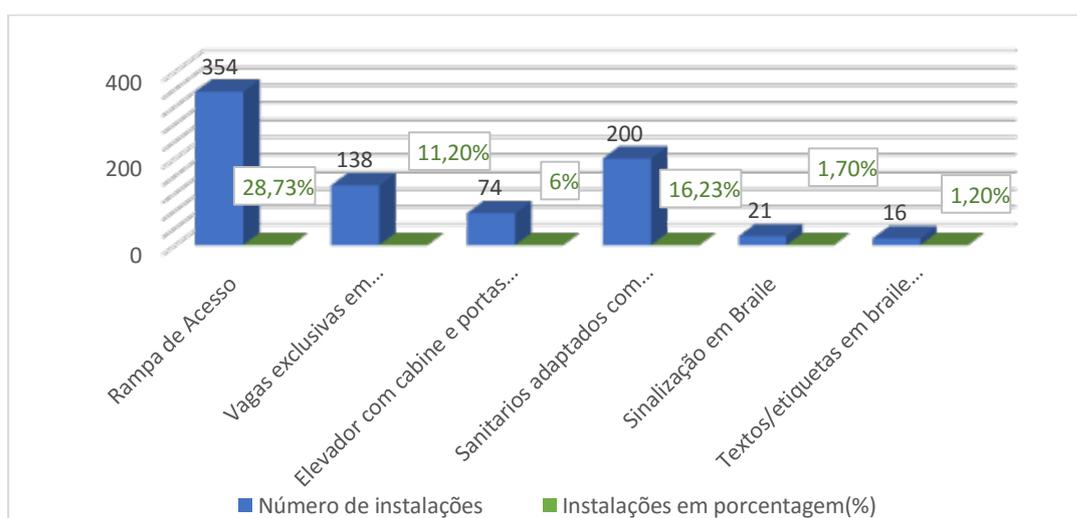


Figura 18- Gráfico do Número de instalações para portadores de necessidades especiais nos museus municipais  
Fonte: BRASIL, IBRAM- Cadastro Nacional de Museu, 2015. (Levantamento online)

Sobre a cobrança de ingressos e acesso aos museus municipais, podemos considerar que são bem disponíveis. Apenas um pequeno número de instituições cobra entrada de visitação, e mesmo assim, quando cobram, o valor dos ingressos é baixo. Além disso, muitas instituições municipais não cobram de estudantes, professores e funcionários públicos. No que se refere ao horário de funcionamento e abertura ao público, a grande maioria dos museus não funciona nos fins de semana, apenas durante a semana em horários comerciais, o que muitas vezes inviabiliza a visita de trabalhadores e limita a possibilidade de conhecimento, lazer e recreação dos moradores do município nos fins de semana. Principalmente em cidades do interior, que geralmente não possuem muitas opções de cultura e entretenimento.

Em relação ao acesso e o atendimento ao turismo e aos portadores de necessidades especiais, podemos dizer que alguns museus municipais já se adaptaram a estas exigências, graças a algumas políticas inclusivas e passaram a disponibilizar melhores condições de acesso, visitação e atendimento ao público. Entretanto, essas mudanças e adaptações ainda são pequenas, muito aquém das reais necessidades e de direitos.

Outro aspecto considerado na caracterização dos museus municipais, relaciona-se à temática das atividades efetuadas pelas instituições. Essas atividades correspondem às ações de comunicação, educação, lazer e pesquisa. As ações representam as modalidades de exposições (curta, longa duração e itinerantes), as atividades educativas e presença de bibliotecas e arquivos históricos nas instituições museológicas municipais. No plano geral, segundo o IBRAM (p.115-117), a maioria dos museus brasileiros (82,9%) dispõe de exposições de permanentes ou de longa duração, de curta duração (62,5%) e itinerantes (33,7%). Os Museus Municipais nos três tipos de exposição apresentam porcentagens próximas às outras categorias de natureza administrativas.

O gráfico abaixo apresenta a porcentagem (%) de Museus por Natureza administrativa, segundo a realização de Exposições de Longa, Curta Duração e Itinerante no Brasil em 2010:

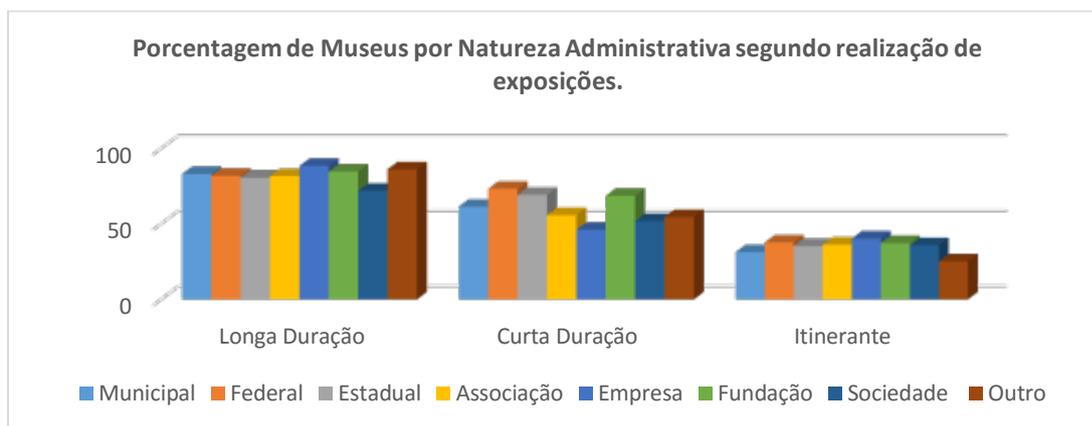


Figura 19-Gráfico da Porcentagem (%) de Museus por Natureza Administrativa segundo realização de exposições –Longa, Curta e Itinerante.

Fonte: BRASIL, IBRAM- Cadastro Nacional de Museu, 2010/ 2015 (levantamento online)

No critério das ações educativas, aproximadamente a metade dos museus cadastrados (48,1%) possui um setor específico para ações educativas. Embora, nem sempre esses setores sejam determinantes nas ações realizadas. A visita guiada é uma das ferramentas mais utilizadas no processo educativo, 80,6(%) das instituições declararam oferecer esse serviço. No caso dos Museus Municipais, 79,9(%) oferecem a visita guiada.

Segundo dados do CNM de junho de 2015, dos 1.232 museus municipais, 317 museus possuem biblioteca, o que corresponde a um percentual de 25,73% do total. Já o número de museus que possuem arquivos históricos é de 469, representa um percentual de 38%.

No CNM, as atividades culturais são classificadas como todas as práticas desenvolvidas pelos museus, com intuito de disseminar conhecimentos ou oferecer formas de lazer e entretenimento, que não sejam as oferecidas pelo programa de exposições. As atividades culturais mais comuns entre os Museus são os eventos sociais e culturais 55,7%, as conferências, seminários e palestras com 54,0%; cursos e oficinas com 47,7%; Cinema e projeções de vídeos com 33,4%; os espetáculos musicais com 30,7% e espetáculos teatrais e dança com 26,8%. Para os museus de natureza administrativa municipal, o CNM não disponibilizou as informações.

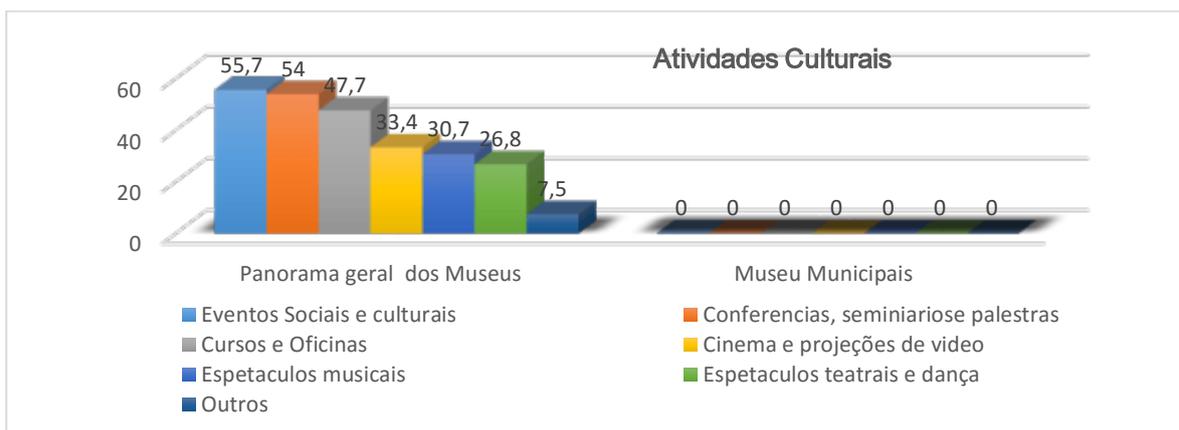


Figura 19-Gráfico- Porcentagem (%) de Atividades Culturais promovidas pelos Museus

Fonte: BRASIL, Cadastro Nacional de Museus – IBRAM/MINC, 2010 -2015

Para as atividades de publicações, materiais impressos ou mídia digital (CD, DVD), as instituições municipais apresentam porcentagem aproximada das outras instituições, os dados revelam um maior percentual na categoria de material de divulgação:

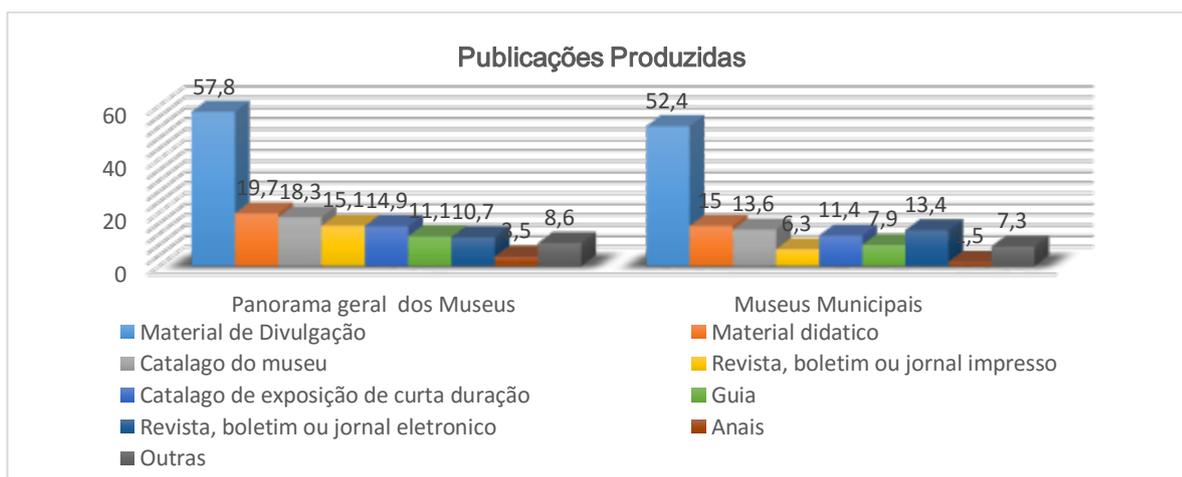


Figura 20-Gráfico – Porcentagem (%) de Publicações Produzidas pelos Museus Brasileiros e os Museus Municipais

Fonte: BRASIL, Cadastro Nacional de Museus – IBRAM/MINC, 2010 p.128-1

Segundo o CNM de 2010, no Quadro Geral de Recursos Humanos, 84, 2% dos museus brasileiros possuem cerca de 1 a 30 funcionários, sendo que a maior parte desses museus (38,33%) apresenta de 4 a 10 funcionários. Já para o caso específico dos museus municipais, o IBRAM informou que esses dados ainda não estão disponíveis e que serão organizados e formatados para a divulgação em 2016.



Figura 22-Número de Museus segundo número de funcionários, Brasil, 2010  
 Fonte: BRASIL, Museus em Números, v.1. IBRAM / MINC, 2010, p.136

Ao compararmos os dados disponibilizados pelo IBRAM com os dados do IBGE sobre o Perfil Cultural dos Municípios Brasileiros<sup>130</sup>, verificamos que de acordo com o IBGE os recursos humanos ocupados na área da Cultura (Departamentos e Secretarias) têm em média 10,4 funcionários por municípios que atendem aos vários equipamentos culturais (museu, bibliotecas, teatros, centros culturais etc.) variando de acordo com o tamanho e a população. Provavelmente essa diferença está relacionada à inclusão das outras instituições culturais que não estão na categoria de museu.

Sobre os principais setores ocupados e as especialidades dos profissionais envolvidos nos museus, o CNM apresenta o seguinte panorama:

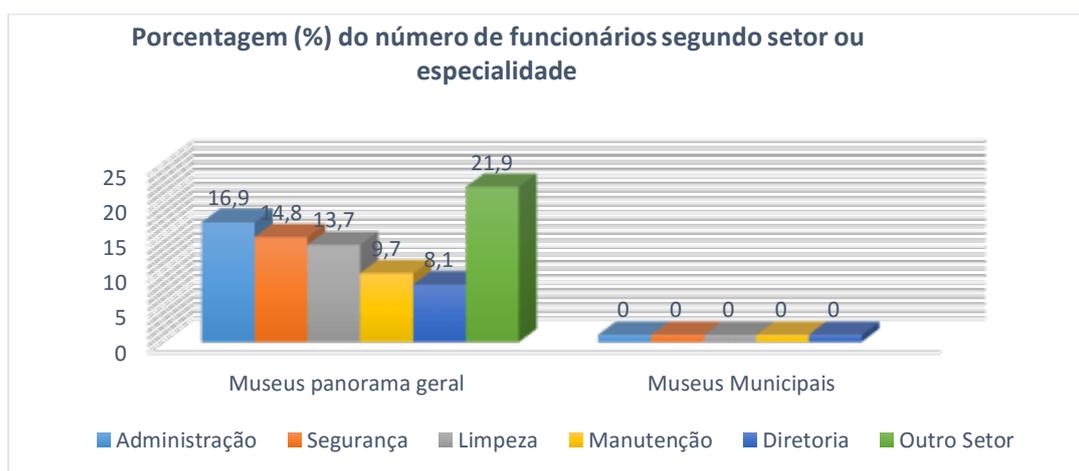


Figura 21-Gráfico- Porcentagem dos principais setores ocupados pelos profissionais nos museus Brasileiros e nos Museus Municipais -2010-2015

130IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Perfil dos Municípios Brasileiros: 2012, Cultura. Rio de Janeiro RJ: IBGE, 2013, p. 70-102.

Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil\_Municipios/2012/munic2012.pdf> Acesso em 10/06/2015

Para os museus municipais, o IBRAM, não disponibilizou as informações e informou que esses dados estão sendo produzidos e em breve, divulgados. Porém, é importante destacar que no panorama dos museus municipais esses quadros e disposição de funcionários e setores podem ser bem diferentes. Em muitos museus, o número de funcionários é reduzido, as instituições geralmente são menores e na maioria das vezes as funções, ações dos setores são efetuadas pelos mesmos profissionais que dirigem, administram, limpam, consertam, vigiam e etc.

Já as principais áreas de especialidades dos profissionais que atuam nos museus o CNM apresenta o seguinte quadro:

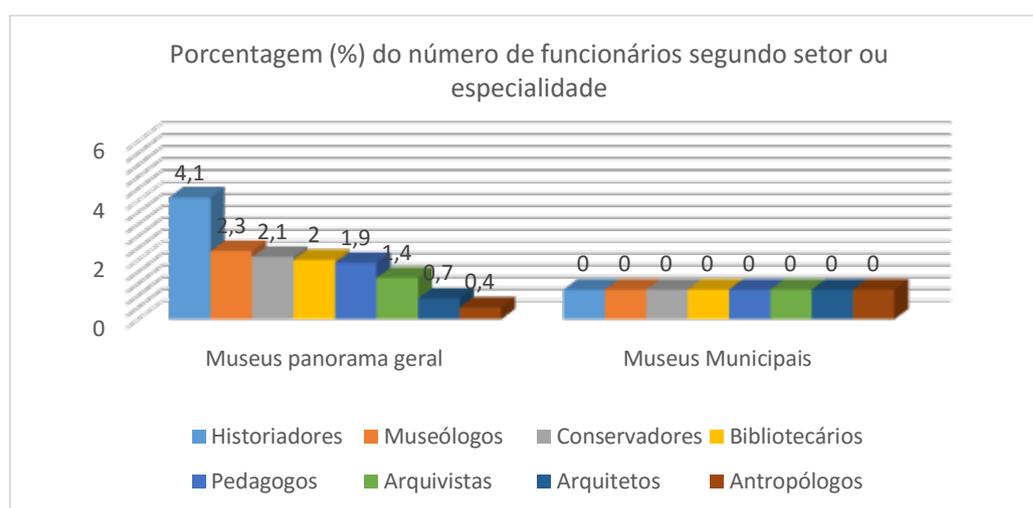


Figura 22-Gráfico – Porcentagem (%) do número de funcionários segundo o setor e especialidade  
Fonte: BRASIL, Cadastro Nacional de Museus – IBRAM/MINC, 2010 -2015(Levantamento online)

Para o quadro de especialistas nos museus municipais, o IBRAM também não disponibilizou as informações, logo podemos inferir que esta realidade também se reflete ou é ainda mais grave no nosso objeto de pesquisa.

Esse panorama demonstra um enorme desafio para os museus brasileiros e, em especial, para os municipais e de pequenas cidades do interior. Como gerir, manter, preservar, conservar, restaurar, comunicar, informar, pesquisar etc. com quadros de funcionários tão reduzidos? Esse cenário é ainda pior quando comparamos o baixo número de museólogos nos quadros profissionais das instituições que refletem diretamente na estruturação e qualificação do museu. A ausência desses profissionais provoca uma defasagem teórica e técnica destas instituições, pois não há acesso ao conhecimento desenvolvido pelo campo. Como demonstrado

pelos dados e quadros, anteriores, dos 21.135 profissionais envolvidos nos museus no ano de 2010, segundo dados do CNM, um número de profissionais muito pequeno e insuficiente em vista do universo museológico brasileiro, ainda assim somente 2,3% correspondem à especialidade desses profissionais que atuam nos museus – os museólogos. O patrimônio museológico deve ser cuidado por pessoas que têm formação (em museologia) e que entendam do assunto e da área.

Todavia, esses profissionais especializados são pouquíssimos e raros em instituições do interior. Além disso, há em muitas prefeituras uma concepção de que o trabalho no museu pode ser feito por qualquer pessoa, ou seja, o museu não necessita de profissionais qualificados. Existem situações em que os funcionários são direcionados para atuarem nos museus, exatamente por não se enquadrarem ou por pouca utilidade em outros setores da administração. Neste sentido, os museus são transformados em espaço de punição para os profissionais de baixa produtividade ou que não se enquadram noutras atividades dentro da administração municipal.

Enfim, o nosso último item de análise é o Orçamento: Segundo o CNM, a identificação e classificação desse item é o de tarefa mais complexa, dada a ampla diversidade que se caracteriza o campo museológico e as variadas formas de recursos aplicados ao setor. Os recursos podem ser financeiros, materiais ou de outros tipos.

Nascimento Junior e Colnago (BRASIL, IBRAM 2010, p.141) destacam que existem dois grandes grupos de fontes de recursos que compõem o orçamento dos museus: o primeiro, oriundo do repasse direto da entidade mantenedora, ou disponibilizado pelo orçamento público (federal, estadual ou municipal); o segundo, aquele relacionado à capacidade dos museus de captar recursos de fora dos limites do “orçamento anual”, cooptando novos apoiadores a seus projetos e atividades.

Segundo os dados do CNM, dos museus que responderam sobre orçamentos anual<sup>131</sup>, 77,7(%) informaram que não existe orçamento próprio para a realização de suas atividades (Figura 25). Dos 22,3(%) que declararam ter orçamento anual, a maior parte é formada de museus de natureza administrativa municipal (39,7%), seguidas pelas instituições de natureza federal (14,7%), estadual (11,3%) e outras, conforme gráficos das figuras 25.

---

131 Segundo o IBRAM nem todas as instituições responderam esse quesito do Cadastro Nacional de Museus.(2010, p.141)

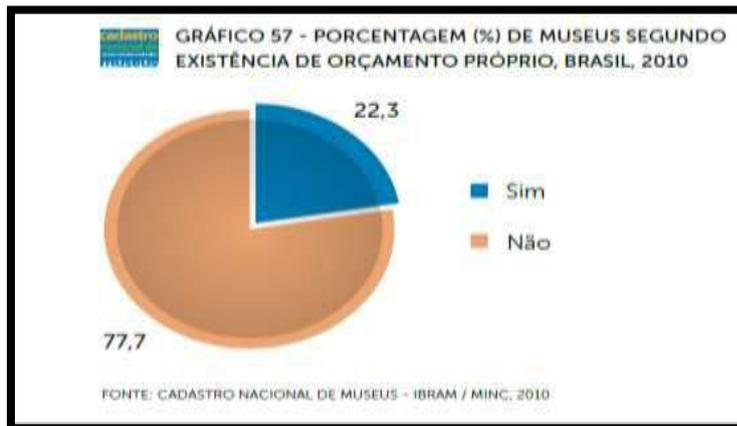


Figura 23 Gráfico - Porcentagem de Museus segundo existência de orçamento próprio. 2010  
 Fonte: BRASIL, Museus em Números, v.1. IBRAM / MINC, 2010, p.142

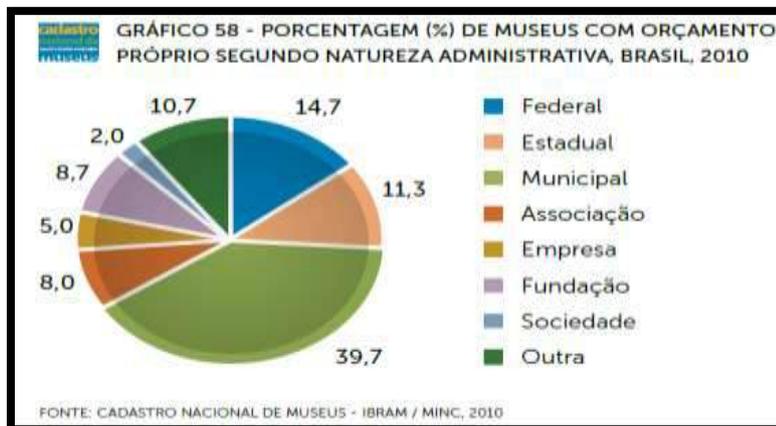


Figura 24-Gráfico - Porcentagem (%) de Museus com orçamento próprio segundo natureza administrativa. 2010  
 Fonte: BRASIL, Museus em Números, v.1. IBRAM / MINC, 2010, p.142

Pelo critério de distribuição dos museus por território nacional, o Sudeste é a região que apresenta o percentual mais elevado de orçamento próprio com 24,9 (%); o Sul com 21,7(%); Nordeste 20,8(%); Norte 20,0(%) e Centro-Oeste 18,7(%). E das cinco regiões brasileira, quatro possuem maiores percentuais de orçamentos próprios nas instituições de natureza municipal. Apenas a região Norte apresenta um maior percentual na natureza administrativa estadual.

Segundo o levantamento do CNM, a maior fonte orçamentária dos museus brasileiros é proveniente da sua mantenedora, especialmente as fontes do orçamento anual, conforme apresentadas na composição do orçamento das unidades museológicas na Tabela 5- Orçamento (valores em R\$).

Quadro - Composição do Orçamento e valores (R\$) das unidades Museológicas			
Fonte Orçamentaria	Descrição	Valor (2009)	%
Orçamento Anual	Receita disponível para o exercício financeiro anual, repassada pela entidade mantenedora ou especificada no orçamento anual.	12.757.070,00	78,14
Receitas Próprias	Receitas diretamente geradas pelo museu, por exemplo: ingressos, locação de espaços, venda de publicações, cafeteria, lojas e etc.	2.388.782,97	14,63
Leis de Incentivo	Recursos provenientes de leis de incentivo fiscal, no âmbito federal, estadual ou municipal, para a realização de projetos culturais, inclusive aqueles provenientes de fundos para cultura.	493.869,00	3,00
Patrocínio direto	Transferência definitiva e gratuita de recursos para a realização de projetos culturais, com a publicidade do patrocinador associado.	260.516,00	1,60
Doações	Transferência definitiva e gratuita de recursos em favor de projetos culturais sem publicidade associada a divulgação desse ato.	425.782,00	2,60
Pessoa Jurídica		410.402,00	
Pessoa Física		15.380,00	
Organismos Internacionais	Recursos provenientes de recursos internacionais para apoio a realização de projetos culturais.	Não informado	
TOTAL		16.326.020,06	100

Tabela 5-Composição do orçamento e valores das unidades museológicas 2010.  
Fonte: BRASIL, Museus em Números, v.1. IBRAM / MINC, 2010, p.145

É importante ressaltar que esse panorama da composição orçamentária dos museus é parcial, apenas uma amostragem, pois nem todas as instituições responderam esse item no CNM.

Em relação ao apoio financeiro com recursos de origem pública, o Governo Federal apresenta-se como o principal provedor (Figura 30), com 39,1% do total, seguidos pelos Governos Estaduais com 30,8% e Municipais com 28,1%.

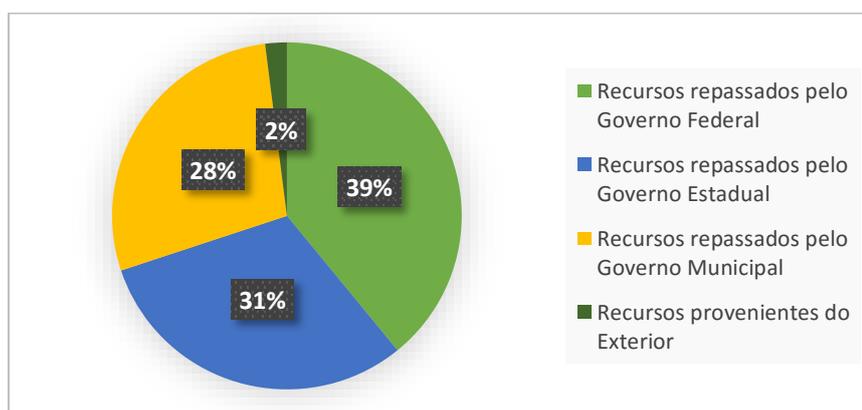


Figura 27-Gráfico Repasse de recursos públicos as instituições museais por fonte provedora  
Fonte: BRASIL. Museus e a dimensão econômica: da cadeia produtiva à gestão sustentável. IBRAM / MINC, 2014. p.55(Pesquisa online)

O CNM destaca que, no ano de 2009, os Museus tiveram um maior repasse de recursos provenientes do orçamento anual, do que das outras fontes de recursos. Segundo Nascimento Junior e Colnago (apud BRASIL, IBRAM 2010, p. 146), “[...] em relação ao período

compreendido entre 2001 e 2008, em 2009 houve uma retração nas receitas próprias e a maior participação de recursos provenientes do orçamento anual”. O autor considera, ainda, que no cenário nacional de financiamento dos museus, prevaleceram os recursos públicos.

Para o CNM, esse crescimento do repasse e maiores investimentos no setor, se devem à criação da Política Nacional de Museus (2003- 2009), que após a reformulação do *Programa Museu, Memória e Cidadania* e do critério da ação do *Mecenato*, os investimentos foram ampliados, oferecendo suporte às outras instituições museológicas, que até aquele momento limitava-se aos museus federais. Além do Programa Museu, Memória e Cidadania, os museus passaram a contar ainda com recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC), das leis de incentivo fiscal, da parceria com o Programa Monumenta e com investimentos das empresas estatais ligadas às questões culturais e com orçamentos próprios dos órgãos e de entidades ligadas diretamente ao setor.

Essa mudança no incremento de financiamento e recursos possibilitou a realização de diversos programas, tais como a reformulação de exposições, a elaboração de projetos museológicos e museográficos, aquisição de equipamentos, melhoria nas instalações prediais e incentivo à criação de novos museus.

No que se refere aos museus de natureza administrativa municipal, podemos considerar dois programas estabelecidos pelo PNM e as diretrizes do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), que influenciaram diretamente a questão do orçamento, repasse, e financiamento para os museus municipais através de editais: eixo 5-Modernização de Infraestrutura Museológicas e eixo 6- Financiamento para Museus.

Tanto a Política Nacional de Museus quanto o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) têm como objetivo e meta fomentar a área museológica criando mecanismos de apoio financeiros para os museus brasileiros. Ambas buscam estabelecer parcerias entre o poder público e o privado, visando à promoção e à valorização do patrimônio museológico, bem como a distribuição democrática dos recursos públicos.

Para atingir o objetivo e garantir o acesso e igualdade das instituições museológicas aos meios financeiros, o IBRAM adotou como uma de suas diretrizes a promoção de variados editais e prêmios. Dentre eles, destacamos os seguintes Editais: “Modernização de Museus”, Prêmio Modernização de Museu-Microprojetos e “Mais Museus”<sup>132</sup>.

### 2.3.1- Editais: “Modernização de Museus”, Prêmio Modernização de Museu-Microprojetos’ e “Mais Museus”

O primeiro edital de Modernização de Museus foi lançado em 2004, dentro do Programa Museu, Memória e Cidadania que estava entre os programas do MinC. Esse edital tinha como objetivo apoiar projetos de museus não vinculados ao MinC e democratizar o acesso aos recursos, ou seja, “[...] oferecer aporte financeiro a unidades museológicas para sua modernização, mediante apoio à aquisição de mobiliário, acervos, equipamentos, material permanente, serviços e adequação de espaços museais”. De acordo com o Relatório de gestão 2003-2004 do MinC/IPHAN/Demu(2005) o edital de “Modernização de Museus” foi o primeiro para o setor museológico na história do MinC e do IPHAN.

Em sua primeira edição (2004), foi disponibilizado R\$1 milhão de reais, distribuídos para projetos em três faixas de valor: R\$20 mil, R\$ 40mil e até R\$ 80mil. Foram apresentados ao todo 193 projetos de várias regiões do país e desses foram selecionados 35 projetos; 25 de museus públicos e 10 de museus privados. No ano seguinte, foram apresentados 264 projetos, sendo aprovados 10 para 2005, e 38 para 2006. Em 2007, na terceira edição do edital, foram apresentados 329 projetos, sendo selecionados 37. Em 2008, foram inscritos 332 projetos e 38 selecionados. Em 2009, apresentados 347, com 19 aprovados. Em 2010, não foram divulgadas as informações do quantitativo de inscritos, apenas o número de aprovados, 08 projetos. Nos anos de 2011 e 2012 foram inscritos 151 projetos, sendo 22 aprovados. E em 2013/2014 foram inscritos 159 projetos, sendo aprovados 36<sup>133</sup>.

Edital Modernização de Museus				
Ano	Projetos Inscritos	Projetos aprovados	Proponentes beneficiados de natureza administrativa municipal	Valores disponibilizados R\$
2004	193	35	11	R\$ 1.000.000,00
2005/ 2006	264	48	17	R\$ 1.994.516,20
2007	329	37	20	R\$ 1.870.323,00
2008	332	39	14	R\$2.333.155,08
2009	347	19	6	R\$2.482.927,13

<sup>133</sup> O IBRAM foi criado no ano de 2009, entretanto os “Editais de Modernização de Museus” nas edições de 2004 a 2010 (1ª a 6ª edição) e os “Editais de Mais Museus” edições de 2007 a 2011, estavam vinculados ao DEMU- IPHAN, devido à disposição orçamentária entre os setores

2010	*	08	3	R\$5.210.199,18
2011/2012	151	22	17	R\$11.234.271,37
2013/2014	159	36	13	R\$8.076.572,10
	1775*	260	101	

Tabela 6-Edital Modernização de Museus – Projetos aprovados 2004/2015

Não foi encontrada informação sobre o quantitativo de inscritos na edição de 2010 e os Valores disponibilizados de 2011/2012.

Fonte: BRASIL, Fomento e Financiamento. IBRAM/MINC, 2011-2015 (levantamento online)

Em 2015, o IBRAM definiu uma previsão de recursos no valor R\$ 3.540.000,00 reais, com o intuito de que os participantes possam apresentar projetos solicitando repasse que esteja entre R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Podem participar instituições museológicas públicas municipais, estaduais e federais, desde que não vinculadas à estrutura do Ministério da Cultura e, igualmente, instituições museológicas privadas sem fins lucrativos.

Segundo o edital de Chamamento Público de Modernização de Museus de 2015 - 7ª Edição, em seu item 5. Da Abrangência, define:

#### 5. DA ABRANGÊNCIA

5.1. Serão apoiados com recursos financeiros projetos que forem selecionados e que se destinem a ações em unidades museológicas, compreendendo:

5.1.1. ações e estudos estratégicos para modernização da Instituição;

5.1.2. manutenção das ações / programações culturais regulares;

5.1.3. ampliação do acesso, educação e formação de público;

5.1.4. serviços para preservação e conservação de acervos;

5.1.5. serviços de digitalização de acervos;

5.1.6. serviços de atividade editorial e curatorial;

5.1.7. capacitação de funcionários/servidores;

5.1.8. serviços para adaptação, reaparelhamento e modernização de museus;

5.1.9. serviços para adaptação de espaços e serviços para acessibilidade;

5.1.10. serviços para ações de difusão, divulgação e promoção institucional; e

5.1.11. aquisições de material permanente e equipamentos para manutenção das ações / programações culturais.

(BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. Edital nº05 de Modernização de

Dos 271 projetos de Modernização de Museus aprovados de 2004 a 2014, 38 (%) são de museus de natureza público-municipal, conforme gráfico da Figura 28:

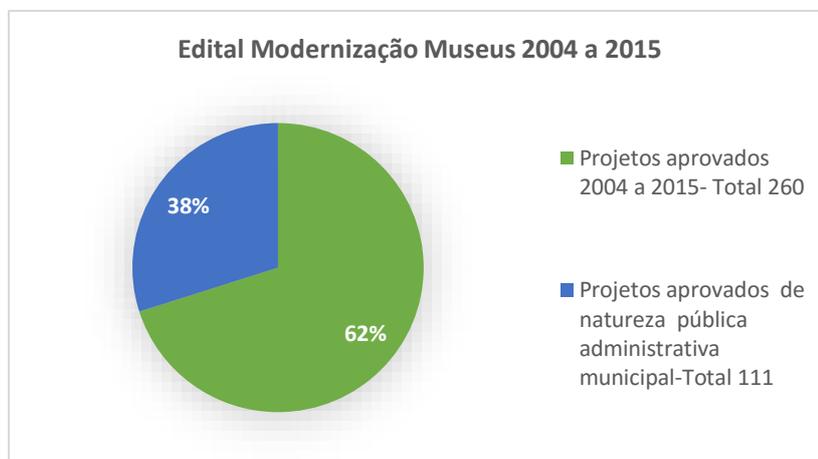


Figura 25-Gráfico Edital de Modernização de Museus 2004 a 2015  
Fonte :BRASIL, Fomento e Financiamento. IBRAM/MINC, 2004-2015(levantamento online)

Podemos concluir que apesar do Edital de Modernização de Museus contemplar, apenas 14,64% dos projetos apresentados, o que corresponde a uma pequena proporção em relação ao número de 1775 projetos inscritos (2004 a 2014, excluindo o ano de 2010), o dado que merece destaque está na quantidade de projetos de natureza administrativa municipal aprovados, ou seja, 30% dos beneficiados e aprovados pelo Edital foram de proponentes municipais.

Outra ação de fomento implementada pela PNM, através do Programa Museu, Memória e Cidadania, que contemplou os museus de natureza pública administrativa municipal, foi a criação do Prêmio Modernização de Museus - Microprojetos. Segundo o IBRAM, a partir das edições do Edital de Modernização de Museu percebeu-se a necessidade de criar uma nova modalidade de apoio que pudesse atender projetos de valores menores. Dentro dessa ideia, em 2011, foi criada a 1ª Edição do Prêmio Modernização de Museus - Microprojetos, como reconhecimento de iniciativas na área museológicas e para apoiar ações de modernização e de promoção de melhorias nos espaços e equipamentos dos museus brasileiros; visando atender, inclusive, as políticas públicas de acessibilidade. O objetivo do prêmio é fomentar o desenvolvimento de ações destinadas à preservação e difusão do patrimônio museológico.

<sup>134</sup> <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/Edital-Modernizacao-2015.pdf> Disponível em: <http://www.museus.gov.br/tag/modernizacao-de-museus/>. Acesso em 26/09/2015

Na 1ª edição do prêmio foi definido a premiação de 50 iniciativas voltadas à preservação do patrimônio museológico, implementadas por: “Instituições museológicas ou mantenedores de museus constituídos como pessoas jurídicas de direito público e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, com finalidade cultural, excetuando-se aquelas vinculadas à estrutura do MinC” (BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. Edital nº05 de Modernização de Museus- Microprojetos. DF: 2011).

Com um recurso de R\$ 1.200.000,00 reais, o prêmio foi distribuído da seguinte forma: Categoria 01: 20 prêmios de R\$ 10.000,00; Categoria 02: 10 prêmios de R\$ 20.000,00; Categoria 03: 10 prêmios de R\$ 30.000,00; Categoria 04: 10 prêmios de R\$ 50.000,00. E deveriam ser utilizados em:

1. ações e estudos estratégicos para modernização da Instituição;
2. manutenção das ações / programações culturais regulares;
3. ampliação do acesso, educação e formação de público;
4. preservação e digitalização de Acervos museológicos;
5. atividade editorial e curatorial;
6. capacitação de funcionários e gestores para atividades específicas no campo cultural;
7. reforma, reaparelhamento e modernização de museus;
8. adaptação de espaços para acessibilidade de idosos e pessoas com deficiência; e
9. ações de difusão, divulgação e promoção institucional

(BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. Edital nº05 de Modernização de Museus- Microprojetos. DF: 2011)

Na primeira edição, foram apresentados projetos de várias regiões brasileiras e de diversas naturezas administrativas. Dentre as 50 instituições premiadas, 7(sete) delas tiveram como proponentes instituições públicas administrativa municipal (prefeitura), as demais premiadas, são associações, fundações e institutos. Na segunda edição do prêmio (2012), o aporte financeiro, os critérios de premiação e as regras para participar seguiram os mesmos preceitos da 1ª Edição. Uma única alteração ocorreu na 2ª Edição do prêmio, acrescentaram à opção de aplicação do recurso em: (3.2.10) Ações para prevenção de riscos ao patrimônio museológico. Nessa edição, 10 instituições de natureza administrativa municipal foram contempladas.

Em 2014, foi lançada a terceira edição do Prêmio, porém com algumas mudanças: a redução do aporte financeiro, que de R\$1.200.000 reais, passou para R\$1.000,000,00 reais; de 50 prêmios, a seleção foi reduzida para 20 premiações no valor de R\$50.000,00 reais para todas as categorias premiadas e na aplicação de recursos foi suprimida a ação “ampliação do acesso, educação e formação de público”, e acrescentado os itens “adaptação de espaços para acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida” e “adequação física de espaços para pessoas com deficiência” conforme o anexo VIII (Plano de trabalho):

- 3.4.1. ações e estudos estratégicos para modernização de instituição museológica;
- 3.4.2. manutenção das ações / programações museológicas regulares;
- 3.4.3. preservação e digitalização de acervos museológicos;
- 3.4.4. atividade editorial e curatorial em instituição museológica;
- 3.4.5. capacitação de funcionários e gestores para atividades específicas no campo museológico;
- 3.4.6. reforma, reparlamento e modernização de museus;
- 3.4.7. adaptação de espaços para acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida;
- 3.4.8. ações de difusão, divulgação e promoção institucional;
- 3.4.9. ações para prevenção de riscos ao patrimônio museológico; e
- 3.4.10. adequação física de espaços para pessoas com deficiência.

(BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. Edital de Modernização de Museus-Microprojetos. DF: 2014, p.2)

Na 3ª edição, das 20 primeiras instituições premiadas, 6 são instituições museológicas públicas de natureza administrativa municipal:

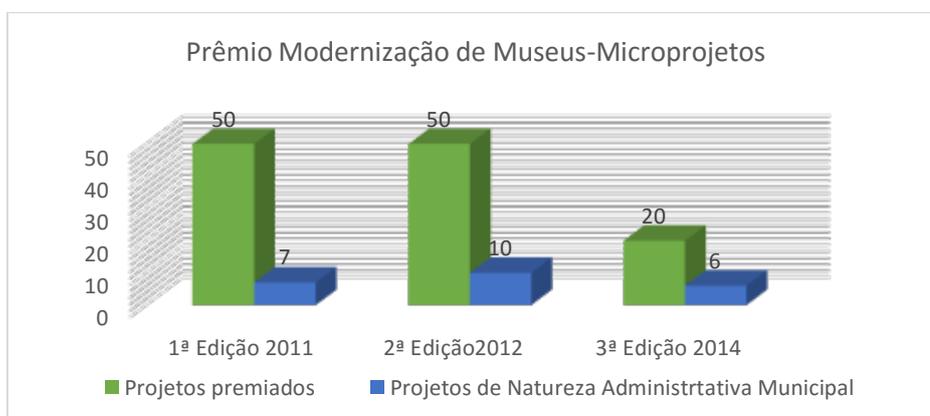


Figura 26-Gráfico - Prêmio Modernização de Museus- Microprojetos  
 Fonte: BRASIL, Fomento e Financiamento. IBRAM/MINC, 2011-2015 (levantamento online)

Das três edições do Prêmio Modernização de Museus - Microprojetos, em que foram contempladas, 120 iniciativas, apenas 23 ações tiveram como proponente, instituições de natureza administrativa municipal (prefeituras), as outras 97 instituições que receberam o prêmio são de outra natureza administrativa: associações, fundações, institutos, universidades e instituições de natureza privada, ou seja, 19% foram museus de natureza administrativa municipal e 81% de outra natureza, conforme gráfico da figura

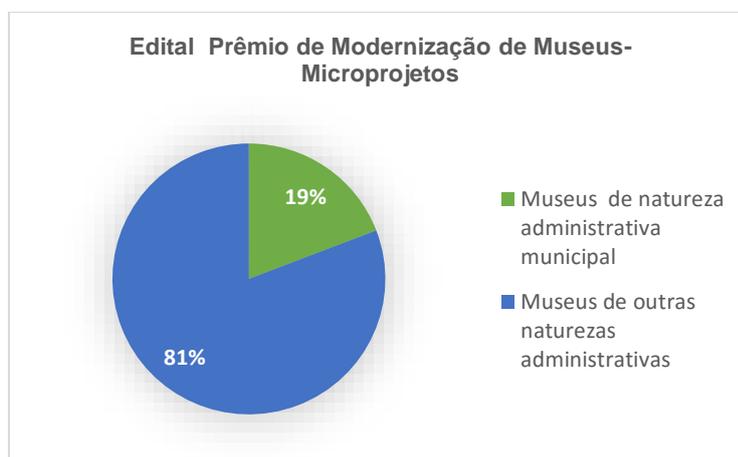


Figura 27- Gráfico Edital de Premio de Modernização de Museus Microprojetos  
Fonte: BRASIL, Fomento e Financiamento. IBRAM/MINC, 2011-2015 (levantamento online)

O objetivo era premiar ações de menor valor e uma forma de incrementar (modernizar) alguns setores dos museus e das instituições. Em todas as edições, as iniciativas e projetos aprovados foram bem variados e premiaram ações de várias regiões brasileiras como: reformas, montagem de exposição, instalação de reserva técnica, divulgação, digitalização de acervos etc. Entretanto, como ocorreu no edital de Modernização de Museus, os museus de natureza administrativa municipal ou de pequenas cidades foram poucos contemplados; se consideramos a amplitude em números desses museus e das necessidades em captação de recursos e manutenção.

O outro edital, que corresponde em nossa interpretação a principal ação da PNM em relação aos museus municipais de pequenas cidades, é a criação do Programa “Mais Museus”. A expressão “Mais Museus”, vem da necessidade de ampliar o número de instituições museológicas no país e democratizar o acesso aos museus. Além disso, o percentual e a distribuição geográfica desses museus são muito desiguais, apresentando uma maior concentração nas regiões Sudeste e Sul (67,2%).

Como é ilustrado no cartaz de divulgação da 3ª edição do Edital e em seu slogan “Edital Mais Museus - um museu para cada município” (2013), o programa “Mais Museus” foi criado em 2005, como um agente estratégico e de fomento, para o desenvolvimento museológico do país,

especialmente, em apoio especializado na criação de museus municipais e iniciativas locais. O edital tem como objetivo: “[...] selecionar projetos para implantação de museus em cidades que não possuam instituição museológica estruturada [...]” (BRASIL. Instituto Brasileiro de Museu. Edital Mais Museus. DF: 2013, p.1), beneficiando cidades com até 50 mil habitantes, ou seja, projetos de pequenos municípios.



Figura 28-Cartaz divulgação “Edital Mais Museus”2013  
Fonte: BRASIL, Edital Mais Museus, IBRAM/MINC-2013

A participação com os projetos no edital pode ser de pessoas jurídicas de direito público no âmbito municipal, estadual e federal e de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, excetuando-se aquelas vinculadas à estrutura do MinC, interessadas em obter apoio financeiro para implantação de museu.

Na última edição, em 2013, os participantes puderam apresentar projetos com valores entre R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) destinados a implantação de unidades museológicas, compreendendo:

1. serviços para adaptação de espaços físicos de imóvel;
2. elaboração e implementação de projetos para execução de obras e serviços;
3. elaboração e implementação de planos museológicos ou projetos museográficos;
4. serviços de instalação e montagem de exposições;
5. serviços para manutenção e conservação de bens imóveis; e
6. elaboração de projetos para execução de obras e contratação de serviços.

Apesar de ser criado em 2005, a primeira edição do Edital aconteceu em 2007/2008, com a apresentação de 386 projetos e 24 selecionados. Já a segunda edição, aconteceu em 2009, com 262 projetos inscritos e 13 selecionados. Em 2010, na terceira edição, foram inscritos 219 e 8 projetos selecionados. Em 2011/2012 foram apresentados 90 projetos e 17 aprovados. Na última edição, 2013, foram inscritos 141 para 16 aprovados.

Edital Mais Museus				
Ano	Projetos apresentados	Projetos aprovados	Proponentes beneficiados de natureza administrativa municipal	Valores disponibilizados R\$ *Com a contrapartida do proponente
2007/2008	386	24	20	R\$1.597.955,09
2009	262	13	10	R\$1.890.068,99
2010	219	8	6	R\$1.194.703,00
2011/2012	90	17	13	R\$2.552.077,82*
2013	140	17	13	R\$4.804.539,76*
TOTAL	1.097	79	62	R\$12.039.344,66

Tabela 7-Tabela Edital Mais Museus -2007/2010

\*Valores apresentados estão acrescidos das respectivas contrapartidas

Fonte: BRASIL, Edital Mais Museu- IBRAM/MINC 2007/2015 (levantamento online)

Das 5 edições do Edital Mais Museus, foram apresentados 1.097 projetos de novos museus, contudo, só foram aprovados 79 projetos. Dentre eles, 62 tiveram como proponentes prefeituras (Gráfico da figura 32 e 33) e que na maior parte, tiveram como objetivo a implantação de “Museus Históricos” ou Memoriais temáticos vinculados às cidades, o que reforça os dados de prevalência da tipologia de História e dos modelos conceituais de museus clássicos.

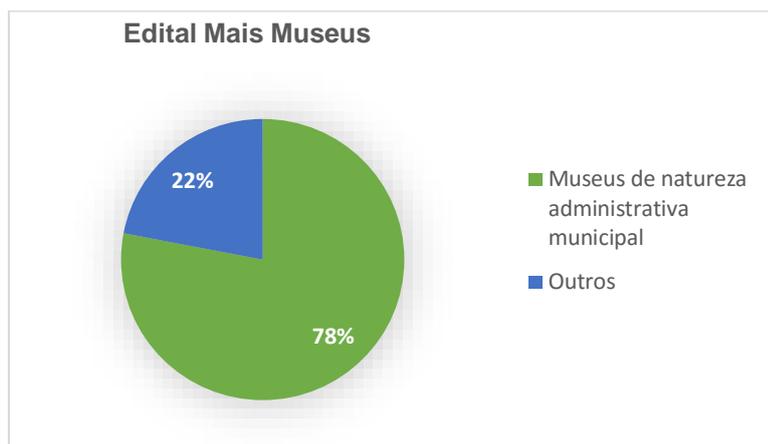


Figura 29-Figura - Gráfico Porcentagem de Museu Municipais aprovados no Edital Mais Museus.  
 Fonte: BRASIL, Edital Mais Museu IBRAM/MINC- 2007/2015 (Pesquisa online)

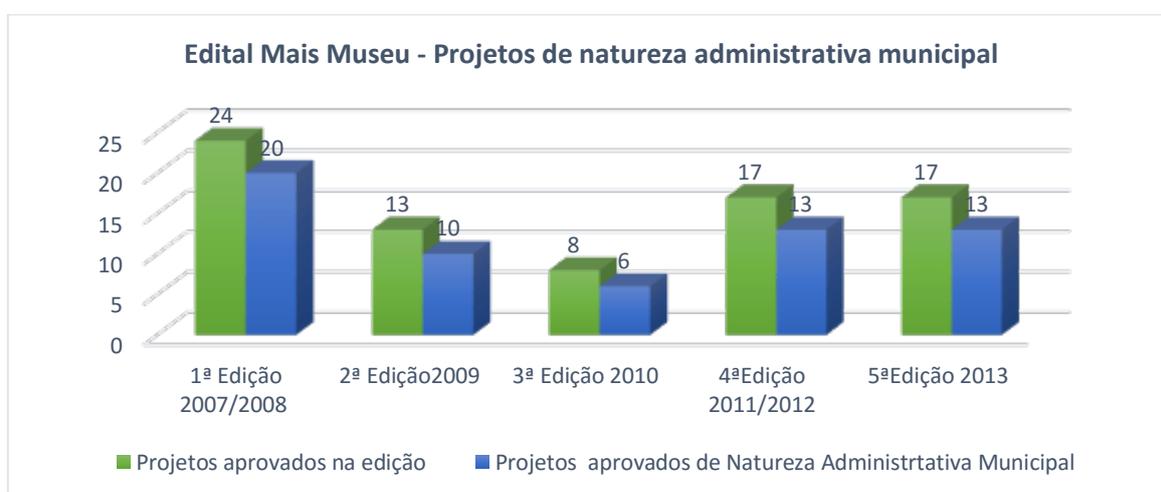


Figura 30-Gráfico – Projetos de natureza administrativa municipal aprovados pelo Edital “Mais Museus” 2007/2013  
 Fonte: BRASIL, Edital Mais Museu IBRAM/MINC- 2007/2015 (Pesquisa online)

Um dado que merece uma observação mais apurada é o grande número de inscritos no edital e ao pequeno número de projetos aprovados. Esse aspecto pode ser interpretado, por vários fatores, primeiro pelo valor disponibilizado e destinado ao edital; a implantação e a estruturação de museus exigem geralmente valores mais altos, o que impossibilita a contemplação de muitos projetos. Segundo fator, é a qualidade dos projetos apresentados, muitos inscritos foram inadmitidos por não apresentarem as exigências e informações básicas do edital, como exemplo: não apresentou plano de trabalho, não apresentou valores de contrapartida, valores apresentados para aquisição de equipamentos superiores ao estipulado, etc., bem como a qualidade nos critérios teóricos e práticos da execução, ou seja, projetos mal formulados. Em terceiro, a qualificação dos profissionais envolvidos na implantação dos museus. Principalmente nas administrações municipais, nas prefeituras, secretarias ou departamentos municipais de cultura, nos quais os profissionais envolvidos são pouquíssimos, além de

raríssimos aqueles que possuem formação do campo museológico. Como foi destacado, anteriormente, a maior parte de profissionais envolvidos nos museus são técnicos ou profissionais de outras áreas, como História. Muitos projetos apresentados, conseqüentemente se norteiam por visões e concepções bem diferentes da museologia.

A partir do exposto, podemos considerar que o Panorama Museológico Brasileiro, nos últimos anos vem se modificando bastante, ganhando cada vez mais espaço na pauta das políticas públicas em todas as hierarquias: federal, estadual e municipal. Os resultados são positivos e as ações têm demonstrado seriedade.

A implantação da Política Nacional de Museus (2003), possibilitou o surgimento de uma legislação específica para o setor, que resultou no lançamento do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) em 2004, na aprovação do Estatuto de Museus em 20 de janeiro de 2009 e na criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em 2009. Os desdobramentos da PNM possibilitaram ainda a expansão de cursos de graduação em várias regiões do país, bem como, a criação de cursos de pós-graduação em Museologia. Possibilitaram, também, a consolidação de Fóruns Nacionais de Museus e a elaboração do Plano Nacional Setorial de Museus. Além disso, promoveu o lançamento de diversos editais e prêmios específicos, que possibilitaram o acesso de museus de menor porte às fontes de recursos até então inexistentes.

As políticas vêm sendo propostas e executadas, mas sua aplicabilidade ainda está aquém das expectativas da classe, principalmente no panorama dos museus municipais. Percebemos que as políticas para os museus de natureza administrativa municipal, necessitam caminhar bastante. Necessitam de melhorias em toda ordem.

Consideramos relevante mencionar, ainda, que dentro dessa perspectiva da realidade dos museus municipais, em 2009 o IBRAM lançou o documento “Subsídios para criação de Museus Municipais”, que teve como objetivo fornecer um conjunto bastante simplificado de conceitos, reflexões e sugestões para serem utilizados como ferramenta básica em projetos de criação de novos museus municipais. Segundo Nascimento Junior e Chagas (2009, p. 11):

O principal objetivo deste documento é fornecer pistas, sinalizar para certos caminhos que precisarão ser trilhados pelas equipes locais. Não se trata de um receituário e não faz parte dos seus objetivos criar regras ou camisas-de-força para os museus; o documento aqui apresentado quer apenas sugerir, subsidiar e inspirar a criação de novos processos museais.

Conforme foi demonstrado nos gráficos dados e nas informações expostas, apesar de os museus municipais serem a categoria com maioria no país, mesmo assim continuam enfrentado insuficiências de todo tipo, desde a segurança básica, problemas de gestão, escassez de profissionais com formação apropriada, falta de avaliação de suas práticas,

problemas em infraestrutura, desinteresse dos gestores municipais, dificuldade no acesso e na captação de recursos, distanciamento da museologia e dos diálogos com a sociedade em que estão inseridos entre outros fatores.

Consideramos que os museus de natureza pública municipal representam o espaço de cultura, memória e identidade mais próxima da realidade da comunidade e tem o papel de construção da cidadania e de preservação e disseminação da memória local. Essa categoria de museu deve ser um espaço de diálogo com a vida cotidiana da comunidade, estimulando a reflexão crítica e propondo ações que ajudem na transformação e na construção de seus próprios sonhos.

**CAPÍTULO 3**

**MUSEU MUNICIPAL DE CARANGOLA: UM  
MUSEU DO INTERIOR MINEIRO**

### 3. MUSEU MUNICIPAL DE CARANGOLA: UM MUSEU DO INTERIOR MINEIRO

“Se queres ser universal, começa por pintar a tua aldeia.”

Leon Tolstoi

#### 3.1 O Município de Carangola

O Município de Carangola<sup>135</sup> está situado na encosta do Planalto Atlântico à Leste do Estado de Minas Gerais pertencendo à mesorregião da Zona da Mata e a microrregião de Muriaé e, atualmente, compreende uma área de 353, 44 km<sup>2</sup>, localiza-se numa região de elo entre os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. O município fica a 350,50Km distância da cidade de Belo Horizonte, capital do Estado, 382,9 Km do Rio de Janeiro e 334,4Km de Vitória, ou seja, localiza-se numa região estratégica entre os três Estados.



Figura 31-Mapa do Estado de Minas Gerais- Zona da Mata- Município Carangola  
Fonte:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Carangola#/media/File:MinasGerais\\_Municip\\_Carangola.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Carangola#/media/File:MinasGerais_Municip_Carangola.svg)

---

<sup>135</sup>O termo “Carangola” nos princípios da ocupação da região designava o nome do rio que banhava aquela localidade. Com aproximadamente 130 Km de extensão, o rio nasce na Serra do Onça no município de Orizânia e percorre os municípios mineiros de Divino, Carangola, Faria Lemos, Tombos e no Estado do Rio de Janeiro, banha os municípios de Porciúncula, Natividade e Itaperuna, onde encontra como Rio Muriaé, afluente do Paraíba do Sul. Com o desbravamento e as primeiras ocupações da região no século XIX, quase todos os agrupamentos que se formaram nas margens do rio, passaram a levar seu nome: Alto Carangola, Divino do Carangola, Nossa Senhora da Conceição dos Tombos do Carangola, Santo Antônio do Carangola e Santa Luzia do Carangola que afinal dele se apossou ao emancipar-se como município em 1882, mantendo hoje a denominação de CARANGOLA e Santa Luzia apenas como padroeira. Quanto a origem do vocábulo, existem versões diversas: portuguesa, indígena e africana. A mais popular é devido ao fato de haver em abundância “cará” (nome comum a várias plantas dioscoráceas; inhame), no meio do capim de angola, às margens do rio. Na época das cheias formavam-se grandes ilhas cobertas de carás em determinadas partes do rio. O cará pelo fato de estar misturado no capim de angola, foi chamado de “CARÁ – ANGOLA”. Depois fundiram-se pelo uso das duas palavras. (CARELLI, 1978, MERCADANTE, 1990)

Carangola é um município de pequeno porte, com pouco menos de 35 mil habitantes<sup>136</sup>. Tem como base econômica a agricultura, a pecuária e a prestação de serviços, com atividades ligadas à cafeicultura, à indústria de laticínios, ao comércio e é polo de referência regional na educação e na saúde.

A Zona da Mata mineira onde se localiza o município foi a área de ocupação mais tardia do Estado de Minas Gerais, sendo efetivamente ocupada apenas no decorrer do século XIX, após o declínio da atividade mineradora, estando, portanto na contramão das principais regiões da então província, que passam neste período por um processo de reestruturação socioeconômica.

Diferentemente desse quadro, a Zona da Mata passa por um processo de estruturação de sua economia de cunho agroexportador, o que lhe permitiu situar-se como a região mais dinâmica da província.

[...] Esta zona é por vários motivos a que, no processo geral do desenvolvimento social e econômico de Minas Gerais, se processou em último lugar. Ela surge com o século XIX, do qual reflete todas as suas características. O liberalismo, a iniciativa privada, a crença no progresso, o progresso material trazido pela máquina a vapor e pela eletricidade, o ecletismo do estilo arquitetônico e outras manifestações de uma mentalidade com tendência a romper com o estabelecido até o fim da centúria anterior. (...) A Zona da Mata é uma ruptura com o passado histórico de Minas Gerais (...). (PEDROSA 1962, p.1)

Assim, apesar de representar com seus 35.000 km<sup>2</sup> apenas 5% do território mineiro, a zona da Mata foi até o início do século XX a região mais rica do Estado de Minas Gerais, exatamente por apresentar as melhores condições físicas para o cultivo do café, produto que na época era a principal riqueza do país. Podemos dizer que, até a década de 1920, esta região foi a principal produtora de café do Estado, variando proporcionalmente de 90% na década de 1880 até 70% na década de 1920, e isto levando em conta que o café, entre 1870 e 1930, ocupou sozinho cerca de 60% do total das exportações do Estado e foi responsável pela maioria dos impostos provenientes da exportação, com 60% na década de 1870 e 78,2% na década de 1920(PEDROSA, 1962).

Foi dentro desse contexto de desenvolvimento regional da Zona da Mata Mineira com a produção do café, que o município de Carangola despontou como grande centro produtor cafeeiro, comercial e sócio cultural.

---

<sup>136</sup> Segundo dados do IBGE, o Município possui uma população estimada de 33.463 habitantes no ano de 2015. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=311330&search=minas-gerais|carangola|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>> Acesso 05/10/2015.

### 3.1.1 A ocupação e fundação do Município

Durante o século XVII, em que o Brasil estava dividido em Capitânicas Hereditárias, a área geográfica de Carangola incluía-se na Capitania do Espírito Santo pertencente a Vasco Fernandes Coutinho. Permaneceu assim de 1694 até 1701 quando passou a pertencer a Província de São Paulo, em 21 de fevereiro de 1720, como parte da Província de Minas Gerais. Em 1711, com a criação da Província mineira e a criação das três primeiras vilas para constituir os centros de três grandes Jurisdições Territoriais, a área de Carangola passou a pertencer a Vila do Ribeirão do Carmo, atual Mariana.<sup>137</sup>

Com a descoberta do ouro nos sertões do centro de Minas Gerais, nos finais do século XVIII, a Zona da Mata Mineira, conhecida como sertões do Leste, passou a ser considerada "Área Proibida". Tal medida proibia a ocupação da região e tinha como objetivo controlar o contrabando e o descaminho do ouro. A administração Metropolitana tinha postos de vigilância por todo o caminho que ia das zonas mineradoras ao Rio de Janeiro, além de aproveitar a barreira natural, a floresta densa e fechada, os animais selvagens e a população indígena, os puris (MERCADANTE, 1990).

O desbravamento da região do Vale do Carangola vai coincidir com as diversas regiões que compõem a Zona da Mata Mineira. Essas originaram grande parte da transição ocorrida no início do século XIX, quando exauridas as reservas auríferas, grande parte da população invade os sertões, rios e ribeirões das Áreas Proibidas à procura de novos vestígios do metal precioso. A decadência das minas mudava o intento de preservar as Áreas Proibidas em face dos cuidados fiscais quanto ao crime do descaminho. A esperança de que nelas existisse a riqueza tão cobiçada insere na liberação da área.

Bem diferente do que aconteceu no centro mineiro, onde a região desenvolveu-se graças à extração mineral, a maior parte da Zona da Mata mineira surgiu e foi ocupada inicialmente pela extração vegetal.

Os primeiros faiscadores e sertanistas, não encontrando veios de ouro disponíveis, começaram a se familiarizar com os nativos da região, os índios puris, caetés e botocudos.

---

137GAZETA DE CARANGOLA- Edição Comemorativa de Centenário do Município, 1982 pág. .9 notas As primeiras vilas criadas foram : Vila de Nossa Senhora do Carmo ( Mariana ) – 1711; Vila Rica de Albuquerque, logo mudada para Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar (Ouro Preto) –1711; Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará 1711; São João D' Rei –1713; Vila Nova da Rainha (Caeté) –1714; Vila do Príncipe ( Serro) –1714; Nossa Senhora da Piedade do Pitangui –1715 e São José D'Rei ( Tiradentes 1718 SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro; a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro , Graal, 1986 . p. 104

Esses índios conheciam muito bem a farmácia vegetal e o poder curativo de diversas plantas. Nessa ocasião, estes sertanistas começaram a comercializar uma planta medicinal abundante na região e que era amplamente utilizada na época contra a malária – a poaia conhecida também por ipecacuanha. Vindos de Campos de Goitacazes, estado do Rio de Janeiro, esses herbanários embreavam na mata, subindo o rio Muriaé e seus afluentes e, em seus batelões de fundo chato, subiam-nos carregados de barris de aguardente, fumo em corda, facas de mato, anzóis, miçangas variadas e outros produtos, que eram trocados com os índios puris e botocudos. Na volta, os barcos desciam carregados com raízes medicinais (poaia, aves vivas, peles secas de animais diversos, entre outros itens, que eram vendidos nos portos fluviais de Cardoso e Guedes, às margens do Paraíba no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro (ANDRADE,1991).

Após as fracassadas tentativas de faiscagem e com o crescimento do extrativismo, esses sertanistas buscaram outras formas de atividades para manutenção de sua sobrevivência. Iniciaram os roçados. E o território, até então inóspito, foi sendo ocupado por inúmeras fazendas, que surgiram às margens dos rios, principalmente, durante o século XIX. As primeiras ocupações do vale do Carangola teriam ocorrido, entre 1805 a 1810, por elementos da família Lannes ou Lanas. Apesar de existirem várias versões sobre os primeiros contatos entre o homem branco e o Carangola, todas envolvem os irmãos Lannes Dantas Brandão - José, Joaquim, Francisco e Antonio (MERCADANTE, 1990, p. 28-28).

Na década de 1840, novos povoadores chegam à região formando fazendas e cultivando roças que se destinavam à cultura de subsistência (milho, feijão, mandioca) e extração de madeira (BOECHAT, 2006). Com as instalações das fazendas e o crescimento da população procedente de várias partes de Minas, Rio e Espírito Santo, surgem pequenos aglomerados urbanos margeando o rio Carangola. A produção aumentava dia a dia, sendo necessária a abertura de estradas que dessem vazão aos produtos. As tropas, em pequenos bandos, desciam os rios Carangola e Muriaé, levando a Campos dos Goitacazes (RJ) o que se produzia de excedente e de lá, traziam o que não se podia obter no local.

Apesar da distância, de péssimos caminhos e raríssimas pontes, a população aumentava. Em meados do século XIX, iniciou-se o plantio de café e a nova cultura espalhou-se por toda região. Novas posses e novos empreendimentos se sucediam; expandem-se as propriedades, multiplicaram-se os trabalhadores e aos poucos, a mão de obra indígena foi sendo substituída pelo braço do negro africano.

A implantação da cultura cafeeira, em fins da década de 1840, na região de São Sebastião do Rio Preto – atual município de Caiana (MG), (GAZETA DO CARANGOLA, 1982), foi parte fundamental do processo de desenvolvimento das comunidades que surgiram na

região. O ciclo de elevação do preço do café, iniciado a partir de 1868, favorecia toda Mata Mineira, sendo a região ainda mais beneficiada dois anos mais tarde, todavia, devido a uma geadada, os cafezais paulistas seriam dizimados e os preços internacionais do café dobrariam (MERCADANTE, 1990). Santa Luzia do Carangola aproveitaria a maré favorável e a disponibilidade de terras com matas virgens para aumentar a produção cafeeira. Conseqüentemente, a comunidade ensaia um crescimento urbano e começa a se destacar como localidade de referência regional. Aproveitando a ocasião de “desenvolvimento e transformação” da comunidade, a elite local ensejaria o desejo de emancipação política.

Em 07 de outubro de 1860, o povoado foi elevado a Distrito de Paz e incorporado ao recém-criado Município de São Paulo do Muriaé. Em 1862, foi elevado a Curato, filial da freguesia de Tombos do Carangola, pelo Bispo de Mariana, Dom Antônio Ferreira Viçoso. Em 02 de janeiro de 1866, o Distrito de Santa Luzia do Carangola foi elevado a Paróquia, condição conservada até 1878. Somente em 25 de outubro de 1881 a Vila de Santa Luzia do Carangola foi elevada à categoria de cidade e designada para ser a sede do Município. Em 07 de janeiro de 1882, foi instalado o primeiro governo Municipal. José Ribeiro de Almeida Tostes, Vereador na Câmara Municipal de São Paulo do Muriaé, em nome do Governo Provincial, deu posse aos 07 (sete) vereadores eleitos (CARELLI, 2002).

O recém-criado Município possuía uma área com mais de 2000 Km<sup>2</sup> que hoje abrangem os municípios de Alto Caparaó, Caiana, Caparaó, Carangola, Divino, Espera Feliz, Faria Lemos, Fervedouro, Orizânia, Pedra Dourada, São Francisco do Glória e Tombos.

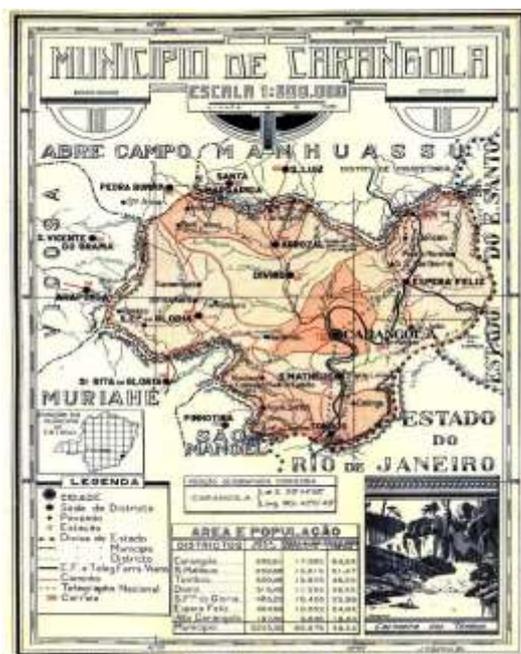


Figura 32-Mapa do Município de Carangola (1923)  
Fonte: MERCADANTE , 1990, p.102

Após 5 anos de emancipação, em 10 de julho de 1887, um acontecimento merece destaque, a chegada do primeiro “trem de ferro” da Estrada de Ferro Alto –Muriaé. Por ser ponto final de uma ferrovia, praticamente o leste de Minas Gerais se convergiu para cidade. Tropas de muares provenientes de várias regiões do estado faziam de Carangola o seu ponto de contato com os outros centros urbanos e a Corte (Rio de Janeiro).

Sobre a chegada do “trem”, Mercadante descreve:

Merece registro o fato ter chegado a Santa Luzia do Carangola o trem de ferro com seus vagões de mercadorias e passageiros. O contato estreito com a capital do País, de onde partiram os jornais diários, bem como viajantes, cujo o papel foi crucial na mudança de costumes (MERCADANTE, 1990, p. 70-71)

O desenvolvimento comercial proporcionado pela produção cafeeira e o contato com a Capital do Império, através da estrada de ferro que além de garantir o escoamento da produção cafeeira, trazia estímulo ao consumo de mercadorias da capital, proporcionou grandes transformações, novos hábitos, maior participação na política e de políticos locais no Estado, crescimento do núcleo urbano, com praças, armazéns comerciais, hotéis, teatros, fábricas, etc.

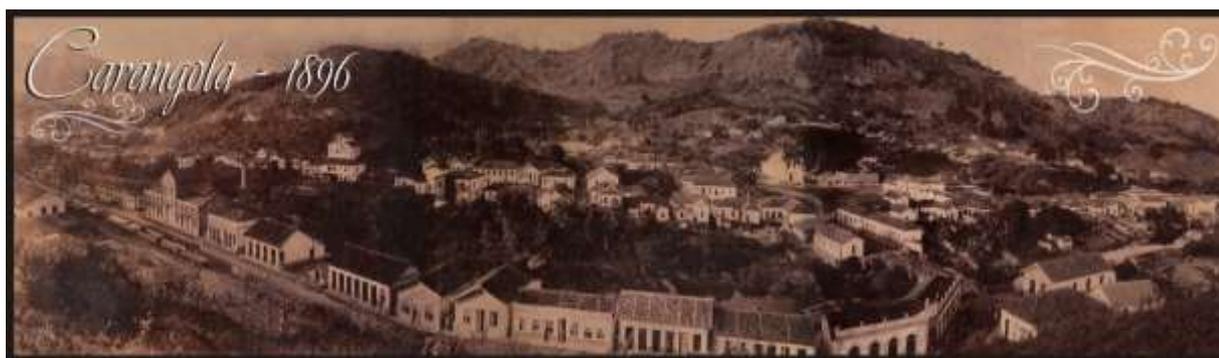


Figura 33-Carangola 1896 - vista panorâmica  
Fonte: Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola (AHC/MMC)

Cabe destacar, nesse contexto, as transformações provocadas pela abolição da escravidão, a crise econômica do final do século XIX e a mudança de regime de Monarquia para República, geraram mais problemas (crise de mão de obra, coronelismos, queda dos preços do café) do que soluções ao desenvolvimento local.

Mesmo com o período conturbado do final do século XIX, a cidade que antes era apenas um lugarejo, com poucas casas, alguns arruados e dois Largos (praças), prosperou e tornou-se um polo regional de comércio e um dos municípios com maior produção cafeeira do Estado (MERCADANTE, 1990, p.100).

No primeiro decênio do século XX, o município apresentaria feições sociais e progressistas. Em verdade procurava-se a imitação do Rio de Janeiro, em cujos jornais e

revistas a gente local inspirava-se. É nessa conjuntura de desenvolvimento urbano e social da comunidade local, que podemos pontuar algumas iniciativas culturais no município, como a criação de bibliotecas, teatros e um Parque/Jardim botânico, possivelmente influenciada pelos ares do Rio, a Capital Federal, que cabe lembrar, que também estava sob a influência da ideia de modernização e do progresso que ocorriam no mundo.

Seguindo os mesmos caminhos de ideais de 'progresso' e de modernização urbana ocorridos no Rio de Janeiro, Capital Federal; Belo Horizonte, Capital Estadual e Juiz de Fora, centro comercial regional; o município de Carangola iniciou sua estruturação urbana, com a construção de prédios públicos, ampliação das ruas, jardinagem das praças, instalação de eletricidade, construção de pontes e a criação de um Parque Municipal.

As três primeiras décadas do século XX foram de fato o período de "apogeu" do município, fase de desenvolvimento econômico e social. A significativa participação da cultura cafeeira na balança comercial do país, sendo o município de Carangola um importante produtor regional, proporcionou um desenvolvimento local expressivo: crescimento e reestruturação urbana, com escolas, parques, teatros, salões de festa, além da instalação de diversas fábricas, casas varejistas, armazéns etc. O Município de Carangola apresentava-se como um grande produtor cafeeiro e principal ponto de comércio regional.

Entretanto, essa prosperidade não durou pra sempre. E logo na década de 1930 o município foi obrigado a abandonar o desenvolvimento para dar lugar à estagnação. Tais mudanças podem ser explicadas por alguns fatores externos e internos. Um desses fatores foi a crise mundial de 1929 que dentre várias consequências, fez baixar o preço da saca de café de 200mil reis para 3 mil reis, de um dia para o outro. Sendo o café seu produto básico de subsistência, o comércio carangolense entra em colapso, com uma onda de falências. A produção cafeeira, principal base econômica do município, entrou em crise.

Outro fator que influenciou no processo de crescimento e desenvolvimento local, foram as disputas políticas municipais, que refletiam nas disputas estaduais. Com a Revolução de 1930, algumas lideranças locais, ficaram praticamente excluídas e contrárias ao novo regime político, o que prejudicou e inviabilizou o crescimento e retomada local. Não podemos esquecer que em virtude das riquezas minerais do Estado de Minas estarem em outras regiões, a Zona da Mata, passou a figurar em segundo plano, o que refletiu no município. Além disso, a construção da rodovia BR 116 (Rio – Bahia), a 30 km da sede do município, somente contribuiu para o crescimento das cidades por onde passava. Junto a isso, as sucessivas emancipações dos Distritos retiraram da economia Carangolense os sustentáculos de renda. O comércio, que antes era regional, ficou reduzido à condição de local. As grandes firmas se viram obrigadas a

reduzir ou encerrar suas atividades. Acrescida a isso, também as terras cansadas e de custo elevado na sua recuperação, provocaram o êxodo de muitos proprietários locais.

Como Paulo Mercadante descreve “[...] A comunidade teve a sua estagnação decretada, mas de pé ficou a estrutura cultural com fisionomia arquitetônica e urbanística, que retrata o apogeu do café” (1990, p.137). Assim como, entre os moradores ficou a lembrança e a memória de um tempo marcante de desenvolvimento social e econômico, que definiu uma identidade local da comunidade carangolense. O município só viria a se recuperar a partir anos 1950, após a abertura política e o aparecimento de uma nova configuração regional. Porém, uma recuperação bem distante dos primeiros decênios do século XX.

É importante frisar que a breve descrição histórica da ocupação do território carangolense, descrita nesse subcapítulo, se fez necessária para compreendermos como ocorreu a formação e as relações do processo identitários dos moradores com o município.

### **3.2 O Museu de Carangola**

Para iniciar o estudo de caso do Museu Municipal de Carangola, dividimos a trajetória histórica do museu em três fases, pois, em nosso entender a instituição foi concebida e percebida de forma diferente ao longo de sua história. O tempo, os grupos sociais e atores envolvidos, bem como as diferentes concepções teóricas influenciaram em sua evolução.

Como afirma Chagas (2009, p.61), o museu é produzido como um texto, por narradores específicos que lhe conferem significados histórico-sociais diferentes, com conteúdos interpretativos. Assim, “As instituições museais tem a vida que lhes é dada pelos que nela, por ela, e dela vivem” .

Foi nesse sentido que dividimos esse texto em três fases, três momentos ímpares na história do Museu Municipal de Carangola. Destacamos que o mesmo Museu, nos três momentos analisados, recebeu denominações diferentes: 1ª fase - Museu Histórico-Geográfico-Científico Carangolense; 2ª fase – Museu Histórico Municipal e 3ª fase – Museu Municipal de Carangola. Esse seria, talvez, um primeiro exemplo da diversidade e concepções interpretativas de seus narradores.

### 3.2.1 A década 1950: a criação do Museu Histórico-Geográfico-Científico Carangolense

A iniciativa de criação de um museu na cidade de Carangola começou a ser cogitada no início da década de 1950. Na ocasião, o Jornalista Jayro Motta Hosken escrevia em um jornal local- “Jornal Folha da Mata”, sobre a importância da criação de uma biblioteca e um museu na cidade. Em 1952, durante a VIII Exposição Agro-Pecuária, Industrial de Carangola, foi organizada por José de Almeida Lima, então 1º Sargento Instrutor do Tiro de Guerra 68, uma mostra de alguns objetos considerados históricos em um dos pavilhões da exposição. O acervo apresentado na mostra pertencia às residências de algumas famílias da cidade e de fazendas da região. Alguns objetos apresentados foram: porcelana da extinta CIA Industrial Carangolense, troncos de escravos, caixas de música dos primeiros habitantes, cartas de patente de oficial da Guarda Nacional de fazendeiros e similares. Segundo Carelli (CARELLI,1976), apesar do pequeno número de objetos, a mostra foi muito bem aceita pela comunidade, gerando uma imensa curiosidade entre os visitantes.

Depois de nove anos da primeira tentativa de instalação do museu na cidade, foi iniciada uma grande campanha para efetivar o projeto. Em 1959, com a posse do novo prefeito Dr. Jose Carlos de Souza (PTB, gestão 31/01/1959 a 31/01/1963), cujo programa de governo tinha como objetivo a modernização e a estruturação do município e especialmente “Valorizar as iniciativas culturais a fim de recuperar o antigo prestígio dos idos de 1925” (FOLHA DA MATA,1958, pp. 1). Nesse mesmo pleito eleitoral, o jornalista Jayro Motta Hosken<sup>138</sup>, um dos primeiros a defender a ideia de criação de um museu e uma biblioteca no município, foi eleito Vereador e assumiu o cargo de Chefe de Gabinete da Prefeitura de Carangola. À frente do Jornal Folha da Mata, como Redator Chefe e colunista; representante do Poder Legislativo, como Vereador e do Poder Executivo, iniciou uma campanha maciça em prol da Cultura local.

---

138 Jayro Motta Hosken nasceu em Carangola, Minas Gerais, em 03 de março de 1930. Filho de Hercílio Hosken e Amélia Motta. Jornalista por profissão, filiado ao PTB – foi Vereador no período de 1958 a 1961, Secretário do PTB/Vice Presidente do PSP- Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, Líder do Governo, Fundador e Diretor do Museu Histórico Municipal de Carangola, fundador e Diretor do Teatro Amador de Carangola e Teatro Amador Estudantil, Redator Chefe do Jornal Folha da Mata, Redator e Revisor de diversos outros jornais locais (“Reforma”, “Correio Carangolense”, “Sentinela Mineira e outros”). Foi membro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), do Centro Brasileiro de Arqueologia e da Associação de Escritores e Artistas Americanos (Havana-Cuba), Consultor Honoris Causa in Scienze Archeologiche do Instituto di Studi e Ricerche di Paleontologia ed Archeologia de Palermo (Itália), Membre d Honneur da Associação “Les Violetti Picards et Normands” de Paris, França; Membro do Centro Cultural, Literário e Artístico (Filgueiras, Portugal); Alto Patrono do Museu de História com medalha “Marechal Rondon” (Rio); Sócio Benemérito da Associação Social Santa Filomena(Rio);. Atuou ainda como Em 1964, Técnico de Educação do Curso Superior de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, Técnico em Assunto Educacionais do MEC, Coordenador do Programa do Livro-texto do Ensino Superior, Secretário do Patriarca da Igreja Católica Apostólica Independente no Brasil e Monsenhor da Igreja, etc. Faleceu em 13/09/2004.



Figura 34-Jayro Motta Hosken -1959

Fonte: Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola (AHC/MMC)

Um dos projetos marcantes da gestão, consistia na criação de um centro cultural esportivo, no atual bairro Santa Emília, próximo de dois colégios (Carangolense e Escola Normal), da sede do Tiro de Guerra 68 e junto ao “Estádio 7 de janeiro” (hoje Estádio Municipal “Roseni Soares”), seria instalado a Praça de Esportes, um Teatro, o Museu, e a Casa do Estudante<sup>139</sup>.

Sobre a instalação e a composição do Museu, Jayro Motta Hosken utilizou os jornais para a conscientização da população sobre a importância da instituição como órgão educacional da cidade, ao mesmo tempo fazendo um apelo ao solicitar doações aos moradores. Segundo o autor “é necessário que o povo compreenda a finalidade de um Museu e coopere com esta iniciativa, destinada a colocar nossa terra na vanguarda com sinônimo de cultura, bom gosto e civilização de um povo” (FOLHA DA MATA, 20/02/1959a)

Em um dos artigos chamado “Museu Municipal. Uma campanha Meritória”, o autor escrevia:

De fato, a ideia do Museu Municipal, merece de todos os carangolenses que de fato queriam dotar suas terras de um grande melhoramento, seu sacrifício individual, aguardando a seus organizadores a aumentar o acervo já existente. Com novas doações. Qualquer um de nós tem sempre algum objeto curioso ou antigo, espécie de relíquia de família, que sempre está destinado a ficar no “fundo da mala” e com um pouco de desprendimento, pode ser legado ao patrimônio público, pois o Museu é da cidade do povo, de todos nós!

Objetos de metal, madeira, porcelana, uma cadeira original, um chalé antigo, o

---

<sup>139</sup> Junto da instalação desse complexo esportivo e cultural, o governo municipal planejava a urbanização do bairro com o calçamento das ruas (pavimentação), a jardinagem e iluminação, um pedido antigo dos moradores e desportistas. (FOLHA DA MATA, 12/11/1959e)

relógio que foi do bisavô, podem ser doados ao Museu. Ali, com o nome do doador, será exposta a relíquia ao a (sic) curiosidade, sendo patrimônio de todos. (FOLHA DA MATA, 20/02/1959a. Grifo nosso).

Ainda em outro artigo defendia:

[...] já me dispus correr as casas de meus amigos, nesta campanha nova e para mim muito agradável, de enriquecer o patrimônio cultural de minha terra. E aqui estou escrevendo para meus leitores, este bilhete, para que eles também nos ajudem a desenvolver o Museu com suas doações. O Museu não pertence à ninguém. É da Prefeitura, portanto, pertence a cidade. É nosso, pois. E chegou o momento de revolver os sótãos, os alguns, os guardados de família, a mala do bisavô cada um de nós por sua vez concorrendo com um objeto para o Museu da Cidade. [...]E o Museu precisa de você, e nós sabemos que você vai dar uma reviravolta nos baús (Folha da Mata 28/05/1959b)

E sobre o tipo de acervo, continua:

[...] Moeda antiga, um leque da bisavó, um lampeão (sic) do tempo do onça, um jornal, de mais de 30 ano, garrucha de encher pela boca, pássaro empalhado, coleção de borboleta, algema de escravo, porcelana da Industrial, retrato do fundador da cidade, coleção de selo, telefone de manivela, será que você não tem isso nos seus trastes que possa doar ao Museu? E móvel, antigo, jarro com bacia de lavatório, uma vitrine interessante, moedas estrangeiras, joia, espelho bisotê, tudo isso dá ideia de interesse, de Museu.”(Folha da Mata 28/05/1959b)

É importante observar que a campanha de doação, não se limitava a um acervo ou determinadas coleções e tipologias, bem como não se fechava em apenas objetos de pessoas ilustres ou com significados de preciosidade e relíquias, ligadas a história da cidade. Aceitava-se de tudo e de todos, da prefeitura, de escolas, de instituições, de empresas, de particulares e outros. A princípio, a aquisição não partia de nenhum critério definido, podendo um objeto curioso, interessante, histórico, original, cópia etc. Um exemplo desse ecletismo de acervo e de doações pode ser exemplificado em uma das notas de agradecimento de doação publicadas na edição do Jornal Folha da Mata de 8 de setembro de 1959, com o título de “Particular doa objetos”:

Também o sr. Lanny Calito, jovem acadêmico e residente durante anos na Bolívia, fez entrega ao vereador Jayro Motta Hosken, de dois interessantes bonecos típicos da Bolívia como sua espontânea contribuição para o Museu Municipal. Da parte do vereador Jayro Motta Hosken foram ofertadas ao acervo do Museu diversas peças antigas em marfim, madeira e bronze. Continuam as doações, aguardando a boa vontade daqueles que podem fazer do Museu um centro de recreação, estudo e cultura. (Folha da Mata, 8/8/1959d)

Entretanto, diante das promessas de doações, Jayro Hosken, organizador e diretor provisório, define as seções em um artigo intitulado “Museu necessita de seu Concurso”:

Qualquer doação poderá ser feita ao Museu que comportará as seguintes seções: numismática, filatelia, taxidermia, história natural, história, geografia, arqueologia, mineralogia, pintura, desenho, bibliografia, arte doméstica, folclore, entre as principais. Citam –se entre outras as seções de mobiliário, arte sacra, cerâmica e arte aplicada. (FOLHA DA MATA, 11/6/1959c)

A institucionalização do Museu, na estrutura da prefeitura de Carangola ocorreu dentro de um contexto de reestruturação do órgão Executivo. Em 1959, pela Lei Municipal Nº 198 - Dispõe sobre a estrutura administrativa do Município, foi criado dentro do Órgão de Linha (setor): II Serviço de Educação e Cultura, no Artigo 10, as seguintes seções:

- a) Secção de Administração;
- b) Secção de Biblioteca;
- c) Secção de Inspeção Escolar;
- d) Secção de Museu Municipal;
- e) Secção de Arquivo Histórico e Geográfico;
- f) Secção do Cinema Educativo.

A criação do Museu Municipal, se deu pela Lei Municipal nº 205 de 14 de maio de 1959, de autoria do então Vereador e Diretor do Museu, Jayro Motta Hosken e sancionada pelo Prefeito Municipal de Carangola José Carlos de Souza (Cf. cópia da Lei no anexo 2). O Museu foi criado anexo ao Arquivo Histórico Geográfico Municipal, como seção independente, com denominação de “Museu Histórico-Geográfico-Científico Carangolense.

A lei de criação do Museu e Arquivo determinava:

Art. 1º- Fica criado, anexo ao Arquivo da Prefeitura, o Arquivo Histórico-Geográfico Municipal.

Art. 2º- Ao Arquivo Histórico-Geográfico Municipal serão recolhidos e catalogados todos os documentos fotografias, mapas, plantas, materiais e hinos de conteúdo histórico-regional, na obtenção das quais o Executivo empregará todos os meios ao seu alcance.

Art. 3º- Ao Arquivo Histórico competirá ainda manter intercâmbio de dados, informações, documentos/ com o Instituto Geográfico e Histórico de Minas Gerais, Biblioteca Nacional, Arquivo Público Mineiro, Instituto Mineiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Museu Histórico Nacional, Museu Nacional de Teatros e outras entidades congêneres.

Art.4º- Ficará adstrito ao Arquivo, como seção independente, o Museu Histórico-Geográfico-Científico Carangolense, com Diretoria própria, eleita por 4 anos, podendo ser reconduzida.

§Único – Para a manutenção do Museu, poderá a Diretoria em suas disposições estatutárias, incluir a categoria de sócios contribuintes, podendo receber doações e legados de objetos considerados de valor estimado ou histórico.

Art. 5º- O Arquivo será dirigido e orientado por uma Diretoria composta de 5 membros de livre nomeação do Poder Executivo, recaindo sempre em pessoas de reputação ilibada e que tenha com trabalhos ligados a nossa história, ou nestes interessados e, de preferência, estranhas ao quadro da administração Municipal.

§1º- A Diretoria do Arquivo Histórico será composta de 1 Diretor e 4 Conselheiros, com funções gratuitas e consideradas Serviço Público Relevante.

§2º - Os trabalhos da Diretoria do Arquivo obedecerão ao Regulamento por ela organizado e submetido à aprovação do Prefeito.

§3º- Por indicação da Diretoria do Arquivo, o sr. Prefeito Municipal concederá Diploma de Mérito a todos aqueles que por qualquer motivo, contribuírem para a organização do Patrimônio do Arquivo ou do Museu.

Art. 6º- Aos estudiosos da matéria será permitido livre acesso e consulta à documentação geral, vedada porém, a retirada do Arquivo, salvo em casos excepcionais.

Art.7º- Fica o Sr. Prefeito Municipal autorizado a dispender CR\$ 5.000, 00 (cinco mil cruzeiros) destinado a cobrir pequenas despesas forçadas na coleta de dados, a qual será reforçada nos exercícios subsequentes.

Art. 8º- Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta Lei em Vigor na data de sua publicação.

Carangola, 14 de Maio de 1959

José Carlos de Souza

Prefeito Municipal

(CARANGOLA, Lei Municipal nº 205, 14 de Maio de 1959. Carangola, MG)

A lei de criação do Arquivo e Museu determina, superficialmente, algumas funções das instituições. No caso específico do Arquivo, faz uma definição do que deveria ser a constituição do acervo: fotos, plantas, documentos... (Art. 2º) e quais os principais órgãos de intercâmbio. Na manutenção e direção de ambas as instituições, as funções deveriam ser gratuitas e a escolha de “livre nomeação do Poder Executivo, recaindo sempre em pessoas de reputação ilibada e que tenha com trabalhos ligados a nossa história, ou nestas interessados (*sic*).E de preferência, estranhas ao quadro da administração Municipal”. (CARANGOLA, Lei Municipal nº 205, 14 de Maio de 1959. Carangola, MG)

Esse aspecto demonstra uma concepção que, para dirigir ou atuar em tais órgãos, não era premissa uma qualificação profissional, pelo contrário, bastava ter interesse no assunto, ser de “reputação ilibada” e sem vínculo profissional com a prefeitura. Os interessados e envolvidos com o patrimônio do museu e arquivo, teriam como retorno o reconhecimento meritório (Diplomado pelo prefeito) e considerados seus feitos como “Serviço Público Relevante”.

É importante observar que o Museu foi criado no mesmo momento de criação de outras instituições públicas e privadas da cidade (biblioteca, escolas, Carangola Tênis Clube

etc.), de grandes obras de infraestrutura, pavimentação da estrada entre Carangola e Fervedouro, etc.

Foi nesse período que foram instituídos a data do “Dia do Município” (7 de janeiro)<sup>140</sup> e os Símbolos Municipais (Brasão, Bandeira e Hino)<sup>141</sup>.

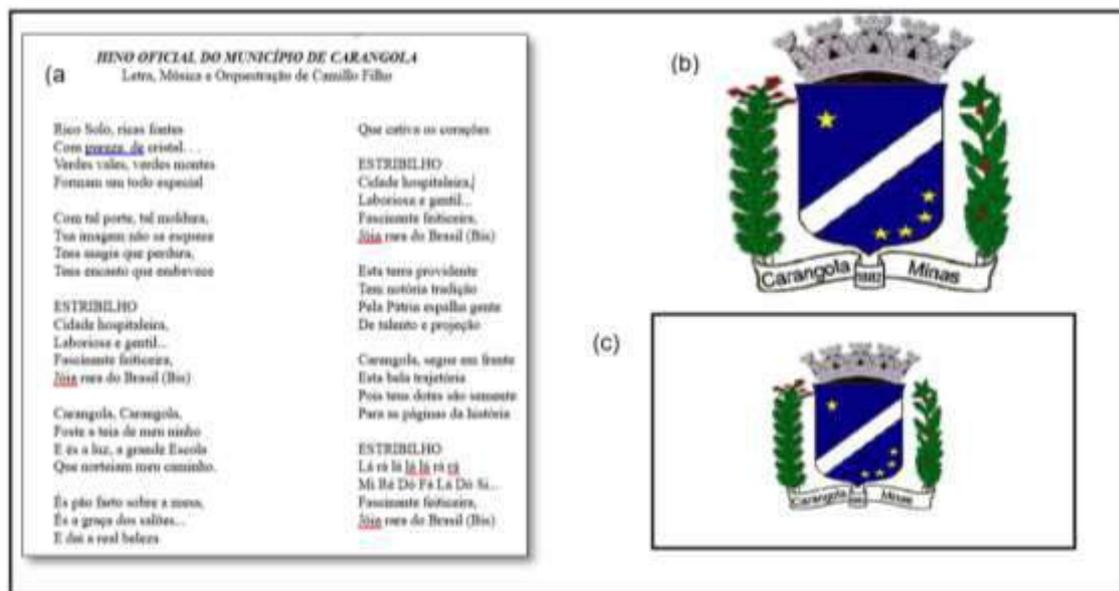


Figura 38-Hino(a), Brasão(b) e Bandeira(c) Oficiais do Município de Carangola  
Fonte: Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola (AHC/MMC)

Este contexto, pode ser relacionado à reestruturação municipal, com a entrada do novo prefeito e o projeto de modernização da cidade e de alguns incentivos estaduais e federais. Além disso, podemos perceber através dos jornais locais desse período, que o município de Carangola participava ativamente das Reuniões Oficiais de Turismo de Minas Gerais. Havia entre os gestores municipais uma forte expectativa em inserir a região como centro turístico do Estado. Inclusive foi na ocasião da primeira Reunião Oficial de Turismo de Minas Gerais, que Carangola participou com uma comissão para apresentar o projeto de criação do Parque Nacional do Caparaó e para o aproveitamento das “Águas de Fervedouro” como instância hidromineral.

Nos anos 50, a cidade de Carangola, apresentava-se como um importante centro político e social da região, era um polo de cultura e tradição, a “Sociedade Carangolense” se destacava entre os municípios vizinhos. O prestígio de seus representantes políticos, junto aos

<sup>140</sup> A data de 7 de janeiro de 1882, corresponde a data de emancipação política do Município de Carangola e instalação da primeira Câmara Municipal.

<sup>141</sup> Em 2005 Os símbolos oficiais do Município (Bandeira e o Brasão de Armas), foram modificados pela Lei Municipal nº 3.550/2005. Carangola. MG

governos Estadual e Federal, proporcionou várias transformações urbanas e na infraestrutura do município.

Um exemplo da expressividade política e social desse momento pode ser ilustrada pela inauguração de um dos clubes sociais da cidade, que em 1954, na inauguração oficial do Carangola Tênis Clube, tiveram como convidados de honra a presença de Juscelino Kubitschek, na época Governador do Estado de Minas Gerais e Tancredo Neves, na ocasião Ministro da Justiça e Negócios Interiores; além de diversas outras autoridades e importantes personalidades da cidade e região como exemplo o ator Procópio Ferreira, a intérprete Lia Salgado, o escritor e ator Álvaro Moreira, escritor e jurista Paulo Mercadante, o escritor e pintor Funchal Garcia e outros.

Retomando o período da mobilização de criação do Museu, é importante lembrar que neste período aconteciam grandes mudanças sobre o papel dos museus na sociedade, suas relações com a educação, bem como a realização de dois grandes eventos do campo museológico brasileiro (1º Congresso Nacional de Museus, em Ouro Preto, no ano de 1956<sup>142</sup> e o Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus, no Rio de Janeiro em 1958)<sup>143</sup>.

É curioso que mesmo com a proximidade do local e das datas dos eventos (Ouro Preto-MG e Rio de Janeiro, 1956 e 1958) e dos debates nacionais sobre os museus, em nossa pesquisa, não encontramos nenhuma referência ou citação a respeito dos eventos e diretrizes para os museus. Buscamos exaustivamente nos jornais locais e documentos relacionados, alguma referência ou citação, mas nada foi encontrado. Apesar de não termos encontrado referência concreta, ao analisarmos a concepção e a estruturação do MMC identificamos a inspiração nos conceitos adotados pelo MHN. Um caminho que poderíamos percorrer para tentar identificar a ideia da criação do Museu com a influência do panorama nacional, estaria

---

<sup>142</sup>O I Congresso Nacional de Museus foi realizado no período de 23 a 27 de julho de 1956, na cidade de Ouro Preto, MG. Organizado pelo SPHAN em parceria com o Comitê Nacional do Internacional Council of Museums (ICOM) e teve como principal objetivo estudar e sugerir soluções para os problemas de museografia, contudo nas 6 comissões formadas (Museus de Ciência, Antropologia, Arte, História, Arquitetura e Educação e Generalidades) foram discutidos e propostas vários assuntos e projetos para campo museológico. (Correio da Manhã, 02 de ago. 1956).

<sup>143</sup> O evento foi patrocinado pela UNESCO e pelo ICOM em parcerias com profissionais de museus e autoridades do Brasil. No período de 07 a 30 de setembro de 1958, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, juntamente com o II Congresso Nacional de Museus, o evento contou com a participação de personalidades como Heloisa Alberto-Torres, então presidente do Comitê Brasileiro do ICOM, Georges Henri Rivière, José Maria Cruxent e representantes de instituições museológicas de mais de vinte países. Nesse evento foi discutido diversos aspectos relativos à museologia, no entanto, o encontro destacou a ideia de que os museus possuem finalidade educativa, que deve ser enfatizada pela instituição. Para exercer seu papel educativo os museus deveriam contar com um especialista em educação (o "pedagogo do museu") ou, na falta deste, com um profissional de museus que pudesse substituí-lo (BRASIL, 2012). O documento final do Seminário, ficou conhecido por Declaração do Rio de Janeiro.

na concepção do museu como um órgão educativo, além da ideia e divisão das seções e tipologias de acervo propostas – influenciadas pelo MHN.

Com a regulamentação e criação do Museu, Jayro Motta Hosken assumiu como primeiro Diretor da instituição. Em junho de 1960, ocasião da XVI Exposição Agropecuária Industrial de Carangola, foi aberto ao público de forma provisória, localizado nas salas embaixo das arquibancadas do Estádio Municipal “7 de janeiro” (atual Estádio Municipal Roseny Soares).



Figura 39-Estádio Municipal “7 de janeiro” (atual Estádio Roseny Soares) década de 1960.  
Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=445611895606134&set=pb.100004719822966.-2207520000.1445186567.&type=3&permPage=1>

Sobre a tipologia do acervo, quantidade de peças, concepção expositiva, registros e demais informações sobre a abertura e funcionamento do museu, nesse período, infelizmente não foi possível verificar, pois praticamente não existem informações e dados a respeito. Segundo Carelli (1987) a maioria das peças expostas na ocasião da abertura desapareceram por motivos diversos. As salas onde ficava o acervo eram de livre acesso, utilizada para outras funções e frequentadas por pessoas estranhas ligadas aos times locais e mesmo funcionários da prefeitura. Sem um responsável diretamente pelo acervo, os objetos e registros foram aos poucos sumindo. Infelizmente não existe sequer um registro ou catálogo do acervo dessa época.

Durante os anos 1960, as atividades do Museu ficaram praticamente paralisadas, sendo desativado em 1968. O que restou do acervo foi levado para arquivos e depósitos da

prefeitura. É importante ressaltar que nessa década, Jayro Motta Hosken, um dos principais idealizadores do Museu, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde assumiu o cargo de Técnico de Educação do Curso Superior de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. Retornando ao município de Carangola, somente no final da década de 1970.

Durante a administração municipal do Prefeito João Ubaldo da Silva (1971/1973) tomaram-se algumas providências em prol da reinstalação do Museu. Data desse período a aquisição dos balcões vitrines, fabricados em 1915, para a Drogaria Santa Izabel, extinta em 1969. Foi possível reunir um pequeno número de peças, expostas nos balcões vitrines, nos fundos da Biblioteca Municipal. Não sendo aberta à visitação pública, logo foi desativado (CARELLI, 1981a). A ideia e a campanha para reinstalar o Museu só ganharia novo fôlego, no final dos anos 1970, com a aproximação da comemoração do centenário do município.

### **3.2.2 Os anos 1970, 1980 e 1990- a instalação e organização do “Museu Histórico Municipal”**

A segunda fase da história do Museu de Carangola pode ser dividida em dois momentos, bem distintos: o primeiro é marcado pela tentativa de reativação ou implantação e organização do Museu e a segunda, pela consolidação do projeto e funcionamento da instituição.

Como já foi descrito anteriormente, o Museu Histórico-Geográfico - Científico Carangolense foi criado em 1959 e devido a fatores diversos foi desativado em 1968 e pouco foi feito para reativá-lo no início dos anos 1970. Contudo, a ideia de implantação do Museu não acabou. Em meados dos anos 1970, uma nova campanha com novos e “antigos” atores retomam a empreitada. Em fevereiro de 1976, era publicada na primeira página do jornal Gazeta de Carangola, um artigo cujo título era “Ideia para um museu em Carangola”. Nesse artigo, Rogério Carelli<sup>144</sup>, descrevia as tentativas de abertura e organização de um Museu na cidade

---

144 Rogério Carelli nasceu em Carangola, Minas Gerais, em 17 de março de 1936. Filho de Frederico Carelli e Elvira Barros Carelli. Historiador e Professor de Ensino Superior na Universidade do Estado de Minas Gerais é Pós Graduado em História contemporânea. Foi chefe do Departamento de História, da antiga Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Carangola, entre 1987 e 1989. Foi o professor responsável pela cadeira de História Contemporânea da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Carangola. Sócio Correspondente do Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais, Já ministrou diversas palestras acerca da História de Carangola e já publicou diversos trabalhos sobre o município, dentre os quais, destacamos: Sinopse Histórica da Comarca de Carangola, Anais da Câmara Municipal de Carangola (Volume 1 e 2), Efemérides Carangolenses 1927-1950 (obra particular editada). Foi organizador e primeiro Diretor do Museu Histórico Municipal de Carangola de 1981 até 1990, Membro do Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico Cultural de Carangola. Redator e colunista do jornal “Gazeta de

nos anos 1950, ao mesmo tempo, tentava conscientizar a população da importância de se cultivar a memória local através de um “Museu Histórico” e do patrimônio ainda existente no município. Carelli exemplificava:

Em Carangola ainda podemos contar com a manutenção de um valioso patrimônio ora mantido por instituições e pessoas. Entre os portadores deste patrimônio podemos citar: a Coleção de Jornais doados por Elias Gonçalves Filgueiras Júnior, antigo editor do Jornal “O Americano” em 1887 a 1889, pertencente à Sociedade Beneficente 21 de Abril, e constantemente atualizada até os dias atuais (...); Os livros de Atas da Câmara Municipal de Carangola, encadernados em 1938 por iniciativa do Prefeito Waldemar Soares ora incluídos na Biblioteca Municipal.

Os Livros de Tombos da Paroquia de Santa Luzia do Carangola, onde os primitivos Vigários escreviam comentando os fatos da época.

E as coleções de fotografias antigas da cidade, de propriedade do Snr. Rogério Carelli. A sua coleção conta atualmente com 300 valiosas fotografias sendo a mais antiga de 1896[...] (CARELLI, 1976a, p.1)

Ainda no artigo, defendia o autor que, para a formação de um Museu, fator preponderante a qualquer cidade que tenha pretensões de futuro através de Turismo, seria necessário, em primeiro lugar, um trabalho no sentido de conscientizar a comunidade, na manutenção do acervo existente e conhecido. E propunha como uma das primeiras ações a microfilmagem dos jornais e documentos, alegando a precaução aos possíveis danos, como incêndio, destruição por cupins ou outros eventuais problemas. (CARELLI, 1976a)

Em relação às fotografias, propunha a colaboração, principalmente das “famílias tradicionais” que residem fora da cidade, que emprestassem suas fotos para serem copiadas, ampliadas e transformadas em slides. A justificativa do autor pelo interesse nas fotografias das famílias que mudaram da cidade estava na seguinte questão: “estas fotos a medida que o tempo passa, perdem o seu valor afetivo, e são relegadas ao abandono, cumpre então salvar estas parcelas que há possibilidade de serem salvas ou copiadas”. (CARELLI, 1972a).

Para o autor, a importância de um acervo histórico para uma cidade turística, representa um patrimônio de grande valor. É importante pontuar que, nesse período, o município de Carangola, pretendia como estratégia de desenvolvimento local, inserir-se como uma cidade turística na região da Zona da Mata Mineira, a instalação e presença de um “Museu da Cidade”, seria uma importante atração aos visitantes.

Em julho de 1976, Rogério Carelli, em um segundo artigo publicado na Gazeta de

---

Carangola”. Recebeu diversas homenagens e condecorações como exemplo a “Medalha Santos Dumont no grau Prata” e a “Medalha de Honra da Ordem do Mérito Educacional” do Governo do Estado de Minas Gerais.

Carangola – “Projeto do Museu Carangolense”, esboça um projeto para organização e implantação do “Museu Histórico” na cidade. Na proposta definia as seguintes diretrizes: Iniciativa; Localização; Arquitetura Ideal para o prédio do Museu; Extensão Histórica e Geográfica e Objetos que poderiam constituir o acervo de Exposição.

Esse projeto “pomposo”<sup>145</sup> como foi denominado pelo próprio autor, chamou a atenção e impressionou os moradores da cidade. Entretanto, o projeto não saiu do papel, ficando apenas no desejo, não surtindo efeito na opinião pública até os anos 1980. No início de 1980, com a aproximação da Comemoração do Centenário do Município, uma nova mobilização para implantar o Museu acontece. Rogério Carelli, novamente tenta conscientizar a população da necessidade de um Museu na cidade. Retomando o projeto de 1976, publica uma sequência de artigos no jornal a Gazeta de Carangola com o título: “Sugestão para organização de um Museu em Carangola”. Nas edições de 17/01/1981, 31/01/1981, 07/02/1981 e 14/02/1981 faz um detalhamento do projeto de organização do Museu.

Sobre a primeira diretriz do projeto - “Iniciativa”, o autor propunha que o “Museu deveria ser de caráter particular sem dispensar a orientação do Instituto Histórico Geográfico Nacional”. (CARELLI, 1976b) O Museu seria criado e administrado por uma Fundação ou Sociedade de Caráter Cultural. Argumentava que seria inviável a criação pela prefeitura, pois constituiria “mais um encargo financeiro para o Erário Municipal, sempre sobrecarregado e insuficiente”.

Temo que aventar, que um Museu não produz renda para si e sim para a cidade onde o mesmo está localizado. Dos 727 municípios mineiros, talvez haja 8, que dispõem de um Museu qualquer, com exceção do Ouro Preto e Mariana. Portanto um Museu em Carangola, seria o único do Sudeste Mineiro” (CARELLI, 1976b).

Ainda sobre a viabilidade e importância sobre tal iniciativa e justificando as críticas da “pomposidade” do projeto, escreve:

Realmente, não temos nenhum Pão de Açúcar, Dedo de Deus, Itatiaia, Pico da Bandeira ou algo equivalente. Não temos nenhum lago, represa ou extensão de água interessante. Nossas cachoeiras são bonitas, mas não chegam a constituir atração turística. Em face à tanta carência, o negócio é partir para criar algo atrativo: um Museu Histórico, com Parque em torno”.(CARELLI, 1981a)

O segundo item tratado no projeto- “Localização” - propunha que o “local ideal” para a instalação do prédio do Museu não deveria ser no perímetro urbano e sim, na região suburbana, onde o prédio poderia ser construído numa área arborizada, com grandes árvores ou espécimes exóticos, mas que não carecessem de cuidados constantes. Nessa proposta,

---

<sup>145</sup> O autor argumenta que ao lançar a ideia de um Museu na Cidade, em um dos números do jornal Gazeta de Carangola. Alguns moradores, acharam louvável a ideia, no entanto, consideraram-na “pomposa demais”.

identificamos como modelo o Museu “Mariano Procópio”. (CARELLI, 1976b). Argumentava ainda, no primeiro artigo publicado em 1981, que a instalação de museus em casas velhas, ou antigos solares, só é tolerada quando o prédio tem algum valor histórico, por sua arquitetura ou pelo uso que teve durante sua existência. E exemplifica:

O Museu <<Santos Dumont>> foi instalado na Fazenda Cabangú, pelo fato do grande inventor ter nascido naquele imóvel. O Museu Histórico de Belo Horizonte, organizado pelo historiador Abílio Barreto, foi instalado numa velha sede de fazenda, pelo fato de ser a única construção que restou do antigo Arraial de Curral Del Rei. Esta povoação foi demolida, para construção da atual cidade de Belo Horizonte. (CARELLI, 1981a).

Mesmo nessas construções de valor histórico, adverte que não se constituem “instalações ideais, pois a segurança contra roubos e incêndios, são preocupações perenes de todos os museus” [...] Além disso, os Museus são instituições que sempre aumentam, carecendo de espaço permanentemente. (CARELLI, 1981a). Um terceiro item apresentado no projeto, consistia na – “Arquitetura ideal”. Na concepção de Carelli, o Museu deveria ser idealizado nos padrões europeus, a exemplo do Museu “Mariano Procópio”. O prédio seria composto por um vasto salão, com salas de exposições, dispostas em torno do mesmo. Para o autor, não era recomendável a construção do prédio em estilo colonial brasileiro, pois apresentaria carência de luz interior e, também, não era “admissível em hipótese alguma” a construção em estilo moderno para instalar um Museu Histórico”. Em sua opinião, a arquitetura ideal para o Museu de caráter histórico, seria “Renascença italiana, Barroco europeu, etc.” (CARELLI, 1976b; 1981a)

A “Extensão Histórica e Geográfica”, quarto item do projeto, determinava que por princípio, o Museu colecionaria quaisquer peças que tiveram relação com a área geográfica, a qual constituía o Município de Carangola em 1882(ano de emancipação política). Dessa forma, poderiam ser colecionados objetos e documentos dos atuais municípios de Tombos, Divino, Orizânia, Espera Feliz, Faria Lemos, Pedra Dourada, São Francisco do Gloria, Caparaó Caiana e dos distritos dessas cidades. O que elevaria o Museu Histórico de Carangola, ao caráter mais regional do que simplesmente da cidade.

O último item do projeto consistia na “Composição do acervo de exposição”. A premissa inicial defendida pelo autor determinava que:

Museu não é depósito de coisas velhas ou em desuso. O objeto exposto é uma prova material da história. Por isso, os objetos destinados a um Museu em Carangola, teriam que ter alguma relação com a nossa História. Não interessariam outros objetos, por mais valiosos ou curiosos que fossem. Não será por ser simplesmente antigo, que uma imagem barroca de madeira, vinda de outra cidade, ou um velho pilão oriundo de outro Estado, que servirão para formar o acervo. A conotação histórica é imprescindível. (CARELLI; 1981a)

Na proposta de formação das coleções, Carelli dividiu o acervo em 14 seções, apresentando exemplos dos possíveis objetos que às constituiriam:

1. MÓVEIS - Peças de Mobiliário usado pelos primitivos habitantes, tais como, mesas, cadeiras, camas, guarda louças, guarda roupas, bancos, arcas, espelhos com molduras artísticas, velhos relógios, pianos etc. A preferência recairia sobre as peças que se destacassem pelo valor artístico, como pelo proprietário primitivo. Exemplo: objetos que pertenceram ao Barão de São Francisco do Gloria.

2. ROUPAS- Fardas de Oficial da Guarda Nacional, vestuários reconstituídos ou originais, usados nos antigos Congados, Cordões Carnavalescos, uniformes dos primitivos colégios de Carangola etc.

3. ARMAS- Espada de Oficial da Guarda Nacional, armas de fogo, espada usada nas “cavalhadas”, espingardas fabricadas por ferreiros locais, sempre mostrando um aspecto curioso qualquer.

4. IMAGENS RELIGIOSAS- Imagens barrocas ou não, ainda existentes nos Oratórios e nas Capelas rurais, e objetos de veneração, ora em desuso. Em princípio deverá provir de algum templo de Carangola.

5. UTENSILIOS- Rocas de fiadeira, pilões, troncos de escravos, ferramentas ou maquinas simples empregadas antigamente. Objetos de uso de antigos Padres, Juízes, Prefeitos, 1ª máquina de escrever, 1º radio, velhos fonógrafos, etc.

6. UTENSILIOS INDIGENAS- Objetos empregados pelos primitivos silvícolas que outrora habitaram o Carangola, machados de pedra, panelinhas de cerâmica indígena, restos fosseis, etc. Incluindo peças de cerâmica, armas que fossem encontradas no sitio do cemitério indígena de Ponte Alta. As 3 únicas múmias existentes no Museu do Índio do Rio de Janeiro, que foram retiradas em 1927 em Ponte Alta.

7. MAQUETES- Maquete do perímetro urbano de Carangola, como era em 1896, numa reconstituição baseada na vista panorâmica da cidade. Maquete, como era em 1910. Maquete do antigo Parque da rua Marechal Deodoro, como era em 1905.

8. AMPLIAÇÃO DE FOTOGRAFIAS ANTIGAS DA CIDADE.

9. AMOSTRAS DE PEDRAS E MINERIOS DESTA REGIÃO.

10. ANIMAIS EMPALHADOS- Exemplares da Fauna que existia em Carangola.

11. PINTURAS- De artistas carangolenses, ou que residiram em Carangola.

12. RETRATOS- De pessoas que, de uma forma ou de outra se tornaram credoras de figurarem em nossa História.

13. VEICULOS- Locomotiva semelhante à empregada pela E.F. Alto-Muriahé. Carruagens Vitória (trolley) semelhante às que pertenceram aos Srs. Francisco Brum, Padre Las Casas, Dr. Jonas de Faria Castro, Severino Fraga e Carlos Mondaine. Carro Blindado “Carangola” fabricado pela Firma Pistono & Irmão, empregado na Revolução

de 1930, que se encontra no Museu “Ari Parreiras” em Niterói RJ. Automóvel Peugeot 1913, vermelho, semelhante ao 1 automóvel que chegou a Carangola. Reproduções de Veículos em desuso como o Carroção de 4 rodas, Carroça funerária do “vai e volta”, etc.

Obs.- Dada a magnitude dessa arte, serviriam reproduções numa escala reduzida, sem contudo chegar à miniatura.

#### 14.ACERVO DO ARQUIVO-

1. Biblioteca - especializada em Zona da Mata Mineira.
2. Filmes - todo e qualquer filme sobre Carangola.
3. Gravações- gravação em fita, de cânticos empregados outrora e atualmente, Tendas espiritas, Escolas de Samba, antigos reisados Congados, Ranchos Carnavalescos desta cidade, Blocos, Bandas de Música, cantores locais, discurso de autoridades, etc.
4. Microfilmes - uma seção de microfilmagens de Jornais antigos de Carangola, Atas da Câmara Municipal, Livros do Fórum local, publicações e outros documentos interessantes para a História Local.
5. Partituras Musicais- coleções de Partituras de músicas compostas por carangolenses, usadas na igreja, festejos populares, folclóricos e Bandas de música(CARELLI; 1976b, 1981b,1981c,1981d).

Em entrevista sobre a concepção do projeto de implantação do Museu de Carangola, questionamos ao professor Rogerio Carelli, de onde tirou as ideias, os modelos, as práticas e que autores o influenciaram na organização o museu? Perguntamos ainda se já havia ouvido falar em Gustavo Barroso? Em sua resposta argumentou que:

No período que estive prestando o serviço militar na cidade de Juiz de Fora, o quartel era ao lado Museu Mariano Procópio, nos momentos de folga ficava no museu por horas. Ao retornar para Carangola, ingressei na faculdade, no curso de História, como já gostava do assunto me encantei ainda mais pelos museus.”<sup>146</sup>.

Quanto ao questionamento de seu conhecimento sobre Gustavo Barroso, relatou que o mesmo já havia vindo a Carangola em 1936, em uma Campanha Integralista, e que a notícia dessa visita constava em seu livro “Efemérides Carangolense”:

09/11/1936 – Chegava a esta cidade o escritor Gustavo Barroso, ex-Presidente da Academia Brasileira de Letras e figura de projeção no cenário intelectual do país. A vinda do ilustre literato a Carangola, tinha como objetivo, pronunciar às 21:00h. no Cine Teatro Brasil, uma conferência de propaganda da Ação Integralista Brasileira. Durante sua permanência, fez questão de visitar a Escola Normal Artur Bernardes, o Instituto Propedêutico Carangolense e o Ginásio

---

<sup>146</sup> Entrevista concedida ao professor Eduardo Pimentel, 17 de maio de 2015. Carangola MG

Além de Carelli, Jayro Hosken, que havia retornado para a cidade, também escrevia no início dos anos 1980 sobre a importância da implantação do Museu no contexto das festividades de comemoração do Centenário do município. Hosken(1980), retoma alguns argumentos do final dos anos 1950, ocasião que esteve à frente da criação do Museu.

Para o autor, não existia justificativa para a cidade não possuir um Museu até aquela data. Se a desculpa fosse localização para instalação, propunha que a prefeitura aproveitasse as antigas gares da Estrada de Ferro Leopoldina ou a Estação velha ou a Estação da Lacerdina, que por uma despesa mínima e com poucas adaptações internas, atenderia perfeitamente ao Museu. Concepção diferente da proposta por Carelli, que não considerava ideal a instalação do Museu em prédios “antigos e velhos”.

Ainda sobre a localização da instalação, Jayro Hosken, sugeria que fosse de preferência a instalação na Estação de Lacerdina (Distrito da cidade):

Se não for possível a Estação Velha, porque não a de Lacerdina? Precisamos acabar de vez com a teoria comodista das velhas urbes de colonização portuguesa, amontoando em torno de uma praça, igreja, fórum, prefeitura, correios, etc.[...] Acho mesmo que o ponto preferível seria o distrito de Lacerdina. Longe? Fora de Mão? Só quem nunca teve oportunidade de conhecer os verdadeiros Museus acredita que devam ser perto do centro. Não é preciso citar exemplos na Europa, para demonstrar cultura, para esclarecer questão tão simples. (Hosken, 1980)

E defendia que o espaço deveria estar preparado para “recolher com método e sem afobação do improvisado, todo documentário da história (ou pertinente) de nosso Município. E semelhante ao projeto de Rogerio Carelli, entendia que o Museu deveria ter como recorte histórico-geográfico, além dos limites da cidade de Carangola. Segundo ele, as “Raízes do progresso e do patrimônio histórico do município estavam “Incorporadas” aos nossos atuais municípios de fronteira, que no passado pertenceram à Carangola e às diversas famílias da maior importância geradas nessas cidades vizinhas:

Famílias e troncos ilustres, da maior importância, foram geradas nessas cidades e elas, de algum modo, estão Interligadas ao nosso progresso, às nossas origens, à nossa história e não podem ser esquecidas, em detrimento de adventícios de recente investidura”. (Hosken, 1980)

Sobre as funções e iniciativa administrativa, Jayro Hosken, também, corroborava as mesmas ideias do projeto de Carelli. Quando aconselhava que caberia à Prefeitura apenas designar a Diretoria, entre pessoas que já se dedicavam à pesquisa, ao trabalho solitário, muitas vezes, de recolher documentos, de incomodar meio–mundo para levantar o que seria “a verdade de nossa história”. Além de disponibilizar um lugar decente, estável, permanente, para recolher

o acervo, sem interferência direta da prefeitura, deixando à livre iniciativa dos abnegados, organizar, dirigir e gerir o Museu.(HOSKEN, 1980).

Diante da repercussão e campanha em prol da instalação do Museu, o Prefeito Municipal Dr. Adinar Monteiro de Paula (Gestão 31/05/73 a 05/07/1981), nomeia através do Ato 685 de 01 de março de 1981, o Professor Rogério Carelli para organizar e dirigir o Museu, e mais duas pessoas que não participaram do trabalho foram nomeadas para atuar no Museu, porém prestavam serviços em outros setores da prefeitura.

Em 06 de janeiro de 1982, o Museu foi (re) inaugurado dentro do programa de Comemorações do Centenário de Emancipação de Carangola.



Figura40– Inauguração do Museu Histórico Municipal de Carangola em 1982  
Fonte: Gazeta de Carangola. Edição Comemorativa do 1Centenário. 1982, p.2 (AHG/MMC)

Em instalação provisória, composta de uma única sala, de apenas 52,25m<sup>2</sup>, localizada à Rua Pedro de Oliveira, centro da cidade, ao lado do antigo prédio da Cia. de Força e Luz "Transways" não atendendo às propostas de Carelli, de instalação do Museu em um local distante do centro e próximo a um parque, muito menos em prédio de estilo arquitetônico europeu. E de Jayro Hosken, que sugeria a instalação nas antigas Estações Ferroviárias da E.F. Leopoldina ou na Estação da Lacerdina.



Figura41-Museu Histórico Municipal 1983  
\*Na porta do Museu Rogério Carelli, na ocasião Diretor  
Fonte: Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola(AHGC/MMC)

O Museu foi aberto ao público no dia 10 de fevereiro de 1982. O acervo era composto de 203 peças e livros de atas da Câmara Municipal de Carangola.<sup>147</sup>

Já no ano de 1983, através da Lei nº 2003, de 11 de abril de 1983, na gestão do Prefeito Dr. Alceu Moyzes Mattos, o Museu foi declarado como Utilidade Pública, pelos relevantes serviços prestados à comunidade. No mesmo ano foi sancionada a Lei nº 2005 que alterou e modificou a Lei nº 205 de 14/05/1959 de criação do museu, aprovando o seu Regimento Interno. Dentre as principais alterações destacam-se: a separação do Museu e do Arquivo Histórico, que passaram a constituir unidades autônomas e vinculadas ao Departamento Municipal de Educação. Para assumir o cargo de Diretor, passou a ser exigido a formação Superior mínima em Museologia ou História, contudo o cargo de Diretor de Museu continuou sem direito à remuneração, ficando contemplado com rendimentos apenas o cargo de Diretor do Arquivo que na prática era o mesmo cargo do Museu. Carelli (2015) comenta, que durante

---

<sup>147</sup> No anexo 4 consta a relação do controle de peças expostas do Museu Histórico Municipal de Carangola em 1982.

todo o período que esteve como Diretor do Museu (1982 a 1991), não recebeu nenhum salário pela função.

Segundo a Lei nº2005/1983, o Museu passa a assumir a denominação genérica de “Museu Histórico Municipal” e se constituir como um órgão cultural-didático da Prefeitura de Carangola. Nesse contexto, também, foi criado por Jayro Motta Hosken o Brasão do Museu, que se tornou o principal símbolo da instituição.



Figura 35-Brasão do Museu Histórico Municipal-1983  
Fonte: Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola(AHGC/MMC)

Elaborado por Jayro Motta Hosken, o Regimento Interno do Museu Municipal (cópia em anexo 3), é dividido em 4 Capítulos: Cap.1º- Denominações e Fins; Cap.2º Da Direção; Cap. 3º- Do Acervo e Cap. 4º Disposições Finais.

No Capítulo 1 – Denominações e Fins. Art. 4º o regimento define os seguintes fins do Museu:

Art. 4º- São fins específicos do Museu Histórico Municipal:

- a) Deve Recolher, catalogar e conservar objetos, pertencentes de uso domésticos ou coletivo de qualquer espécie, considerados curiosos, históricos ou cuja conservação interesse ao conhecimento das gerações futuras;
- b) Promover de exposições periódicas ou eventuais de seu acervo, assim como promover a colheta(*sic*) de objetos ou materiais considerados importantes para a composição do passado da região, do Estado ou País.
- c) Zelar para a proteção do patrimônio da região, seja na conservação de prédios, monumentos ou reservas minerais ou ecológicas, que compõem o panorama da região;
- d) Criar Seções e departamentos específicos, a seguir:
  - 1) Mobiliário e Utensílios;
  - 2) Taxidermia;
  - 3) Filatelia e sigilografia;
  - 4) Numismática;

- 5) Científica;
- 6) Pinacoteca, artes em geral e diversos.
- 7) Diversos.

e) Para aprimorar seu acervo, o Museu poderá instalar um pequeno laboratório de restauração, oficinas, gabinete fotográfico e os demais necessários para execução de serviços técnicos ligados às suas atividades

f) Manter convênio ou intercâmbio com entidades congêneres ou afins no Estado, País ou Exterior, assim como promover reuniões, simpósios, cursos e mesas redondas sobre museologia (sic) e disciplinas afins.

g) Ser um centro convergente e um repositório de toda bagagem e acervo das populações da região de seus desbravadores e beneméritos, dando realce especial ao aspecto histórico e científico das peças expostas.

h) Tanto quanto possível, o Museu recolherá peças do artesanato indígena da região, assim como as de arte sacra e as empregadas no exercício das atividades dos povoadores antigos, dando-lhes um realce didático e cultural.

i) Sempre que possível, o Museu promoverá mostras de acervo nas cidades vizinhas, incentivando a criação de pequenas mostras didáticas nas escolas públicas da Cidade e Distritos.

j) O acervo do museu será considerado Patrimônio público, e como tal registro, devendo as peças adquiridas por doação, compra ou legado, serem incorporadas perpetuamente ao registro da entidade, não podendo ser vendidas, doadas, dadas em compromissos ou emprestadas a particulares ou entidades.

l) No sentido de preservar a verdade histórica, o Museu se absterá de qualquer atividade política partidária, sendo vedado o uso de suas dependências, para realização de cerimônias ou reuniões com esse fim.

m) Dentro do Possível, o Museu se obsterá de incluir no acervo, objetos usados por pessoas ainda vivas, visando evitar homenagens inadequadas ou incompatíveis.

n) A direção do Museu se incumbirá de elaborar uma relação de títulos de peças, visando disciplinar e limitar a composição do acervo de exposição/permanente. (Regimento Interno do Museu Histórico Municipal, 1983)

Nos outros Capítulos do Regimento, regulamenta as funções do Diretor e do Conselho, bem como o tratamento com o acervo e a responsabilidades da Prefeitura na manutenção e gestão do Museu.

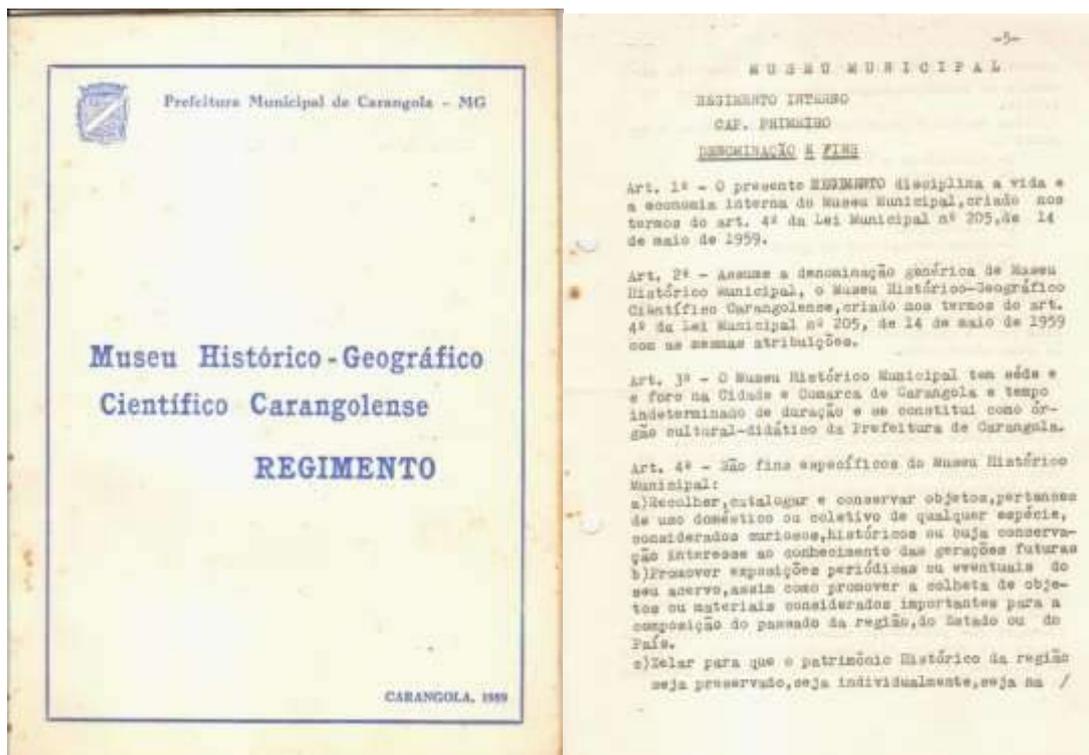


Figura 36-Regimento Interno do Museu Municipal de Carangola- 1983- p.5-7  
Fonte: Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola(AHGC/MMC)

O presente Regimento Interno vigora por lei até hoje, porém não é seguido praticamente em quase nenhum de seus itens. Mesmo passando por muitas gestões e diretorias municipais, não lhe foram feitas alterações e atualizações.

De 1981 a 1990, O Museu Histórico Municipal, foi dirigido pelo Professor Rogério Carelli e uma funcionária da Prefeitura, a senhora Arlete Guimarães Fonseca, que assumia as funções de secretária, guia, manutenção e limpeza. Durante o período que esteve à frente da Direção do Museu, Rogério Carelli, definiu toda a organização das exposições, os registros, os inventários e a classificação do acervo do Museu Histórico Municipal.

A proposta de Classificação ficou assim representada: Aparelhos de Som; Armas; Arreios; Bandeiras; Brazões (sic); Canoas; Culinária; Documentos; Eletrificação; Engenhos; Esculturas; Estandartes; Fauna; Ferramentas; Fotografias; Frascos; Gravações; Gravuras; Igrejas; Indígenas; Instrumentos de Música; Lanternas; Lápides; Lâmpioes; Leques; Livros; Louças; Lustres; Mapas Geográficos; Maquetes; Maquinas; Material de Escritório; Medalhas e Condecorações; Minérios; Mobiliário; Moinhos; Narquilê; Objetos; Pedras Fundamentais;

Placas; Produtos industriais de Carangola; Quadros e Pinturas; Sinos; Telefones; Troféus; Uniformes; Veículos; Vestuário<sup>148</sup>.

Rogério Carelli (1985), em um dos relatórios encaminhado ao prefeito, em 1985, (Anexo 7), expunha as principais dificuldades encontradas para a manutenção do Museu. Dentre elas: a necessidade de nomeação e formação do Conselho do Museu, a divisão da Diretoria e nomeação de um Diretor para o Arquivo Histórico-Geográfico, a contratação de mais funcionários para atuar na instituição, pois só contava com uma funcionária, há necessidade de expansão do espaço físico, e manutenção e microfilmagem dos documentos do Arquivo. Outro assunto tratado no relatório que chama atenção e que se assemelha até hoje à realidade do Museu de Carangola, foi a dificuldade encontrada junto ao público de doar objetos de valores sentimentais, simbólicos e importantes. A comunidade não se identifica com o museu, não reconhece sua importância. Para Carelli, apesar de o município possuir um valioso patrimônio que resultou em sua formação, era difícil convencer o público da necessidade de doação de peças. Muitos moradores alegam o temor de doar seus pertences e que diante de uma administração municipal desinteressada, poderiam encerrar as atividades do Museu e com isso as peças teriam destino ignorado. (CARELLI, 1985)

No ano de 1991, durante a segunda gestão do Prefeito Adinar Monteiro de Paula, foi criada a Lei nº 2.545, realizou algumas mudanças no artigo de criação do Museu. Dentre elas, o museu passava ser subordinado diretamente ao gabinete do prefeito e se tornava obrigatória anualmente, até 31 de julho, a apresentação pelo Diretor do Museu ao prefeito um plano de trabalho, solicitando os recursos necessários para o próximo exercício financeiro e relatórios de atividades. Alguns desses relatórios e planos de trabalho apresentam informações bem detalhadas sobre as atividades promovidas pelo Museu, como número de visitantes, exposições, correspondências expedidas, escolas e pesquisadores atendidos, etc. Porém, não vamos nos ater à análise específica desses relatórios nessa presente pesquisa, devido a carência de tempo. É importante ressaltar que mesmo sendo uma Lei municipal que regulamenta o funcionamento da instituição, em muitas gestões/diretorias, os planos de trabalho e relatórios não foram produzidos.

Visando a ampliação do Museu, a partir de 1991, a Prefeitura iniciou a reforma do prédio da antiga Cia. de Força e Luz “Transways”, ao lado da sala onde funcionava o Museu Histórico de Carangola. Em março de 1992, após a reforma do prédio situado no centro da cidade, o Museu foi reinaugurado e nele instalado o Arquivo Histórico Geográfico de Carangola.

---

<sup>148</sup> No anexo 5 segue cópia da proposta de classificação e abreviaturas para catalogação do acervo do Museu e Arquivo Histórico de Carangola. No anexo 6 segue a cópia da ficha de Inventário do Museu.



Figura 37-Reabertura do Museu Municipal de Carangola em 1993  
Fonte: Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola(AHGC/MMC)



Figura 38-Prédio do Museu Histórico Municipal-1992  
Fonte: Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola(AHGC/MMC)

Na ocasião, o Professor Rogério Carelli foi exonerado do cargo, sendo nomeado em 20 de janeiro de 1993, com mandato de 4 anos, o novo Diretor, Jayro Motta Hosken, um dos idealizadores e autor da lei de criação Museu na década de 1950 e o respectivo Conselho formado pelos professores Oscar Tona Junior, Humberto Ferreira da Silva, Paulo Emilio Beviláqua e pelo vereador Paulo Castelani de Oliveira.

Com um espaço físico de 294,97m<sup>2</sup>, área bem maior que a antiga sala (52,25m<sup>2</sup>), a organização física do Museu, apresentava a seguinte estrutura: um salão principal onde também havia exposições, duas salas destinadas a exposições de instrumentos médicos, máquinas antigas e objetos históricos, três salas exclusivas de zoologia, arqueologia e meio-ambiente, um laboratório, uma sala externa e um jardim interno. Anexo ao prédio do Museu, o

Arquivo Histórico Geográfico era dividido em 4 pequenas salas, sendo uma delas, destinada à administração.

Na nova organização dos setores do MHM, além das seções e setores de História e Arquivo Histórico, foi organizada pelo Biólogo e pesquisador Braz Consenza, a seção de História Natural, com os setores de Biologia, Zoologia, Botânica e Arqueologia. Além dessas seções e setores, foi instalada uma sala de cartografia, dioramas expositivos da fauna e flora regional e um laboratório de taxidermia.



Figura 39-Sala Seção História Natural MHM-1992  
Fonte: Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola(AHGC/MMC)

A ideia de instalação de um Museu de História Natural na cidade, ou da instalação de seções de Biologia, Arqueologia e História Natural, no Museu Histórico Municipal, já vinha desde 1989, quando na ocasião, o professor Braz Consenza, Biólogo e pesquisador da Faculdade Filosofia Ciências e Letras de Carangola apresentou à então, Diretora do Departamento de Educação e Cultura de Carangola, Tereza Cristina Lobato Guimaraes, o projeto de “Estruturação do Setor de Biologia do Museu Histórico Geográfico Científico Carangolense” (projeto em anexo 8).(CONSENZA, 1989)

A área de atuação do Museu ficou mais ampla; após nova campanha de doações com a comunidade, pela compra de algumas peças,<sup>149</sup> e a coleta e transferência de objetos de setores da Prefeitura, Câmara, escolas, empresas, etc., seu acervo foi ampliado. O acervo composto por aproximadamente 1800 peças foi formado por objetos diversos, tais como:

---

<sup>149</sup> Na ocasião da abertura do Museu o Prefeito Municipal de Carangola, adquiriu por compra algumas obras de pintores carangolense, como por exemplo, 3 quadros do artista plástico Élcio Cardoso.

fotografias, documentos, utensílios, peças de arte sacra, mobiliário, vestuário e acessórios, armas, quadros de pintores locais, desenhos e esculturas criadas por artistas locais, objetos e documentos de personalidades de destaque na cidade, máquinas antigas, fragmentos de construções ou de determinados objetos relacionados a cidade, etc.

No Arquivo Histórico-Geográfico, o acervo foi formado por Livros de Atas da Câmara, Livros contábeis da Prefeitura, documentos e registros gerais, Livros cartoriais, como “Livro de compra e venda de escravos”, “Livros de Notas”, de “Eleitores Municipais”, Além de mapas, plantas cadastrais, coleções de fotografias, discos, coleções de jornais locais, filmes, discos de vinil e outros. Na parte científica, Seção de História Natural, o acervo era formado por coleções de crânios de vários animais da região, animais taxidermizados, que comumente habitavam o vale do Carangola, algumas espécies de animais aquáticos, coleções de insetos - coleções de entomológicas, amostras de botânica – com espécimes da região, xiloteca, amostras de rochas e minerais e material arqueológico, como fragmentos de cerâmica, líticos, e restos mortais de indígenas como crânios e ossos, coletados nos sítios arqueológicos dos distritos de Alvorada e Ponte Alta.

Parte do acervo de História Natural foi doada pelo pesquisador Braz Cosenza, a partir de sua coleção particular e algumas coleções e espécimes pela Universidade Federal de Viçosa e outras pela população local.



Figura 40-Salas do Museu Histórico Municipal 1992  
Fonte: Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola(AHGC/MMC)

Sobre o setor de Arqueologia do Museu, destaca-se em 1993, a visita dos professores : André Prous e Alenice Baeta, pesquisadores do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais. Os pesquisadores foram solicitados pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura e pelo MHM, para analisar alguns vestígios de dois sítios arqueológicos, localizados nos distritos de Ponte Alta e Alvorada. Na ocasião, os moradores dos distritos procuraram o Museu, relatando a existência de peças de cerâmicas, líticos e até crânios humanos nos locais e que esses materiais estavam sendo levados por populares ou destruídos. Na visita ao sitio do Distrito de Ponte Alta de Minas, apelidado pela população de “Toca dos Puris”, foi coletado próximo à superfície, alguns crânios, ossos e até tecidos moles e uma espécie de têxtil, que envolvia os corpos. Numa análise preliminar, conclui-se que se tratava de um cemitério de tradição Una.

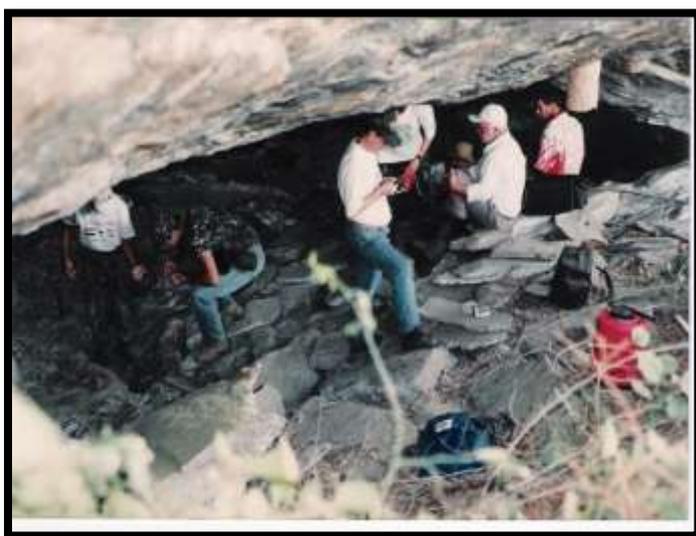


Figura 48-Visita de pesquisadores na “Toca dos Puris” 20/08/1993  
Fonte: Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola(AHGC/MMC)

O segundo sítio visitado se localiza no Distrito de Alvorada, na região denominada “Córrego do Maranhão”, local registrado pelo IPHAN desde 1986, como área de ocupação indígena. Nesse sitio foi encontrado uma grande quantidade de fragmentos de cerâmica, que segundo os vestígios, indicaram a ocupação Tupi-guarani no local. (BAETA e PROUS, 1993 e OLIVEIRA, 2008, p.87-98). Todo o material coletado foi levado para o Museu Municipal de Carangola. Após a visita aos sítios arqueológicos, os pesquisadores emitiram laudos

importantes e os procedimentos que deveriam ser tomados pela Prefeitura. Contudo, as orientações e ações só foram acontecer em 2005, mais de dez anos depois da visita<sup>150</sup>.



Figura 49-Material coletado na visita aos sítios arqueológicos “Toca dos Purís” e “Córrego do Maranhão”  
Fonte: Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola(AHGC/MMC)

Esse período da trajetória do Museu Histórico Municipal de Carangola é o momento, em nosso entender, em que a instituição iniciou de fato uma postura e função de Museu Municipal. O MHM assume o papel de preservação e de valorização da memória local, como agente educativo e instituição de pesquisa. Porém, classificá-lo como agente transformador da comunidade (fórum), ainda seria uma posição muito prematura. Contudo, é comum em quase a totalidade da realidade dos pequenos municípios brasileiros, a política tem um impacto muito direto nas diretrizes das instituições. Com a eleição do novo Prefeito, Sebastião Carrara da Rocha (Gestão 1993 a 1996), Jayro Hosken é exonerado do cargo em 1994, sendo nomeada nova Diretora do Museu, a Sr.<sup>a</sup> Niza Delácio Dummont Albuquerque.

Ao investigar a influência teórica e as concepções museológicas que nortearam as práticas destes dois personagens que estiveram à frente do Museu Municipal de Carangola, em nossa primeira análise, percebemos uma possível relação das ideias de Gustavo Barroso com a prática de Jayro Hosken e, posteriormente, a de Rogério Carelli. Em nossa pesquisa, identificamos em alguns documentos, especialmente em anotações pessoais de Jayro Hosken, como desenhos e ilustrações, referências semelhantes às do livro “Introdução à Técnica de Museus” de Barroso, citações e menção às atividades efetuadas pelo MHN, além da presença da obra de Barroso na biblioteca da diretoria, com anotações pessoais de Jayro Hosken. Observamos, ainda, que a escolha das seções e tipologias na classificação das coleções do Museu seguiram as mesmas diretrizes da obra de Gustavo Barroso, com exceção dos setores

---

<sup>150</sup> Ver ; OLIVEIRA, Ana Paula Loures. Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: Carangola. Juiz de Fora: MAEA-UFJF, 2008

de História Natural e Arqueologia. Outro aspecto que também pode ser considerado é a denominação, inicialmente, “Museu Histórico Geográfico Científico Carangolense” que remete ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e depois “Museu Histórico Municipal” em referência ao Museu Histórico Nacional.

O uso do livro de Gustavo Barroso pelos dois diretores pode ser entendido pelo caráter de referência que tinha na época de atuação de ambos, bem como o Curso de Museus, que até 1970, período de campanha de criação do Museu pelo professor Carelli, era o principal modelo. Além disso, o Rio de Janeiro por muito tempo foi nos aspectos econômicos, sociais e culturais, a referência para o município de Carangola, o contato e a influência da então Capital Federal, foi bem marcante se comparada à Capital Mineira. No caso específico dos museus, o Rio de Janeiro, por ter os museus nacionais, teria sido um modelo, um paradigma para os museus de várias partes do país. Museus instituídos e focados nos objetos, nas relíquias e em certos episódios da história.

Mas, é importante ponderar que além da influência da obra de Barroso, Jayro Hosken, também estava profundamente integrado às questões políticas e econômicas. Também era muito atento aos debates da modernidade e às mudanças que vigoravam no Estado e no País – Educação, Turismo, Desenvolvimento etc. Isso posto, a ideia de implantação de um Museu na cidade corresponderia aos anseios e suas concepções.

Já para Carelli, podemos acrescentar mais alguns critérios. Além de ter contato com a prática de colecionismo e contato com a ideia de criação de um museu na cidade ainda na juventude, após seu retorno à cidade de Carangola chega imbuído e influenciado pelas ações museológicas do Museu Mariano Procópio da cidade de Juiz de Fora. E ainda pelo ingresso e formação acadêmica em um curso de História do interior do país, ainda muito pautado por valores tradicionais, podem de alguma forma tê-lo direcionado para um modelo “ideal” de Museu Histórico, ou seja, bem próximo da concepção de Barroso e do MHN.

Niza Drummond Albuquerque assumiu a Diretoria do Museu e Arquivo<sup>151</sup> em 15 de abril de 1994. Substituindo Jayro Hosken na direção, manteve o mesmo Conselho e substituiu, em parte, os membros da equipe do Museu.

A sua gestão à frente do Museu foi marcada pela reorganização interna do Museu, com a construção de anexos ao prédio, foi elaborada uma nova relação de inventário do acervo e organizada uma ampla campanha de divulgação do Museu, com publicação de boletins e

---

<sup>151</sup>Desde 1992, os profissionais nomeados para o Museu, passaram assumir a o Cargo de Diretor do Arquivo Histórico Geográfico Municipal, passando a responder pelos dois órgãos, pelo fato do Regimento Interno prever rendimentos e salários apenas para o Cargo de Diretor do Arquivo.

exposições temáticas, cartazes e outdoors, com o tema: “Conheça e prestigie o Museu da sua cidade”. Adquiriu ainda novas doações de objetos com famílias da cidade e instituições e transferiu para o museu parte do arquivo de processos cíveis findos da Comarca de Carangola. Além da organização do Fórum de Integração Cultural de MG- RJ-ES na cidade.



Figura 50-Reabertura do Museu Municipal de Carangola – 1994- Nas imagens Niza Drummond Delácio Albuquerque, seu esposo Winston Churchill de Albuquerque  
Irmã Leonice.

Fonte: Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola(AHGC/MMC)

Em um dos ofícios encaminhado ao Prefeito, (novembro de 1994), em resposta a uma solicitação de esclarecimentos sobre as atividades do Museu (anexos 9 e 10), a Diretora justificava que todo o trabalho do Museu estava sendo efetuado em conformidade com o “Manual de Orientação Museológica e Museográfica” (Secretaria de Estado da Cultura, 1987) e orientada pelo Curador do Centro de Memória da Cidade de Passos( MG) - o Mestre em Antropologia, Sr. Theodoro Grilo e pela Universidade Federal de Viçosa, principalmente no que se tratava do levantamento da memória e da história do Município. (DRUMMOND,1994)

Entretanto, mesmo com as atividades e ações desenvolvidas à frente da direção do Museu, Niza Drummond e a equipe foram exonerados, antes do término da gestão municipal. Com a exoneração, assumiu o cargo de Diretor, por um curto período, o professor (História/Geografia) Belarmino Aarão Crescêncio. Durante sua diretoria, implantou no Museu a campanha de divulgação “Você conhece o Museu?” interagindo com o Projeto “A escola no Museu”, cuja tentativa foi envolver a comunidade escolar no ambiente cultural, fazendo com que aumentasse consideravelmente a frequência de visitação.

Resultado desse projeto culminou com a realização de diversas “Exposições

Temporárias”, com temas diversos e de artistas locais. Diante do pouco tempo de direção e, devido a mudança de Prefeito, após as eleições de 1996<sup>152</sup>, o projeto foi paralisado e o diretor foi substituído. Recomeça tudo novamente.

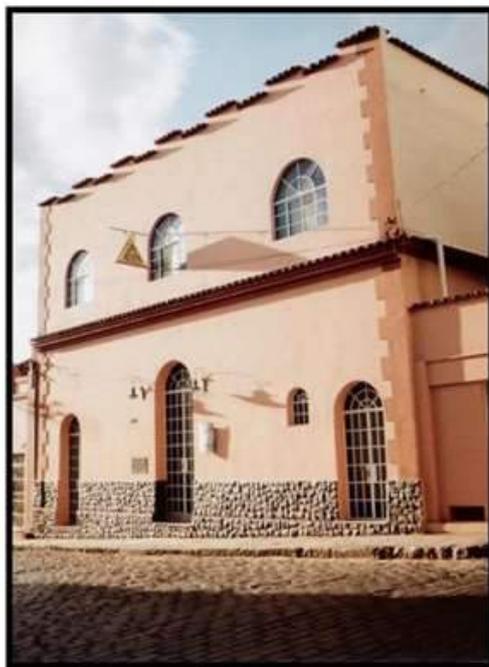


Figura 41-Museu Histórico Municipal- 1996  
Fonte: Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola(AHGC/MMC)

Em 1997, durante a administração do Prefeito Roberto Alves (1997 a 2000) foi criada, na estrutura da Prefeitura, a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Patrimônio Cultural<sup>153</sup> que era composta das seguintes Diretorias: Diretoria de Cultura; Diretoria de Turismo; Diretoria de Esporte e Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural. O Museu e Arquivo ficaram subordinados à Diretoria Municipal de Cultura.

Assume a Direção Municipal de Cultura nessa ocasião<sup>154</sup> a professora e poetiza Helen Queiroz. Mas, devido a inexistência de estrutura, funcionários e apoio financeiro, pede exoneração do cargo em 1998.

---

152 Em 1986 através da Lei Municipal nº 2.159 de 26 de setembro, o então Prefeito José de Oliveira, doou a área de 240m<sup>2</sup> sobre o prédio do Museu (2 º andar), para construção e instalação da sede da Loja Maçônica “Passos do Mestre”.

153 Junto da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte e Patrimônio Cultural, é criada a Lei nº 3.020 de 12 de Março de 1997 que “estabelece a proteção patrimonial cultural de Carangola” e o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural (Lei 2.228 de 18/03/1997). Ambos foram criados para adequar o Município de Carangola às exigências e Deliberações Normativas do Conselho Curador do IEPHA- MG, visando à inserção do município na captação e repasse do ICMS cultural- em função das ações de preservação do patrimônio.

154 A Diretoria Municipal de Cultura, torna-se o órgão responsável pelas diretorias do Museu e do Arquivo. Mesmo com regimentos internos, diretorias autônomas e conselhos específicos para o Museu e Arquivo, ambos ficavam sob a responsabilidade do Diretor de Cultura.

Assume a Direção provisória, o professor de História Eduardo Francisco Pimentel, que se dedica principalmente ao Museu e Arquivo. Tenta reorganizar o acervo do Museu com a elaboração do inventário e registro, realiza algumas exposições temporárias, transfere as outras partes dos processos cíveis e criminais findos para o Arquivo e tenta mobilizar uma nova campanha de doação, porém, com pouco sucesso.



Figura 42-Salas e Exposições do Museu 1997  
Fonte: Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola(AHGC/MMC)

Em 1999, diante da necessidade de contenção de gastos por parte da Prefeitura, a Secretaria Municipal de Cultural é extinta, atingindo também o Museu. O Diretor é exonerado com os outros três funcionários, ficando apenas uma funcionária auxiliar de serviços gerais para abrir e fechar o Museu. Em 2001, com a entrada do Prefeito Clério Knupp, é reativada a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte e Patrimônio Cultural, com a nomeação da Sr.<sup>a</sup> Claudia Monteiro Góes, como Secretária, porém o Museu continuou sem Direção, sem funcionários e sem atividades, sendo aberto ao público em alguns horários indefinidos.

No início 2002, período de chuvas intensas, o barranco que fica atrás do prédio, onde localizava o Museu desabou, atingindo salas e grande parte do acervo. Provocando a destruição de objetos e de documentos.



Figura 43-Salas alagadas atingidas pela queda do barranco -2002  
Fonte: Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola(AHGC/MMC)

Nessa ocasião, o Museu Histórico foi fechado temporariamente para reforma do prédio e o Arquivo Histórico Geográfico Municipal foi desmembrado e transferido para outro endereço<sup>155</sup>.

---

155 De 2001 a 2005 o Arquivo Histórico Geográfico Carangolense, foi transferido de endereço 4 vezes: Sala no Sindicato Rural, Casa do antigo IBC, Salas da FAFILE-UEMG e Antigo Prédio do Barbosa e Marques (endereço atual).

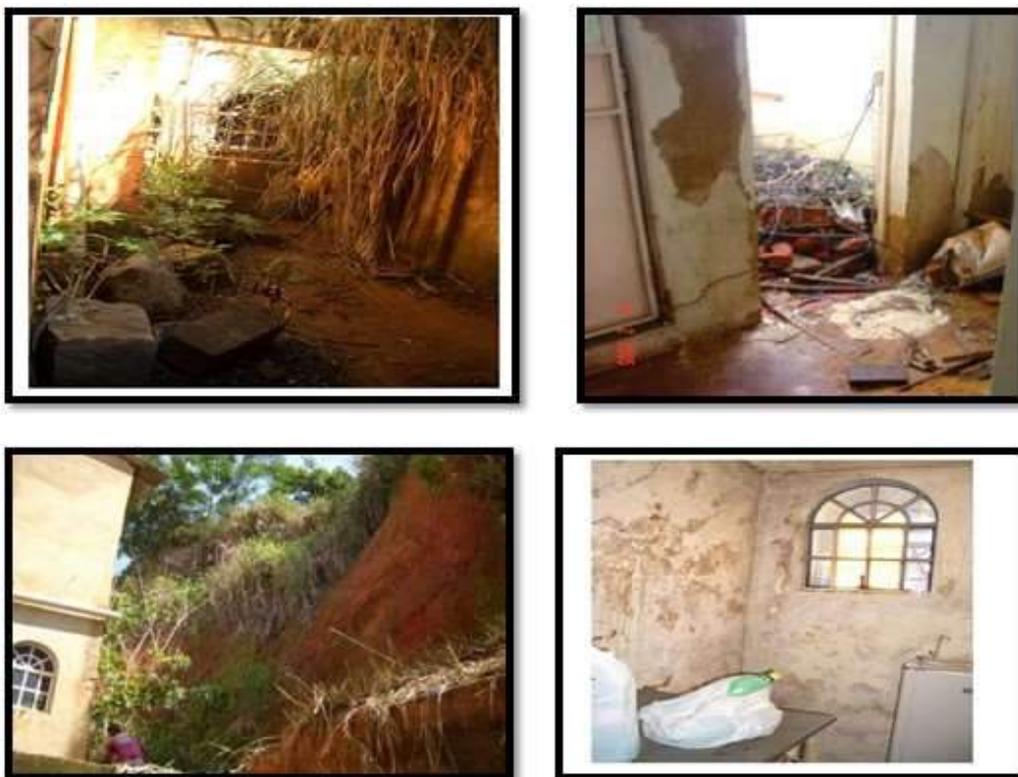


Figura 44-Salas atingidas pela queda do barranco -2002

Fonte: Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola(AHGC/MMC)

A museologia, a partir da segunda metade do século XX passou por grandes mudanças conceituais e paradigmáticas, porém o que podemos verificar através de nossa análise, é que essas mudanças muito pouco afetaram as ações do MHM, permanecendo praticamente o mesmo, por quase todo o tempo de trabalho dos diversos diretores que assumiram sua gestão. Entretanto, esses diretores, hoje esquecidos, foram os responsáveis pela constituição e a evolução (em alguns momentos estagnação e regressão) desse museu, que está longe de ser o mesmo de épocas anteriores e continua em permanente mutação, de acordo com fatores que vão muito além da estrutura, espaço físico, coleções e acervos ocupados, expostos e conservados por ele. Como destaca CHAGAS (2009, p.22)“os museus são práticas sociais”.

De 1992 a 2004 o Museu foi administrado e dirigido por várias pessoas, com projetos e com concepções bem diferentes. Mantido e, algumas vezes abandonado pela Prefeitura, mudou suas funções e papéis de acordo com as gestões administrativas municipais. Muitos objetos do acervo desapareceram e alguns foram destruídos por causas diversas, a maior parte dos documentos e registros do acervo também tiveram o mesmo fim.

Essa configuração da administração municipal foi e é um grande problema para a instituição, pois a cada gestão, as políticas, os profissionais e os trabalhos são paralisados e

alterados, não há continuidade nas ações. Como o Museu Histórico Municipal não possui um quadro de funcionários lotados ou específicos para o Museu, a instituição fica sem direção, sem planejamento e negligenciada. Fica exposta ao interesse do gestor municipal que, na maioria das vezes, não enxerga ou entende o Museu. Além desse quadro de interrupção das atividades com os problemas na estrutura organizacional e de gestão, os problemas na estrutura física e problemas de causas naturais, como alagamentos de parte das salas, queda de barranco próximo ao prédio, infestação de insetos, etc., agravaram ainda mais a situação do Museu, desgastando a relação da instituição com a comunidade que deixou de confiar e doar as peças. E o que é ainda mais grave, passou a frequentar menos o Museu. Por outro lado, podemos refletir sobre qual o grau de importância e participação da comunidade, na preservação e valorização do Museu. Se o poder público foi negligente, a população também não demonstrou interesse diante do seu patrimônio. O que fica claro nessa postura é o desinteresse que a comunidade carangolense tem em relação ao Museu Municipal como um local importante e seu. Mas mesmo com todas as dificuldades, o Museu resistiu e não foi extinto, como ocorreu com a Biblioteca Pública Municipal.

### **3.2.3 A primeira década do século XXI- O Museu Municipal de Carangola como espaço de reconhecimento e desenvolvimento social.**

Em 2004, com a eleição do Prefeito Dr. Fernando de Sousa Costa (gestão 2004-2009), a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Patrimônio Cultural e suas respectivas diretorias foram reativadas, sendo acrescentado no organograma da Secretaria, a Diretoria de Museu e Arquivo Histórico. Nessa nova estrutura da Prefeitura, o Museu Histórico Municipal, passou a denominar-se Museu Municipal de Carangola.

De 2004 a 2009 foi nomeada a Sr.<sup>a</sup> Amélia Maria Monteiro de Castro para a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Patrimônio Cultural de Carangola. À frente da Secretaria, a Sr.<sup>a</sup> Amélia em conjunto com seus diretores e equipe iniciaram uma série de ações, voltadas para sua pasta. Especialmente, no setor de Cultura e Patrimônio onde nosso objeto de pesquisa está inserido, podemos destacar dentre as ações: reativação e reorganização do Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico Cultural Municipal; elaboração do regimento interno do Conselho Deliberativo do Patrimônio; criação do Plano de Inventário do Patrimônio Cultural de Carangola, sendo, inventariado mais de 400 bens; organização do tombamento e registro de vários bens culturais do município (materiais e imateriais); coordenação da reforma

e recuperação de alguns bens tombados; elevação da pontuação do Município no ICMS/Cultural; modernização e reinstalação da Biblioteca Municipal “Breno Motta” em novo endereço no centro da cidade; instalação da Casa do Artesão; organização de exposições e cursos voltados para área cultural. Além de firmar parcerias com diversas instituições, tais como: FAVALE-UEMG,UFJF, UFV e outras.

Em 2005, aconteceu ainda a parceria entre a Secretaria Municipal de Cultura, MMC e o Museu de Arqueologia e Etnologia Americana, MAEA-UFJF para o salvamento e pesquisas no Sítio arqueológico “Córrego do Maranhão”. Em 3 anos de pesquisa, foram coletadas, higienizadas, catalogadas e transferidas para o Museu Municipal, mais de 23.000 fragmentos de cerâmica, alguns datados com pelo menos 1600±220AP.(OLIVEIRA,2008)

Em relação ao Museu Histórico Municipal, ainda em 2004, após alguns reparos e reformas no prédio (rua Pedro de Oliveira 2012, Centro), o Museu Histórico Municipal foi reaberto ao público, com a direção do professor Eduardo F. Pimentel.

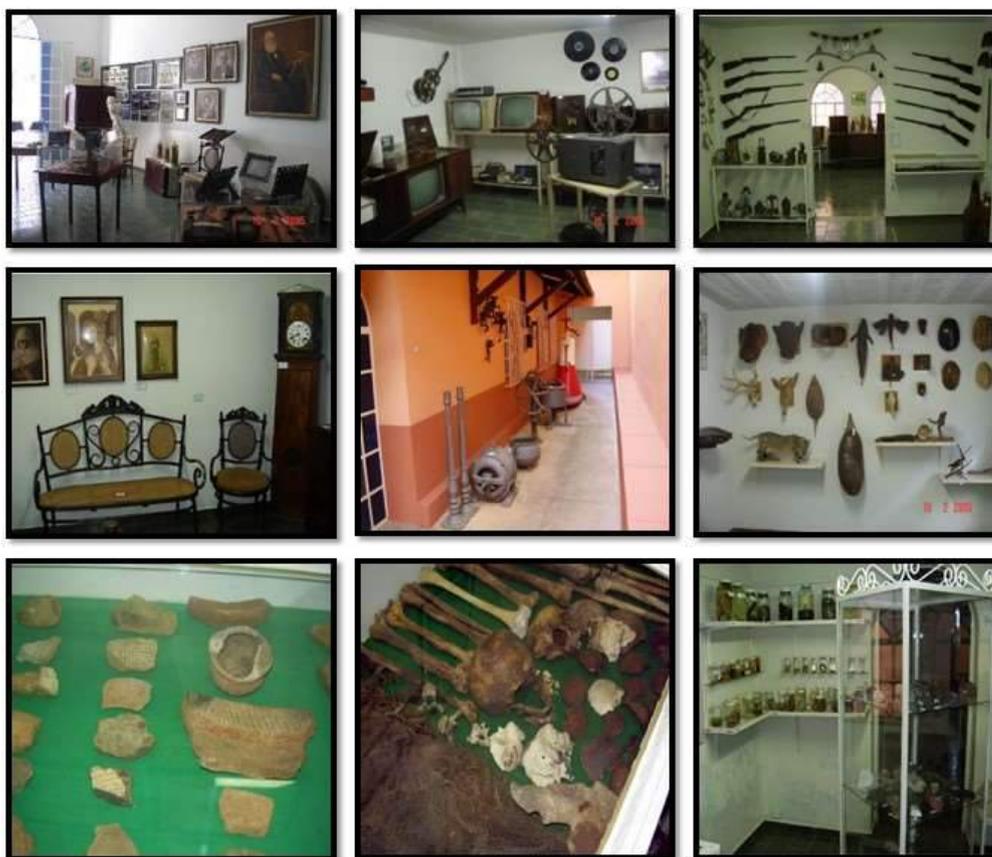


Figura 45-Museu Histórico Municipal- Salas de exposição -2005  
Fonte: Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola(AHGC/MM)

Em 2007, por intermédio da Secretária Municipal de Cultura de Carangola, foi estabelecido um Comodato de 30 anos entre a Prefeitura de Carangola e a Empresa Barbosa e

Marques (anexo 12), com o objetivo de utilizar um antigo galpão comercial, localizado na Rua Antônio Marques ao lado da Antiga Estação Ferroviária como nova sede do Museu Municipal.

A transferência do Museu para o presente prédio faz parte de um projeto que pretendia instituir um “Corredor Cultural” na cidade (Rua Antônio Marques), ao mesmo tempo um “Espaço de Memória”, com a instalação do Museu e Arquivo no prédio do Barbosa e Marques, a reforma e aproveitamento da Antiga Estação Ferroviária em Casa da Cultura, Biblioteca, Casa do Artesão, Auditório (pequeno teatro) e Centro de Informações Turísticas e a revitalização de antigos galpões e armazéns que estavam há anos abandonados<sup>156</sup>.



Figura 46-Desenho Projeto Corredor Cultural 2007  
Fonte: Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola(AHGC/MM)



Figura 47-Prédios e galpões Rua Antônio Marques  
Fonte: Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola(AHGC/MM)

---

<sup>156</sup> O Conjunto Arquitetônico da Rua Antônio Marques possui um conjunto arquitetônico marcante e expressivo (5 prédios em estilo Colonial - 6 prédios em estilo eclético -6 prédios estilo Art- Decor).

A Rua Antônio Marques, no início do século mais precisamente nos anos 1920, era o local mais movimentado e dinâmico da região. A Estação Ferroviária de Carangola, por ser o ponto final da Estrada de Ferro Leopoldina, tornou-se um verdadeiro centro comercial regional, atraindo produtores, comerciantes e trabalhadores de vários lugares.



Figura 58-Estação Ferroviária e Carangola – 1920 (ao fundo aparece o telhado da fábrica de macarrão da Empresa B&M, ao lado do escritório)

Fonte: Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola (AHGC/MM)

O prédio cedido para a instalação da nova sede do Museu foi construído em 1919, ao lado da Estação Ferroviária, pela Empresa Barbosa e Marques, fundada na cidade em 1915, sendo inicialmente uma pequena fábrica de sabão, que em poucos anos expandiu a produção e sua área de atuação, dedicando-se à produção de refino de açúcar, ao comércio atacadista, negociantes de café, agentes bancários, industrialização de massas alimentícias, macarrão e a produção de laticínios de manteiga e queijo. A empresa com sede em Carangola, criou filiais em várias cidades, inclusive, um grande escritório no Rio de Janeiro.



Figura 59-Prédio do Escritório e Armazém da Empresa Barbosa & Marques em 1919  
Fonte: Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola(AHGC/MM)

O prédio em estilo eclético foi construído para abrigar o escritório e o armazém de mercadorias. Entretanto, com o tempo assumiu diversas outras funções: escritório, armazém, banco, fábrica de gelo, depósito de bebidas, fábrica de queijo ralado, etc. O prédio foi utilizado até 1987, quando foi transferido o maquinário da produção de queijo ralado e o restante de equipamentos para a cidade de Governador Valadares (MG). Do final década de 1980 até 2007 o espaço ficou fechado sem nenhuma utilização.



Figura 60 Prédio do Escritório da Empresa Barbosa & Marques em 1985  
Fonte: Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola(AHGC/MM)

Em 2008, após uma ampla reforma do prédio, executada pela Prefeitura, o Museu e o Arquivo foram transferidos para o novo endereço, localizados na Rua Antônio Marques, 231. Em novembro de 2009 é reinaugurado e aberto ao público.



Figura 61-Museu Municipal de Carangola-2008  
Fonte: Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola(AHGC/MMC)

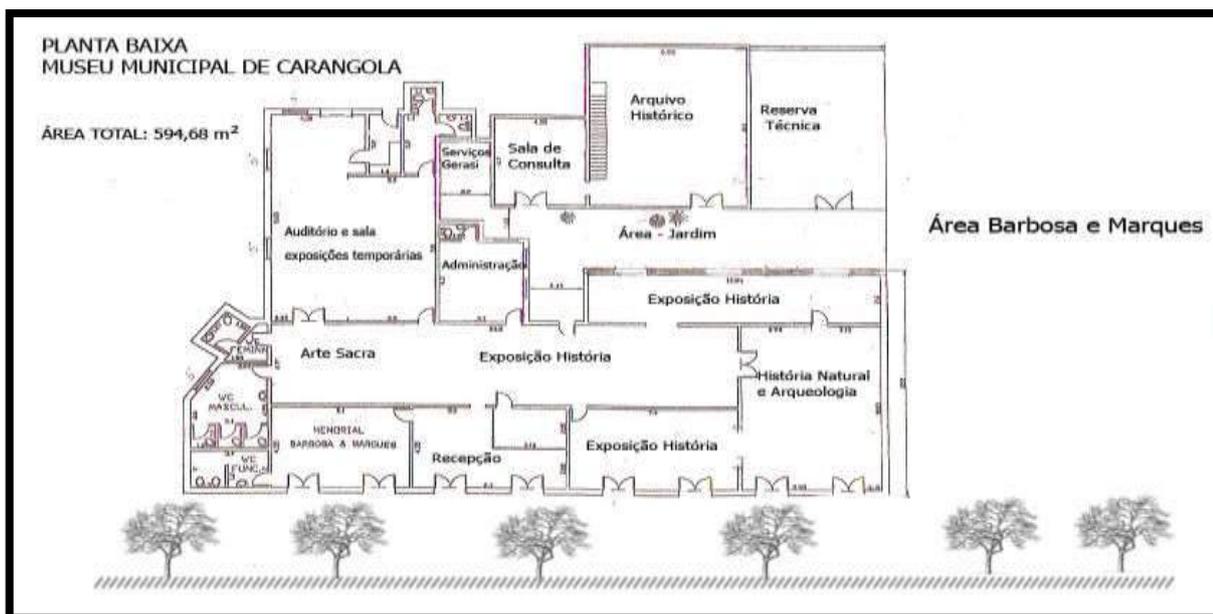


Figura 482-Planta baixa do Museu com espaços de exposições permanentes,2008.  
 Fonte: Arquivo Histórico o Museu Municipal de Carangola(AHGC/MMC)

No novo espaço do Museu Municipal Carangola, com área total 594, 68 m<sup>2</sup>, foi elaborada e organizada pelo então Diretor Eduardo Pimentel e equipe, a reestruturação das exposições permanentes do Museu e seus respectivos setores e seções que ficaram divididos em: Memorial Barbosa e Marques, História Regional, Arqueologia, Biodiversidade do Vale do Carangola - Fauna / Flora e Arquivo Histórico.

Memorial do Barbosa & Marques- Formado por objetos diversos, móveis, fotografias e documentos da empresa e de ex-funcionários do Barbosa e Marques;



Figura 63-Sala exposição Memorial Barbosa e Marques 2008  
 Fonte: Acervo Museu Municipal de Carangola(AHGC/MMC)

História Regional - Formado por objetos diversos, fotografias, utensílios, ferramentas, peças de arte sacra, mobiliário, armas, vestuário, obras de arte de artistas locais, objetos e documentos de personalidades da cidade e região;



Figura 64-Salas de Exposição Permanente –História Regional-2008  
Fonte: Acervo Museu Municipal de Carangola(AHGC/MMC)

Arqueologia- Formado por artefatos de cerâmica arqueológicas Tupi-guarani coletados no “Sitio Arqueológico Córrego do Maranhão” no Distrito de Alvorada e por artefatos, ossos e crânios coletados no “Sitio Arqueológico Toca dos Purís” no Distrito de Ponte Alta de Minas;



Figura 65-Salas de Exposição Permanentes -Arqueologia-2008  
Fonte: Acervo Museu Municipal de Carangola(AHGC/MMC)

Biodiversidade do Vale do Carangola - Fauna / Flora—Formado por espécimes de zoologia e história natural da região, animais taxidermizados, repteis e anfíbios, coleções entomológicas, amostras geológicas do território brasileiro (rochas e minerais), amostras da flora regional e botânica;



Figura 49-Salas de Exposição Permanentes – Biodiversidade do vale do Carangola- Fauna/Flora

Fonte: Acervo Museu Municipal de Carangola(AHGC/MMC)

Arquivo Histórico<sup>157</sup>- Formado por documentos da região que antes eram distritos de Carangola. O acervo é composto por: documentos do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, Documentos e registros cartoriais, documentos de instituições públicas e particulares, coleções de fotografias da cidade, coleções de Jornais locais e regionais, mapas da região e plantas cadastrais;



Figura 50-Setor de Arquivo Histórico-2008

Fonte: Acervo Museu Municipal de Carangola (AHGC/MMC)

---

<sup>157</sup> Na reestruturação proposta em 2008, Arquivo Histórico Geográfico Carangolense, passa a configurar como um setor do Museu Municipal de Carangola.

Na classificação e inventário do acervo, foi adotado como modelo as orientações da publicação “Caderno de Diretrizes Museológicas 1”, de 2002, da Secretaria de Estado da Cultura e Superintendência de Museus de MG.

O grande problema enfrentado no processo de inventário e catalogação foi a ausência de informações sobre o acervo: origem, doadores, data, data de entrada no museu e outros. A maior parte dos registros e documentos relativos ao acervo desapareceram em gestões passadas e alguns objetos nem registrados foram. A informação que existe sobre o acervo, limita-se a uma simples ficha de identificação, que fica em exposição próxima ao objeto. Essas fichas geralmente apresentam os seguintes campos e informações: Objeto, Época, Pertenceu a Doador e Data de Doação.

Do ponto de vista documental da informação, o acervo é um grande depósito de objetos sem referências e história. Diante da inexistência de informações e desaparecimento das fichas de inventário que foram iniciadas durante as gestões das diretorias anteriores o trabalho de registro e catalogação foi praticamente (re) iniciado do zero. Na ocasião, foi elaborada e adotada uma ficha de classificação do acervo a partir do modelo proposto pelo Caderno de Diretrizes Museológicas, Vol. 1, publicação da Secretaria de Estado da Cultura e Superintendência de Museus de Minas Gerais. Entretanto o processo de registro, catalogação e classificação do acervo, só ficou no “projeto”, sendo apenas iniciado alguns registros e logo após paralisadas as ações, por motivo de exoneração da direção e equipe do Museu Municipal de Carangola.

A diversidade de acervos e categorias contempladas refletem a história do Museu. Desde os anos 1950, a população sempre participou doando peças para, tendo momentos de alta e baixa. Em muitos casos, a doação era feita com o objetivo de perpetuar a história da família, marcar de alguma maneira, através do objeto no Museu, a presença e referência da família na história da cidade. Em outros casos, doavam objetos que consideravam importantes para a história do município ou que pudessem fazer referência a algum fato ocorrido na cidade ou região ou à determinada pessoa. Um episódio que exemplifica essa interpretação, ocorreu quando estive Diretor do Museu: um senhor de origem simples, apareceu no Museu com alguns exemplares de tijolos de barro -“tijolos rapadura” para doar. Segundo ele, os tijolos haviam sido recolhidos após a demolição de um casario antigo próximo a sua residência. Os tijolos tinham como marca duas letras “T L” e constituíam peças fabricadas por uma extinta olaria do bairro. Essa mesma olaria teria sido a que fabricou os tijolos de diversas casas da cidade, inclusive os tijolos usados na construção da antiga Estação Ferroviária. Sobre a veracidade das informações

ele argumentou que quando criança conheceu um dos ex-funcionários da olaria e que este sempre contava sobre a grandiosidade e produção da extinta fábrica de tijolos.

Além dessas formas de doação, também existem aqueles doadores, que querendo desocupar seus quartos e depósitos levavam os objetos para o Museu. Como a instituição nunca possuiu uma política de aquisição com regras e normas para aceitar as doações, muitos objetos sem nenhuma referência (histórica, artística, científica e documental), foram incorporados ao acervo, o que agravou a situação documental do acervo e ainda provoca grandes problemas para a instituição: falta de informações, falta de espaço e a impossibilidade de descarte destes objetos.

Sobre o perfil social dos doadores, podemos considerar que são bem diversos. Como primeiro exemplo, podemos citar o poder público (municipal), que muitas vezes a doação ocorre de forma natural, no processo diretamente administrativo. O objeto que está em desuso ou substituído por outro mais moderno ou possui alguma conotação, referência ou relevância (histórica, artística etc), é automaticamente levado para o Museu. O doador é a Prefeitura ou Câmara, que geralmente através do Secretário ou responsável pelo setor de origem do objeto, transfere-o mesmo para Museu.

Sobre a doação das instituições privadas ou associações e outras, o processo é parecido. Geralmente é na pessoa do Presidente, do Conselho ou a Diretoria que autoriza a doação e a transferência dos objetos.

Sobre os doadores particulares, não existe um perfil social determinado, existem pessoas de extratos sociais bem diversos. Alguns possuem condições sociais privilegiadas e maior grau de escolaridade, como membros de famílias mais tradicionais da cidade e profissionais liberais, como médicos, advogados, engenheiros, empresários, professores, etc., e outros de origem mais simples, trabalhadores diversos, agricultores e moradores da cidade.

Nesse período, o quadro de funcionários do Museu era formado pelos seguintes cargos e funções: Diretor (com formação em História); Chefe de Arquivo Histórico (Com formação em História), Coordenador de Artes e Artesanato (Artesão), estagiário de História (01), Biologia(01), Turismo(01), Pedagogia(01), Cientista da Informação(01), Agente Administrativo(01), Auxiliar de Limpeza(02), Auxiliar de Serviços Gerais(01) e Guardas mirins(2).

Dentro das ações do Museu, iniciadas nesse período, destacam-se a implantação do Programa de Educação Patrimonial do MMC, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e a Superintendência Regional de Ensino de MG e o Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da UFJF; o estabelecimento de convênios e parcerias com a FAVALE-UEMG, MAEA-UFJF, Museu da Terra da UFV, e outros; organização de exposições temáticas

temporárias; visitas guiadas; palestras; participação no “Salvamento do Sítio Arqueológico Córrego do Maranhão”; higienização, organização e digitalização parcial do acervo do Arquivo Histórico. Novamente foi iniciado o registro e inventário do acervo do Museu. Além de participar de alguns eventos e ações promovidas pelo IBRAM, tais como a Semana de Museus, Fórum de Museus etc.; e pela Secretaria Estadual de Cultura de MG, como o “Encontro dos Museus Mineiros”.

Com as mudanças do Museu, inclusive em sua denominação, que passou a designar “Museu Municipal de Carangola - MMC”, foi elaborada uma nova marca (novo brasão) para a instituição. Além disso, foi organizada uma campanha de divulgação do Museu e do novo espaço, na cidade e região.



Figura 51- Brasão do Museu Municipal de Carangola-2008  
Fonte: Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola(AHGC/MMC)

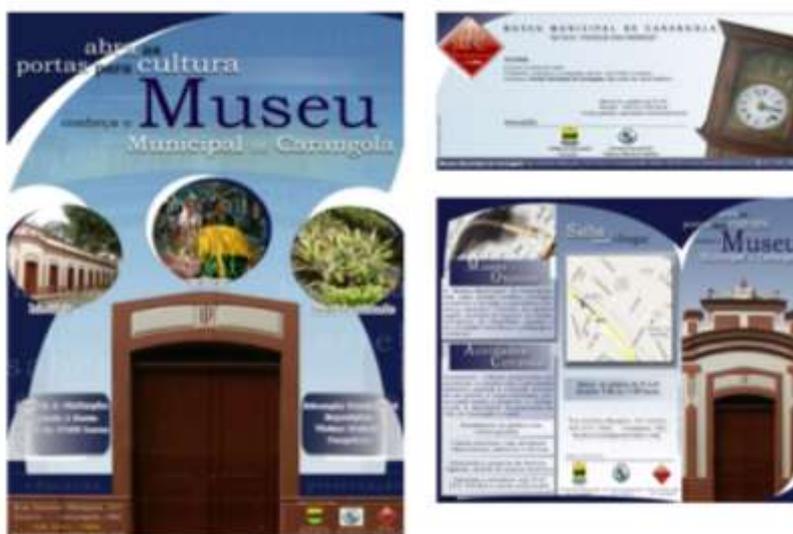


Figura 69-Material de Divulgação Museu Municipal de Carangola-2008  
Fonte: Arquivo Histórico do Museu Municipal de Carangola(AHGC/MMC)

Além desses aspectos, em 2009, foi aprovado pelo Fundo Estadual de Cultura – FEC, o projeto “Museu Municipal de Carangola: Dinamizando o Museu para uma Comunidade

em Transformação”, que teve como objetivo a modernização e dinamização do Museu para uma maior integração com a comunidade. A instituição foi contemplada com o valor de R\$ 45.000,00 reais para dinamização do Museu e compra de equipamentos, computadores, televisores, scanners, projetores, vitrines, etc.

Outra ação que estava sendo organizada e em debate pela a equipe do Museu juntamente com a Secretaria Municipal de Cultura e Conselho Deliberativo de Preservação do Patrimônio Cultural, era a atualização do Regimento Interno do Museu e sua regulamentação jurídica administrativa. Contudo, no ano de 2010, o Prefeito Dr. Fernando de Souza Costa, que exercia o segundo mandato, foi cassado devido acusação de irregularidades na campanha eleitoral. Com a saída do Prefeito e a posse do Dr. Patrick Neil Drummond, todo o secretariado, diretores e conselheiros foram substituídos. Para o Museu, foi nomeada uma nova Diretora, a professora Cristina Salerno, que após seis meses foi substituída pelo professor Randolpho Radsack (Professor de História). Nesse período, foram mantidos alguns dos mesmos funcionários e estagiários: Auxiliar de serviços gerais(3), Auxiliar de limpeza(1), Agente Administrativo(1), Biólogos (2 um estagiário e um contratado), Cientista da Informação(1) e Guarda Mirins (2).

Na direção, Randolpho Radsack tentou dar continuidade em parte do projeto, realizando e participando de alguns eventos como Semana de Museus, Semana Acadêmica da FAFILE, etc.; organizou algumas exposições temporárias, visitas guiadas, implantou o Site do Museu Municipal de Carangola, firmou parceria com escolas e homenageou os criadores do Museu e algumas personalidades carangolenses, (Jayro Hosken, Rogerio Carelli, Paulo Mercante), e iniciou uma outra relação de inventário do Arquivo Histórico.

Randolpho Radsack permaneceu na direção de 2010 a 2012, quando foi exonerado em novembro, dois meses antes de terminar o mandato do Prefeito. O Prefeito exonerou toda a Secretaria de Cultura, diretores e funcionários contratados com a justificativa de economizar. Da posse do novo Prefeito Luiz Cesar Soares Ricardo, em 2013, até a presente data não foi designado ou nomeado nenhum Diretor ou equipe para o Museu de Carangola. Atualmente, o Museu, conta com apenas três funcionários: um agente administrativo, uma auxiliar de limpeza e um fiscal de posturas, que responde pelo Museu.

Com a exoneração da equipe, direção e abandono do Museu, todas as atividades administrativas, culturais, técnicas e manutenção paralisaram. O acervo está completamente desorganizado, sujo, alguns deteriorando e correndo alto risco de destruição. Somam-se a isso as condições do prédio, que mesmo após a reforma em 2007, apresenta goteiras no telhado, infiltrações, vandalismos etc. As atividades culturais, administrativas e técnicas não estão sendo efetuadas, primeiro pela falta de qualificação e reduzido número de funcionários; segundo, pelo

baixo orçamento direcionado às questões básicas de manutenção, por exemplo falta material de limpeza e falta material de escritório.

Diante do abandono e da paralisação das atividades e ações do Museu, alguns membros da cidade procuraram o Prefeito em várias ocasiões, solicitando uma maior atenção com o Museu Municipal, com seu acervo, direção e prédio. No entanto, o Prefeito em uma das ocasiões justificou não ter dinheiro e que a prioridade de seu governo é outra: obra, saúde e pagar as dívidas da gestão passada, “a cultura e museu não é prioridade no momento”, argumentou ainda, que não vai investir em um prédio que não é público, o prédio onde está instalado o Museu está em Comodato.

Perante a negligência do Prefeito, o mesmo grupo procurou a Câmara Municipal, que entendeu como prioridade a questão do Museu, mas suas ações não passaram de discursos, as ações concretas não foram efetivadas até o momento. O Ministério Público também foi acionado e diante da denúncia, exigiu do Poder Executivo que efetuasse algumas providências para resolução dos problemas do Museu. Porém, a burocracia, o trâmite e a morosidade da justiça brasileira adiam a resolução do caso, as providências e as ações efetivas para solucionar os problemas do Museu ainda não saíram do papel.

Ao retomarmos o nosso objetivo de pesquisa e tentar responder ou concluir algumas questões propostas, como a de identificar as apropriações do museu pelos diferentes atores da comunidade, bem como verificar se o Museu foi feito pela comunidade ou para a comunidade e na caracterização do Museu Municipal de Carangola, podemos inferir, que ao longo de toda a trajetória da história deste Museu (Museu Histórico-Geográfico-Científico Carangolense, ou Museu Histórico Municipal), o Museu, desde sua idealização, suas diversas concepções, constituição e instalação, partiram da iniciativa de personagens muito pontuais, de uma modesta participação da comunidade na execução do Museu (através de doações) e igual ou menor proporção da ação do Poder Público Municipal na concretização e consolidação da Instituição.

Em nossa análise, procuramos verificar adequação do Museu Municipal de Carangola ao Decreto nº 8.124 de 17/10/2013; que institui o Estatuto de Museus. Conforme o Estatuto de Museus em seu Capítulo I – Disposição Preliminares, o Art. 1º. IX, os museus são:

Instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, Estatuto de Museus, 2013)

Segundo o Estatuto, o Museu tem como princípio fundamental a promoção da cidadania, o cumprimento da função social, preservação do patrimônio cultural, o acesso e a inclusão social, o respeito e a valorização da diversidade cultural (Art.2). Apresenta ainda como

função básica a: “Preservação” do patrimônio cultural musealizado, as ações de identificação, restauração, conservação e segurança do acervo; a “Pesquisa” com suporte para todas as áreas do museu e a “Comunicação” como tarefa de propagação cultural - publicações, exposições, seminários, cursos e fóruns.

E tem como competência- Art.4ºCompete aos museus, públicos e privados:

- I- Registrar os atos de criação, fusão, incorporação[...]
  - II- Inserir e manter atualizados as informações:
    - a. no Cadastro Nacional de Museus, quando cadastrados;
    - b. no Cadastro de Bens Culturais Musealizados Desaparecidos;
    - c. no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados;
  - III- manter atualizada documentação sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários em consonância com Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados;
  - III- garantir a conservação e segurança do seu acervo;
  - IV- garantir a acessibilidade universal;
    - a. formular, aprovar ou, quando for o caso, propor para aprovação da entidade a que se vincule, sua política de aquisições e descartes de bens culturais que integrem os seus acervos;
- [...] (BRASIL, Estatuto de Museus, 2013)

O Estatuto também regulamenta a Organização dos Museus, sobre a necessidade do Regimento interno<sup>158</sup> (Título III- Capítulo I. Art.22.) da obrigatoriedade do Plano Museológico<sup>159</sup> (Lei nº 11.904/2009e Título III- Capítulo II. Art.23), do tratamento Do Patrimônio Museológico (Título III- Capítulo II. Art.24),e outros:

Art.22. As entidades públicas e privadas definirão a inserção dos museus em sua estrutura organizacional e aprovarão os seus regimentos internos.

Art.23.É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico, instrumento de planejamento estratégico do museu, que definirá sua missão e

---

<sup>158</sup> Regimento Interno: documento de organização interna do museu que traz as definições importantes para o funcionamento da unidade. Podem fazer parte do regimento interno, por exemplo, a estrutura administrativa; as responsabilidades das unidades; as atribuições de dirigentes e servidores; as regras de funcionamento de órgãos colegiados; diretrizes sobre a associação de amigos; as disposições sobre o público como horários, restrições à entrada, necessidade de agendamento de visita; diretrizes para exercício das atividades de segurança, vigilância e gestão de risco; regras para a cobrança de ingressos, reprodução de bens ou aluguel de instalações. Abrange definições originadas no museu como a aplicação de diretrizes estabelecidas pela entidade a qual esteja vinculado. O regimento é importante por formalizar os procedimentos a serem seguidos e as responsabilidades envolvidas, permitindo visibilidade e favorecendo a comunicação aos envolvidos. Disponível em <https://www.museus.gov.br/presidencia-publica-decreto-que-regulamenta-o-estatuto-de-museus/>> Acesso em 10/06/2015.

<sup>159</sup> Plano Museológico: é considerado ferramenta básica do planejamento estartegico (arts. 45 a 47), devendo definir sua missão básica e função específica contemplando os seguinte itens: o diagnostico participativo da instituição; a identificação dos espaços e do patrimônio sob a guarda do museu

função específica na sociedade[...]

Art.24. Os museus deverão formular, aprovar ou, quando for o caso, propor para aprovação da entidade a que se vinculem, uma política de aquisições e descartes de bens culturais, que será atualizada periodicamente. (BRASIL, Estatuto de Museus, 2013)

Bem como a Gestão dos Museus Públicos (Título V- Capítulo I Gestão) que estabelecerão seu regimento interno, vinculados ao ente federado, que o Poder Público competente estabeleça um plano anual prévio<sup>160</sup>, fundamentado no plano museológico do museu, visando garantir o funcionamento e o cumprimento das finalidades.

Nos termos da regulamentação do Estatuto, podemos afirmar que atualmente o Museu Municipal de Carangola não atende ou está adequado, nem parcialmente se formos mais incisivos, aos princípios fundamentais de promoção da cidadania, preservação, da valorização e respeito à diversidade cultural, o acesso e a inclusão de suas funções sociais. Bem como, não atende as funções básicas de Preservação, Pesquisa e Comunicação. Também não assume suas competências: registro, inventário, atualização das informações, garantia da conservação, segurança do acervo e acessibilidade. Portanto, podemos considerar que não possui e não assume a Organização e Gestão que tem como incumbência os Museus Públicos, ou seja, o Regimento Interno existe, mas não vigora, inexistente a proposta de implementação de um Plano Museológico, assim como de um Plano Anual Prévio, de Políticas de aquisição e descartes etc. Diante da pesquisa que realizamos podemos inferir que esta é a realidade da maioria dos museus municipais e que o Museu Municipal de Carangola não é um caso isolado.

### **3.3. A comunidade e o Museu Municipal de Carangola**

No presente capítulo, analisamos através das respostas adquiridas com a aplicação dos questionários, um panorama aproximado da opinião dos moradores de Carangola sobre o Museu Municipal: quais são suas funções, o papel desempenhado e se é uma instituição importante e valorizada pela comunidade e pelo poder público.

---

<sup>160</sup> O Plano Anual Prévio é previsto no Estatuto para museus públicos, e é denominado de Plano Anual de Atividades e deverá ser fundamentado no Plano Museológico de cada museu. Este plano deverá ser estabelecido entre o Museu e a entidade a que está vinculado, tendo o propósito de dar visibilidade para os recursos a serem destinados ao museu e ao desempenho esperado da unidade. É um instrumento que permitirá a unidade mantenedora alocar os recursos e definir as metas de desempenho. Disponível em <https://www.museus.gov.br/presidencia-publica-decreto-que-regulamenta-o-estatuto-de-museus/>> Acesso em 10/06/2015.

Para atingir o objetivo de nossa investigação e conclusão da opinião da comunidade carangolense sobre o Museu, adotamos como metodologia a aplicação da categoria de Survey exploratório. Segundo Freitas: “[...] é um método de coleta de informações diretamente de pessoas a respeito de suas ideias, sentimentos, saúde, planos, crenças e de fundo social, educacional e financeiro”. A coleta de informações é feita através de questionários, aplicados no público alvo escolhido para realização da pesquisa (FREITAS, 2000, p. 107)

Para Freitas, a categoria Survey Exploratória tem o objetivo de familiarizar-se com um determinado tópico, ou assunto, e dar ênfase na determinação de conceitos iniciais e na determinação de quais “conceitos devem ser medidos e como devem ser, busca descobrir novas possibilidade e dimensões da população de interesse” ( 2000, p.106).

Na elaboração do questionário, formulamos 22 questões, divididas em três blocos de perguntas. Nestas perguntas, utilizamos como opções de respostas, questões de múltipla escolha, opções de sim ou não e questões abertas. Questionário completo no anexo 13.

O primeiro bloco de questões, composto por 2 perguntas, foram direcionadas para obter as informações mais gerais sobre Museu e qual a opinião do entrevistado sobre Museu:

**1) VOCÊ JÁ VISITOU ALGUM MUSEU?**  
( ) Sim ( ) Não Qual e onde? \_\_\_\_\_

**2) PARA VOCÊ UM MUSEU É:**  
(Marque as 3 opções que considera mais importantes)

( ) Lugar de coisas antigas	( )Lugar de história e memória
( ) Lugar de arte e cultura	( )Lugar turístico e de valor econômico
( )Lugar de pesquisa, educação e aprendizagem	( ) Lugar de pesquisas científicas
( )Lugar sem importância e de pouca utilidade	

Figura 70-Questões 1 e 2 do questionário  
Fonte: Elaborado pelo autor

O segundo bloco de perguntas teve por função verificar o conhecimento e a opinião do entrevistado sobre a existência, a função, o reconhecimento e a valorização do Museu Municipal de Carangola, pelos moradores e pelo poder público. As perguntas aplicadas neste bloco foram:

**3) VOCÊ SABE QUE EXISTE UM MUSEU EM CARANGOLA?**  
(Marque apenas 1 opção)  
 Sim  Não (se a resposta for NÃO pule para a **pergunta 10**).

**4) COMO SOUBE DA SUA EXISTÊNCIA?**  
(Marque apenas 1 opção)  
 escola  amigos  família  imprensa /internet  Outros \_\_\_\_\_

**5) JÁ VISITOU O MUSEU DE CARANGOLA?**  
 Sim  Não (se a resposta for NÃO pule para a **pergunta 9**).

**6) QUANTAS VEZES?**  
 apenas 1 vez  1 a 5 vezes  mais de 5 vezes

**7) O QUE TE LEVOU A VISITAR O MUSEU?**  
(Marque apenas 1 opção)  
 Pesquisa ou atividade escolar  Curiosidade  Passeio e lazer  Exposição/evento  Outros \_\_\_\_\_

**8) NA VISITA AO MUSEU O QUE TE CHAMOU MAIS ATENÇÃO NO ACERVO E EXPOSIÇÃO?**  
(Marque apenas 1 opção)  
 Setor de História (objetos, fotografias, moveis, documentos, etc)  
 Setor de Arqueologia ( artefatos indígenas, ossadas indígenas etc.)  
 Setor de História Natural (animais "empalhados" (taxidemizados), coleções de inseto, etc.)  
 Setor de Arquivo Histórico (livros , documentos, processos, jornais etc)

**9) QUAL O MOTIVO DE AINDA NÃO TER VISITADO O MUSEU?**  
(Marque apenas 1 opção)  
 falta tempo  não sabia  desinteresse  Falta de oportunidade  outros \_\_\_\_\_

**10) NA SUA OPINIAO A POPULAÇÃO DE CARANGOLA RECONHECE E VALORIZA O MUSEU COMO UM LOCAL IMPORTANTE DE SUA HISTORIA E IDENTIDADE?**  
 Sim  Não

**11) E O PODER PUBLICO (REPRESENTANTES POLITICOS) VALORIZAM O MUSEU COMO UM LOCAL IMPORTANTE?**  
 Sim  Não

**12) QUAL É O PAPEL DO MUSEU MUNICIPAL DE CARANGOLA?**  
(Marque as 3 opções que considera mais importantes)  
 Preservar a história, a tradição, a memória local, os fatos e objetos importantes da cidade e do município.  
 Contribuir com a aprendizagem, o conhecimento, a pesquisa e a educação.  
 Ser um espaço de desenvolvimento social, de cidadania, de debates, de participação e interação da comunidade na melhoria do município.  
 Um espaço potencialmente econômico e turístico, para a comunidade e região.  
 Com pouca ou nenhuma função no município.

**13) ATUALMENTE O MUSEU MUNICIPAL DE CARANGOLA EXERCE ESSES PAPEIS OU FUNÇÕES?**  
 Sim  Não  Em partes

**14) VOCÊ CONSIDERA QUE SUA HISTÓRIA ESTÁ REPRESENTADA NO MUSEU MUNICIPAL DE CARANGOLA?**  
 Sim  Não

**15) NA SUA OPINIAO O QUE FALTA OU DEVERIA MUDAR NO MUSEU MUNICIPAL DE CARANGOLA ?**  
(Resposta opcional)

Figura 71-Questões 3 a 15 do questionário  
Fonte: Elaborado pelo autor

Já no terceiro bloco de questões, priorizamos os dados gerais do entrevistado: sexo, idade, profissão, formação e escolaridade, quanto tempo residia na cidade e qual bairro:

**Dados do entrevistado**

**16) SEXO**  Masculino  Feminino

**17) IDADE:**  16 a 20  21 a 40  41 a 60  acima de 61

**18) PROFISSÃO/OCUPAÇÃO:** \_\_\_\_\_

**19) NIVEL DE ESCOLARIDADE ?**  
 Ensino Fundamental  completo  incompleto  
 Ensino Médio  completo  incompleto  
 Superior  completo  incompleto Curso: \_\_\_\_\_  
 Pós Graduado :  completo  incompleto Curso: \_\_\_\_\_

**20) NASCEU EM CARANGOLA?**  
 Sim  Não

**21) MORA A QUANTO TEMPO NA CIDADE DE CARANGOLA ?**  
 Menos de 1 ano  1 a 10 anos  10 a 20 anos  mais de 20 anos  Não moro na cidade

**22) EM QUAL BAIRRO MORA ATUALMENTE?** \_\_\_\_\_

**NOME**(opcional): \_\_\_\_\_ **DATA DA ENTREVISTA** \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015

Figura 72- Dados do entrevistado  
Fonte: Elaborado pelo auto

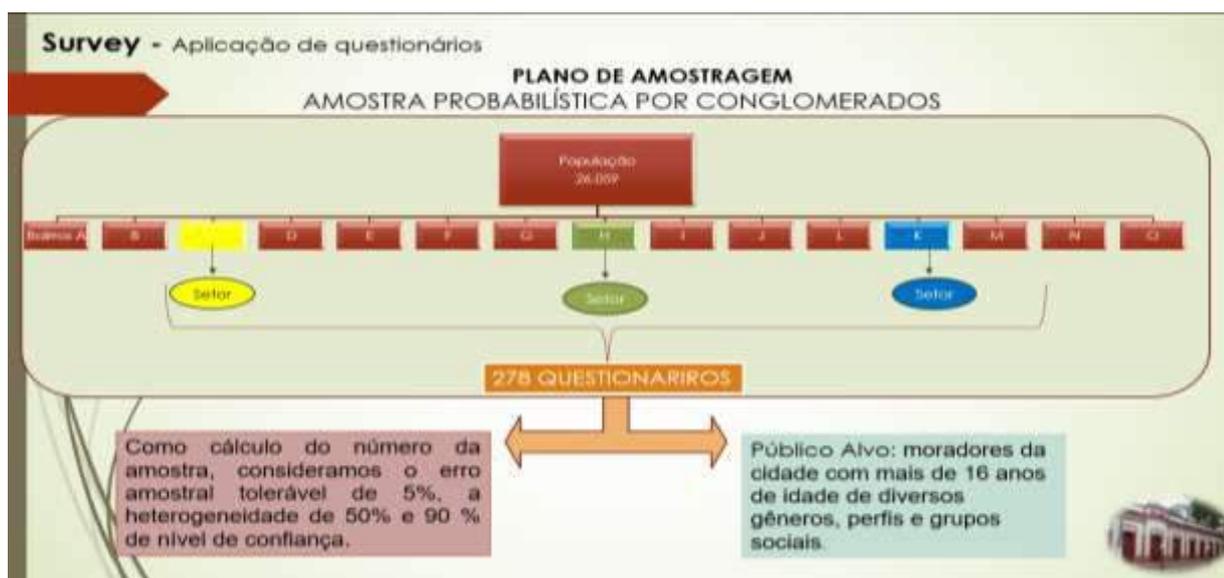


Figura 73- Plano de Amostragem por Conglomerados  
 Fonte: Elaborado pelo autor

Em nossa investigação adotamos a Amostragem Probabilística Por Conglomerados (MARCONI e LAKATOS, 2002, p.282), ou seja, de uma população de 26.059 habitantes<sup>161</sup> no perímetro urbano, distribuídas em 16 bairros existentes no município de Carangola, sorteamos 3 bairros, dentro dos respectivos setores e residências, seguindo o princípio da aleatoriedade.

Segundo dados da Prefeitura de Carangola, atualmente o Município possui 30 bairros, 20 comunidades rurais e 03 distritos. Entretanto, para o IBGE, os principais bairros da Cidade e respectivas populações são: Triângulo(5.350); Centro(3.369); Santo Onofre(1.942); Santa Maria(1.630); Caixa D'água(1.535); Chevrand(1.435); Eldorado(1.158); Coroado (1.125); Aeroporto(908); Amendoeira(843); Ouro Verde(772); Panorama(744); Santa Emília(586); Varginha(433), Floresta(317) e demais Setores (10.149);

<sup>161</sup> Segundo o IBGE, Censo de 2010, o Município de Carangola MG, apresenta uma área territorial de 353,404 Km<sup>2</sup> com uma população estimada para 2014 de 33.412 habitantes e uma população em 2010 de 32.296 hab. sendo 26.059 hab. no perímetro urbano e 6.237 na zona rural. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=311330&search=minas-gerais|carangola|infograficos:-informacoes-completas> Acesso em 01/07/2015

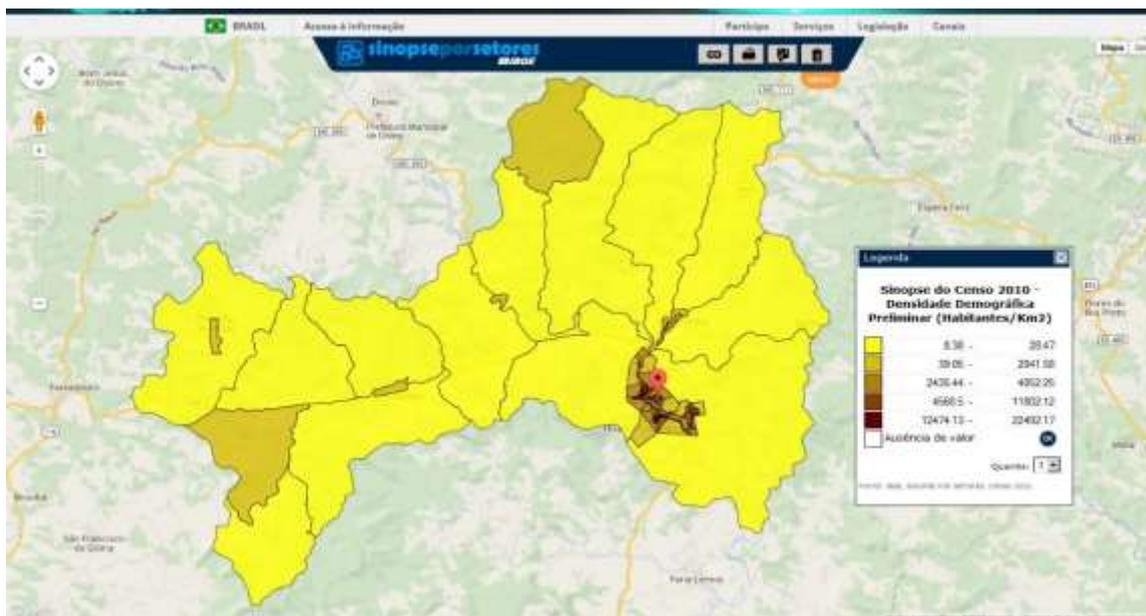


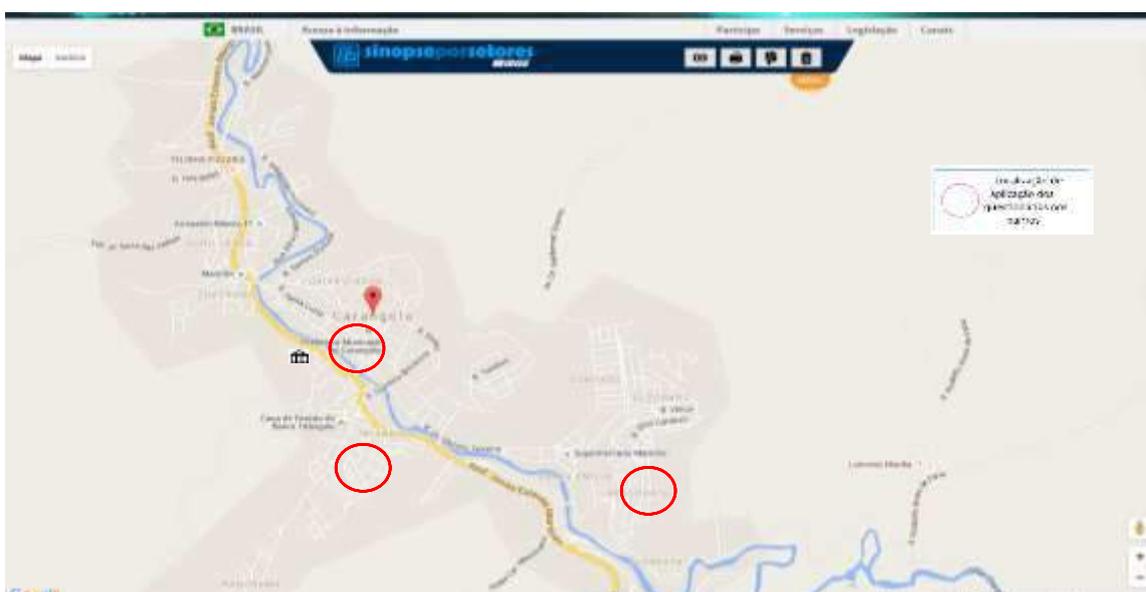
Figura 52- Mapa do Município com divisão dos setores no distrito sede.  
 Fonte: <http://cod.ibge.gov.br/1OZ9P>

Na pesquisa foram sorteados para aplicação dos questionários, os seguintes bairros: bairro do Triângulo (20,53%), bairro Centro (12,92%) e bairro Aeroporto (3,4%), que juntos correspondem a uma população de 9.627 habitantes, apresentado um percentual de 37% do total da população urbana do município de Carangola.

Figura 75-Mapa do perímetro urbano da cidade de Carangola com os bairros sorteados para a aplicação dos questionários.

Fonte : <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=mn>  
 (Elaborado pelo autor)

O IBGE em sua metodologia de pesquisa divide o município em bairros e os bairros em vários setores: Bairro X- setor A, setor B, Setor C; Bairro Y- setor A, setor B, etc. Escolhemos



aleatoriamente para nossa pesquisa o “SETOR B” nos três respectivos bairros sorteados. E para a aplicação do questionário nas residências, adotamos a Amostragem Sistemática nas casas do setor B que terminavam em 5 (05, 15,25, 35,45...).

Foram distribuídos 278 questionários proporcionalmente pelos bairros e setores sorteados. No bairro do Triângulo com uma população de 5.350 habitantes, que corresponde a um percentual de 55,57 % da população dos três bairros sorteados, foram aplicados 152 questionários, no bairro Centro com uma população de 3.369 habitantes, que corresponde a 34,99%, aplicamos 97 questionários e no bairro Aeroporto, que conta com uma população de 908 habitantes, 3,4% do total urbano, distribuimos 29 questionários. A aplicação de 278 questionários pode parecer pouco no universo de uma população de 26.059hab., entretanto, nesse cálculo do número da amostra, foi considerado o erro amostral tolerável de 5%, a heterogeneidade de 50% e 90% de nível de confiança.

Segundo Marconi e Lakatos (2002, p.282), as técnicas de amostragem probabilísticas, ou aleatórias, ou ao acaso, é a amostragem em que cada elemento da população tem a mesma chance de ser escolhida para compor a amostra e a escolha da amostra por conglomerados, apresenta os melhores resultados possíveis, além de reduzir substancialmente os custos de obtenção da amostra sem comprometer a precisão da pesquisa.

O público alvo escolhido para aplicação dos questionários foi os moradores da cidade, residentes nos bairros citados acima. Todos eles com mais de 16 anos de idade, de diversos gêneros, perfis e grupos sociais. Os questionários foram aplicados durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2015.

A aplicação dos questionários a um público heterogêneo foi importante para podermos identificar as diversas concepções sobre o Museu Municipal de Carangola. Os materiais colhidos agregam valores e sentimentos sob diversas percepções que tecem a singularidade do lugar. Os vários olhares sobre o mesmo espaço, no caso, o Museu Municipal de Carangola, geraram a diversidade necessária para compreendermos nosso objeto investigado.

Apesar de o questionário ser composto por 22 perguntas, para a presente pesquisa, adotamos como resultado e principais variáveis conclusivas as seguintes questões e objetivos: a) Avaliar a opinião da população de Carangola quanto a sua concepção de Museu; b) Se a população sabe da existência e se já visitou o museu; c) Se o museu é importante para a memória e identidade local e se é valorizado pela comunidade e pelo poder público e d) O que a população entende por função do museu.

Isso posto, após a coleta, tabulação e organização dos dados, alcançamos as

seguintes informações e resultados a seguir. Sobre os dados gerais dos 278 entrevistados, os resultados são:

- Por gênero: 44 % foram do sexo masculino e 56% do sexo feminino;
- Por faixa etária e idade dos entrevistados: 37% tem de 21 a 40 anos; 32% de 41 a 60 anos; 18% de 16 a 20 e 12% dos entrevistados tem mais de 60 anos de idade;
- Por formação de escolaridade: 49% dos entrevistados possuem formação superior, 14% possuem ensino médio e 25% possuem o ensino fundamental completo;

Sobre a naturalidade e quanto tempo que residem na cidade, os dados apresentam que 75,3% dos entrevistados nasceram em Carangola e 61, 13% residem no município a mais de 20 anos (Fig.76)

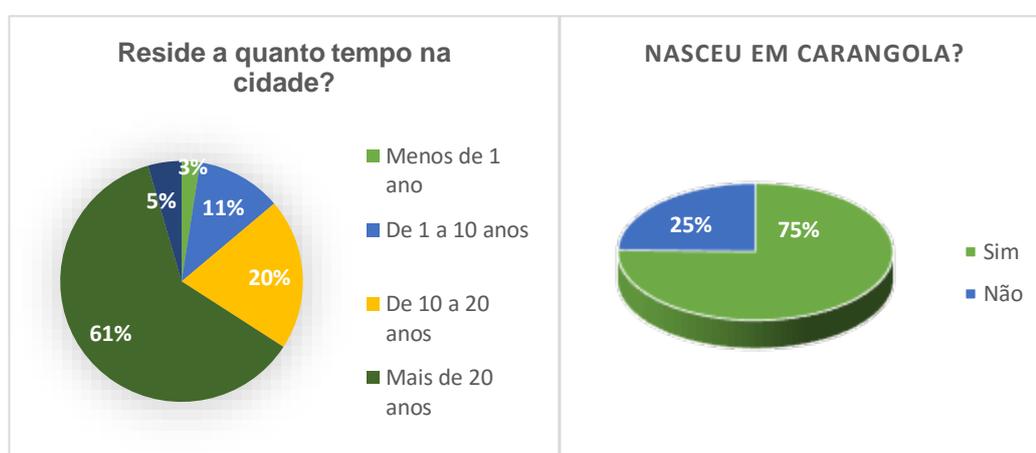


Figura 76 Gráficos- Nasceu em Carangola e a quanto tempo reside na cidade.  
Fonte: Elaborado pelo autor

Para avaliar a opinião da população de Carangola, em relação a sua concepção de Museu, foi elaborada no questionário a seguinte questão, “Para você Museu é”, e nas opções de resposta foi solicitado ao entrevistado marcar três (3) alternativas que considerasse mais importante dentre sete opções: Lugar de coisas antigas; Lugar de história e memória; Lugar de arte e cultura; Lugar turístico e de valor econômico; Lugar de pesquisa, educação e aprendizagem; Lugar de pesquisas científicas e Lugar sem importância e de pouca utilidade; Como resultado deste questionamento, foi apresentado os seguintes dados:

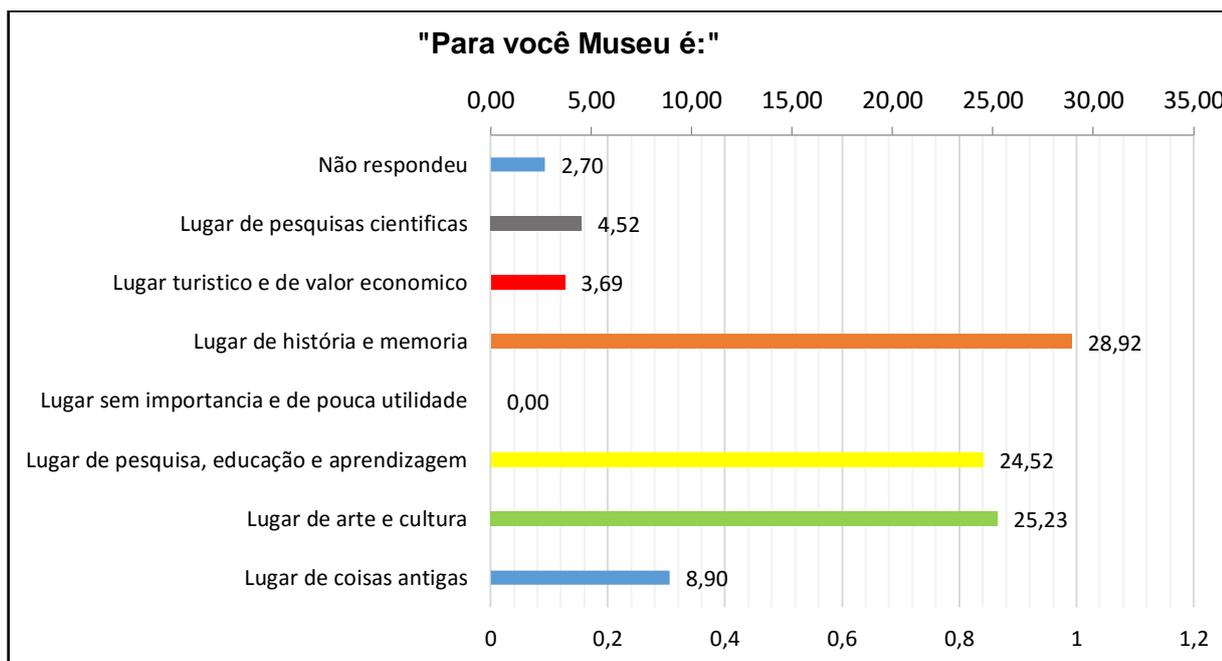


Figura 77-Gráfico "Para você Museu é:"

Fonte: Elaborado Pelo autor

Dos 278 entrevistados, 243 pessoas marcaram a opção que Museu é “Lugar de história e memória”, seguido, como segunda opção “Lugar de arte e Cultura”, com 212 respostas e com 206 respostas “Lugar de pesquisa, educação e aprendizagem”.

Na outra questão investigada e que teve como um dos objetivos da aplicação do questionário, verificamos três aspectos: o primeiro, se o entrevistado já havia visitado algum Museu; o segundo, se sabia da existência do Museu em Carangola e o terceiro, se já havia visitado este Museu?

No primeiro questionamento 250 pessoas responderam que já haviam visitado algum Museu, alguns no Rio de Janeiro, em Ouro Preto, Petrópolis, Juiz de Fora, São Paulo e outros, e 28 pessoas que nunca visitaram nenhum Museu. Para essa pergunta, a opção de resposta foi a de marcar “Sim ou Não” acompanhada de uma pergunta aberta “Qual e onde?”. Apesar de aplicarmos os questionários com o método aleatório (sorteio dos entrevistados), esse percentual do número de pessoas que nunca visitaram algum Museu, provavelmente é maior. Durante a aplicação dos questionários, verificamos que alguns entrevistados, num primeiro momento respondiam que já haviam visitado algum Museu e no decorrer do preenchimento e dos questionamentos, o entrevistado se contradizia. Essa afirmação de “ter visitado algum Museu”, pode ser explicado pelo receio de uma possível reação a um constrangimento de não saber e não ter visitado algum Museu.

A segunda e terceira perguntas, sobre o conhecimento da existência e se já havia visitado o Museu em Carangola, o resultado apresentado foi que 96% das pessoas sabiam da

existência e 4% não sabiam. Das que sabiam, 218 já haviam visitado o Museu alguma vez, o que corresponde o percentual de 93%.

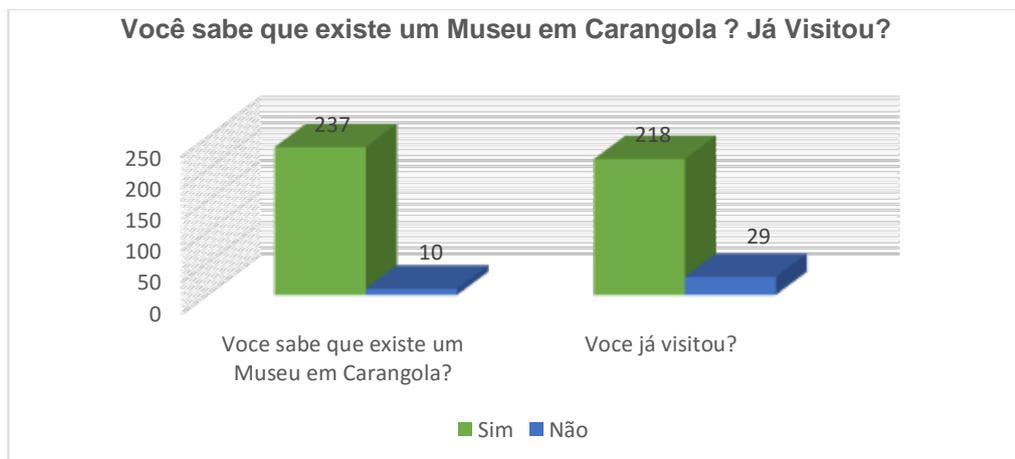


Figura 78-Gráfico “Você sabe da existência do Museu em Carangola? Já visitou?”  
 Fonte: Elaborado Pelo autor

Dos 93% entrevistados que já visitaram o Museu, 15% visitaram apenas uma vez, 38 % de uma a cinco vezes e 35% mais de cinco vezes (Fig.79). Esses dados são significativos, pois demonstram que mais de 70% dos entrevistados visitaram o Museu diversas vezes.

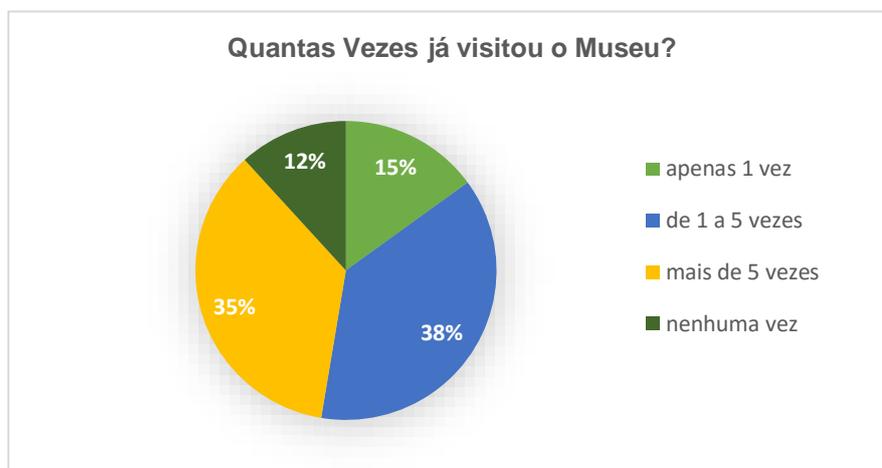


Figura -53-Gráfico "Quantas vezes já visitou o Museu?"  
 Fonte: Elaborado pelo autor

Questionamos aos entrevistados como souberam da existência do Museu de Carangola? A maior parte dos entrevistados respondeu que foi através da escola – com 49%, seguidos de amigos com 22%, Outros com 16%, familiares com 13% e imprensa/internet com menos de 1%.

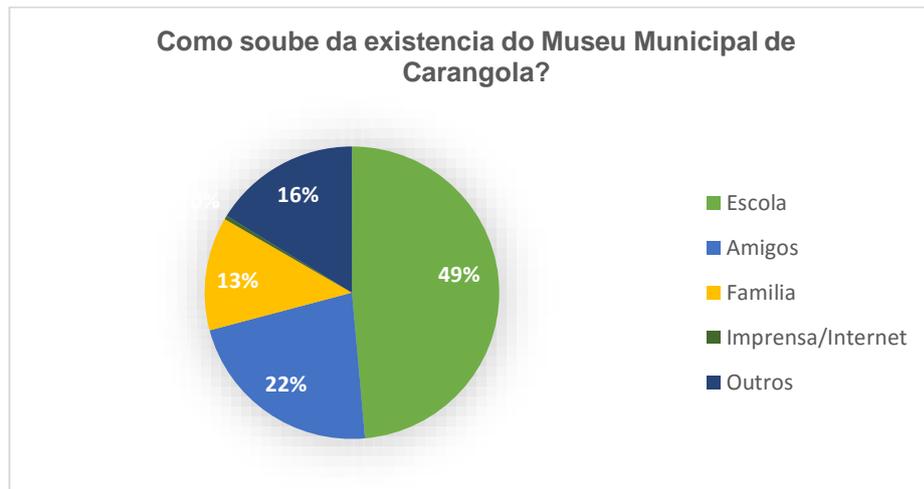


Figura 80-Como soube da existência do Museu Municipal de Carangola?  
 Fonte: Elaborado pelo autor

Os entrevistados responderam também sobre o motivo da visita ao Museu, que teve como principal resposta a “pesquisa ou atividade escolar” com 37%. Se compararmos com o gráfico acima da figura 80, essa opção está diretamente relacionada com o principal item de como os entrevistados souberam da existência do Museu, ou seja, 49% souberam através da escola. Isso indica uma expressiva interação e relação entre a Escola e o Museu. O segundo motivo de visita foi a “Curiosidade” sobre o Museu com 23%, seguidos de “Passeio e Lazer” com 14%, “Exposições e Eventos” com 11%, “Outros” com 11% e 4% não responderam a questão.



Figura 54-O que te levou a visitar o Museu?  
 Fonte: Elaborado pelo autor

Ainda sobre a frequência e a visitação do Museu Municipal, na oitava pergunta do questionário, buscamos identificar qual setor (tipologia de acervo) que mais chamou atenção dos entrevistados. Do total de 218 pessoas que já haviam visitado o Museu Municipal de Carangola, 48% marcaram o Setor História como o que mais gostou e o Setor de História Natural com 21%, Setor de Arqueologia com 15% e Arquivo Histórico com 14%( Fig.82).

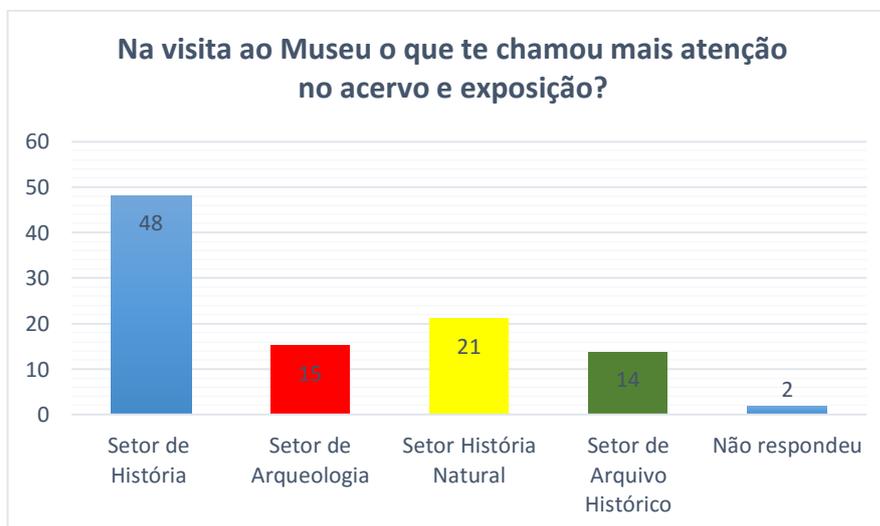


Figura 55-Gráfico "Na visita ao Museu o que te chamou mais atenção no acervo e exposição?"  
Fonte: Elaborado Pelo autor

Ao grupo que respondeu que ainda não havia visitado o Museu de Carangola, foi questionado o motivo. Como resultado, 29% alegaram outros motivos, 26% responderam que não visitou por falta de tempo, 20% falta de oportunidade, 12 % desinteresse e 13% não sabiam da existência do Museu.



Figura 56-Qual o motivo de ainda não ter visitado o Museu?  
Fonte: Elaborado Pelo autor

Em relação à opinião dos entrevistados sobre a importância do Museu Municipal de

Carangola para a memória e identidade local e se é valorizado pela comunidade e pelo poder público, selecionamos as seguintes perguntas: “Na sua opinião, a população de Carangola reconhece e valoriza o Museu como um local importante de sua história e identidade? E o poder público (representantes políticos) valorizam o Museu como um local importante? Você considera que sua história está representada no Museu Municipal de Carangola?”

As opções de respostas para estas perguntas eram marcar “Sim ou Não” e o resultado obtido para a primeira questão foi que 79% dos entrevistados opinaram que a população não reconhece e valoriza o Museu como local importante da sua história e identidade (Fig.84). Os resultados dos três questionamentos ficaram representados da seguinte forma:

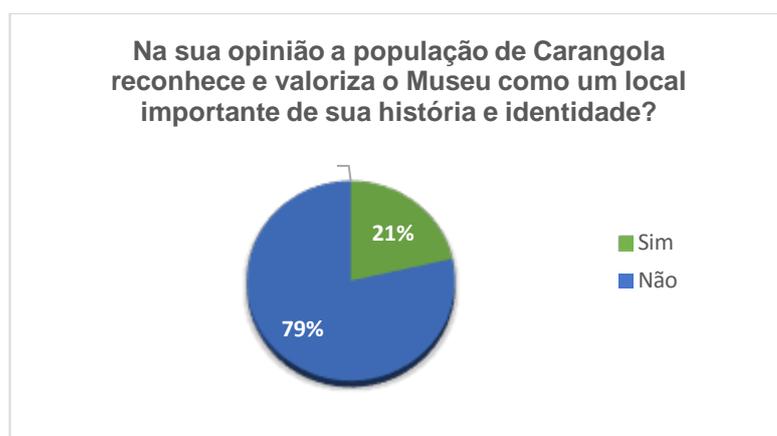


Figura 57-Gráfico- Na sua opinião a população de Carangola reconhece e valoriza o Museu como um local importante de sua história e identidade?

Fonte: Elaborado Pelo autor

Para o segundo questionamento, esse percentual praticamente se repete, com 80% da população opinando, que o Poder Público não valoriza e considera o Museu como local importante (Fig. 85).



Figura 58- Gráfico "E o poder público (representantes políticos) valorizam o Museu como local importante? Fonte: Elaborado Pelo autor

O terceiro questionamento é sobre a opinião do entrevistado no aspecto de entender

se ele considera que sua história está representada no Museu. O resultado foi que 66% dos entrevistados acreditam que sua história está representada no Museu(Fig.86).



Figura 59-Gráfico “Você considera que sua história está representada no Museu Municipal de Carangola?”

Fonte: Elaborado Pelo autor

Os dois gráficos (Fig. 84, 85) demonstram uma coerência, pois se a comunidade não valoriza, os representantes públicos e agentes políticos também não vão valorizar, aliás, esses representantes, principalmente nos Municípios, são membros da comunidade e a partir deste status também não se identificam e não valorizam a história e a memória local. Já no terceiro gráfico da figura 86, mesmo a população reconhecendo que sua história está representada no Museu, não valoriza o espaço, ou seja, não reconhece o Museu como um local importante.

Um outro aspecto que buscamos verificar através da aplicação dos questionários, foi a identificação e qual a compreensão da população Carangolense sobre a função -Preservação, Pesquisa e Comunicação; e qual é o papel do Museu Municipal de Carangola junto à comunidade.

Para identificar esses dados e informações, elaboramos uma pergunta e cinco possíveis conceitos de função/atribuições para o Museu Municipal de Carangola. Na elaboração das opções de conceitos da Função Social dos museus nos baseamos na proposta indicada pelo ICOM:

“A função do museu deve centrar-se em poder colocar a população local em contato com sua própria história, suas tradições e valores. Por meio destas atividades o museu contribui para que a comunidade tome consciência de sua própria identidade que geralmente tenha sido escamoteada por razões de ordem histórica, social e racial” (Documento do ICOM- Conselho Internacional de Museus,1986).

Os entrevistados deveriam marcar três opções que considerassem mais importantes. O resultado do questionamento apresentou os três conceitos mais votados, “Preservar a história, a tradição, a memória local, os fatos e objetos importantes da cidade e do

município” com 230 votos, que corresponde o percentual de 34%; “Contribuir com a aprendizagem, o conhecimento, a pesquisa e a educação” com 191 votos, percentual de 29% e terceiro “Ser um espaço de desenvolvimento social, de cidadania, de debates, de participação e interação da comunidade na melhoria do município” com 144 votos e um percentual de 22%(Fig.87).

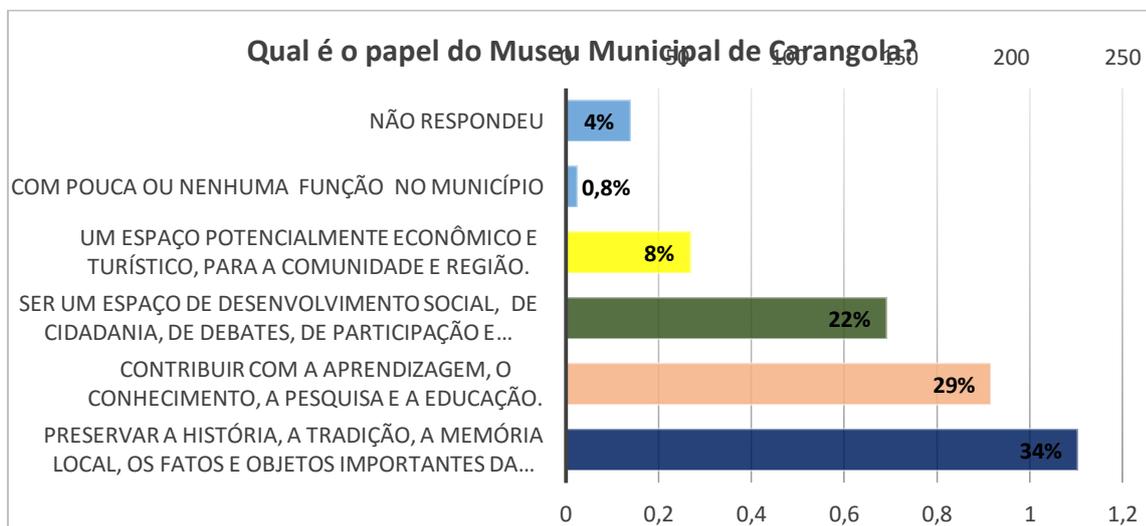


Figura 60-Gráfico - "Qual é o papel do Museu Municipal de Carangola de Carangola?"  
 Fonte: Elaborado Pelo autor

Essas atribuições escolhidas, de certa forma estão inseridas no “antigo” Regimento Interno do Museu, com exceção do item “Espaço de desenvolvimento social e cidadania, de debates e interação da comunidade na melhoria do município”, item que se enquadra nos princípios fundamentais do trabalho dos Museus. Entretanto, mesmo constando no regimento e sendo o maior número de votos na opinião da população, essas funções e papeis não são exercidos integralmente, a maior parte dos entrevistados, 51% consideram que o Museu Municipal atualmente exerce apenas parcialmente essas funções. Como podemos verificar no Gráfico da Figura 88.

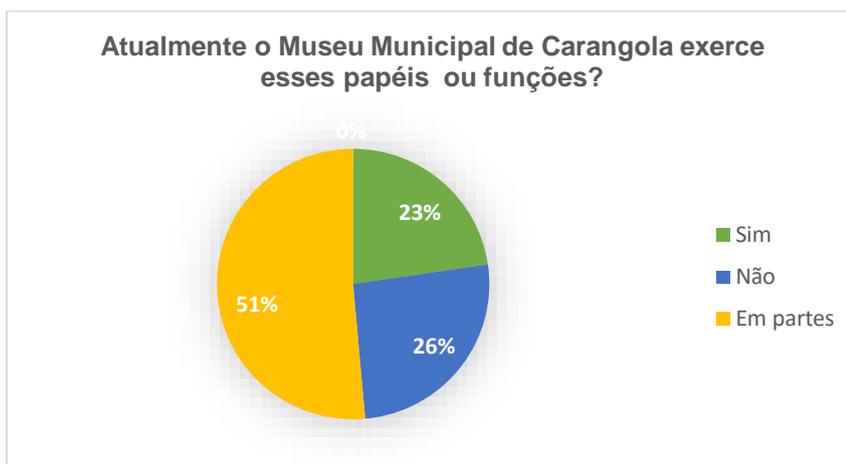


Figura 61-Gráfico Atualmente o Museu Municipal de Carangola exerce esses papéis ou funções?  
Fonte: Elaborado Pelo autor

E no último questionamento, elaboramos uma pergunta de resposta aberta e opcional: “Na sua opinião, o que falta ou deveria mudar no Museu Municipal de Carangola?”. Dos 278 entrevistados, 163 responderam e sugeriram alguma alteração no Museu, dentre as respostas, selecionamos os nove itens que foram considerados nos questionários. As sugestões que apareceram, na maior parte das respostas, foram que o Museu precisa de “Maior atenção do Poder Público” com 16,33%, “Mais divulgação”, com 14,74%, “Mais eventos e exposições” 9,49%, “Maiores investimentos”, com 7,67%, foi considerado também a necessidade de “Maior número de funcionários e mais especializados” com 6,06%, “Maior participação da comunidade”, 5,45%, “Ir para um outro local” com 2,60% e apenas 1% respondeu que não precisava mudar nada.



Figura 89-Gráfico "Na sua opinião o que falta ou deveria mudar no Museu Municipal de Carangola?"  
Fonte: Elaborado Pelo autor

A partir da análise dos dados dos questionários, podemos recobrar as questões e alguns objetivos da presente pesquisa: inicialmente verificar se o Museu Municipal de Carangola é reconhecido pela comunidade como um espaço de memória, história e identidade local. Concordando com a maioria dos entrevistados, entendemos que de fato a comunidade em geral não valoriza o Museu como um local importante de sua história e identidade, ela não se vê interpretada e representada nele. Apesar de o espaço ser conhecido entre os moradores e ser visitado, em verdade mais pelo público escolar, e a composição do acervo ter sido doada por diversos grupos sociais da população local, podemos afirmar que o reconhecimento e a identificação com o Museu não ocorre. As ações, gestão e direcionamentos da instituição sempre estiveram distantes da comunidade.

A população carangolense, pode até entender e pensar que a função do Museu Municipal de Carangola é preservação da história, da tradição, da memória, dos fatos e objetos importantes da cidade e do município e contribuir com a aprendizagem e o conhecimento. Além disso, percebemos que mesmo com todas as propostas e tendências contemporâneas de um Museu local integrado com a comunidade, de um espaço democrático, de preservação, de responsabilidade com a inclusão, educação e integração social, a comunidade ainda está distante no que se refere à interação e suas responsabilidades na preservação do Museu. Quem mantém o Museu não é a comunidade, é o Poder Público, que acaba recebendo as críticas como o principal (e único) responsável pelo descaso com o Museu de Carangola. Não estamos, aqui, absolvendo de forma alguma a ação/omissão do Poder Público no tratamento do Museu, o que percebemos é que além da negligência dos representantes políticos municipais a comunidade também tem uma enorme parcela de responsabilidade no abandono e no descaso com a preservação da memória e história local.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o poema “Museu de Tudo”, de João Cabral de Melo Neto, citado no segundo capítulo deste trabalho, podemos dizer que a atual dissertação também apresenta similaridades com o referido poema. Discutimos sobre município, patrimônio, política pública, museu, museologia, acervo, gestão, comunidade, história, memória e identidade. Todos esses aspectos, dentre outros, são elementos constitutivos e relacionados aos Museus Municipais, um “Museu de tudo”.

Destacamos que a presente pesquisa nos proporcionou mais questionamentos e dúvidas do que respostas e conclusões. Esse trabalho é apenas um pequeno panorama da diversidade e da complexidade de características que compõem o universo dos museus municipais brasileiros. Essa categoria de museu, apesar das diversas semelhanças em sua composição e formação apresenta ao mesmo tempo particularidades específicas bem diferentes uns dos outros: a diversidade dos municípios, regiões, populações, comunidades, memórias e identidades, proporcionam um panorama peculiar, único e autêntico a cada museu.

A criação dos museus municipais e de espaços de memória surgem no contexto de preocupação e valorização de referenciais culturais e identitários locais, dos quais um dos objetivos é fazer frente ou resistir de alguma forma ao processo de globalização da contemporaneidade. Em busca de reforçar, proteger e manter a memória, a história, a tradição, as referências locais, são criados lugares, espaços e museus para efetivar essas ações.

O Museu Municipal pode representar um campo promissor para a prática de uma cidadania mais plena e participativa. Entendemos que nesses espaços, os sentimentos, crenças, valores e comportamentos de uma coletividade e vizinhança estão mais infiltrados; os valores de pertencimento ainda encontram-se na dinâmica social.

No Brasil, a preocupação com as questões identitárias, a valorização e a preservação dos patrimônios culturais e a introdução das respectivas políticas, ações e legislações para o setor começam a ganhar mais força e destaque nos anos 1930, principalmente a partir do governo Vargas com a política de valorização da cultura nacional e projetos nacionalistas. A defesa de uma política para a categoria de Museus Municipais, também surge nesse momento, como uma das iniciativas propostas pelo poeta Mario de Andrade, que na ocasião já indicava a importância de tais instituições nos municípios, porém, suas sugestões apresentaram pouco sucesso no período.

Como destacamos na pesquisa, as ações e práticas museológicas dessa época, de uma maneira geral, ficaram principalmente vinculadas ao Museu Histórico Nacional, na figura de

Gustavo Barroso, que foi um dos principais nomes da museologia no Brasil.

Sobre os Museus Municipais, até os anos 50 do século XX, existiam apenas 20 museus de natureza administrativa municipal. O crescimento do número dessa categoria, ocorre justamente a partir dessa década, que de 20 museus até os anos 1950, foi ampliado seu número para 56 museus municipais na década de 1960, 105 no final da década 1960, 226 nos anos 70, 432 nos anos 80 e 1.232 hoje.

Nas décadas de 1950 a 1960, podemos inferir que as ações para o setor foram marcadas pela maturidade das políticas culturais e de preservação. Destaca-se nesse momento, a ação de instituições em nível internacional, dedicadas aos museus, como exemplo, o ICOM e ainda a propagação de diversas influências teóricas sobre o campo museológico.

Na prática museológica, destaca-se a influência do Curso de Museus do MHN, da obra e das ações de Gustavo Barroso e, posteriormente, de seus alunos, que passaram a disseminar um modelo institucional de museu, assim como determinadas práticas museológicas, para museus de várias regiões do país, inclusive para os diversos museus municipais.

Já nas décadas de 1970 e 1980, com as discussões sobre a Museologia a partir da Carta de Santiago, os estudos voltados para a memória local e o museu como espaço ideal para a construção da ideia de pertencimento e de cidadania ganharam fundamental importância. Segundo as discussões teóricas desse período, os museus devem assumir sua função social e superar os limites de uma cultura voltada à produção e circulação de bens culturais da elite. As novas práticas desenvolvidas priorizaram o respeito à diversidade, integrando os museus às diversas realidades locais.

Nas décadas seguintes, ocorrem significativas mudanças na legislação do país como a Constituição de 1988, que altera as atribuições e autonomia dos municípios e também a reformulação das leis de preservação do patrimônio, papel e responsabilidade da comunidade. Nesse contexto, ocorre a introdução de algumas ações e políticas públicas para o setor museológico, que proporcionaram o crescimento expressivo no número de museus de natureza municipal.

Esse crescimento expressivo no número de museus de natureza administrativa municipal continuou pela década de 2000. Em nosso entender, esse crescimento, ocorreu como reflexo da implementação da Política Nacional de Museu, que a partir de 2003, dentro de suas diretrizes, metas, programas e ações, passou a contemplar todas as categorias de museus do território brasileiro, bem como, dedicando-se em algumas metas na ampliação das políticas e ações específicas que contemplassem municípios e os museus municipais.

O presente trabalho foi norteado por duas questões centrais: a primeira,

compreender e traçar um panorama geral de como estão e como são caracterizados os museus municipais brasileiros. A segunda, partiu do estudo de caso do Museu Municipal de Carangola, em verificar se a comunidade carangolense valoriza e se reconhece o Museu como um lugar importante de sua história, memória e identidade.

Para a primeira hipótese relembramos alguns aspectos relevantes desse cenário museológico:

- atualmente, existem 1232 museus de natureza administrativa municipal, ou seja, museus mantidos pelas prefeituras de várias partes do território brasileiro. Esse número de Museus corresponde ao percentual de 34,36% do número total de museus existentes no país, que hoje são 3.586 museus;
- apesar do representativo número de museus municipais em relação ao total de museus brasileiros, se comparada ao número de municípios brasileiros (5.564) essa representação é pequena, pois 76% dos municípios ainda não possuem nenhuma instituição museológica. Dos 24%, 1301 municípios que possuem museu, 94%, ou seja, 1232 apresentam museus de natureza administrativa municipal;
- a década que apresenta o maior número de criação de museus municipais foi a de 1991 a 2000, com 306 novas instituições;
- nos últimos 5 anos (2010 a 2015) foram abertos 61 novos museus municipais;
- apenas 21% dos museus municipais possuem Associação de Amigos, 23% possuem Plano museológico e 31% Regimento interno;
- a principal categoria e tipologia de acervo nos museus municipais é de História, seguido de Artes Visuais e Imagem do som(...);
- quanto ao acesso público 96% não cobram ingresso, apenas 29% abrem aos fins de semana e apenas 11% possuem infraestrutura para atendimento a turistas;
- Sobre a acessibilidade, apenas 28,7% possuem rampa de acesso, 11% possuem vagas de estacionamento exclusivas, 6% elevadores adaptados, 16,23% sanitários adaptados, 1,7% sinalização em braile e 1,2% possuem textos/etiqueta com informações adaptadas dos objetos em exposição;

No critério das ações educativas, 48% possuem setor específico para

as ações educativas, 80% oferecem visita guiada e tem como principal forma de exposição, as exposições de longa duração, e 52% possuem como principais publicações produzidas, Material de Divulgação.;

- Sobre a origem de orçamento próprio, dos 22% de museus que informaram possuir, 39, 7% são de museus municipais. Da origem de repasse do orçamento, 39% são do Governo Federal, 31% dos governos estaduais e 28% de origem municipal;

Sobre as ações e os programas de incentivo e financiamento de museus, das atuais políticas públicas (do Governo Federal), que contemplam diretamente os Museus Municipais, podemos citar que os principais são os Editais de Mais Museus, Modernização de Museus e Prêmio Modernização de Museus - microprojetos.

Esses três programas, nos últimos dez anos (2004 a 2014), beneficiaram diretamente com recursos financeiros, 186 museus de natureza administrativa municipal. Os recursos foram disponibilizados para atender as diversas demandas do setor museológico, abrangendo, desde reformas e adaptações de espaços, manutenção, promoção e difusão de atividades, serviços de preservação, conservação e restauração, capacitação de profissionais, modernização das instituições a implantação de novas instituições museológicas.

O Edital de Modernização de Museus em suas sete edições contemplou 260 projetos museológicos, sendo entre esses 111 projetos de natureza administrativa municipal, o que corresponde ao percentual de 38% do total de projetos aprovados. No Prêmio de Modernização de Museus-Microprojetos, dos 120 premiados em suas 3 edições, 23 foram de museus municipais, um percentual de 19% dos projetos premiados. Já o Edital Mais Museus, que tem como meta ampliar o número de instituições museológicas nos municípios brasileiros, esse percentual foi mais representativo: dos 79 projetos aprovados, 62 foram de natureza administrativa municipal, o que corresponde a 78% do total.

Sobre o panorama dos museus municipais brasileiros, podemos inferir que nos últimos anos vêm ocorrendo significativas mudanças para essa categoria. A implantação e a consolidação de políticas públicas específicas para museus (PNM), com programas, metas, legislação e ações estão proporcionando de fato, transformações para o setor. O crescimento do número de museus e das melhorias para o campo nas últimas décadas é expressivo e são comprovados pelos dados deste estudo. Dentro desse quadro de mudança, os museus municipais também ganharam visibilidade, talvez pela sua representatividade no número de museus no território brasileiros ou pelo seu grau de dependência de maiores investimentos e atenção dos agentes públicos e políticas.

Como já foi dito, a categoria de Museu Municipal é a que possui o maior número de instituições do país. São museus que mantêm, guardam e preservam um vasto e variado acervo, um moderador de incalculável número de patrimônios, além disso, são instituições importantíssimas no processo de fortalecimento de identidades, de práticas democráticas, de inclusão e cidadania. Porém, esses museus por décadas enfrentam problemas e obstáculos de características política, econômica e social. Possuem insuficiências diversas: na gestão, na preservação e conservação dos seus acervos, na carência de profissionais qualificados, na ausência de legislação e normas específicas, na infraestrutura de suas instalações, na segurança, na captação de recursos, na negligência de atores políticos e, na ausência de políticas públicas comprometidas e direcionadas para o setor.

Confirmamos que as ações das políticas públicas propostas para o setor vêm sendo efetivadas nos últimos anos, contudo, de forma lenta e ainda distante da realidade em que se encontram os museus municipais brasileiros. As políticas para o setor necessitam ampliar e caminhar bastante. É preciso incentivar e criar novos museus municipais no país, e o mais urgente, dar condições de funcionamento e apoio real aos Museus Municipais já existentes. Entendemos que a efetivação dessas mudanças e propostas de melhoria para o setor devem vir acompanhadas da consolidação das políticas públicas de maiores investimentos de todas as naturezas administrativas públicas, mais ofertas e incremento dos editais, incluindo um olhar mais apurado dos organismos de gestão pública, bem como, da Universidade para a categoria de museu municipal, a ampliação e a capacitação dos quadros profissionais que atuam nos museus, especialmente o aumento do número de museólogos nos quadros de funcionários e de profissionais das prefeituras de todo o país.

Na primeira hipótese, buscamos ainda caracterizar o conceito de Museu Municipal, sua atuação, função, diferenças e semelhanças com outras categorias administrativas de Museus. Para essa questão, consideramos que Museus Municipais são as instituições museológicas públicas de natureza administrativa municipal, delimitadas pelo espaço imediato de seu entorno e que situam em uma das extremidades das esferas administrativas de museus – Museu Nacional, Museu Estadual, Museu Municipal, ou seja, um Museu local mantido e gerido pelo poder público municipal. Museus que têm como foco a história, a memória e referenciais diversos do local, da cidade, do município ou determinada área territorial.

No caso do Museu Municipal de Carangola, podemos concluir que se encaixa no modelo conceitual de museu tradicional ortodoxo, apresenta-se como um “museu-memória” de natureza administrativa pública municipal. Possui como acervo a categoria eclética, se propõe como um órgão de história, de preservação da memória e como instituição de apoio educativo da cidade, município e região.

Entendemos que o Museu Municipal de Carangola, se aproxima de um legítimo “lugar de memória”, como conceituado por Nora (1992), cujo lugar é formado por três sentidos: lugares materiais, lugares funcionais e lugares simbólicos. Mais precisamente, essa titulação apresenta-se expressa no terceiro momento de reestruturação do Museu (início do século XX), ocasião em que muitos referenciais da história da cidade/ município estavam se perdendo ou caindo no esquecimento, devido à onda de modernidade e “desenvolvimento urbano” e indiferença das novas gerações da comunidade. Com intuito de recuperar e reforçar os referenciais identitários locais, foi proposta a reformulação e reinstalação do MMC.

A área onde foi reinstalado o museu na “Rua da Estação” era considerada por alguns como um “lugar morto” com construções velhas, casarões abandonados, sem muita importância e para outros como um espaço de lembranças e histórias de um passado mítico e nostálgico, de uma época áurea de prosperidade e de desenvolvimento regional do município. Nos últimos anos, essa rua tornou-se centro de interesse imobiliário, comercial e área de preservação histórica. Sendo assim, podemos pontuar que o Museu Municipal de Carangola apresenta os três sentidos do “lugar de memória”.

Sobre o questionamento de qual modelo de museu e prática museológica influenciou na criação, organização e estruturação do Museu Municipal de Carangola, podemos concluir que foram influenciadas por aspectos internos e externos diversos, apresentando particularidades muito pontuais em cada momento da trajetória do museu (1959 a 2015). Sendo assim, cada época, cada diretor, cada gestão administrativa municipal, entendeu, valorizou e interpretou o museu de uma maneira. Não podemos aqui, garantir uma única influência, pois identificamos ora a presença da concepção museológica de Gustavo Barroso, como exemplo, o ideário da história pátria e de culto do passado e dos objetos; ora, em alguns aspectos, de Mario de Andrade, com uma narrativa de uma museologia mais popular e educativa, também como as concepções do Sphan, com a valorização do factual do culto a personagens importantes, bem como de propostas mais abertas, de integração e transformação social, dentre outras influências e tendências museológicas.

Ainda sobre as influências teóricas e práticas museológicas viabilizadas e presentes no Museu Municipal de Carangola no contexto atual, podemos observar e afirmar que apesar de algumas tentativas de inovação e de atualização da instituição, em alguns momentos de sua história, assim como, das diversas mudanças, divulgação de novos preceitos e transformações do campo museológico, o Museu ainda encontra-se estruturado e vinculado a práticas da exaltação do objeto, a fatos e personagens “distintos” e apresentando visão tradicional em suas exposições e ações. O MMC atualmente não é um atrativo significativo para a cidade e visitantes. Suas práticas e estrutura demonstram uma instituição precária, sem encanto, sem significado e

distante da população.

Se partimos do pressuposto de um enquadramento institucional do Museu, investigando se assume suas incumbências de instituição pública e se está de acordo com as orientações do Estatuto de Museus (Decreto nº 8.124 de 17/10/2013), podemos concluir que o Museu Municipal de Carangola não está adequado, nem parcialmente, aos princípios fundamentais de promoção da cidadania, de preservação, da valorização e respeito a diversidade cultural, ao acesso e a inclusão de suas funções sociais; não assume suas competências de registro, inventário, atualização das informações, garantia da conservação, da segurança do acervo e a acessibilidade etc., ou seja, não atende às funções básicas de um Museu: de Preservação, Pesquisa e Comunicação.

Para finalizar nosso estudo, tentarei responder à segunda hipótese e realizar nosso objetivo geral da pesquisa-- “Identificar e analisar a relação da comunidade com o Museu Municipal de Carangola”; apresentamos as seguintes considerações.

Após análise dos dados, podemos perceber que o reconhecimento do Museu Municipal de Carangola como um espaço importante de memória, história, identidade não é presente entre a comunidade. A comunidade ainda está distante de uma integração com o museu. Os diferentes setores e grupos sociais entendem, significam e apropriam-se do museu com sentidos diversos, alguns acreditam que suas histórias estão ali representadas, outros acreditam que o museu preserva a memória, história, tradição e valores culturais de Carangola e até um agente de apoio educacional e desenvolvimento econômico local (produto turístico), alguns opinam como um lugar de “coisas antigas”, sem muita utilidade e representatividade no cotidiano da cidade. Enfim, a população vê e entende o museu como uma instituição distante do seu dia a dia, não se identifica e pouco acrescenta. O papel da comunidade como atores ativos nas decisões e gestão do museu é muito restrito e sem integração.

A grande maioria da população conhece o museu, mas visita pouco e não participa dele como agente ativo. Entende que a manutenção e a preservação do patrimônio do museu é obrigação da prefeitura e do poder público. É importante lembrar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, §1º determina: “ O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. Consideramos que a atual situação do Museu Municipal de Carangola tem como causa e responsáveis vários fatores e atores. Um primeiro fator, que é preciso deixar claro, é a conjuntura atual de descaso, abandono e insuficiências de toda ordem, que tem origem e se perpetua por toda trajetória da história do museu. As práticas museológicas e ações desenvolvidas pelo museu, ao longo dos anos, implicaram no afastamento, na indiferença e no

pouco engajamento da população com o museu. Além disso, a ausência de políticas públicas específicas para o setor, a inexistência de profissionais qualificados ou de funcionários lotados no museu pelo organograma da prefeitura, o descaso e o desinteresse de administradores municipais e as descontinuidades dos trabalhos, devido às trocas dos gestores administrativos, contribuíram e provocaram esse quadro institucional.

Entendemos que o Museu Municipal de Carangola deva ser mais relevante, que faça parte da vida da comunidade, integrando-as ao fluxo do município, atuando como polo de reflexão sobre os temas do passado e presente da região, mas, principalmente, deve dedicar-se ao futuro, com movimentos contemporâneos e reflexões sobre temas atuais e de interesse da própria comunidade.

O Museu Municipal de Carangola precisa criar uma atmosfera que possibilite à população incluir a instituição nas suas escolhas diárias; deve estar presente e conectado com a população, seja onde for, nos jornais, escolas, internet, universidade, rua, praça e em casa.

Deve permitir que os visitantes e moradores vivam uma experiência mais abrangente, além das exposições, seja ela de contemplação, seja de convivência familiar ou entretenimento. O Museu deve criar um elo entre o visitante e suas ações, como um local aberto e promotor de mudanças.

Sobre esses aspectos, concordamos com a ideia de Scheiner, que:

Museus devem ter como característica essencial ser permeáveis a todas as formas de expressão humana. Nesse sentido, todos os museus têm importância para as comunidades a que servem. A mobilização em nível local na gestão e no trato dos patrimônios inclui, obrigatoriamente, a Museologia e os museus. Nada é mais poderoso do que o sentimento de pertença, e não há política patrimonial, cultural ou ambiental que possa sobrepor-se ao cuidado que temos do que julgamos nosso, ao desvelo (Da-sein) pelo que nos pertence[...] (2012 p. 14)

Logo, o Museu Municipal de Carangola já possui uma identidade, porém ainda não assumida. Cabe então, à comunidade (principalmente) e aos responsáveis pela gestão museológica se libertar de princípios e valores, adequando e vivenciando de fato os novos paradigmas da museologia. Por fim, cabe a menção de que os problemas aqui apontados, ao invés de encerrarem a discussão, apenas abrem novas portas, caminhos e questões.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ABREU, Regina. **O Museu Histórico Nacional e a nostalgia de um Império idealizado**. In: Alda Heizer; Antônio Augusto Passos Videira. (Org.). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. 1ed. Rio de Janeiro: Access, 2001, v. 1, p.253. Disponível: [http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/30-ciencia\\_civilizacao\\_e\\_imperio\\_nos\\_tropicos.pdf](http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/30-ciencia_civilizacao_e_imperio_nos_tropicos.pdf) Disponível em: [http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/30-ciencia\\_civilizacao\\_e\\_imperio\\_nos\\_tropicos.pdf](http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/30-ciencia_civilizacao_e_imperio_nos_tropicos.pdf). Acesso em 27/04/2015

\_\_\_\_\_. **Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva**. In: Lima Filho; Manuel Ferreira; Eckert, Cornelia; Beltão, Jane (org). *Antropologia de patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, p.263-285, 2007.

AGUIER, Michel. **Distúrbios indenitários em tempos de globalização**. *Mana*, Rio de Janeiro v.7, n.2, p.7-33, out. 2001

ANDRADE, Cyntia. **Lugar de memória... memória de um lugar: patrimônio imaterial de Igatu, Andaraí, BA**. In: Pasos. *Revista de turismo e patrimônio cultural* vol 6 nº3 p.569-590. 2008 (disponível em [www.pasosonline.org/Publicados/6308/PS0308\\_13.pdf](http://www.pasosonline.org/Publicados/6308/PS0308_13.pdf)). Acesso em 30 de julho de 2010.

ANDRADE, Rômulo. **Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais :o caso da Zona da Mata**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.11, nº22, pp.93-131, mar/ago.1991

ARAUJO, Carlos Alberto Ávila. **Museologia: correntes teóricas e consolidação científica**. In *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio –PPG-PMUS Unirio | MAST-vol. 5 no 2 –2012. Disponível em <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/159/199>>* Acesso em 05/06/2015

ARÉVALO, Márcia Conceição da Massena. **Lugares da Memória ou a Prática de Preservar o Invisível Através do Concreto**. (Disponível em <http://www.anpuh.uepg.br/historia/vol3n7/marcia.htm>). Acesso em 30 de julho de 2010.

BAETA, Alenice; PROUS, André. **Relatório de viagem realizada por A. Baeta e A. Prous no município de Carangola, dias 19 e 20/08/93**. In. *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: Carangola*. Org. OLIVEIRA, Ana Paula Loures Juiz de Fora: MAEA-UFJF, 200

BALLER, Inês Giselle. **“Espaços de memória e construção de identidades”** Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas IFCH, Universidade Federal de Rio grande do Sul, UFRS. Porto Alegre RS 2008. (Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/14927>) Acesso em 06 de agosto de 2010.

\_\_\_\_\_. **Espaços de Memória e Construção de Identidades: Estudo de dois Casos na Região de Colonização Alemã n RS**. 2008 Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências e Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Dissertação de Mestrado), 2008, Porto Alegre.

BARROSO, Gustavo. **Introdução à Técnica de Museus**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1954.

BASTOS, Celso Ribeiro et. alli. **Comentário à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1988-1993.

BERTOTTO, Marcia Regina. **Análise das Políticas Públicas para Museus no Rio Grande do Sul– Um estudo de sua eficácia no desenvolvimento das instituições museológicas gaúchas-Porto Alegre, 2007. 166p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Mestrado em Ciências Sociais Organização e Sociedade, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.**

BICALHO, Maria Fernanda. **As Câmaras Municipais no Império Português: O Exemplo do Rio de Janeiro**. *Rev. Bras. Hist.* Vol.18 n.36 São Paulo 1998. Disponível em

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881998000200011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200011)>. Acesso em 02/04/2015.

BLASI, Paulo Henrique. A descentralização como instrumento da justiça social. O Município brasileiro: autonomia em crise. **Rev. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis: UFSC, n.º 5, jun. 1983.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Europa-América, 1965.

\_\_\_\_\_. **Apologia da História ou Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001

BOECHAT, Maria Cristina Coutinho Robert. A ocupação da região de Carangola: um estudo sobre a expansão das fronteiras agrícolas da zona da mata mineira na segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura (org.). **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/Fundação Pró Memória, 1980. Disponível em <[www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3239](http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3239)>. Acesso em: 03/04/2015

BRASIL, **Museus e a dimensão econômica: da cadeia produtiva à gestão sustentável** / Coleção Museu, Economia e Sustentabilidade, 2 / Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, DF: Ibram, 2014. p.142

BRASIL, **Museus em Números**/Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, 2011

BRASIL, **Cadastro Nacional de Museus**/Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, 2011. Disponível em <<http://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/>>. Acesso em: 01/06/2015

BRASIL, **Perfil dos Municípios: Cultura** (2012) IBGE. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2012/defaulttab\\_pdf.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2012/defaulttab_pdf.shtm)> Acesso em: 18/04/2015.

BRASIL, **Plano Nacional Setorial de Museus**: uma agenda política para os próximos 10 anos. Ministério da Cultura - MinC / Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, 2010.p.202

BRASIL. **Constituição (1824)Constituição Política do Império Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acessado em: 27/03/2015

BRASIL. **Constituição (1891)Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1891**. Disponível em<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)>.Acessado em: 27/03/2015

BRASIL. **Constituição (1934)Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm).Acessado em: 27/03/2015

BRASIL. **Constituição (1937)Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)>. Acessado em: 27/03/2015

BRASIL. **Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro.1946 Disponível em<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acessado em: 27/03/2015

BRASIL. **Constituição (1988). Capítulo IV- Dos Municípios –Art. 29**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_13.07.2010/art\\_29\\_shtm](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_13.07.2010/art_29_shtm)>. Acessado em: 10/03/2015

- BRASIL. **Cultura em Números**: anuário de estatísticas culturais 2009. Brasília: MinC, 2009b
- BRASIL. **Declaração do Rio de Janeiro 1958**. In: Legislação sobre museus. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 157 p. – (Série legislação; n. 79)
- BRASIL. **Edital de Chamamento Público, Concurso nº 8/2013 Mais Museus**. Ministério da Cultura - MinC / Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, 2013a.
- BRASIL. **Edital de Concurso nº 01/2014-Edital Premio Modernização de Museus – Microprojetos**,2014. Ministério da Cultura - MinC / Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, 2014.
- BRASIL. Edital de Concurso nº 03/2011-Resultado Final do Resultado Final do Prêmio Modernização de Museus –Microprojetos,2014. Ministério da Cultura - MinC / Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, 2011.
- BRASIL. **Edital de Concurso nº 07/2012-Edital Premio Modernização de Museus – Microprojetos**,2012. Ministério da Cultura - MinC / Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, 2012.
- BRASIL. **Edital de Concurso nº 08/2011-Edital Premio Modernização de Museus – Microprojetos**,2011. Ministério da Cultura - MinC / Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, 2011.
- BRASIL. **Edital de Concurso nº 1/2010 Mais Museus**. Ministério da Cultura - MinC / Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, 2010b.
- BRASIL. **Edital de Concurso nº 11/2013- Resultado Final do Chamamento Público Mais Museus 2013**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, n. 229, 26 nov. de 2013.Seção 3, p. 20-21.
- BRASIL. **Edital de Concurso nº 11/2013- Resultado Final do Prêmio de Modernização de Museus, 2012- Microprojetos**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, n. 154, 12 ago. de 2013.Seção 3, p. 14-15.
- BRASIL. **Edital de Concurso nº 18/2011- Resultado Final do Chamamento Público Mais Museus 2013**. Ministério da Cultura - MinC / Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, 2013b.
- BRASIL. **Edital de Concurso nº 2/2007 Mais Museus**. Ministério da Cultura - MinC / Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, 2007.
- BRASIL. **Edital de Concurso nº 23/2013- Resultado Final do Chamamento Público Mais Museus 2013**. Ministério da Cultura - MinC / Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, 2013b.
- BRASIL. Edital de Concurso nº 25/2015-Resultado Final do Resultado Final do Prêmio Modernização de Museus –Microprojetos,2015. Ministério da Cultura - MinC / Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, 2015.
- BRASIL. **Edital de Concurso nº 3/2009 Modernizações de Museus**. Ministério da Cultura / Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, Brasília-DF, 2009a.
- BRASIL. **Edital nº 55, de 22 de abril de 2010**, publicado no DOU em 23 de abril de 2010, com o resultado do edital de concurso nº 3/2009 Modernizações de Museus. Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, Brasília-DF, 2009c.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa dos municípios brasileiros– Cultura 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007
- BRASIL. **Política Nacional de Museus. Relatório de Gestão 2003/2010**. Ministério da Cultura - MinC, Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, Brasília-DF, 2010d. [Links]
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales. 1929-1989**. A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: UNESP, 1989.

\_\_\_\_\_. A Escrita da História: Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992

CAFÊ, Daniel Calado. **Patrimônio, Identidade e Memória: Proposta para a criação do Museu do Território de Alcena**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociomuseologia) Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

CAMARGO, Angélica. **Ricci em Câmaras Municipais**. Programa de Pesquisa Memória da Administração Pública Brasileira, Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4578>> Acesso em 02/04/2015

CARELLI, Rogério, **Efemérides Carangolenses 1827-1959**, Viçosa, MG: Folha de Viçosa, 2002

\_\_\_\_\_, Discurso pronunciado no recinto da Câmara Municipal de Carangola, a 7 de janeiro de 1980, no transcurso do 98º aniversário de Emancipação Política do Município. Anais da Câmara Municipal de Carangola, vol. I, 1981

\_\_\_\_\_. **“Museu reabre em precárias condições”**. Gazeta de Carangola, 15/05/1987, p.p.05

\_\_\_\_\_. **“Projeto do Museu Carangolense”**, Gazeta de Carangola, 17/01/1981a, p. 01

\_\_\_\_\_. “Sugestões para organizar um museu em Carangola- 1ª de uma série”. Gazeta de Carangola, 17/01/1981a, p. p.01

\_\_\_\_\_. “Sugestões para organizar um museu em Carangola- 2ª de uma série”. Gazeta de Carangola, 21/01/ 1981b, p.p. 03

\_\_\_\_\_. “Sugestões para organizar um museu em Carangola- 3ª de uma série”. Gazeta de Carangola, 07/02/1981c, p.p. 01

\_\_\_\_\_. “Sugestões para organizar um museu em Carangola- 4ª de uma série”. Gazeta de Carangola, 14/20/1981d. p.p.01

\_\_\_\_\_. **“Ideia para um museu em Carangola”**. Gazeta de Carangola, 27/02/1976, p.p.01

\_\_\_\_\_, Os primeiros alicerces. Jornal Gazeta de Carangola, 23/09/1978

\_\_\_\_\_. **Histórico das pesquisas arqueológicas em Carangola- MG**. In. Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: Carangola. Org. OLIVEIRA, Ana Paula Loures Juiz de Fora: MAEA-UFJF, 2008

CARRARA, Ângelo Alves. **A Zona da Mata de Mineira: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)**. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993. Dissertação

CARVALHO, Orlando M. **Política do município**. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Livraria Agir, 1946;

CASTRO, José Nilo de. **Direito administrativo municipal**. 4 ed. Del Rey: Belo Horizonte 1998, p.32

CHAGAS, Mario. A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Ibram/Garamond, 2009.

\_\_\_\_\_. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006

CHAGAS, Mário; NASCIMENTO JÚNIOR, José do (org.). **Subsídios para a Criação de Museus Municipais**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura / Instituto Brasileiro de Museu e Centros Culturais / Departamento de Processos Museais, 2009, p. 9

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001. Cultural de Minas Gerais. HABITUS, vol. 4, n. 1, 2006.

COSTA, João Cruz. **O pensamento brasileiro sob o Império**. In: Holanda, Sergio Buarque de História Geral da Civilização Brasileira. T.II, vol.3 6ed.Rio de Janeiro: Bertrand-DIFEL, 1987

COSTA, Lygia Martins. **Em defesa do patrimônio cultural móvel**. Edições do patrimônio. De Museologia, arte e política de patrimônio. Pesquisa: Clara Emília Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002. p.289-316.

\_\_\_\_\_. De Museologia, arte e política de patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002

CURY, Marília Xavier. Exposição: Análise Museológica do processo de concepção, montagem e avaliação. São Paulo: USP, 1999.

FABRIS, Paulo R. **Um Debate Acerca da História do Município no Brasil**. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.03, v.1, Junho. 2008. p.71-95.In: ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil (1532-1700)*. 1.ed. São Paulo: Editora Ipê,1948.

FERNANDES, Jose Ricardo Oriá, **“O direito à memória: A museologia Brasileira e seu novo Marco regulatório”**. Grupo de Pesquisa e Direitos Culturais: ST2.2 - Patrimônio Cultural e Memória Social - Sessão B, 2013. Disponível em <[http://www.direitosculturais.com.br/anais\\_interna.php?id=3](http://www.direitosculturais.com.br/anais_interna.php?id=3)> Acesso em: 02/10/2015

\_\_\_\_\_. **Muito antes do SPHAN; a política de patrimônio histórico no Brasil(1838-1937)**. In: Seminário Internacional- Políticas Culturais: teorias e práxis, Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 2010

FONSECA, Maria Cecilia Londres. O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro; UFRJ:IPHAN: 1997,

FREITAS, Henrique et al. **O método de pesquisa Survey**. Revista de Administração, São Paulo, v. 35, n. 3, p.105-112, jul. 2000. P.105.Trimestral. Disponível em: [http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/o\\_metodo\\_de\\_pesquisa\\_survey.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_metodo_de_pesquisa_survey.pdf)> Acesso em 05/06/2015

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala**. Recife: Ed. Pernambuco, 1970

GAZETA DE CARANGOLA- **Edição Comemorativa de Centenário do Município**, Carangola,1982

GONÇALVES, José Reginaldo Santos **“O museu e a cidade”**. In: Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, 2007. p.63- 79BURKE, Peter. A Escola dos Annales.1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo:UNESP,1989, p.50

\_\_\_\_\_. **Os museus e a representação do Brasil: os museus como espaços materiais de representação social**. In: CHAGAS, Mario (org.). Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Brasília, no. 31, p.254-273, 2005

\_\_\_\_\_. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: O breve século XX (1914-1991)**, 2 ed. São Paulo: Cia da Letras, 1995, p. 198-199.

HOBSBAWN, E. e TERRANCE, R. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984. Disponível em [www.encontro2010.rj.anpuh.org /.../1276700392\\_ARQUIVO\\_ Alfama\\_e\\_Santa\\_Teresa\\_ANPUH\\_RJ.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/.../1276700392_ARQUIVO_Alfama_e_Santa_Teresa_ANPUH_RJ.pdf)> Acesso em: 28/8/2015

HOSKEN, Jayro Motta. **Carangola Notas para sua História**, Juiz de Fora. 1964 v.1- 2

HUYSEM, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IGLESIAS, Francisco. **Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira; BeloHorizonte; UFMG,2000

Janeiro: MINC/IBRAM, 2009, p. 64

JOHNSON, Nichola. Discovering **The City**. In: Museum International, UNESCO, 1995. N.187

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 5º Ed. Campinas: Editora da UNICAMP. 2003. p. 535-54

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEWIS, Geoffrey. **O Papel dos Museus e o Código de Ética Profissional**. In: Conselho Internacional de Museus (Org.). Como Gerir um Museu: Manual Prático

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica- os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo:Hucitec, 1997. P. 38-45

LOURENÇO, Maria Cecília França. **Museus à grande**. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Iphan, n. 30, p. 182-209, 2002. p. 191

MACHADO, Ana Maria Alves. **Cultura, ciência, e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil**. In FIGUEREDO, Betânia Gonçalves e VIDAL, Diana Gonçalves. *Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF CNPQ, 2005.

MAGALHAES, Aline Montenegro. **“O que se deve saber para escrever história nos museus?”** In: Anais do Museu Histórico Nacional, vol. 34. Rio de Janeiro. 2002

\_\_\_\_\_. **Entre o museu e a cidade**. Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais(1934-1937). I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduaçãoem Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. **Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2004.

MARCO, Cristhian Magnus De. **Evolução constitucional do município brasileiro**. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 693, 29maio2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/6798>>. Acesso em: 1/03/2015.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro**. 8. Ed., São Paulo: Malheiros, 1996, p.33 Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redes.virtual.bibliotecas:livro:2000:000576483>. Acesso em 01/03/2015

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. **Museu, cultura material e cidade: O museu de cidade e consciência da cidade**. In SANTOS; KESSEL; GUIMARAES(org.). *Museus e Cidades*, Rio de Janeiro:MHN,2004

\_\_\_\_\_. **Os “usos culturais” da cultura**. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: GARCIA, F.J.Reis.*Patrimônio Cultural :revitalização e utilização*.

\_\_\_\_\_. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento).1993. *Anais do Museu Paulista Nova Serie nº1*, p.p. 207 – 309

MERCADANTE, Paulo. *Crônica de uma comunidade cafeeira: Carangola - o vale e o rio*. Belo Horizonte: Itatiaia,1990

\_\_\_\_\_. *Os sertões do leste—estudo de uma região: a Mata mineira*. Rio de Janeiro. Zahar,1973.

MISAN, SIMONA. **Os museus históricos e pedagógicos do estado de São Paulo (1956 - 1973)**.*Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.16. n.2. p. 175-204. jul.- dez 2008.p.175

MORAES, Nilson. **As Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil**. *Revista Museologia e Patrimônio*, v. 2, p. 54-69, 2009.

NASCIMENTO, JUNIOR, **Operibus credit et non verbis**. *Folha de São Paulo – Tendências/Debates*, edição de 12 de janeiro de 2006 Disponível em <<http://thacker.diraol.eng.br/mirrors/www.cultura.gov.br/site/2006/01/12/operibus-credit-et-non-verbis/>> Acesso em: 25/06/2015

NAZARETH, G.C. **Fundamentos Epistemológicos da Museologia: uma proposta ao problema circular**. (Dissertação de Mestrado), Departamento de Filosofia da Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1991

NORA, Pierre. **“Entre Memória e História: a problemática dos lugares”**, In: *Projeto História*. São Paulo:PUC, n.10, pp.07-28, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. **O conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso** Dissertação Mestrado em História), Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2003p. 74-75. Disponível em [http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/5077/5077\\_5.PDF](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/5077/5077_5.PDF). Acesso em: 20/04/2015

OLIVEIRA, Ana Paula Loures (Org.). **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: Carangola**. Juiz de Fora: MAEA-UFJF, 2008

OLIVEIRA, Luciane Monteiro; PIMENTEL, Eduardo Francisco. **Museu Municipal de Carangola: em busca de uma identidade**. In. *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: Carangola*. Org. OLIVEIRA, Ana Paula Loures Juiz de Fora: MAEA-UFJF, 2008

OLIVEIRA, Vânia Dolores Estevam de. **A “imaginação museal” dos folcloristas**. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p. 171-191, nov. 2012

PACHECO, C. E. N.; CARI, D. B.; DONIN, R. E.; IRSCHLINGER, F. A. **Lugares de memória no oeste paranaense :monumentos públicos, memoriais e praças.** Akropolis, Umuarama, v. 15, n. 4, p. 229-246, out./dez. 2007. Disponível em <<http://revistas.unipar.br /akropolis/search/titles?searchPage=18>> Acesso em: 22/8/2010

PEDROSA, M. X. **“Zona silenciosa da Historiografia Mineira: a Zona da Mata”**, Revista do I.H.G.M.G., Vol. IX, 1962.p.1 Disponível em <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1459.pdf> Acesso em: 10/02/2015

PEREIRA, L. H. **A análise de conteúdo: um approach do social.** Cadernos de Sociologia PPGS UFRGS, Porto Alegre, v. 9, p. 87-114, 1998.p. 94

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro

\_\_\_\_\_. **Memória e Identidade Social** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POMIAN, Kzystof. **Musée, nation, muséenational,** Le Débat, Paris, v. 65, p.166-175, mai/aout. 1991

PRADO JR, Caio. **Evolução política do Brasil.** 11.ed. São Paulo: Brasiliense,1979.

PROUST, M. **No caminho de Swann.** Trad. QUINTANA, M.22.ed. São Paulo: Globo, 2003

QUEIROZ, Luciana Scanapieco. **Um museu de cidade : Imaginrio debate o caso do museu de Juiz de Fora.** Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.2013

RANGEL, Márcio F. **“Políticas públicas e museus no Brasil.”** In: Marcus Granato, Cláudia Penha dos Santos e Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro. (Org.). MAST Colloquia - O Caráter Político dos Museus. Rio de Janeiro: MCT, MAST, v. 12, p. 119-135, 2010.

\_\_\_\_\_. **A cidade, o museu e a coleção.** Liinc em Revista, v.7, n.1, março 2011, Rio de Janeiro, p. 301 – 310 - <http://www.ibict.br/liinc>

\_\_\_\_\_. **As Coleções e a Construção do Conhecimento: a formação do acervo do Museu da Cidade do RJ,** a Coleção Costa Lima e a Coleção de Instrumentos Científicos do Museu de Astronomia e Ciências Afins. In: Aline Montenegro Magalhães; Rafael Zamorano Bezerra. (Org.). Coleções e Colecionadores. 1ed.Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012, v. 1, p. 1-312.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução: Alain François. –Campinas, SP:Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. **Museus & Cidades: propondo questões.** In SANTOS; KESSEL; GUIMARAES(org.). Museus e Cidades, Rio de Janeiro:MHN,2004

SANTOS, Mariza Velloso Moritz. **Nasce a academia SPHAN.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, nº 24, 1996.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. **Museus Brasileiros e Política Cultural.** Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol. 19 Nº 55. Junho de 2004, p. 53-73. STARLING, Monica. Estado e Políticas de Cultura: os desafios da descentralização. 2011. Disponível em <<http://partnersnet.com.br/index.php/noticias/exibir/282>> Acesso em: 29/06/2015

SANTOS. Maria Célia Teixeira de Moura. **O papel dos Museus na construção da identidade nacional.** In: Anais do Museu histórico Nacional. Rio de Janeiro. Nº 28. 1996. p.22

SCHEINER, Tereza C.M. **Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum. vol.7 no.1 Belém Jan./Abr. 2012.

Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222012000100003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222012000100003&script=sci_arttext)> Acesso em 20/03/2015

\_\_\_\_\_. **As bases ontológicas do Museu e da Museologia.** In: SIMPÓSIO MUSEOLOGIA, FILOSOFIA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 1999. ICOFOM LAM, Coro, Subcomitê Regional para a América Latina e Caribe/ICOFOM LAM, p.133-143.

\_\_\_\_\_. **Bases Teóricas da Museologia.** UNIRIO/Escola de Museologia. Caderno de textos. Disciplina Museologia 01. 2008.

\_\_\_\_\_. **Sociedade, Cultura, Patrimônio e Museus num país chamado Brasil.** Apontamentos Memória e Cultura, Rio de Janeiro, RJ, v. 4, n. 1, p. 14-34, 1994

\_\_\_\_\_. **Apolo e Dioniso no templo das musas. Museu: gênese, idéia e representações na cultura ocidental.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, ECO/UFRJ. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 1997

\_\_\_\_\_. **O museu como processo.** In: JULIÃO; BITTENCOURT. (Org.) Cadernos de Diretrizes Museológicas.vol.2. -Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008

\_\_\_\_\_. **Teoria da museologia.** 18 fev. 2014, 06 jul. 2014. Notas de Aula.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHMITT, Cláudia Job. **O uso do método comparativo nas ciências sociais.** Pesquisa social empírica: métodos e técnicas. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.p.49.

SIQUEIRA, Graciele Karine; GRANATO, Marcus; SA, Ivan Coelho de. Relato de experiência: o tratamento e a organização do acervo documental do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, Rio de Janeiro. Rev. CPC. 2008, n.6, pp. 142-169.

SOUZA, Luciana C.C.; MORAES, Nilson Alves. **Museu e Museologia: Instituição e Conhecimento em Mudança.**In:XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação,2013, Brasília DF, XIV ENANCIB, 2013

TAVARES, Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho. **O município Brasileiro: sua evolução histórico-constitucional.** Rio de Janeiro. Rev. Direito.Adminitrativo, 1997, n.209, pp;169-187.

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado: história Oral.** 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002

\_\_\_\_\_. (1998). **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, p.21-44

VALVERDE, O.**Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais.** Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, ano 20, n. 1, p. 3-82, jan./mar. 1958

VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro.** Rio de Janeiro: M.Lobato & Cia Editores João Paulo, 1933;

VIDA EXCURSIONISTA: Em Ouro Preto, reuniram-se os museologistas brasileiros. Correo da Manhã. Rio de Janeiro,02 de agosto de 1956. Biblioteca Virtual –MHN- Disponível em<<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=53564&pesq=>> Acesso em:12/10/2015

WILLIAMS, Daryle. (2001), **Culture wars in Brazil: the first Vargas regime, 1930-1945.**Durham, NC, Duke University Press.

ZANOTTI, Francisco Elísio. **O Museu local**. São Paulo, 2009. (Dissertação de Mestrado Estética e História da Arte) Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte. São Paulo

ZENHA, Edmundo. **O município no Brasil (1532-1700)**. 1.ed. São Paulo: Editora Ipê, 1948.

ZIMMERMANN, Cintia Alen. **Memória e Identidade da Praça Pádua Salles em Amparo**, S.P. 2006. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo (Dissertação de Mestrado) São Paulo, 2006

---

## FONTES DIGITAIS

### Sites:

<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19370810-20810-nac-0010-999-10-not>

<http://icom.museum/>

[http://populacao.net.br/os-maiores-bairros-carangola\\_mg.html#](http://populacao.net.br/os-maiores-bairros-carangola_mg.html#)

<http://portal.in.gov.br/>

<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>

<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>

<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001017/101722E.pdf>>. Acesso em: 7/3/2015.

<http://www.arquiamigos.org.br/info/info08/#estudos>.

<http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/atrativos/museus>

<http://www.carangola.mg.gov.br/>

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=311330&search=minas-gerais|carangola|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>

<http://www.cultura.gov.br/museu>

<http://www.cultura.mg.gov.br/ajuda/page/1664-solicitacao-de-visitas-guiadas-ao-museu-mineiro>

<http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2012/defaulttab\\_pdf.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2012/defaulttab_pdf.shtm) . Acesso em 18/04/2015.

<http://www.iepha.mg.gov.br/programas-e-acoes/municipalizacao-do-patrimonio-cultural>

<http://www.museus.gov.br/fomento/editais-2015/>

<http://www.museus.gov.br/fomento/editais-2015/modernizacao-de-museus/>

<http://www.museus.gov.br/ibram-publicacao/>

<http://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/>

<http://www.jccarangola.com.br/reforma-do-museu-de-carangola/>

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=445611895606134&set=pb.100004719822966.-2207520000.1445186567.&type=3&permPage=1>

---

## **ENTREVISTA:**

CARELLI, Rogério. Depoimento cedido ao pesquisador Eduardo Francisco Pimentel, em maio de 2015

---

## **JORNAIS**

### **Folha da Mata**

Ainda a Associação Cultural. Folha da Mata, Carangola, 11 de janeiro, 1958, pp.1. n. 359

Museu Municipal. Uma Campanha Meritória". Folha da Mata, Carangola, 20 de fevereiro, 1959, p.p.1 n.364

Museu Municipal. Folha da Mata. Carangola, 28 de maio 1959, p.p.1 n.375

O Museu necessita de seu concurso. Folha da Mata. Carangola, 11 de junho 1959, p.p.1 n.377

Particular doa objetos. Folha da Mata. Carangola, 08 de agosto 1959 p.p.3 n.384

Calçamento do Bairro Santa Emília". Folha da Mata. Carangola, 11 de novembro, 1959 p.p.1 n.395

### **Gazeta de Carangola**

Grupo Escolar Doa Objetos para o Museu. Gazeta de Carangola. Carangola, 30 de maio de 1959, p. 2

Lei nº 205 de 14/05/1965. Gazeta de Carangola. Carangola, 27 de julho de 1959, p. n

Ideia para um museu em Carangola. Gazeta de Carangola. Carangola, 27 de fevereiro de 1976, nº 2507

Projeto do Museu Carangolense. Gazeta de Carangola. Carangola, 27 de junho de 1976, n.2510 e 2511 p. 1 e 2

As festas do Centenário e o Museu da cidade, Gazeta de Carangola. Carangola, 13 de dezembro de 1980, n.2734, p.1

Sugestão para organizar um museu em Carangola: 1º de uma série. Gazeta de Carangola., 17 de janeiro de 1981; n.2738, p.1

Sugestão para organizar um museu em Carangola: 2º de uma série Carangola. Gazeta de Carangola. Carangola, 31-01-1981 n.2739, p.3;

Sugestão para organizar um museu em Carangola: 3º de uma série. Gazeta de Carangola. Carangola, 07 de fevereiro de 1981, n 2741, p.1

Sugestão para organizar um museu em Carangola: 4º de uma série. Gazeta de Carangola. Carangola, 14 de fevereiro de 1981, n 2742, p. 1-3

---

## **DOCUMENTOS CEDIDOS PELO ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU MUNICIPAL DE CARANGOLA**

Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico Geográfico de Carangola.

Ata de reunião informal de membros dos Conselhos do Arquivo Histórico-Geográfico e Museu Municipal. (1994) (pp.1-2)

Cadastro de Vereadores – Câmara Municipal de Carangola- Jayro Motta Hosken. 1981

Câmara Municipal de Carangola. Edição Histórica 1882-2006. Carangola.2006

CARELLI, Rogerio. Relatório Museu Histórico Municipal, 1985. Carangola.p.1-3

Carta de Belarmino Aarão Crescencio, Diretor do Museu Histórico Geográfico Carangolense e Arquivo Histórico Geográfico de Carangola (1996) (pp.1-3)

Carta de Niza Albuquerque Drummond, encaminhada ao prefeito Municipal de Carangola,1994 (pp.1-5)

Carta de Rogerio Carelli diretor do Museu Histórico Municipal encaminhada ao prefeito Municipal de Carangola em 1983. (pp.1-3)

Classificação e do cervo do Museu e Arquivo -1983 (pp.1-11)

Comodato Prefeitura e Empresa Babosa e Marques para instalação do Museu Municipal de Carangola (2007), (pp.1-4)

Controle de Peças Expostas do Museu Histórico Municipal de Carangola 1982. pp.1-4

Correspondências expedidas e recebidas Museu Municipal de Carangola

Documentos Jayro Motta Hosken- Fundo Particular, Arquivo Histórico Geográfico de Carangola

Livro de Atas do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Carangola.

Livro do Tombo dos Bens Arqueológicos, Etnológicos, Paisagísticos, Arquitetônicos Urbanísticos, de Belas Artes, Artes Aplicadas e Históricos e Bibliográficos de Carangola.

Plano de trabalho do Museu e Arquivo Histórico, gestão - 2005.

Projeto “Estruturação do Setor de Biologia do Museu Histórico Geográfico Carangolense” de autoria de Braz Cosenza (1989) (pp.1-7)

Projeto “Museu Municipal de Carangola: Dinamizando o Museu para uma Comunidade em Transformação”, FEC, Fundo Estadual de Cultura, 2009. Sec. Cultura, Turismo Esporte e Preservação do Patrimônio; Diretoria do Museu Municipal de Carangola.

Projeto de Reestruturação do Museu Municipal de Carangola 2007. Sec. Cultura, Turismo Esporte e Preservação do Patrimônio. Carangola MG. Eduardo F. Pimentel

Regimento Interno do Museu Histórico- Geográfico Carangolense 1983 (pp.1-9)

Relação Controle de Peças Expostas do Museu Histórico Municipal de Carangola, 1982. (pp.1/4)

Relatório de Atividades do Museu Municipal de Carangola- Gestão 2005- 2009) Eduardo Pimentel.

Relatório Mensal da Atividades do Museu Municipal e Arquivo Histórico Geográfico (1992-1993) Jayro Motta Hosken

Relatório Mensal da Atividades do Museu Municipal e Arquivo Histórico Geográfico (1996-CRESCENCIO, Belarmino Aarão.

## **LEGISLAÇÃO**

Declaração da Mesa Redonda de Santiago, 1972Declaração de Caracas (1992).

Declaração de Quebec (1984)

Declaração de Santiago do Chile(1972),

Declaração do Rio de Janeiro – 1958

Decreto nº 8.124/2013que regulamenta o Estatuto e o IBRAM

Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 – Cria o SPHAN

Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus.

Lei de criação do Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM

Lei Municipal nº3.020 de 12 de março, de 1997, que estabelece a proteção patrimonial cultural de Carangola. Carangola, 1997

Lei Municipal nº 2003 de 1983Considera Utilidade Pública o Museu Histórico Municipal. Carangola, 1983

Lei Municipal nº 205 de 14 de maio de 1959. Cria o Arquivo Histórico-Geográfico Municipal. Carangola,1959.

Lei Municipal nº2.228 de 18 de março, de que criou o “Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural”. Carangola 2008

Lei nº 11.904, de 2009, Institui o Estatuto de Museus